

Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ
Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde
Nº 19/2022
27 de setembro a 10 de outubro



Publicação Digital
Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 11 de outubro de 2022



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Presidência
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



SUMÁRIO

PG.	Tema	Autores
04	Apresentação	- Paulo M. Buss e Pedro Burger
<u>Sistema Nações Unidas</u>		
10	Troca de correspondência entre dois sonhadores	– <i>Santiago Alcázar</i>
15	Revolta e esperança: Teoria, história e decisão política	- <i>Jose Luis Fiori</i>
18	Como posicionar um tratado pandêmico que reflita sobre propriedade intelectual: os muitos caminhos a serem navegados na construção de um novo paradigma	- <i>Paula Reges, Luana Bermudez e Luiz Augusto Galvão</i>
23	O lobby das empresas de ‘energia suja’ nas políticas de emissão líquida zero (<i>Net Zero</i>)	- <i>Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão</i>
27	Estudos globais recentemente divulgados mostram que as formas de “escravidão moderna se constituem em problema atual, extremamente grave e em crescimento: impactos sobre a vida e saúde	- <i>René Mendes</i>
35	Os desastres no mundo como riscos sistêmicos	- <i>Carlos Machado de Freitas e Guilherme Franco-Netto</i>
38	Evidências dos financiamentos climáticos nos países e lições de integração orçamentária	- <i>Ana Luísa Jorge Martins e Rômulo Paes de Sousa</i>
42	Migrações, refúgio e saúde global	- <i>Ananda Melo King, Caio Murta, Harim Baek, Jameson Martin, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura</i>
46	Instituições Financeiras Multilaterais	- <i>Isis Pillar Cazumbá</i>
49	Índice de Inovação Global (OMPI) e Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)	- <i>Claudia Chamas</i>
52	Um olhar para as Mulheres, Crianças e Adolescentes da América Latina e Caribe	- <i>Maria Teresa Rossetti Massari, Maria Auxiliadora Mendes Gomes e Karinne Marieta Carvalho</i>
62	Enfrentamento da crise de segurança alimentar e nutricional global: as soluções estão na visão comercial ou na abordagem dos direitos?	- <i>Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Erica Ell</i>
67	A escola como promotora de saúde	– <i>Vitor Rodrigues, Fabiane Gaspar e Gisele Sanglard</i>
<u>Movimentos sociais globais e saúde</u>		
71	A evolução do cenário global pós-pandêmico e suas múltiplas crises	- <i>Danielle Keylla Alencar Cruz, Diana Zeballos, Lara Daibert, Laurenice Pires, Marciglei Brito Moraes, Patrícia Lewis Carpio, Luis Eugênio de Souza e Renan Oliveira</i>
<u>Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países</u>		
81	Sul Global: UNOSSC – G-77 – MNA – Centro Sul	- <i>Regina Ungerer 3</i>

- 95 - G20, G7, OCDE - *Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Vitória Kavanami e Nina Bouqvar*
- 101 - O novo Centro de Inovação em Saúde Cardiovascular do BRICS e EUA tentam conter a integração euroasiática - *Claudia Hoirisch*
- 103 - Saúde Global e Diplomacia da Saúde na América Latina e Caribe - *Sebastian Tobar e Miryam Minayo*
- 114 - O Continente Africano na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*
- 126 - A “permacrise” na Europa - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 129 - Direitos das minorias: trinta anos depois, permanecem excluídas, invisíveis e vulneráveis, principalmente na Região MENA e Ásia - *Lúcia Marques*
- 137 - Começa o 20º Congresso - *André Costa Lobato*
- 140 - Estados Unidos na saúde global e diplomacia da saúde – *Guto Galvão*
- 143 - **Anexo 1** – Resumo da intervenção de Presidentes, Primeiros Ministros ou seus representantes na plenária da 77ª Assembleia Geral das Nações Unidas - Comunidade de Países de Língua Portuguesa
- Angola - *António Fernando Victor, Gabriel Afonso, Isilda Maria Simões Neves, Mansitambi João Luz, Manuela de Jesus Santana e Suzana Nakawingi Paulo*
- Guiné-Bissau - *Maram Mané, Milanca de Carvalho e Tomé Cá*
- Moçambique - *Acrícia Felizarda Faiife, Felícia Emília Camões Chale, Manuel Mahoche e Sãozinha Paula Agostinho*
- Timor Leste - *Adélia Maria Moniz Barreto Barreto e Frederico Bosco Alves dos Santos*
- 153 - **Anexo 2** - Resumo da intervenção de Presidentes, Primeiros Ministros ou seus representantes na plenária da 77ª Assembleia Geral das Nações Unidas - América Latina
- Argentina - *Sofía Farante, Agustín Ingratta y Flavia Consalvo*
- Bolívia - *David Ismael Mamani Calderon*
- Colômbia - *Juan David Moncaleano Prado*
- Costa Rica - *Montserrat Vargas Solorzano*
- Chile - *Francisca Sabugo Brandes*
- Equador - *Fernando R. Jácome G.*
- Paraguai - *Juan Carlos Coronel y Guadalupe Rolón*
- Peru - *María del Carmen Calle Dávila y Marisela Mallqui Osorio*
- México - *Zulema Guerra Carpio y Johnny Morales Urbina*
- Uruguai - *Adriana Alfonso*

Autores deste Caderno - 176

**Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 179

***Para citações, ver ‘Ficha catalográfica’ – 180

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº 19/2022 – 27 de setembro a 10 de outubro

Apresentação

A agenda política global continua em plena ebulição. Encerrado o segmento de alto nível da 77ª Assembleia Geral das Nações Unidas (13-30 de setembro), os diversos comitês da AGNU continuam seu labor de adotar resoluções nos diversos campos políticos de que trata a organização e de examinar cada informe de agência enviada à consideração da assembleia maior.

Mas a vida transcorre também fora do âmbito do multilateralismo. Na América Latina uma renovação da 'onda rosa' que parecia assegurada vai ter que aguardar se se confirma a 30 de outubro. Na Europa, a crise da Ucrânia continua sem solução à vista, e os europeus apertam o cinto com a escassez da energia no outono que esfria, buscando atarantados alternativas ao gás russo, inclusive o religamento de poluentes usinas de carvão e outros combustíveis fósseis. Nos próximos dias, 16 de outubro mais precisamente, a reunião do Partido Comunista Chinês reelegerá Xi Jinping como secretário geral pela terceira vez consecutiva, inédito na história mais recente da China. Que promete, por sua vez, manter a 'Xiplomacia', que busca reafirmar o papel do país numa ordem mundial política e econômica, redesenhada pelas novas relações Leste - Oeste. Os 'falcões' russos acenam com a nuclearização do conflito na Ucrânia. Nos Estados Unidos, as eleições legislativas de 8 de novembro renovam toda a Câmara e 1/3 do Senado, o que terá substantivo impacto na política externa. São muitas variáveis em jogo na arena internacional.

O FMI e o Banco Mundial anunciam que o risco de uma recessão global aumenta à medida que as economias desaceleram e o FED (banco central dos EUA) aumenta os juros, o valor do dólar cresce, o valor das moedas dos países em desenvolvimento desabam, aumentando as pressões sobre as dívidas dos países em desenvolvimento. Sim, caras-pálidas, e o que fazem as instituições financeiras internacionais para proteger os mais vulneráveis?

No final de outubro reúne-se o G20, em Bali, Indonésia, colocando pela primeira vez frente a frente, depois da invasão da Ucrânia, chineses, estadunidenses, russos e europeus. Brasil, México e Argentina estarão lá. O que poderá ocorrer nesta reunião de características inéditas porque transcorre num contexto de economias em recessão, guerra no continente europeu, e muita animosidade entre os mais poderosos do mundo? Lavrov anuncia que Putin estaria disposto a uma conversa bilateral com Biden por ocasião da reunião. Estaremos conferindo atentamente, inclusive realizando, a 3 de novembro, um seminário avançado de balanço da saúde no G20 e em outros 'clubes de países'.

Em dezembro, os olhos do mundo se dirigem à Montreal e Sharm El-Sheik, onde se realizarão as COPs da Biodiversidade e do Clima, respectivamente. Poucos avanços no atual estágio de negociações.

Com o objetivo de compreender melhor as visões de governos de países da América Latina e africanos de língua portuguesa no âmbito das Nações Unidas, pedimos aos participantes do Curso de Saúde Global e Diplomacia da Saúde que resumissem as intervenções dos respectivos presidentes por ocasião da 77ª. AGNU. O belo trabalho dos colegas encontra-se nas

páginas adicionais deste Caderno 19, editados por Sebas Tobar e Regina Ungerer. Agradecemos à excelente contribuição dos nossos colegas, todos listados entre os autores deste Caderno.

Na saúde global, a pergunta que não quer calar: até quando vamos com esta pandemia? É o que perguntamos com as fotos da capa deste Caderno 19. De outro lado, sucessivas reuniões e criação de mecanismos dedicados a redução das desigualdades no acesso à tecnologias esbarra na ‘retórica sempre positiva’, mas na ‘prática desanimadora’, ou seja, no dizer do poeta, vivemos uma grande ‘distância entre a intenção e gesto’. Até quando?

No diálogo entre personagens criados por **Alcázar** esta mesma máxima se aplica no espaço do multilateralismo onusiano. Já **Fiori**, refletindo ainda com base nas teses de Karl Polanyi, afirma que os grandes avanços da internacionalização capitalista promovem grandes saltos econômicos e tecnológicos, mas ao mesmo tempo aumentam geometricamente as desigualdades na repartição da riqueza entre as nações e as classes sociais. E como consequência, no final dos grandes “ciclos de globalização”, aumenta e generaliza-se a insatisfação das grandes massas, e multiplicam-se as revoltas sociais e reações nacionalistas, ao redor do mundo. É o caso do contexto global atual.

Reges, Bermudez e Galvão no seu informe sobre a **OMS** informam que durante a última quinzena aconteceu a terceira consulta informal com especialistas, estados-membros e agentes diretamente relacionados através do Órgão de Negociação Internacional (INB), na busca pela construção sólida e propositiva do tratado pandêmico. O foco foram as discussões ao redor de propriedade intelectual, produção e transferência de tecnologia e know-how. As discussões se desenvolveram a partir dos aprendizados, barreiras enfrentadas na pandemia de Covid-19 e quais as necessidades de articulações com outras organizações, como a OMC, no que tange o tópico. Houve ainda o lançamento do documento com reflexões e recomendações, com ações afirmativas a serem revisitadas e estratégias que devem ser adotadas futuramente por instrumentos como o COVAX. Na íntegra, o material conta com os aprendizados centrais do projeto, prospecções futuras para estabelecimentos de iniciativas semelhantes e considerações sobre o que deve ser feito de melhor forma.

No campo do **ambiente e saúde**, **Magalhães e Galvão** apontam que para prolongar a vida e extração dos combustíveis fósseis, as empresas de ‘energia suja’ estão influenciando as políticas de mitigação climática para adotarem a chamada NET Zero ou emissão líquida zero, que significa investir dinheiro público em tecnologias e infraestrutura para captura e armazenamento de carbono – ação considerada cara e ineficiente segundo o IPCC. Além da promoção do hidrogênio azul produzido a partir dessas emissões, somando o processo de produção, significa gerar 20% mais emissão do que a queima de carvão. Com a intensificação dos efeitos climáticos, os membros do IPCC pedem que os relatórios de avaliação sejam publicados com periodicidade mais curta do que os seis anos atuais. Já a OMS lança o primeiro fórum sobre mudanças climáticas para jovens médicos e terá pavilhão na próxima COP 27, além de eventos paralelos.

René Mendes aborda em seu informe os estudos globais recentemente divulgados mostrando que as formas de escravidão moderna se constituem em problema atual, extremamente grave e em crescimento, com profundos impactos sobre a vida e a saúde.

Freitas e Franco-Netto apresentam e analisam especialmente para o Caderno 19 o relatório global sobre a situação dos desastres no mundo: o Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction (GAR 2022), publicado anualmente pelo **Escritório das Nações Unidas**

para Redução de Riscos de Desastres (UN Office for Disaster Risk Reduction, **UNDRR**), numa contribuição essencial para entender as conexões entre ambiente e saúde humana.

O informe de **Martins e Paes-de-Sousa** aborda o relatório publicado pelo **PNUD** sobre revisão das reformas de financiamento climático dos governos e seus impactos, denominado *Global Climate Public Finance Review*. Este relatório descreve um conjunto de lições aprendidas a partir das diversas experiências dos países e seus desafios, e fornece recomendações aos países sobre como fortalecer a integração das mudanças climáticas no planejamento e no orçamento.

No Informe sobre **migração e refugiados**, o grupo liderado por **Ventura**, aborda o apelo do **ACNUR** por recursos para ajuda humanitária às centenas de milhares de pessoas diretamente afetadas por inundações no Paquistão, resultado das chuvas torrenciais do fenômeno das monções. Destaca também um relatório lançado recentemente pela **OIM** a respeito dos refugiados afegãos no Brasil, bem como um relatório da **Organização Pan-Americana de Saúde** sobre o risco de um novo surto de cólera no Haiti, país continuamente afetado por crises de saúde e segurança, que seguem alimentando fluxos migratórios. Por fim, mencionamos o Prêmio Nansen, concedido pelo **ACNUR** à ex-chanceler alemã Angela Merkel e a outros atores de diversas regiões do globo por seu empenho na proteção a refugiados.

O informe sobre **Saúde da Mulher, Criança e Adolescentes** chama a atenção para o relatório de progresso do Plano de Ação da **OPAS** para a Saúde da Mulher, Criança e Adolescente 2018-2030. **Massari, Gomes e Carvalho** destacam o informe sobre ‘Desigualdades em Saúde na América Latina e Caribe: linha de base para um desenvolvimento sustentável para mulheres, Crianças e adolescentes’, publicado pela **OPAS e UNICEF**; o Relatório Anual sobre Mutilação Genital Feminina, da **UNFPA**; e artigos do Lancet sobre ‘Racismo e Saúde: a necessidade de ação urgente’ e ‘Suicídio de jovens: ações reais para prevenção’.

No informe sobre **Segurança Alimentar**, nossos analistas **Nilson, Oliveira-e-Silva e Eli** questionam se as soluções para a crise de segurança alimentar e nutricional global estão na visão comercial ou na abordagem dos direitos. Para tanto, analisam diferentes movimentos em relação à abordagem da crise de insegurança alimentar e nutricional no mundo, em que competem as soluções fomentadas pelos sistemas alimentares hegemônicos, de caráter mitigatório e de preservação de interesses econômicos, e evidências de especialistas independentes, que caminham para abordagens de transformações mais profundas, baseadas nos direitos, inclusão e redução das desigualdades. A construção de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis, resilientes e inclusivos depende de transformações profundas nos modos de produção e consumo de alimentos, no sentido de priorizar a garantia da saúde humana e planetária, com direitos, saúde, segurança alimentar e sustentabilidade acima dos interesses financeiros.

Cazumbá apresenta e analisa as **instituições financeiras internacionais**, ressaltando que o **BID** anuncia o processo para a eleição de novo presidente, em substituição ao indicado por Trump, num ato inédito no espaço político do banco, como se recorda o leitor. O **Banco Mundial** lança o novo relatório sobre a pobreza global, e o **FMI** seu Relatório Anual de 2022.

O relatório Índice de Inovação Global de 2022 foi lançado pela **Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)** e mostrou que países como Suíça, Estados Unidos, Suécia, Reino Unido, Holanda estão entre as economias mais inovadoras do mundo. Chile (50º) – o único país da América Latina no top 50 – lidera a região da América Latina e Caribe, seguido pelo Brasil

(54º) – recém-chegado ao top 3 da região. Em 3 de outubro de 2022, por ocasião do lançamento do Relatório de Comércio e Desenvolvimento 2022, a **Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)** alertou para recessão global induzida por políticas. Destacou que apoio financeiro inadequado deixa os países em desenvolvimento expostos a crises de dívida, saúde e clima. São os dois temas abordados por **Cláudia Chamas** para o Caderno 19.

Rodrigues, Gaspar e Sanglard reportam que, em ação conjunta, a **OMS/OPAS** e a **UNESCO** lançam cartilha com objetivo de implementar a iniciativa “Escola como promotora de saúde” que, a despeito de ter 25 anos de existência, poucos resultados colheu. Voltada para os entes governamentais responsáveis pelas políticas públicas de saúde e educação, apresenta seis experiências distintas – das quais selecionamos três para apresentar (Irlanda, Indonésia e Senegal). Os diretores de ambas as agências, Tedros Adhanom (OMS) e Audrey Azoulay (UNESCO), acreditam que tal proposta trará “benefícios triplicados aos alunos de hoje, aos adultos de amanhã e à geração futura de crianças” e, sobretudo, conclama a todos a transformar a escola em uma promotora de saúde.

A **sociedade civil global** é analisada por **Sousa e grupo**, identificando que o período observado segue apontando para certas mudanças nos temas abordados, que migraram da concentração na COVID-19 para mobilizações em torno das diversas outras crises que emergem no cenário global. A crise alimentar, a crise ambiental, conflitos, violência e a relativização de direitos humanos têm provocado reações cada vez mais frequentes e constantes por parte da sociedade civil. Além disso, o ressurgimento de novos surtos de doenças como ebola e cólera, embora localizados, trazem preocupação para as condições de populações mais vulneráveis, propícias ao aparecimento de novas enfermidades. Seguem os pedidos pela negociação do tratado pandêmico e para a distribuição igualitária de vacinas. Tensões entre as relações público-privada e sobre a propriedade intelectual também são pautas recorrentes. No período, vale destacar a forte presença de manifestações e iniciativas com o foco na saúde mental.

Ungerer, no seu informe sobre instituições do **Sul Global**, destaca o relatório do Secretário Geral da ONU sobre a situação da Cooperação Sul-Sul apresentado na 77ª AGNU, analisando o progresso na implementação da estratégia da ONU sobre a Cooperação Sul-Sul e Triangular (CSST), no qual destaca recomendações sobre as formas de aumentar ainda mais a contribuição da CSST para acelerar o progresso para alcançar os ODS e se recuperar da pandemia por Covid-19. Nas as últimas décadas, os países do Sul Global emergiram como vozes de liderança na governança global, defendendo novas plataformas, instituições e agentes de ação de desenvolvimento para a realização da Agenda 2030.

O **G-77 e a China** participaram de 5 reuniões da AGNU destacando as questões administrativas e orçamentárias do 5º comitê, as questões relacionadas às questões sociais, humanitárias, culturais e de direitos humanos, destacando as mulheres no 3º comitê e o debate geral do Comitê econômico e financeiro do 2º comitê.

Para celebrar o primeiro aniversário da **Organização do Movimento jovem dos Não Alinhados**, o grupo apresentou sua estatística anual e o Centro Sul apresentou uma nova publicação que analisa lições da implementação da Declaração de Doha pela Índia sobre o acordo TRIPS e saúde pública.

Nos ‘clubes dos ricos’, o **G7** emitiu uma declaração condenando a anexação russa das regiões de Donetsk, Luhansk, Kherson e Zaporizhzhya. O grupo liderado por **Burger e Esteves** reporta também que o **G20** enfatizou a importância do multilateralismo como forma mais eficaz

para superar uma variedade de desafios globais comuns. Dentre os encontros que abordaram essa questão, destaque para a Reunião dos Ministros da Agricultura, que tratou principalmente da crise de alimentos, e a 8ª Reunião da Cúpula dos Oradores Parlamentares do G20 (P20). Na **OCDE**, discussões relacionadas aos temas transição climática e educação foram foco dos relatórios publicados, além da continuação do debate acerca do pacote tributário internacional elaborado conjuntamente pela OCDE e pelo G20 e os processos de acesso da Ucrânia e do Brasil.

Hoirisch, no seu informe sobre **BRICS**, reporta que a China inaugurou o Centro de Inovação em Saúde Cardiovascular do BRICS para lidar com as doenças que mais matam no mundo. O Centro servirá como uma plataforma para realizar projetos de cooperação e em sua inauguração, o hospital assinou uma carta de intenções com o Apollo Hospitals Group da Índia para cooperação nas áreas de tecnologia médica, pesquisa clínica, treinamento de RRHH, intercâmbio acadêmico e hospital inteligente (digital). Um segundo assunto da quinzena é que o conflito em curso entre Rússia e Ucrânia mostrou ao mundo a disposição dos EUA de tentar conter a integração euroasiática (Europa com Rússia e China). Isto fica bem claro nos materiais produzidos pela OTAN, inclusive um dos documentos aponta que a concorrência sistêmica da China (...) vem desafiando interesses, segurança e valores e busca minar a ordem internacional baseada em normas, ou seja, ameaça a base do sistema econômico e político dominado pelos EUA.

O informe de **Tobar e Minayo** sobre a **América Latina e Caribe** faz uma breve análise da conjuntura política e econômica atual da região e relata de forma otimista alguns eventos que podem trazer um pouco de esperança no âmbito da diplomacia da saúde. O relatório traz também eventos importantes que tiveram lugar na última quinzena, tais como: o XIV Fórum Ministerial sobre Desenvolvimento na América Latina e Caribe, a V Reunião do Conselho Executivo da Conferência Regional sobre Desenvolvimento Social na América Latina e Caribe e a 52ª Assembleia Geral da OEA.

No **continente africano**, a União Africana exorta a um maior investimento nas instituições de saúde, na sua força de trabalho, a parcerias respeitosas e orientadas para a ação. CDC África promove treinamento em gestão de infodemia e jornalismo de dados de saúde para profissionais de comunicação social da África Ocidental. AUDA-NEPAD e UNICEF assinam Memorando de Entendimento para a promover dos direitos da criança em África. Mudanças ocorridas nas altas esferas de governança da CEDEAO. A Cooperação Espanhola promove e apoia iniciativas de segurança alimentar na CEDEAO. África ocidental e parceiros em busca de soluções duradouras referentes à situação de migrantes bloqueados no Níger. Estratégias de vacinação para erradicar zoonoses transfronteiriças na África ocidental até 2030. COMESA avalia progresso SIPS da implementação de programas de comércio livre na região. A SADC e o PMA avaliam o progresso da implementação do Memorando de Entendimento. A SADC capacita profissionais para fortalecimento de políticas e capacidades de Direitos de Propriedade Intelectual. Todos estes tópicos vêm desenvolvidos no informe produzido por **Silva, Cá, Mahoche e Rosenberg**.

Um novo capítulo da guerra, tentativas de encaminhamento da crise energética e a conformação de um novo espaço político europeu, isolando a Rússia, marcaram a última quinzena na Europa. Com tal cenário, **Freire** entende que não é exagero dizer que a expressão “permacrise”, que o diretor regional da OMS Europa usou para se referir ao cenário da saúde na Região, também se aplicaria ao contexto político do continente.

O mundo enfrenta grandes crises que afetam principalmente os mais necessitados e vulneráveis; as minorias étnicas, religiosas e mulheres e meninas. Minorias que enfrentam barreiras e desafios econômicos, legais, culturais, climáticos e alimentares, sem precedentes; enfrentam ameaças, como discursos de ódio (islamofobia e xenofobia), ou são privadas de seus direitos de cidadania (apátridas Rohingya), vivem violações sistemáticas (Uigures, na China), sem acesso à educação (mulheres e meninas afegãs), falta de liberdade no trajar (mulheres e meninas iranianas), sofrem perseguições religiosas (antisemitismo iraniano) ou são despejados de suas casas (palestinos), ou precisam abandonar tudo, fugindo de conflitos, terrorismo ou eventos hídricos (Síria, Yemen, Sahel). As fobias se espalham pelo mundo, sejam nas redes sociais, sejam com “ajuda” de ações de governos conservadores e/ou extremistas, e não é diferente na **região MENA e na Ásia**. **Marques** traz as reuniões que envolveram o tema, na UNGA77, no CDH/ONU, nos fóruns regionais e na ASEAN. Segundo a analista, avançar na proteção e inclusão das minorias e das mulheres e crianças exigirá esforço que vai além da vontade política; envolve mudanças culturais. Nos fóruns internacionais os discursos seguem bonitos, mas a prática deixa a desejar. Planos locais e de cooperação regional podem resultar em ações frutíferas, como a política de educação nas escolas, discutida e implementada por Singapura, para que meninos e meninas cresçam com novas mentalidades. Singapura viveu o aumento da violência doméstica contra a mulher durante a pandemia.

Galvão destaca, quanto aos **Estados Unidos**, as declarações do dia dos povos indígenas e do dia de Colombo, além das medidas executivas sobre a ‘reforma da maconha’ e a reafirmação do compromisso do Departamento de Estado dos EUA de apoiar o processo INB da OMS.

Lobato analisa aspectos relevantes do 20º Congresso do Partido Comunista da China, que começa no dia 16 de outubro e definirá as próximas lideranças do país. Há expectativas de mudança na política de Covid-19, com mais doses de vacinas e novos padrões de controle sanitário. Os Congressos do Partido duram cinco anos–e são iniciados com um encontro presencial de 2300 delegados eleitos por instâncias diferentes do partido: a Comissão Central para Disciplina e Inspeção, o Comitê Central, e o Poliburo. O encontro dura uma semana. Os delegados do Congresso devem representar diferentes setores da sociedade e incluem toda a hierarquia do Partido assim como atletas olímpicos, astronautas e pessoas nacionalmente conhecidas.

À intensidade da retórica nas relações internacionais corresponde, lamentavelmente, à letargia da aplicação do discutido, acordado, enunciado. O que aspiramos é dar-lhes, leitores e leitoras muito queridos, o quanto antes, notícias mais alvissareiras na esfera da saúde global. Mas por enquanto temos que contentar-nos com a máxima do poeta: “há uma grande distância entre a intenção e o gesto” na diplomacia da saúde global, como, de resto nas inúmeras temáticas que tornam a situação do mundo tão grave e desanimadora.

Rio de Janeiro, Mangueiras, 11 de outubro de 2022

Paulo M. Buss e Pedro Burger
Coordenação do CRIS/Fiocruz
(com Érica Kastrup)

Troca de correspondência entre dois sonhadores

Santiago Alcázar

Brasília, 7 de outubro, 2022

Meu Caro Heráclito,

Na fila de embarque do voo G2064 para Brasília encontrei uma velha amiga, mais amiga que velha, entenda. Trocamos gentilezas, sorrisos e lembranças. E, como não podia ser de outro modo, tocamos nas eleições. Sabes, meu velho, que sou indiferente a tudo que for política. Sei que protestarás e me dirás que o mestre Aristóteles ensinava que o homem é por natureza um ser político. Não objeto e não me oponho, mas poderia retrucar que o mesmo sábio dizia que a natureza aborrece o vazio. Deixemos, contudo, estas filosofias para outro momento menos turbulento. Escrevo-te para relatar e pedir a tua ponderada opinião.

A minha amiga é uma ativista ou algo parecido, não sei. Lê todos os jornais, revistas, blogs e assiste todos os programas sobre política. Confesso que quando falo com ela sinto-me intimidado. Pareço, penso, um beque driblado até a desesperação pelo Mané Garrincha. Mas vamos lá, ela me disse que estava decepcionada pelo resultado das eleições, mas otimista com as perspectivas. Pensei identificar uma contradição, mas não me animei a apontar esse pequeno detalhe, com medo de levar um chapéu.

O que há numa eleição que tanto fascina as pessoas? O noticiário dedica páginas e horas a variações sobre o mesmo tema. Especialistas são convocados para destrinchar o que parece complicado, para torná-lo incompreensível depois de infindáveis voltas e contravoltas. São tantos ângulos, como os de um caleidoscópio, com cores e formas distintas. Os gráficos mostram o resultado de pesquisa de opinião, com margem de erro de dois pontos a mais ou a menos, como pistas de aterrissagem. Os votos nulos ou em branco foram menores desta feita, disse ela não sem uma pisca de arroubo juvenil, enfatizando os números e alongando as sílabas. De fato, eu havia visto isso na TV. Isso comprova que as pessoas estão mais politizadas, mais conscientes, continuou. Precisamos, isto e aquilo. Concordei, mas como estávamos em fila achei que podíamos falar do livro que ando lendo ou na pintura francesa do século XIX. A questão, disse-me ela pegando o meu braço, é urgente. Trata-se de defender a democracia. O momento é de crise: civilização ou barbárie. Não sei por que me veio a imagem da Balsa da Medusa, de Gericault, que tantas emoções contraditórias provoca.

A minha amiga ademais de ativista é entusiasmada e ainda que falasse baixo atraía olhares dos outros passageiros na fila de embarque. Não preciso te dizer que esses olhares não eram simpáticos e lembravam um pouco o de aldeões conduzindo algum acusado de bruxaria à fogueira. Deram início ao embarque e tivemos que interromper a conversa. Seguimos, cada um, para os nossos assentos designados. Pouco depois decolamos. E me veio um sono incontrolável. Fechei os olhos e apaguei. Acordei quando o avião aterrissou. Não vi mais a minha amiga que, sentada à frente, deve ter saído primeiro, às pressas, para algum encontro marcado.

Heráclito, meu velho, recuperado da cansativa viagem escrevo-te para comentar um pouco sobre a impressão que me causou essa rápida conversa com a minha amiga. A democracia nos dias que correm, ouvi-te dizer mais de uma vez, parece uma senhora doente. Em toda parte, ela é atacada. Em pleno século XXI, quando pensávamos que podíamos ser guiados pela luz da Razão, eis que vêm os que preferem as trevas. Talvez para não ver os horrores da nossa miséria,

feitas invisíveis pelas sombras jogadas com esse propósito. Luz é sombra do outro lado. Sombra é luz do outro lado. As inequidades sempre existiram, mas para quem não as vive, são com questões de topologia algébrica. Existem, mas não perturbam a quem não se debruça sobre elas. A pandemia da Covid-19 rasgou a cortina pesada. As inequidades saltaram à vista. Foi até engraçado como alguns, mais zelosos, tentaram correr a cortina para esconder o corte. É preciso esconder que a Terra não é plana, se não onde vamos parar? Vão querer vacinas e, pior, para velhos, mulheres e crianças e, cúmulo dos cúmulos, para pobres – pareciam dizer entre dentes.

Não sigo, meu velho, com temor de te aborrecer. Espero notícias que sempre me dás dessa magnífica Organização das Nações Unidas.

Forte abraço,

Xavier

Nova York, 8 de outubro, 2022

Caríssimo Xavier

As tuas cartas são sempre divertidas. Ri da tua conversa com a tua velha amiga, mais amiga que velha, mas devo dizer-te que ela tem razão. A situação no mundo de hoje é caótica. A democracia está sofrendo e basta registrar que na Itália, os italianos, que são os que habitam aquele país, decidiram por um ponto final e votaram pela candidata fascista. No Reino Unido, o Governo parece inclinado a guiar-se pelo roteiro do Aprendiz de Feiticeiro, com música de Paul Dukas. Na Alemanha, todos estão procurando algo, mas ninguém sabe o quê. De modo geral, todos os países do Velho Continente defendem o que em outro momento seria considerado um absurdo. Zelenski, não sei se sabes foi considerado para Prêmio Nobel da Paz. Esse Prêmio, às vezes é outorgado a pessoas que não necessariamente podem ser identificadas com o que há de melhor no ser humano. Ainda assim, a lista inclui personalidades de destaque, de que são exemplo Albert Schweitzer, Dag Hammarskjold, Martin Luther King, Desmond Tutu, Nelson Mandela e Koffi Annan. Todos viveram a paz em suas vidas e em seus corações. Zelensky, pode ser um bom menino, mas o discurso que fez por ocasião do debate geral da Assembleia Geral das Nações Unidas é uma peça de artilharia. Para minha surpresa foi aplaudido de pé, o que me leva a pensar que o que está na moda hoje, o último grito, como se dizia, é a guerra. Os representantes dos EUA e da UE eram os mais entusiasmados e só faltou que pedissem bis e batessem o chão com seus sapatos. Não penses que nesta guerra da Ucrânia tomo o lado dos russos. Condeno todos os que se aventuram numa guerra. Sou diplomata, como sabes, e a guerra é o fracasso da diplomacia. Por dever de ofício procuro entender o que acontece, tarefa difícil e inglória, às vezes levada a interpretações erradas e a concepções falsas, mas sempre encaminhada para o diálogo e para a construção de pontes. Entendo que para o conjunto de problemas que nos afetam, mudança climática, perda da biodiversidade, inequidades, pobreza, fome, etc. – a solução somente poderá vir pela via da solidariedade e da cooperação. É pura perda de tempo imaginar que ela virá pela aplicação de acordos, regras, normas e tecnologias. Tudo isso são fórmulas vazias se não forem sopradas por algo que lhes dê vida. E esse algo é o espírito da solidariedade e da cooperação. As Nações Unidas, não sei se sabes, é guardiã de um sem número de atos internacionais sobre um impressionante leque de assuntos. Pode-se afirmar que todos os assuntos de interesse mundial estão contemplados em algum instrumento internacional. Pois bem, onde estamos? Não podemos negar importantes avanços no campo dos direitos humanos, na saúde, na educação, nas condições laborais, entre outros. E, no

entanto, quantas violações desses mesmos direitos ainda há. Falavas das eleições e me lembrei do que me disse uma jornalista amiga, que é muito diferente ir votar na Zona Sul do Rio do que ter de aventurar-se na Zona Norte ou Zona Oeste. O caminho para as seções nesses bairros é difícil e cheio de obstáculos. A violência tem cor e tem geografia, meu amigo, não importa o que diga a Lei. Falta empatia e solidariedade. Fico por aqui, pois tenho uma reunião no Conselho de Segurança. Forte

Abraço,

Heráclito

Brasília, 9 de outubro, 2022

Meu Caro Heráclito

Domingo de sol em Brasília. Saí para caminhar hoje cedo. É bom caminhar cedo. É como se a Natureza tivesse estendido convite para visitá-la em todo o seu esplendor matinal.

Li com interesse e preocupação a tua carta. Com interesse, pois não sabia o que me contastes sobre o Reino Unido, a Alemanha e a Europa em geral. Suspeitava de que algo andava mal no Reino da Dinamarca, mas não imaginava que essa era a situação no Velho Continente. Com preocupação com o que me contas sobre a onda pró-guerra que se verifica nas principais capitais europeias e, claro, Washington. Como li em alguma parte, a lógica da cooperação deu lugar à lógica da confrontação. Recordo que dissestes que altas autoridades norte-americanas e europeias defendem a derrota da Rússia no campo de batalha como único caminho para a paz. Pergunto o que pensariam Albert Schweitzer, Dag Hammarskjold, Martin Luther King, Desmond Tutu, Nelson Mandela e Kofi Annan, como muito bem lembrastes. Nenhum de nossos líderes está à altura desses gigantes. Nem o nosso afável e simpático António Guterres, que faz belos discursos, mas parece incapaz de articular com energia as condições para o diálogo. O que impediu Guterres criar as condições para uma reunião entre Putin e Zelensky, sem a interferência indevida dos patrocinadores deste último? Por que não fez da procura da paz o único ponto de agenda sobre o qual todos deveriam pôr a máxima atenção? Que interesse maior que o dos ucranianos poderia ser defendido pelos não-ucranianos? A OTAN já afirmou que não há limite para a ajuda militar à Ucrânia. Ou seja, confirmam na aposta militar da terra arrasada, quando deveriam estar procurando salvar toda uma geração dos horrores da guerra, como consta no preâmbulo da Carta. Levantam os braços ao céu, rasgam as vestimentas e falam da flagrante violação do Direito Internacional. Mencionam o Artigo 2 da Carta que estabelece que todo país membro deve abster-se do uso da força contra a integridade territorial de qualquer Estado, mas se esquecem de registrar o Artigo 33, do Capítulo VI – Solução pacífica das controvérsias. Os Acordos de Minsk se inserem no espírito da solução pacífica das controvérsias que antepuseram Kiev às províncias de Donetsk e Lugansk, desde 2014. Alemanha, França e a OSCE, ou seja, todos os países membros da OTAN, faziam parte desses acordos, solenemente ignorados por Kiev, que continuou desde aquela época a bombardear aquelas regiões de maioria russa. Algum jornal ocidental denunciou esses crimes? Não! Serge Halimi, Editor Chefe do Le Monde Diplomatique, pergunta em artigo intitulado “Uma voluptuosa lavagem cerebral”: ‘O presidente Volodymyr Zelensky é também editor chefe das mídias ocidentais? Seus vídeos cotidianos dão o tom, seus temas e anátemas são reproduzidas nas horas que seguem do New York Times, ao Le Monde, passando pela rede Arte, a revista Paris Match, as cadeias de informação contínua e as rádios públicas’.

Recentemente, em 4 de agosto, relatório da Ammnesty International denunciou o uso, pelas forças ucranianas, de escolas, hospitais e zonas residenciais como bases para a suas operações de guerra. Na noite daquele mesmo dia, Zelensky utilizou a sua influência para denunciar aquela Organização e acusar que ela põe no mesmo plano o agressor e o agredido. Ninguém ousou contestar Zelensky, pelo visto inatacável. A mídia ocidental nunca criticou a expansão da OTAN à Leste ou o não respeito aos Acordos de Minsk. Serge Halimi conclui: ‘Símbolo da democracia liberal, a Ucrânia confunde-se aos seus olhos (da mídia ocidental) como o presidente telegênico e corajoso. Sua causa torna-se uma religião civil; sua contestação, uma blasfêmia’.

Estou cansado e desanimado. Fico por aqui.

Forte abraço,

Xavier

Nova York, 10 de outubro, 2022

Caríssimo Xavier,

A tua carta me deu imensa alegria. O Prêmio de pessimista do ano vai recair sobre ti. As coisas estão mal, mas, como diz o ditado, não há mal que dure para sempre. É verdade tudo o que dizes. Li o artigo do Serge no Le Monde Diplomatique. Eu já sabia por outras fontes, mas é sempre bom saber que um grupo está se formando em oposição à burrice oficial. Falam de uma agressão não provocada e deixam de lado Donetsk, Lugansk e o horror de Odessa. Ninguém sabe dos Acordos de Minsk. Pedem armas, mais armas e são atendidos sem medir as consequências. Minha avó dizia que quem semeia vento colhe tempestade e não vai demorar. Detonaram os gasodutos 1 e 2 do sistema Nord Stream, nas águas territoriais de Dinamarca e da Suécia, ou seja, no Báltico, que qualquer colegial sabe que é um mar controlado pela OTAN, o que quer dizer que não se entra aí como na casa da mãe Joana. Sabotagem é a palavra mais usada para descrever o evento. Mas quem teria sabotado? Os russos seriam tão malucos de atirar no próprio pé para acusar os EUA? Como a acusação sem sentido dos ucranianos de que os russos atacavam a central nuclear de Zaporizhia, quando são estes últimos que efetivamente controlam a usina? Contestar é blasfêmia, como diz o nosso Serge. Quem lucra? Ora, meu amigo, os que nunca perdem um bom negócio, ainda que às custas do meio ambiente. Como sabes as explosões liberaram uma quantidade absurda de metano, com consequências desconhecidas. Mas que importa, quando as metas do Acordo de Paris estão comprometidas, com índices muito aquém do combinado. Any way, estamos em marcha à ré, para trás, sempre para trás, olhando pelo retrovisor.

Recentemente, a 11ª sessão especial de emergência da AGNU aprovou resolução intitulada “Integridade territorial da Ucrânia: defendendo os princípios da Carta das Nações Unidas”. O primeiro parágrafo preambular é uma contradição em termos, ao mencionar no mesmo parágrafo o Artigo 2 e o Artigo 33, que como vimos é Minsk não observado. O segundo preambular é um absurdo pela ignorância que revela, uma vez que menciona resolução de 1970, intitulada “Declaração de princípios de Direito Internacional relativo a relações amistosas e de cooperação entre Estados”. A célebre resolução estabelece a igualdade hierárquica entre o princípio de soberania (e por tabela o de integridade territorial) e o de autodeterminação. Entre os dois, o conceito de soberania é o mais afeito aos direitos humanos e ao título dado ao

preâmbulo da Carta: *Nós os povos*. O de soberania, não inclui qualquer referência a direitos humanos ou aos povos autóctones originários. Mas isso ninguém ousa dizer, com medo de cometer blasfêmia.

Any way, esse é o espírito, meu amigo. Não se quer construir, mas destruir. Os caminhos da paz não são passagens para tanques ou tropas. O caminho da paz é construído com o sopro frágil de esperança por onde transitaram com leveza Albert Schweitzer, Dag Hammarskjold, Martin Luther King, Desmond Tutu, Nelson Mandela e Koffi Annan.

A Agenda da AGNU este ano, como a dos anos anteriores é complexa e de tirar o folego. Pergunto-me se vale a pena empregar tanto tempo e energia quando os nossos líderes dão claros sinais de demência. O que haverá da Agenda 2030, do Acordo de Paris ou do combo ONU/OMS sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias? Que esperar quando tanta energia é gasta em armas de destruição? Quem semeia vento, colhe tempestade. Fico por aqui, estão me chamando para uma reunião do Conselho de Segurança. Não sei se chamar os bombeiros ou o SAMU. Any way, de que adiantaria?

Abraço forte,

Heráclito

Revolta e esperança: Teoria, história e decisão política

José Luís Fiori

A história contemporânea sugere que Karl Polanyi tenha razão: os grandes avanços da internacionalização capitalista promovem grandes saltos econômicos e tecnológicos, mas ao mesmo tempo aumentam geometricamente as desigualdades na repartição da riqueza entre as nações e as classes sociais. E como consequência, no final dos grandes “ciclos de globalização”, aumenta e generaliza-se a insatisfação das grandes massas, e multiplicam-se as revoltas sociais e reações nacionalistas, ao redor do mundo. O que ele chamou exatamente de “duplo movimento” das sociedades de mercado¹. Mas se isto parece ser verdade, não é verdade que estas “inflexões reativas” tenham sempre um viés progressista ou revolucionário. Pelo contrário, elas nunca foram homogêneas, e podem tomar direções radicalmente opostas, sendo impossível deduzir teoricamente e prever de antemão a orientação ideológica e o desdobramento concreto que tomará cada uma destas revoltas, e destas explosões nacionalistas.

Basta olhar para o que aconteceu nas primeiras décadas do século XX, quando as grandes massas saíram às ruas de toda a Europa, como reação contra o aumento da desigualdade e da miséria que cresceram à sombra da acelerada internacionalização capitalista das últimas décadas do século XIX, ao que se somaram as catástrofes sociais provocadas pela Primeira Guerra Mundial, pela Gripe Espanhola, e pela crise financeira e econômica que começou no final dos anos 20 e se prolongou até o início da Segunda Guerra Mundial. E logo se constatará que a revolta social e a explosão nacionalista daqueles anos, assumiram formas muito diferentes, e as vezes diametralmente opostas, em distintos países, e por vezes, dentro de um mesmo país.

Neste período, a polarização das classes e das nações e o aumento generalizado da miséria contribuíram para a explosão de inúmeras revoltas e/ou revoluções comunistas, na Alemanha, na Hungria, na Polónia, na Itália, na Espanha, na Rússia e em vários outros países, dentro e fora da Europa, incluindo evidentemente a Revolução Soviética, em 1917. Mas neste mesmo período, esta mesma miséria, e esta mesma polarização entre as nações, contribuíram igualmente para a multiplicação de outras tantas paralelas de tipo “fascista” ou “nazista” que se multiplicaram por toda a Europa, alcançando sua trágica vitória na Itália e na Alemanha, mas também em Portugal e na Espanha, onde os fascistas se mantiveram no poder durante 40 anos, mesmo depois da IIGM. Em todos estes casos, a ascensão fascista contou com o apoio da grande burguesia, mas também contou com o apoio de grandes massas de miseráveis e de “excluídos sociais” de todo tipo, revoltados contra o fracasso social da globalização capitalista e do imperialismo colonialista da segunda metade do século XIX. E todos esses casos culminaram com a formação de governos autoritários movidos pelo mesmo ódio contra as minorias, os estrangeiros, e seus opositores que foram exterminados, como foi o caso notável dos judeus, mas também, dos comunistas, dos ciganos, dos deficientes físicos e de todos que se opuseram ao regime e que foram mortos e exterminados aos milhares até o momento de suas derrotas na Segunda Guerra, no caso da Itália e da Alemanha.

E agora de novo, nesta terceira década do século XXI, pode-se dizer que o mundo está atravessando uma nova onda de revoltas e rupturas sociais e nacionais, alimentadas, uma

¹ Teoria discutida em nosso último artigo, sobre “O Duplo Movimento, e a conquista da soberania”, publicado no mês de setembro de 2022.

vez mais, pelo aumento da desigualdade, do desemprego e da miséria que se multiplicaram de forma exponencial a partir da década de 90, mas sobretudo depois da crise financeira de 2008. Neste ponto Polanyi acerta de novo, mas agora também é impossível prever o futuro exato e o desfecho desta nova “era das rebeliões”. Assim mesmo, desde já, e até aqui, o que mais surpreende nessas novas revoltas, são duas coisas que se destacam dentro do espaço eurocêntrico, mas também, de uma forma um pouco diferente, no próprio caso dos Estados Unidos:

- I. a primeira, tem sido a fragilidade das forças de esquerda, e a baixa participação das forças progressistas na liderança dessas revoltas, com exceção do caso da Grécia, em 2013, e do Chile, Equador e Colômbia, em 2019. Sendo que no caso da Grécia, a revolta foi rapidamente domesticada pela União Europeia, e foi finalmente derrotada pela própria direita grega;
- II. a segunda, tem sido a força e a agressividade generalizada das novas lideranças e ideias da extrema-direita, associadas ao fundamentalismo e ao nacionalismo religioso, seja ele cristão, ortodoxo, judeu ou islâmico, dependendo de cada país e de cada grupo social. Na Hungria e na Polônia, sem dúvida alguma, mas também em Israel e em vários países islâmicos do Oriente Médio; na Inglaterra e na Holanda, sem dúvida alguma, mas também nos Estados Unidos e na Rússia; na Itália e na República Checa, sem dúvida alguma, mas agora também na Suécia, que foi uma espécie de Vaticano da Social-Democracia europeia durante todo o século XX.

Poderia se falar de algumas outras vitórias da social-democracia nos países ibéricos e nórdicos, ou mesmo na Alemanha, mas mesmo estas vitórias eleitorais tem sido revertidas em alguns casos, ou estão sendo atropeladas e dispersas pela nova guerra europeia entre a Rússia e a OTAN, que está mobilizando os piores instintos e ódios nacionalistas da longa história de guerras do Velho Continente, e da prolongada disputa de suas “potencias ocidentais” com a Rússia, começando pela invasão dos Cavaleiros Teutônicos do Papa, em 1240; a invasão das tropas de Bonaparte, em 1812; e finalmente, a invasão da Alemanha nazista, em 1942.

É muito difícil resumir em poucas linhas, uma história tão longa, e uma conjuntura tão complexa. Mas se for necessário apressar a análise e escolher um fator mais importante para explicar o enfraquecimento dos socialistas e dos social-democratas europeus frente às novas revoltas sociais, diríamos que foi sua perda de sintonia com a esperança de futuro dos europeus, em particular de suas grandes massas de desempregados e excluídos sociais.

Essa limitação da social democracia tem raízes mais profundas e antigas, porque os social-democratas sempre tiveram dificuldade de enfrentar e incorporar a “questão nacional” dentro do seu projeto para a Europa, e nunca conseguiram conciliar o seu internacionalismo dos períodos de paz, com seu nacionalismo das horas de guerra entre seus próprios estados, e contra suas colônias. Por isto mesmo, os socialistas e os social-democratas europeus não participaram nem apoiaram a ideia inicial, nem nunca tiveram nenhuma identificação popular com o projeto de unificação europeia. Mas apesar disto, apoiaram incondicionalmente o projeto de expansão da OTAN dentro e fora da Europa, depois do fim da Guerra Fria. Por isto hoje, na hora desta grande crise atual da UE, eles tampouco conseguem se posicionar, seja a favor de uma integração meramente econômica, como propõem os liberais, seja a favor da criação de um novo estado europeu, como propõem os nacionalistas. Além disto, na década de 90, abandonaram seu próprio projeto de aprofundamento do “estado de bem-estar social”, ao aderir ao novo receituário econômico neoliberal da austeridade e da diminuição do papel social do Estado, e por isto hoje tampouco tem nada de novo para dizer sobre esta nova onda de

desemprego e de miséria dos europeus. E foi assim que os socialistas e os social-democratas europeus acabaram perdendo sua própria identidade ideológica e política, e o que é pior, perdendo sua capacidade secular de mobilização das “grandes massas” que hoje estão aderindo às ideias, soluções e distopias propostas pela nova extrema-direita europeia, que está assistindo de camarote a desintegração do continente, acelerada pela Guerra da Ucrânia.

Seria muito importante, mas não cabe analisar em tão poucas linhas o processo paralelo e similar que os democratas norte-americanos estão enfrentando no seu próprio país. Mas o panorama europeu que foi traçado já é suficiente para compreender a importância crucial da batalha que está sendo travada no Brasil, neste momento, entre esta nova direita global e o conjunto das forças políticas locais que se uniram para barrar o avanço do velho “fascismo” de tipo europeu que se uniu ao novo “nacionalismo cristão” de direita, de origem norte-americana, que vem sendo injetado há longos anos na sociedade brasileira. Uma verdadeira guerra entre duas visões da humanidade, absolutamente antagônicas e, ao mesmo tempo, no caso brasileiro, entre duas concepções opostas, de estado, de sociedade, de economia, de sustentabilidade, de cultura, de civilização e de futuro. Neste momento é fundamental que os progressistas apresentem à sociedade brasileira um projeto de futuro que seja inovador e que seja diferenciado, combinando uma verdadeira estratégia de guerra contra a desigualdade, com um projeto simultâneo de construção de uma nação, popular e democrática, e de uma grande potência pacificadora capaz de influenciar as gigantescas transformações mundiais que estão em pleno curso. É fundamental neste momento conscientizar e conquistar o apoio de todos os brasileiros para um novo projeto de futuro solidário e compartilhado por todos, capaz de vencer a distopia teológica e ultraliberal da salvação de cada um por si, mesmo que seja contra todos os demais, com a benção de Deus e a mão invisível do Mercado. Nesta hora, mais do que nunca, é preciso inovar e apresentar com coragem e absoluta clareza, ideias e projetos, mas sobretudo, um “sonho de futuro” capaz de sintonizar com a imaginação e a esperança de todos os brasileiros.

Como posicionar um tratado pandêmico que reflita sobre propriedade intelectual: os muitos caminhos a serem navegados na construção de um novo paradigma

Paula Reges, Luana Bermudez e Luiz Augusto Galvão

Consulta Informal Enfocada do Corpo de Negociação Intergovernamental em Propriedade Intelectual

Em sua segunda reunião, o Órgão Intergovernamental de Negociação criado para elaborar e negociar uma convenção, acordo ou outro instrumento internacional da OMS sobre prevenção, preparação e resposta pandêmica (INB) decidiu que realizaria consultas informais enfocadas (IFCs) com especialistas, abertas a todos os Estados-Membros da OMS e às partes interessadas, sobre questões-chave selecionadas.

A INB planeja realizar quatro IFCs, que tem por objetivo servir como fórum para discussão entre todos os atores envolvidos, visando o avanço na compreensão do trabalho da INB. Os resultados das IFCs, juntamente com os resultados das audiências públicas, a contribuição escrita dos Estados-Membros e as partes interessadas relevantes na minuta de trabalho, a entrada da segunda reunião da INB e a entrada das consultas regionais, serão utilizados pela Mesa da INB no desenvolvimento de um projeto conceitual zero, a ser discutido na terceira reunião da INB, em dezembro de 2022.

No interesse da transparência e consciente do interesse generalizado pelo trabalho da INB, a Inb Bureau decidiu que cada sessão do IFC será transmitida ao vivo e teve a seguinte organização:

Primeiro IFC	Questões legais	Data
Mais detalhes sobre a primeira reunião do IFC	<ul style="list-style-type: none">● Relação entre o acordo de pandemia e outros instrumentos, notadamente o Regulamento Sanitário Internacional● Soberania● Arranjos e alternativas institucionais● Considerações estruturais e estruturais● Ratificação/adesão● Entrada em vigor	21 de setembro de 2022

<p>Segundo IFC</p> <p>Mais detalhes sobre a segunda reunião do IFC</p>	<p>Operacionalizando e alcançando equidade</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Acesso a produtos de resposta pandêmica e entrega/distribuição ● Acesso e compartilhamento de benefícios, incluindo dados de sequência genética ● Fortalecimento dos sistemas de saúde, incluindo a importância da cobertura universal de saúde e da atenção primária à saúde 	<p>5 de outubro de 2022</p>
<p>Terceiro IFC</p> <p>Mais detalhes sobre a terceira reunião do IFC</p>	<p>Propriedade intelectual (IP), produção e transferência de tecnologia e know-how</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Pesquisa e desenvolvimento ● Patentes e acesso à tecnologia, incluindo know-how relacionado ● O papel de TRIPS, licenciamento obrigatório e isenções de IP ● Considerações sobre a capacidade de produção e a cadeia de suprimentos ● Aprovações regulatórias durante emergências 	<p>7 de outubro de 2022</p>
<p>Quarto IFC</p>	<p>Uma Saúde, resistência antimicrobiana, clima e zoonose</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Laboratório multissetorial, coordenado e integrado e de vigilância ● Resiliência e capacidade dos sistemas de saúde ● Saúde e recursos humanos e proteção da força de trabalho 	<p>14 de outubro de 2022</p>

Todas as IFCs são totalmente virtuais, com interpretação em todos os idiomas oficiais da OMS. Cada um será presidido por uma co-presidência da INB Bureau e terá duas partes:

1) uma mesa redonda interativa e moderada entre especialistas independentes durante a qual o moderador fará perguntas e estimulará a entrada e o diálogo entre os especialistas; e

2) uma sessão de discussão e reflexão, para os Estados-Membros e as partes interessadas relevantes, onde podem ser enviadas perguntas e reflexões por e-mail ou pela função "chat" da reunião.

O INB Bureau selecionará os especialistas para participar em cada sessão do IFC. Serão feitos esforços para promover a diversidade, incluindo, em particular, a diversidade de pontos de vista e perspectivas científicas, bem como a amplitude na expertise no assunto. Conforme

apropriado, os especialistas da Secretaria da OMS participarão das mesas-redondas do IFC como participantes.

Atento à natureza informal dos IFCs e ao objetivo de estimular a discussão completa e franca, o seguinte se aplicará a todas as sessões do IFC:

- as discussões nas sessões do IFC, inclusive entre os especialistas participantes, não prejudicarão de forma alguma as posições dos Estados-Membros ou de qualquer outro participante da sessão;
- nenhum comentário ou pergunta apresentado pelos participantes da sessão, incluindo os Estados-Membros, durante as IFCs, implicará uma opinião ou posição dos Estados-Membros ou de outros participantes da sessão; e
- apresentações de especialistas serão fornecidas exclusivamente para a apreciação dos Estados-Membros e não serão fontes de entrada no projeto conceitual zero.

Na 3ª consulta que aconteceu no último 7 de outubro, de acordo com os participantes, houve um grande número de discordâncias sobre o papel da propriedade intelectual (PI).

A Federação Internacional de Fabricantes e Associações Farmacêuticas (IFPMA), insistiu que a rápida produção de vacinas COVID-19 se baseou em “incentivos”, particularmente na proteção de PI. Foi pontuado que a PI seria um instrumento facilitador e não uma barreira. No entanto, outros especialistas do painel discordaram, apontando especificamente para a recusa das grandes farmacêuticas em compartilhar sua propriedade intelectual, tecnologia e know-how com o hub de mRNA estabelecido na África do Sul pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para treinar pessoas de países de baixa e média renda para produção de vacinas que usem tecnologia RNAm.

Para que as contramedidas pandêmicas, particularmente as vacinas, se tornem bens públicos há a exigência de mecanismos de financiamento robustos e mecanismos previsíveis e sólidos para o compartilhamento do conhecimento, do know-how, da tecnologia e da PI que se desenvolve com esses mecanismos de financiamento.

Ao longo das discussões, foram pontuadas que diversas empresas produtoras de imunocomplexos e com capacidade de distribuição global sofreram embargos de grandes empresas farmacêuticas para transferência de tecnologia, mas não receberam. Além disso, os países desenvolvidos defenderam os interesses de suas empresas de proteção contra a transferência dessa tecnologia, bem como qualquer tipo de isenção de TRIPS que permitisse aos países fazer uso dessa tecnologia. Foi comentado que o atual rascunho do tratado de pandemia sobre transferência de tecnologia é “muito fraco” e sugeriu-se que o INB siga o exemplo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que contém palavras concretas sobre a obrigação de transferência de tecnologia.

Houve amplo apoio a um maior investimento do governo em pesquisa e desenvolvimento (P&D) de produtos médicos para garantir melhor acesso a medidas que salvam vidas durante pandemias.

Richard Hatchett, CEO da Coalition for Epidemic Preparedness Innovations (CEPI), disse que sua organização era “o único financiador de P&D que vinculou seu investimento ao acesso global equitativo e compromissos para realizar transferências de tecnologia”.

À medida que a INB desenvolve seu “rascunho zero” do tratado pandêmico, Hatchett instou-a a usar as disposições que a CEPI desenvolveu para criar normas para países onde “a

equidade está no centro de todos os aspectos da prevenção, preparação e resposta à pandemia”. Ele acrescentou que, politicamente, o nacionalismo da vacina era esperado – e a melhor maneira de combatê-lo era por meio da capacidade de fabricação geograficamente diversificada.

“A raiz da desigualdade é a escassez. E sempre que houver escassez, aqueles que tiverem os meios para fazê-lo garantirão os recursos de que precisam e outros serão deixados para trás”, disse Hatchett.

A maneira de responder a futuras pandemias é pontuada pela redução do tempo durante o qual o acesso a contramedidas é caracterizado principalmente pela escassez. As raízes estruturais e geográficas da escassez são a concentração da capacidade de produção em poucas regiões densamente povoadas. Então, para se ter sucesso, precisa-se de uma produção mais diversificada geograficamente, que garanta o mais célere alcance às tecnologias por toda a população global.

Ademais, pontuou-se que é necessário se pensar na transferência de tecnologia em um sentido mais amplo. Como disponibilizamos plataformas tecnológicas sustentáveis em LMICs? O tratado de pandemia pode atuar como apoio para a regionalização e a propriedade regional e nacional da tecnologia, em contraponto às iniciativas multilaterais, porém individuadas do atual momento.

A cientista-chefe da OMS, Soumya Swaminathan, defendeu que o tratado de pandemia seja acompanhado por um acordo comercial negociado na Organização Mundial do Comércio (OMC), que aborde não apenas questões de propriedade intelectual e transferência de tecnologia, mas uma gama mais ampla de questões comerciais e problemas da cadeia de suprimentos, que eram muito críticos, especialmente nos primeiros dias da pandemia.

COVAX: Principais aprendizados para futura preparação e resposta a pandemias

A pandemia de COVID-19 demonstrou a clara necessidade de o mundo estar mais bem preparado na próxima vez que ocorrer uma emergência de saúde pública dessa escala. O acesso global rápido e equitativo a intervenções médicas, como terapêuticas, diagnósticos e, em particular, vacinas, que oferecem a melhor linha de defesa para doenças preveníveis por vacinas, será fundamental para isso. No entanto, para que a futura arquitetura global de saúde seja mais ágil e eficaz para responder às ameaças pandêmicas e controlá-las, ela precisará antecipar – e ser construída para superar – todas as barreiras potenciais à equidade.

Este white paper descreve os principais aprendizados da COVAX para preparação e resposta a pandemias futuras. Com base na experiência única da COVAX, que permite um lançamento global sem precedentes em escala durante uma pandemia, destaca os desafios encontrados e o impacto subsequente no acesso equitativo às vacinas COVID-19, as ações que a COVAX tomou em resposta e as recomendações para o futuro.

A COVAX pretendia adquirir dois bilhões de doses de vacinas até o final de 2021 e contava com compromissos de compra antecipada para fornecer vacinas aos países mais pobres de baixa e média renda. Em janeiro de 2022, a COVAX entregou mais de 1 bilhão de doses de vacinas a 144 países e territórios, contribuindo para a maior e mais rápida distribuição de vacinas na história global. Apesar das dificuldades de financiamento de bens públicos globais, a COVAX também cumpriu sua meta de financiamento.

Apesar dessas conquistas, a oferta insuficiente e a desigualdade nas vacinas persistem, com apenas 13% da população em países de baixa renda totalmente vacinados contra o COVID-19, em comparação com 75% em países de alta renda. Essas dificuldades e decepções levantam a questão - esse modelo é adequado para garantir uma resposta equitativa e eficiente quando a próxima pandemia ocorrer?

Os aprendizados-chave concentram-se em:

1. O acesso equitativo requer uma solução ponta-a-ponta centralizada na saúde pública e nas necessidades dos mais vulneráveis, em todos os passos.

- a) Priorização do fortalecimento de recursos durante períodos não pandêmicos, garantindo assim que um ecossistema resiliente já esteja em vigor quando ocorrer uma emergência.
- b) Construção de pontes de acesso dos mais vulneráveis à arquitetura pandêmica, desde o início. Isso significa reconhecer que, apesar dos melhores esforços, haverá disparidades nos níveis de prontidão, infraestrutura e capacidade dos países quando a próxima pandemia ocorrer – uma resposta bem-sucedida deve estar pronta para lidar com essas disparidades e minimizar as barreiras de acesso que elas representam.
- c) Evitar a duplicação de esforços, maximizar o impacto dos investimentos feitos até à data e aumentar a probabilidade de uma resposta bem-sucedida, mapeando os mecanismos, redes, conhecimentos, políticas, estruturas e ferramentas de saúde global existentes – e reter, incorporar e evoluir conforme necessário

2. Armazenamento, restrições às exportações e nacionalismo são esperados.

- a) Instituir modelos – com antecedência – que garantem que os volumes fornecidos aos países de alta renda (HICs) sejam acompanhados em paralelo (não sequencialmente) por doses proporcionais para países de baixa renda, para garantir a distribuição equitativa e oportuna da oferta disponível.
- b) Aumentar e diversificar geograficamente a fabricação de vacinas
- c) Fortalecer as medidas multinacionais de facilitação do comércio para garantir o livre fluxo de vacinas, suprimentos de fabricação e outros equipamentos que salvam vidas durante emergências de saúde

3. Uma resposta global de sucesso à pandemia envolve correr riscos

- a) Garantir que os mecanismos de resposta sejam flexíveis e ágeis, com financiamento e tolerância ao risco que eles precisam para operacionalizar com sucesso uma resposta
- b) Disponibilizar, com antecedência, financiamento contingente em risco para agências e mecanismos globais de saúde que sejam imediatamente implantados quando necessário (de ponta a ponta, de P&D à aquisição de contramedidas médicas e suprimentos auxiliares, bem como as necessidades de entrega no país).
- c) Sustentar e alavancar os mecanismos de financiamento existentes (por exemplo, o International Finance Facility for Immunization (IFFIm), capacidade contingente, facilidades de liquidez do BEI, DFC Rapid Financing e MedAccess Risk Sharing) ou criar novos mecanismos que se concentrem na flexibilidade de resposta e ajudem a garantir escala suficiente de pelo menos -capital de risco no primeiro dia da pandemia.

O documento pode ser na íntegra consultado [aqui](#).

O lobby das empresas de ‘energia suja’ nas políticas de emissão líquida zero (*Net Zero*)

Danielly de P. Magalhães & Luiz Augusto Galvão

Nesses últimos quinze dias, assistimos à intensificação de vários fenômenos naturais por conta das mudanças climática, como as inundações catastróficas no Paquistão, secas crônicas na África Oriental e a devastação em Cuba e no sul dos Estados Unidos causada pelo furacão Ian. Apesar da pandemia global e da guerra na Ucrânia, o secretário-geral da ONU, António Guterres, acredita que a mudança climática é o maior desafio deste século.

Política de emissão líquida zero da União Europeia e o comando das petrolíferas

A UE pretende alcançar a neutralidade climática – ou emissão líquida zero – até 2050, o que, na realidade, significa que a conversa sobre redução de emissões continua sendo apenas isso: - conversa. [A emissão líquida zero](#) baseia-se no conceito de que as emissões contínuas podem ser 'equilibradas' pela remoção de carbono da atmosfera, compensando, capturando ou removendo CO₂, e ganhou aceitação graças ao lobby dos gigantes da energia suja.

O relatório intitulado [The deadly climate gamble: Dirty Energy bets on unproven ‘carbon removals’ to keep fossil fuels flowing](#) (em tradução livre, A aposta climática mortal: a Energia Suja aposta em 'remoções de carbono' não comprovadas para manter o fluxo de combustíveis fósseis), publicado pelo [Corporate Europe Observatory](#) em colaboração com nove grupos da sociedade civil, esclarece como funciona o as ações para alcançar emissão líquida zero no nível da UE através da análise das respostas de uma série de empresas de combustíveis fósseis. Revela que às ações defendidas pela Comissão Europeia no comunicado sobre [Ciclos Sustentáveis de Carbono](#) estão centradas em tecnologias para remoção, captura e armazenamento de carbono que prolongam a vida e a contínua extração de combustíveis fósseis. E como se não fosse suficiente absurdo, essa estratégia visa canalizar mais dinheiro público para tecnologias de captura, utilização e infraestrutura de armazenamento de carbono, fornecendo mais suporte regulatório, além de criar um fórum anual que coloca a indústria no comando – como se não bastasse todo o subsídio e lucro dessas empresas.

A captura e armazenamento de carbono envolve a captura de emissões de dióxido de carbono (CO₂) de processos industriais, como produção de aço e cimento, ou da queima de combustíveis fósseis na geração de energia. Esse carbono é então transportado de onde foi produzido, via navio ou gasoduto, e armazenado nas profundezas do subsolo em formações geológicas. O IPCC aponta para “incerteza na implantação futura da captura e armazenamento de carbono” e adverte contra a confiança nele, dadas “preocupações com a segurança e custo do armazenamento” e o “risco não negligenciável” de vazamento de CO₂ do armazenamento geológico e Infraestrutura de transporte de CO₂. Classifica a captura e armazenamento de carbono como uma das [opções de maior custo e menor potencial de mitigação](#).

Outra opção defendida pela Comissão Europeia é a utilização dessa tecnologia para a geração de Hidrogênio azul. O hidrogênio é considerado combustível limpo porque, ao ser queimado, produz apenas água como subproduto, mas para produzir o hidrogênio azul o processo é bastante sujo. Em uma matéria do New York Times, de Agosto de 2021, [For Many, Hydrogen Is the Fuel of the Future. New Research Raises Doubts](#) (em tradução livre, para muitos, o hidrogênio é o combustível do futuro. Nova pesquisa levanta dúvidas), fica claro que quem empurra o hidrogênio azul é a indústria do petróleo que o promove como combustível confiável de última geração para movimentar carros, aquecer residências e gerar eletricidade’. A

reportagem apresenta estudos científicos que mostram que o hidrogênio azul tem pegada 20% maior que o carvão além de ser uma tecnologia incrivelmente cara.

A ciência diz que cortes drásticos de emissões são necessários agora se quisermos ficar dentro de 1,5°C de aquecimento. Assim, as políticas de “emissão líquida zero” são na realidade “não zero” e garantem efetivamente que ultrapassaremos 1,5°C. Significa não apenas mais extração de combustíveis fósseis, mas também uma distração perigosa de [soluções reais](#) para enfrentar a crise climática de maneira justa, começando com a rápida eliminação dos combustíveis fósseis e a ampliação justa e sustentável de energias renováveis limpas, como eólica e solar, para atingir o “NET zero”

57ª sessão do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas

Entre os dias 27 e 30 de setembro aconteceu a 57ª sessão do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC-57) em Genebra, Suíça. Aproximadamente 300 pessoas participaram, incluindo representantes do Escritório do IPCC, representantes dos países membros e observadores.

Os delegados discutiram questões críticas de negócios. A ocasião seria também para lançar o Relatório Síntese do sexto ciclo de avaliação, no entanto foi adiado para março de 2023, e não estará disponível na próxima COP 27 em novembro. O Relatório de Síntese integrará os três relatórios dos grupos de trabalho que compõem o sexto Relatório de Avaliação (AR-6), bem como dos Relatórios Especiais produzidos no ciclo - [Aquecimento Global de 1,5°C](#); [Mudança Climática e Terra](#); e o [Oceano e a Criosfera em um Clima em Mudança](#).

À medida que os impactos das mudanças climáticas se tornam cada vez mais flagrantes, muitos delegados destacaram o papel essencial do IPCC em fornecer a base científica para a formulação de políticas globais. O AR-6, publicado em 2022, foi o que repercutiu melhor e que gerou mais apelo e mobilização. Alguns pediram para pensar criativamente sobre como o IPCC pode usar seu sétimo ciclo para informar esta década crítica para a política climática, talvez produzindo Relatórios Especiais e outros resultados que possam ser preparados em prazos mais curtos do que os relatórios de avaliação que são publicados a cada 6 anos. Várias foram as discussões sobre a divulgação de dados desatualizados visto que só o período de revisão leva 18 meses.

Foi sugerido que os Relatórios Especiais futuros poderiam se concentrar em pontos de inflexão e tecnologias e riscos de gerenciamento de radiação solar - ponto de inflexão é quando um limite de temperatura é ultrapassado, levando a uma mudança irreversível em um sistema climático, mesmo que o aquecimento global termine. Gerenciamento de radiação solar são métodos para refletir parte da radiação do sol de volta ao espaço antes que ela possa aquecer a Terra.

O atraso no relatório síntese se dá pela desistência dos atores pela alta carga de trabalho, principalmente do Sul global devido à falta de apoio financeiro. Juntamente com a necessidade de comunicar mais rapidamente a situação climática e com os aprendizados dos relatórios anteriores, o painel tomou nota das considerações abaixo para o próximo ciclo:

- os voluntários devem ter cargas de trabalho realistas;
- relatórios mais curtos e/ou workshops técnicos em vez de Relatórios de Avaliação devem ser considerados;

- deve-se considerar como coordenar o número crescente de organizações que desejam se engajar; e
- as pessoas, e especialmente os cientistas do capítulo, devem receber mais apoio.

Outro ponto discutido diz respeito a igualdade de gênero dentro do IPCC. O Canadá, enfatizou a necessidade de igualdade de gênero e equidade de gênero, destacou a importância de salvaguardar a reputação do IPCC e a capacidade de recrutar pessoas.

Entendendo os relatórios do IPCC

Em 1990 o IPCC publicou seu primeiro Relatório de Avaliação sobre as questões climáticas, desde então a periodicidade é de seis anos, com os relatórios de 1995, 2001, 2007, 2014 e 2022, esse último foi atrasado por conta da pandemia. Os relatórios de avaliação estão estruturados em três partes, correspondendo às atribuições dos Grupos de trabalho (GTs). O GT-I aborda a base da ciência física das mudanças climáticas, O GT-II aborda os impactos, adaptação e vulnerabilidade das mudanças climáticas; e o GT-III aborda opções para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e para mitigar as mudanças climáticas. A contribuição de cada GT inclui um relatório de avaliação abrangente (o “relatório subjacente”), um resumo técnico e um resumo para formuladores de políticas. Cada um desses relatórios passa por um processo exaustivo de revisão em três etapas por especialistas e governos, incluindo: uma primeira revisão por especialistas, uma segunda revisão por especialistas e governos e uma terceira revisão por governos. Cada resumo para formuladores de políticas é então aprovado linha por linha pelo respectivo GT e então adotado pelo Painel.

OTAN solicita status de observador no IPCC

Durante o IPCC-57, 20 solicitações para o status de observador, incluindo quatro organizações do sistema da ONU e 16 organizações não ou intergovernamentais. Embora todas as organizações se qualifiquem para o [status de observadores](#), duas – da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da Santa Sé – exigiram mais consideração.

Houve reservas relacionadas com os benefícios da admissão na OTAN e sobre seu status como organização militar, além dos aspectos não científicos da organização.

A OTAN diz que as dimensões da mudança climática é um desafio de segurança e justifica sua entrada como uma estratégia para evitar conflitos, gerenciar os desastres, mobilizar tropas em áreas de maior estresse climático, engajar alianças em áreas de vulnerabilidade e mover bases militares para locais menos vulneráveis para que as mudanças climáticas não afetem sua capacidade de operação, além de revisar a resiliência de seus equipamentos e dependência de energia e combustível durante as operações. Essas e outras questões são apresentadas [em um artigo](#) da German Marshall Fund of the United States (GMF) e faz parte uma série chamada: A OTAN em uma Nova Era: Mudanças Globais, Desafios Globais . A série completa está disponível [aqui](#).

O Oficial Jurídico do IPCC esclareceu que a OTAN cumpre o [limite para o estatuto de observador](#), especificamente através de um plano de ação climática e plataforma que está a desenvolver. O artigo citado acima sintetiza algumas dessas ações, como comprometimento de reduzir as emissões, uso de drones para diminuir o uso de aviões, transporte movido a energia solar entre outros.

Não cabe a esse caderno especular sobre as implicações e os impactos da OTAN ao receber essas informações privilegiadas em antecedência ao resto do mundo, no entanto elas

não podem ser descartadas. Outro ponto que cabe ser lembrado é que nada pode ser mais desnecessariamente impactante do que uma guerra, que destrói construções que já usaram recursos da natureza, extermina a biodiversidade, polui o ar, o solo e a água, deixando passivos ambientais por décadas.

A Alemanha, Austrália, Canadá, Reino Unido, Dinamarca, Noruega e EUA apoiaram a candidatura da OTAN. A África do Sul, China, Cuba, Venezuela, Irã, Nicarágua, Angola e a Federação Russa se opuseram à inclusão da OTAN como observador. A China disse que a OTAN é a maior aliança militar do mundo e tem pouco a ver com as mudanças climáticas. A Federação Russa disse que a organização não tem nenhuma competência no campo da climatologia.

Diante de tantas reservas, o secretário Mokssit propôs suspender a admissão da OTAN e da Santa Sé enquanto se aguarda uma análise mais aprofundada. O Painel concordou em tratar a Santa Sé e a OTAN como casos pendentes.

Pavilhão da Saúde na COP 27 sobre Mudanças Climáticas

A OMS, com apoio da Fundação Inglesa Wellcome terá [Pavilhão de Saúde na COP27](#) de 6 a 18 de novembro de 2022 em Sharm El-Sheikh International Convention Center (SHICC), Egito.

Apesar de que Saúde continua a não estar listado como um tópico a ser tratado na COP do clima, a OMS, com apoio da Fundação Inglesa Wellcome organizou o Pavilhão de Saúde da COP27 que deve funcionar de 6 a 18 de novembro de 2022 em Sharm El-Sheikh International Convention Center (SHICC), Egito.

O Pavilhão de Saúde na COP27 reunirá a comunidade global de saúde e seus parceiros para garantir que a saúde e a equidade sejam colocadas no centro das negociações climáticas. Oferecerá um rico programa de eventos de duas semanas mostrando evidências, iniciativas e soluções para maximizar os benefícios para a saúde do enfrentamento das mudanças climáticas em regiões, setores e comunidades.

O Pavilhão de Saúde COP27 estará localizado na Zona Azul do Centro Internacional de Convenções Sharm El-Sheikh (SHICC) ao qual somente terão acesso os participantes com crachás para entrar na Zona Azul (delegação nacional ou outra delegação oficial).

A programação final dos eventos paralelos, bem como a transmissão ao vivo do Pavilhão da Saúde, será disponibilizada na Página do Pavilhão de Saúde da OMS em breve.

Para se inscrever para liderar um evento paralelo no Pavilhão de Saúde da COP27, envie sua inscrição preenchendo este [formulário on-line](#).

Fórum Global da Juventude sobre Saúde e Mudanças Climáticas

A OMS, juntamente com a Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina (IFMSA) e a Global Climate and Health Alliance (GCHA) organizaram, de 8 e 9 de outubro de 2022, o primeiro [Fórum Global da Juventude sobre Saúde e Mudanças Climáticas](#), antes da COP27. O Fórum, em formato virtual, teve como objetivo apoiar o engajamento dos jovens em ações sobre clima e saúde. O evento se dirige a jovens de todo o mundo. Haverá um terceiro dia, provavelmente em novembro, ainda a ser determinado, em formato híbrido.

O Fórum Global da Juventude foi organizado sob o Patrocínio de Sua Excelência Ministro da Saúde e População do Egito Dr. Khaled Abdel Ghaffar e Seu Ministro da Juventude e Esporte do Egito Dr. Ashraf Sobhy.

Estudos globais recentemente divulgados mostram que as formas de “escravidão moderna” se constituem em problema atual, extremamente grave e em crescimento: impactos sobre a vida e saúde

René Mendes

Lançado em meados de setembro, o alentado estudo intitulado “**Global Estimates of Modern Slavery: Forced Labour and Forced Marriage**”², produzido através de uma colaboração entre a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a ‘Walk Free’ e a Organização Internacional para as Migrações (OIM), aponta para a atualidade, gravidade e crescimento do problema da “**escravidão moderna**” ou “**trabalho escravo contemporâneo**” ou “**trabalho análogo à escravidão**”, em todas as regiões do mundo, em praticamente todos os países do mundo.

Segundo o estudo, “a escravidão moderna é um flagelo que afeta todas as regiões do mundo. As últimas estimativas globais indicam que **50 milhões de pessoas viviam em escravidão moderna em 2021**. Dessas pessoas, **28 milhões estavam em trabalho forçado** e 22 milhões estavam aprisionadas em casamento forçado. Infelizmente, o número de pessoas na escravidão moderna aumentou significativamente nos últimos cinco anos. Em 2021, 10 milhões de pessoas a mais estavam em escravidão moderna em comparação com as estimativas globais de 2016.”³ (negritos introduzidos)

Terminologia e conceitos utilizados

Para a OIT e as entidades parceiras, tal como adotado no estudo, “escravidão moderna” abrange um conjunto de conceitos legais específicos, incluindo trabalho forçado, conceitos ligados ao trabalho forçado (ou seja, servidão por dívida, escravidão e práticas semelhantes à escravidão e tráfico de pessoas) e casamento forçado. Embora a escravidão moderna não seja definida em lei, ela é utilizada como um termo abrangente que concentra a atenção nas semelhanças entre esses conceitos legais. Essencialmente, refere-se a situações de exploração que uma pessoa não pode recusar ou deixar por causa de ameaças, violência, coerção, engano e/ou abuso de poder. Para tornar esse conjunto de conceitos jurídicos complexos mensuráveis, as estimativas globais se concentram em duas formas principais de escravidão moderna: **trabalho forçado e casamento forçado**.

Trabalho forçado, conforme estabelecido na Convenção de Trabalho Forçado da OIT, 1930 (nº 29), refere-se a “todo trabalho ou serviço exigido de qualquer pessoa sob a ameaça de qualquer penalidade e para o qual essa pessoa não tenha oferecido a si mesmo voluntariamente”. O trabalho forçado não depende do tipo ou setor de trabalho, mas apenas se o trabalho foi imposto a uma pessoa contra sua vontade por meio de coerção.

Assim, para fins de mensuração, **trabalho forçado** é definido como o trabalho realizado tanto sob a ameaça de qualquer penalidade, quanto involuntário. A ameaça de qualquer penalidade se refere ao meio de coação utilizado para impor trabalho a alguém, contra a vontade dessa pessoa. Os trabalhadores podem ser diretamente sujeitos a coerção, ou a ameaças verbais relacionadas a elementos específicos de coerção, ou podem ser testemunhas de coerção imposta a outros colegas de trabalho em relação ao trabalho involuntário. A coação pode ocorrer durante o processo de recrutamento do trabalhador para forçá-lo a aceitar o

²https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---ipec/documents/publication/wcms_854733.pdf

³https://www.ilo.org/global/topics/forced-labour/publications/WCMS_854733/lang--en/index.htm

emprego ou, uma vez que a pessoa esteja trabalhando, para forçá-la a realizar tarefas que não faziam parte do acordado no momento da contratação. recrutamento ou para impedi-lo de deixar o emprego. O trabalho involuntário refere-se a qualquer trabalho realizado sem o consentimento livre e informado do trabalhador. Deve haver falta de consentimento livre e informado e coerção para que o trabalho seja estatisticamente considerado trabalho forçado, para os fins de mensuração no estudo global interagência.

Por sua vez, o **trabalho forçado de crianças** é definido, para fins de mensuração, como o trabalho realizado por uma criança durante um período de referência especificado, que se enquadre em uma das seguintes categorias:

- trabalho realizado por conta de terceiros, sob ameaça ou ameaça de qualquer penalidade aplicada por um terceiro (além dos próprios pais da criança) diretamente na criança ou nos pais da criança; ou
- trabalho realizado com ou para os pais da criança, sob ameaça ou ameaça de qualquer penalidade aplicada por terceiros (que não os pais da criança) diretamente à criança ou aos pais da criança; ou
- trabalho realizado com ou para os pais da criança em que um ou ambos os pais se encontrem em situação de trabalho forçado; ou
- trabalho realizado em qualquer uma das seguintes piores formas de trabalho infantil: (a) todas as formas de escravidão ou práticas semelhantes à escravidão, como venda e tráfico de crianças, servidão por dívida e outras formas de servidão, incluindo o recrutamento forçado ou compulsório de crianças para uso em conflitos armados; (b) o uso, obtenção ou oferta de uma criança para prostituição, para a produção de pornografia ou para apresentações pornográficas; (c) o uso, aquisição ou oferta de uma criança para atividades ilícitas, em particular para a produção e tráfico de drogas, conforme definido em tratados internacionais relevantes.

Algumas considerações prévias sobre o grave problema no Brasil

Antes de avançarmos nos resultados do estudo global interagência, liderado pela OIT, trazemos algumas considerações sobre o **trabalho escravo contemporâneo**, a partir de três fontes: (a) estudos e texto produzido pelo sanitarista Prof. Luís Henrique da Costa Leão⁴; (b) atualização sobre a Meta 8.7 do ODS-8 no Brasil, produzida pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, expressa no “VI Relatório Luz da Sociedade Civil Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil”⁵; (c) as contribuições do “Observatório Digital de Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas”, liderado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) da Secretaria do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência, do governo brasileiro⁶.

Assim, lembra o Prof. Leão que, no cenário brasileiro, um dos primeiros documentos a relatar o Trabalho Escravo Contemporâneo (TEC) foi escrito em 1971 por Dom Pedro

⁴ LEÃO, Luís Henrique da Costa. Trabalho Escravo Contemporâneo. In: MENDES, René (org). Dicionário de Saúde e Segurança do Trabalhador: conceitos – definições – história – cultura. Novo Hamburgo/RS: Proteção Publicações, 2018. p. 1184-1186; LEÃO, Luís Henrique da Costa. Trabalho escravo contemporâneo como um problema de Saúde Pública. Ciência e Saúde Coletiva, 21(12): 3927-39,36, 2016.

⁵ https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2022/07/pt_rl_2022_final_web-1.pdf

⁶ <https://smartlabbr.org/trabalhoescravo/>

Casaldáliga⁷ e, desde aquela década, o país vem combatendo esse fenômeno por meio de movimentos sociais, organismos de defesa de direitos humanos e órgãos do Estado, ganhando mais relevo a partir de 1995, quando a existência do problema foi, uma vez mais, assumida pública e oficialmente pelo governo. Embora seja problema social reconhecido e grave, ainda suscita controvérsias conceituais. Os termos mais utilizados na literatura são “trabalho em condições análogas à escravidão”, “trabalho análogo ao de escravo”, “semiescravidão”, “servidão/escravidão por dívida”, “trabalho forçado” e “Trabalho Escravo Contemporâneo¹¹” (TEC). Cada um possui sua gênese e contexto sociopolítico de institucionalização, mas a expressão TEC tem sido mais utilizada juntamente com trabalho análogo ao de escravo. O TEC aponta para situações graves e extremas que englobam o tráfico de órgãos e pessoas, exploração sexual, inclusive infantil, trabalho coercitivo, escravidão por dívida, más condições de trabalho, ausência de direitos e jornada de trabalho exaustiva.

Explica o Prof. Luís Leão que, “na escravidão antiga e colonial o escravo era considerado parte do patrimônio do seu senhor e assim existiam práticas médico-veterinárias para o cuidado com escravos, pois sua morte ou adoecimento trazia prejuízos financeiros aos seus donos. No TEC, os trabalhadores são tratados como descartáveis, sem coberturas de direitos sociais e trabalhistas, de forma que ao se acidentarem ou sofrerem doença ocupacional são excluídos da cena do trabalho, substituídos, sem garantias de assistência. Enquanto no escravismo vigorava a noção de posse, no sistema capitalista o ponto central é a liberdade do trabalhador (liberdade de vender sua força de trabalho em troca de um salário). Esse trabalhador assalariado e livre é desprovido dos meios de produção e sua exploração se dá pela extração de mais valor e alienação no processo de trabalho e não mais por encarceramentos físicos. Por isso, o TEC não se caracteriza pela compra-venda do escravo, mas pelo controle da pessoa com fins de exploração econômica. Tal controle atualmente não é baseado na cor da pele, mas fundamentalmente em diferenças de classe econômica e em modalidades de exploração coercitivas e violentas, temporárias e circunstanciais. A escravidão, portanto, mudou suas formas passando das legalidades da posse às práticas de controle.”⁸

Pode ser caracterizado ainda como o exercício de atividades em condições de produção e reprodução degradantes. Oferta de alimentos e hidratação inadequados e de qualidade ruim, precárias condições de alojamentos, locais sem higienização, exposição a riscos ambientais e ocupacionais sem mecanismos de proteção, ambientes de trabalho e moradia perigosos, precários e insalubres. Envolve também jornadas exaustivas de intenso esforço físico sem possibilidades de reposição das condições necessárias à execução das atividades. Devido à intensidade da jornada, não raro, ocorre exaustão e morte súbita no trabalho. O TEC abrange situações heterogêneas onde são negados direitos humanos, trabalhistas e previdenciários, as vezes chamado popularmente de trabalho na “clandestinidade” (ausência de carteira de trabalho assinada) e em relações de subserviência entre fazendeiros e trabalhadores em jornadas de trabalho ininterruptas em troca de moradia e pequenas benesses.

O TEC, portanto, é uma perversa condição social crônica geradora de processos nocivos à saúde e desgastes concretos no plano orgânico e psíquico, fonte de mal-estar e deterioração

⁷ CASALDÁLIGA, P. Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social. Carta pastoral. São Félix do Araguaia, 10 de outubro de 1971. <https://www.servicioskoinonia.org/Casaldaliga/cartas/1971CartaPastoral.pdf>

⁸ LEÃO, Luís Henrique da Costa. Trabalho Escravo Contemporâneo. In: MENDES, René (Org.). Dicionário de Saúde e Segurança do Trabalhador: conceitos – definições – história – cultura. Novo Hamburgo/RS: Proteção Publicações, 2018. p. 1185.

da autoimagem, autoestima e dignidade dos trabalhadores. É expressão indicadora da existência de relações que submetem pessoas a condições abaixo do limiar da dignidade e dos direitos de cidadania. Daí estar associado às noções de subemprego, condições sub-humanas e regimes de desumanização. Chama atenção para situações humilhantes, degradantes e de exploração extrema com peso para mobilizar a sociedade e o Estado na construção de estruturas institucionais de combate a essas práticas. É tanto uma categoria explicativa quanto política, sustentada por diferentes atores no tecido social contra as constantes investidas de setores conservadores que buscam descaracterizar e mascarar sua ocorrência no cenário da produção, explica o Prof. Luís Leão.

Ainda no caso brasileiro, deve ser citado o recente balanço crítico da **Meta 8.7 do ODS-8** no Brasil, produzido pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, expressa no “VI Relatório Luz da Sociedade Civil Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil”. A referida meta 8.7 é o compromisso de **“tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025, acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas.”** (negrito introduzido)

No entanto, “em relação à meta 8.7, o país retrocedeu ainda mais no combate ao trabalho forçado, análogo à escravidão e infantil. Entre 2019 e 2021, o governo federal reduziu em 95% a execução de verbas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Quase 1,8 milhão de crianças e jovens trabalhavam no país antes da pandemia, 66,1% pretas ou pardas, e 706 mil realizando os piores tipos de trabalho. Com a pandemia este quadro piorou, aumentando as violações aos direitos dessa população, afastando-a da escola e do lazer. Considerando os afazeres domésticos, onde a questão de gênero também aparece, a situação piora: quase 55% das jovens brasileiras de 14 a 19 anos tiveram mais tarefas do lar após a pandemia. **A categoria das trabalhadoras domésticas foi a que mais denunciou aumento de situações análogas à escravidão durante a pandemia da Covid-19.** (...) Em 2019, **o Brasil entrou na lista dos 10 piores países do mundo para se trabalhar**, como resultado da queda em 45% dos acordos coletivos após a reforma trabalhista de 2017, com as restrições às liberdades e ao direito de organização sindical, a criminalização de greves e a falta de proteção às categorias profissionais mais vulneráveis. Entre 2020 e 2021, os desligamentos de emprego por morte cresceram 70% no país, com profissões mais precarizadas liderando os registros. As **populações migrantes** estão entre as mais afetadas pela nova dinâmica de precarização do mercado de trabalho e as políticas de vedações à integração migratória. Como analisado também no ODS 10, ainda que a população imigrante tenha verificado um aumento de 23% nas contratações entre 2019 e 2020, as condições de empregabilidade foram das mais precárias. **De acordo com o Ministério da Economia, a maioria das 55 mil pessoas libertadas de situação de cárcere trabalhista entre 1995 e 2020 eram imigrantes.** Em março de 2020 o governo brasileiro proibiu a entrada de imigrantes da Venezuela no país, sob a justificativa de controle sanitário. A política vem sendo prorrogada, o que torna a probabilidade dessas pessoas de obter um emprego formal no Brasil 64% menor que a de nacionais, especialmente se são **mulheres e negras.**”⁹ (negrito acrescentado; citações das págs. 49 e 50)

Por último, mas não menos importante, deve ser lembrado que a melhor fonte para se acompanhar esta problemática no Brasil é através do **“Observatório Digital de Trabalho Escravo**

⁹ https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2022/07/pt_rl_2022_final_web-1.pdf

e do Tráfico de Pessoas¹⁰, iniciativa do MPT, em parceria com a OIT e o Ministério do Trabalho e Previdência. O Observatório busca fomentar a gestão eficiente e transparente de políticas públicas, de programas e de projetos de prevenção e de erradicação do trabalho escravo, de modo que essas ações sejam cada vez mais orientadas por resultados e baseadas em evidências. Busca-se, além disso, fomentar o aprimoramento dos sistemas de coleta de informações e a padronização (com integração) dos bancos de dados existentes, de diferentes fontes, relevantes para a causa. Com isso, os diagnósticos e o conhecimento produzidos sobre o tema serão cada vez mais precisos. As entidades responsáveis pelo Observatório dizem adotar três premissas (ou pressupostos): (i) escravidão é uma indústria organizada com conceitos e estatutos de análise próprios. (ii) essa indústria se distribui de forma estruturada pelo território brasileiro. (iii) como uma indústria organizada e espacialmente estruturada, o trabalho escravo possui curvas de oferta e de demanda. A curva de oferta do trabalho escravo é desenhada com base nos locais de naturalidade de trabalhadores resgatados e está relacionada ao grau de vulnerabilidade experimentado por segmentos populacionais específicos. A vulnerabilidade socioeconômica (e em nível de desenvolvimento humano) facilita o aliciamento dessas pessoas por exploradores. Assim, a curva de oferta do trabalho escravo está radicada em fatores como pobreza, desigualdade de renda, concentração da posse da terra, violência, entre outros.

Breve síntese dos principais achados sobre ‘trabalho forçado’, a partir do estudo global liderado pela OIT¹¹

O flagelo da escravidão moderna não foi de forma alguma relegado à história. As estimativas globais de 2021 indicam que, em qualquer momento do período analisado, 49,6 milhões de pessoas estão em escravidão moderna, forçadas a trabalhar contra sua vontade ou em um casamento ao qual foram forçadas. O trabalho forçado é responsável por 27,6 milhões daqueles em escravidão moderna e casamento forçado por 22 milhões.

Segundo o presente estudo de estimativas globais, **há 27,6 milhões de pessoas em situação de trabalho.** Esse número absoluto se traduz em 3,5 pessoas em trabalho forçado para cada mil pessoas no mundo. Mulheres e meninas representam 11,8 milhões do total em trabalho forçado. Mais de 3,3 milhões de todos os que estão em trabalho forçado são crianças.

O trabalho forçado cresceu nos últimos anos. Uma simples comparação com as estimativas globais de 2016 indica um aumento de 2,7 milhões no número de pessoas em trabalho forçado entre 2016 e 2021, o que se traduz em um aumento na prevalência de trabalho forçado de 3,4 para 3,5 por mil pessoas no mundo. O aumento do número de pessoas em trabalho forçado foi impulsionado inteiramente pelo trabalho forçado na economia privada, tanto na exploração sexual comercial forçada, como no trabalho forçado em outros setores.

Os meses iniciais da pandemia do COVID-19 foram acompanhados por relatos generalizados de trabalho forçado ligados à crise. As interrupções na renda por causa da pandemia levaram a um maior endividamento entre os trabalhadores e com isso relatos de aumento da servidão por dívida entre alguns trabalhadores sem acesso aos canais formais de crédito. A crise também resultou na deterioração das condições de trabalho de muitos trabalhadores, em alguns casos levando ao trabalho forçado. No entanto, pouco se sabe sobre

¹⁰ <https://smartlabbr.org/trabalhoescravo/>

¹¹ Síntese realizada a partir do RESUMO EXECUTIVO do documento original, disponível em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---ipecc/documents/publication/wcms_854733.pdf

como os riscos do trabalho forçado evoluíram desde os primeiros meses da crise, à medida que as paralisações estritas dos locais de trabalho em toda a economia foram sendo eliminadas na maioria dos países e a economia mundial começou sua frágil recuperação. Há muitas razões para preocupação a este respeito. O Banco Mundial indica que a pobreza extrema – uma importante métrica de risco de trabalho forçado – permanece muito mais alta do que a trajetória pré-pandemia e a OIT relata que a recuperação de empregos estagnou em grande parte do mundo.

Nenhuma região do mundo está livre do trabalho forçado. A Ásia e o Pacífico abrigam mais da metade do total global (15,1 milhões), seguidos pela Europa e Ásia Central (4,1 milhões), África (3,8 milhões), Américas (3,6 milhões) e Estados Árabes (0,9 milhão). Mas essa classificação regional muda consideravelmente quando o trabalho forçado é expresso como proporção da população. Por essa medida, o trabalho forçado é mais alto nos Estados Árabes (5,3 por mil pessoas), seguido pela Europa e Ásia Central (4,4 por mil), Américas e Ásia e Pacífico (ambos com 3,5 por mil) e África (2,9 por mil).

O trabalho forçado é preocupante, independentemente do nível de riqueza de um país. Mais da metade de todo o trabalho forçado ocorre em países de renda média-alta ou de renda alta. Quando a população é levada em consideração, o trabalho forçado é mais alto em países de baixa renda (6,3 por mil pessoas), seguido por países de alta renda (4,4 por mil).

A maior parte do trabalho forçado se concentra na economia privada. Oitenta e seis por cento dos casos de trabalho forçado são impostos por agentes privados – 63 por cento na economia privada em outros setores que não a exploração sexual comercial e 23 por cento na exploração sexual comercial forçada. O trabalho forçado imposto pelo Estado representa os restantes 14 por cento das pessoas em trabalho forçado.

O trabalho forçado atinge praticamente todas as partes da economia privada. Os cinco setores responsáveis pela maioria do trabalho forçado adulto total (87%) são serviços (excluindo trabalho doméstico), manufatura, construção, agricultura (excluindo pesca) e trabalho doméstico. Outros setores formam parcelas menores, mas ainda assim respondem por centenas de milhares de pessoas. Estes incluem trabalhadores adultos que são forçados a escavar minerais ou realizar outros trabalhos de mineração e pedreiras, pescadores presos em trabalhos forçados a bordo de embarcações de pesca, pessoas forçadas a mendigar nas ruas e pessoas forçadas a atividades ilícitas.

A composição do trabalho forçado difere do conjunto da força de trabalho ativa de várias maneiras. A proporção de migrantes no grupo de pessoas em trabalho forçado é muito maior do que a proporção de migrantes na força de trabalho geral. Há também relativamente mais homens entre os trabalhadores em trabalho forçado em comparação com a força de trabalho em geral. As pessoas em trabalho forçado são mais propensas a trabalhar na manufatura, e muito mais propensas a trabalhar na construção, do que os trabalhadores da força de trabalho geral. É menos provável que estejam nos setores de serviços e agricultura do que os trabalhadores da força de trabalho geral.

As pessoas em situação de trabalho forçado são submetidas a múltiplas formas de coerção para obrigá-las a trabalhar contra sua vontade. A retenção sistemática e deliberada de salários, usada por empregadores abusivos para obrigar os trabalhadores a permanecer em um emprego por medo de perder os ganhos acumulados, é a forma mais comum de coerção, experimentada por 36% das pessoas em trabalho forçado. Isso é seguido por abuso de vulnerabilidade por meio de ameaça de demissão, que foi vivenciado por um em cada cinco dos trabalhadores forçados. Formas mais severas de coerção, incluindo confinamento forçado,

violência física e sexual e privação de necessidades básicas, são menos comuns, mas de forma alguma desprezíveis.

O trabalho forçado na economia privada tem uma importante dimensão de gênero. As mulheres em trabalho forçado têm uma maior probabilidade do que os seus homólogos masculinos de realizarem trabalhos domésticos, enquanto os homens em trabalho forçado têm muito mais probabilidades de estar no setor da construção. As mulheres têm probabilidade maior de serem coagidas por falta de pagamento de salários e abuso de vulnerabilidade, e os homens, por ameaças de violência e penalidades financeiras. As mulheres também têm mais elevada probabilidade do que os homens a serem submetidas a violência física e sexual e ameaças contra membros da família.

Os trabalhadores migrantes enfrentam um risco maior de se encontrarem trabalho forçado do que outros trabalhadores. A prevalência de trabalho forçado de trabalhadores migrantes adultos é mais de três vezes maior do que a de trabalhadores adultos não migrantes. Esse número deixa claro que quando os trabalhadores migrantes não são protegidos por lei ou não podem exercer seus direitos, a migração é irregular ou malgovernada, ou quando as práticas de recrutamento são injustas ou antiéticas, a migração pode levar a situações de vulnerabilidade ao trabalho forçado.

Estima-se que 6,3 milhões de pessoas estejam em situação de exploração sexual comercial forçada. O gênero é um fator determinante-chave: quase quatro em cada cinco pessoas submetidas a essas situações são meninas ou mulheres. Aliás, de acordo com a Convenção das Piores Formas de Trabalho Infantil da OIT, 1999 (Nº 182), qualquer tipo de exploração sexual comercial é considerado trabalho forçado, quando pessoas menores de 18 anos estão envolvidas.

A tragédia das crianças submetidas ao trabalho forçado exige uma urgência especial. Um total de 3,3 milhões de crianças estão em situação de trabalho forçado, representando cerca de 12 por cento de todos os que estão em trabalho forçado. E por causa das restrições de dados, esses números, já alarmantes, podem ser apenas a ponta do iceberg. O trabalho forçado de crianças constitui um componente do trabalho infantil, que a comunidade internacional – por meio da Meta 8.7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – se comprometeu a acabar até 2025.

O trabalho forçado de crianças ocorre em uma ampla gama de setores econômicos e ramos de atividades. Mais da metade de todas as crianças em trabalho forçado estão em exploração sexual comercial. Trabalho doméstico, agricultura e manufatura (indústria) estão entre os muitos outros setores onde as crianças em trabalho forçado são encontradas. Relatos qualitativos indicam que crianças podem ser submetidas a formas severas de coerção e abuso, incluindo sequestro, drogas, cativo, engano e manipulação de dívidas. Alguns dos piores abusos ocorrem em situações de conflito armado.

As Estimativas Globais de 2021 indicam que 3,9 milhões de pessoas estão em trabalho forçado imposto pelo Estado. Os homens representam mais de três em cada quatro pessoas em trabalho forçado imposto pelas autoridades governamentais, enquanto 8% das pessoas em trabalho forçado imposto pelo estado são crianças. Mais da metade (55 por cento) de todos os casos envolvem alguma forma de abuso de trabalho prisional obrigatório, 27 por cento envolvem o abuso de serviço militar obrigatório e 17 por cento envolvem trabalho forçado para o desenvolvimento econômico ou para trabalho além das obrigações cívicas normais.

Tópicos de ações recomendadas para prevenir e combater o trabalho escravo contemporâneo (a partir do estudo interagência):

- Respeitar as liberdades e os direitos dos trabalhadores, em particular a liberdade sindical e de associação e o direito à negociação coletiva
- Ampliar a proteção social, incluindo os pisos de proteção social, a todos os trabalhadores e suas famílias
- Promover a contratação equitativa e ética para proteger os trabalhadores das práticas abusivas e fraudulentas durante o processo de contratação e colocação
- Fortalecer os quadros e a capacidade dos serviços públicos de inspeção do trabalho
- Garantir a proteção das pessoas libertadas do trabalho forçado mediante assistência imediata, reabilitação e soluções sustentadas, no longo prazo
- Garantir o acesso aos mecanismos de reparação às pessoas libertadas do trabalho forçado
- Garantir uma aplicação adequada da lei, levar os perpetradores de violações à justiça e dissuadir possíveis infratores de cometer o crime de trabalho forçado
- Abordar as vulnerabilidades dos migrantes ao trabalho forçado e ao tráfico de pessoas para trabalho forçado
- Abordar a questão das crianças vítimas de trabalho forçado
- Mitigar o risco aumentado de trabalho forçado e tráfico para trabalho forçado em situações de crise.
- Combater o trabalho forçado e o tráfico de pessoas para trabalho forçado nas atividades empresariais e nas cadeias de suprimento (cadeias de valor)
- Acabar com o trabalho forçado imposto pelo Estado, que representa um em cada sete casos de trabalho forçado
- Parcerias e cooperação internacional.

Por último, cabe lembrar que entre os principais instrumentos internacionais para combater o trabalho forçado, destacam-se as Convenções 29¹² e 105¹³ da OIT sobre Trabalho Forçado; a Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil, 1999¹⁴ (nº 182); o Protocolo de 2014 à Convenção sobre Trabalho Forçado, 1930; a Recomendação sobre Trabalho Forçado (Medidas Complementares), 2014¹⁵ (nº 203); a Convenção das Nações Unidas de 1956 sobre escravidão e práticas análogas à escravidão¹⁶; o Protocolo Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, que complementa a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Transnacional¹⁷; a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança¹⁸; e a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres¹⁹

¹² https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_235021/lang--pt/index.htm

¹³ https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_235195/lang--pt/index.htm

¹⁴ https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_236696/lang--pt/index.htm

¹⁵ https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---ipec/documents/publication/wcms_734463.pdf

¹⁶ https://pt.wikipedia.org/wiki/Conven%C3%A7%C3%A3o_Complementar_sobre_a_Aboli%C3%A7%C3%A3o_da_Escravidura

¹⁷ <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/crime/marco-legal.html>

¹⁸ <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>

¹⁹ <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/mulher/lex121.htm>

Os desastres no mundo como riscos sistêmicos

Carlos Machado de Freitas e Guilherme Franco-Netto

Anualmente o Escritório das Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres (UN Office for Disaster Risk Reduction, UNDRR) publica um relatório global sobre a situação dos desastres no mundo: o *Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction* (GAR 2022). Estes relatórios combinam sempre um balanço das tendências dos desastres no mundo, considerando os diferentes tipos, desde os envolvendo agentes, processos e ciclos da natureza (seca, inundações, terremotos, tsunamis etc.) ou criados pelo homem (tecnológicos como nucleares ou mesmo barragens de mineração, entre outros), com temas que emergem no debate global sobre os mesmos.

O GAR 2022²⁰ foi divulgado em abril deste ano, com o título *Our World at Risk - Transforming Governance for a Resilient Future*, tendo como pano de fundo um contexto marcado por dois tipos de riscos e desastres globais. O primeiro envolvendo a Covid-19, que é classificada como um desastre de origem natural, causada pela exposição à um agente biológico²¹ e que deixou até o momento um saldo de mais de 6,56 milhões de mortes diretas. O segundo envolvendo a emergência climática, em um contexto de registro da década mais quente, com o crescimento do número de eventos de temperatura extrema por ano, com tendência à quase triplicar no período entre 2001 e 2030, bem como aumento das perdas econômicas decorrentes de desastres, passando de uma média de cerca de US\$ 70 bilhões por ano na década de 1990 para mais de US\$ 170 bilhões por ano na década que termina em 2020.

Foi neste contexto que a UNDRR divulgou um conjunto de publicações sobre a pandemia como um desastre e os desastres como riscos sistêmicos^{22 23 24}. Estas publicações constituíram subsídio ao GAR 2022 e destacam três desafios importantes.

O primeiro se relaciona ao fato de um mundo cada vez mais conectado e vulnerável, com os impactos sistêmicos da emergência climática e da pandemia por COVID-19 apontarem para uma nova realidade em termos de riscos e incertezas globais, com efeitos em cascata atingindo diferentes áreas geográficas e setores. Entre os processos subjacentes a esta nova realidade encontram-se os ciclos de pobreza e desigualdades que se acentuam com as perdas econômicas causadas pelos desastres, assim como os riscos de colapso dos ecossistemas e biosfera, representando novos e imensos desafios em termos de abordagens sobre desastres e seus riscos.

²⁰ <https://www.undrr.org/gar2022-our-world-risk>

²¹ Para a classificação dos desastres no mundo ver: <https://www.emdat.be/classification>

²² Sillmann, J., Christensen, I., Hochrainer-Stigler, S., Huang-Lachmann, J., Juhola, S., Kornhuber, K., Mahecha, M., Mechler, R., Reichstein, M., Ruane, A.C., Schweizer, P.J. and Williams, S. 2022. ISC-UNDRR-RISK KAN Briefing note on systemic risk, Paris, France, International Science Council, DOI: 10.24948/2022.01

²³ Maskrey A, Lavell A and Jain G. The social construction of systemic risk: towards an actionable framework for risk governance. Geneva: United Nations Office of Disaster Risk Reduction; 2021. Available at: <https://www.undp.org/publications/undp-social-construction-systemic-risk-towards-actionable-framework-risk-governance>

²⁴ A UNDRR também organizou um conjunto de referências e documentos sobre o tema na sua base de conhecimento Preventionweb, denominada **The covid-19 pandemic and the systemic nature of risk**, sendo possível acesso através do link: <https://www.preventionweb.net/collections/covid-19-pandemic-and-systemic-nature-risk>

O segundo envolve uma mudança na compreensão dos desafios para redução de riscos de desastres (RRD) em um mundo de incertezas e em que os sistemas e processos estão altamente conectados. Se por um lado é crescente na comunidade internacional o reconhecimento da importância de se avançar nas políticas e estratégias para RRD e construção da resiliência, a criação de novos riscos ou de potencialização dos já existentes ainda é dominante, sobrepujando as ações orientadas para um mundo mais seguro e resiliente. Por exemplo, o GAR 2022 demonstra que dos 1.17 trilhões de dólares investidos em assistência oficial ao desenvolvimento pela OCDE entre 2010 e 2019, apenas 133 bilhões de dólares foram direcionados para o financiamento de RRD, sendo que destes, 90,1% nas respostas às emergências; 5,8% na assistência, reabilitação e reconstrução; 4,1% na prevenção e preparação. Esta mudança de compreensão deve representar uma mudança tanto nos mecanismos de governança, como de financiamento das políticas e estratégias de RRD, pois o modelo atual é fortemente marcado por uma gestão de riscos reativas e focada nas respostas às emergências, com uma lógica que não favorece um princípio básico do Marco de Sendai que é o da reconstrução melhor e segura nos pós-desastres para reduzir os riscos futuros (“Building Back Better”) de novos desastres.

O terceiro envolve a transformação dos sistemas desde já, para construir a resiliência e enfrentar as mudanças climáticas e outros riscos, como pandemias, reduzindo fatores e processos que impulsionam os desastres, como as vulnerabilidades e desigualdades, as exposições das populações e sistemas aos mesmos. Este desafio demanda reconfigurar a governança e os sistemas de financiamento constituindo: 1) uma abordagem transdisciplinar, com linguagem sobre riscos que seja comum aos diferentes setores e atores; 2) avanço na participação das comunidades, diálogo cidadão e transparência nos processos decisórios; 3) abordagens multi-escalas, pois as ações devem envolver do nível local ao global e vice-versa, pois cada uma destas escalas interfere nas outras de diferentes modos.

Se o GAR 2022 traz importantes questões, é fundamental algumas considerações sobre este documento, o qual representa avanços e estagnações no enfrentamento global dos riscos de desastres.

Em termos de avanços, destacamos que mesmo antes da pandemia, o Marco de Sendai das Nações Unidas, de 2015, assinado por 187 países, já apontava para uma necessária aproximação do tema das emergências em saúde pública expressos no Regulamento Sanitário Internacional (RSI). O documento da OMS *Health Emergency and Disaster Risk Management Framework* apresentado na Plataforma Global de Redução de Risco de Desastre em 2019 reflete este processo, pois combina a busca de sintonia entre o RSI e o Marco de Sendai. Após o início da pandemia, esta aproximação se tornou cada vez mais forte e significa um grande avanço, devendo fazer parte dos debates globais sobre redução de riscos de desastres e emergências em saúde pública a convergência destas agendas.

De acordo com a OMS, todos os países exigem políticas claras, estratégias e programas para minimizar os riscos relacionados aos desastres e suas consequências associadas à saúde. Essas políticas e estratégias devem ser multidisciplinares, intersetoriais e aplicar abordagens abrangentes de gerenciamento de todos os perigos e riscos. O fortalecimento geral do sistema de saúde de um país, enraizado na atenção primária à saúde, em nível nacional e local também é crucial.

Em termos de estagnação, destacamos que nestes documentos, embora inclusão dos temas e debates relacionados a degradação dos ecossistemas, vulnerabilidade e desigualdades,

sempre ocupam um lugar de destaque; pouco se avança para além de uma abordagem superficial. A ausência de perspectiva crítica que possibilite efetivamente trazer as questões relacionados aos determinantes sociais e ambientais, assim como desigualdades e iniquidades globais, ao topo da agenda e dos debates globais acaba sendo dominante. Sem uma perspectiva crítica do modelo de desenvolvimento atual pouco conseguimos avançar no debate e implementação de políticas que combinem de modo coordenado e sistêmico as agendas de enfrentamento das mudanças climáticas, dos objetivos do desenvolvimento sustentável, da redução de riscos de desastres e da prevenção e preparação para emergências em saúde pública. O resultado disto é que poucos tem sido os avanços efetivos para a redução das vulnerabilidades e construção da resiliência.

Há uma lógica que permeia muito dos processos de governança e financiamento do atual modelo de desenvolvimento e que permeiam estas agendas que envolve a privatização dos ganhos (desde os que contribuem para aumento dos riscos relacionados às mudanças climáticas até os envolvendo emergências em saúde pública) e socialização dos riscos, encontrando-se na base do modelo de desenvolvimento global e que devem não só serem discutidos²⁵, mas produzir movimentos de transformações mais estruturais e significativas nos modelos de governança e financiamento das políticas e ações para a RRD.

Uma participação ativa em debates regionais pode ser um importante passo nesta direção dos desafios apresentados pelo GAR 2022 no âmbito das Américas, bem como dos temas relacionados aos determinantes sociais e ambientais e suas relações com mudanças climáticas, desastres, emergências em saúde públicas e políticas globais, regionais e nacionais de RRD. A realização da VIII Plataforma Regional para Redução de Risco de Desastres, que ocorrerá no Uruguay, entre 28 de fevereiro e 2 de março de 2023 em Punta Del Leste é uma oportunidade para isto.

²⁵ Maskrey A, Lavell A and Jain G. The social construction of systemic risk: towards an actionable framework for risk governance. Geneva: United Nations Office of Disaster Risk Reduction; 2021. Available at: <https://www.undp.org/publications/undp-social-construction-systemic-risk-towards-actionable-framework-risk-governance>

Evidências dos financiamentos climáticos nos países e lições de integração orçamentária

Ana Luísa Jorge Martins e Rômulo Paes de Sousa

O PNUD tem investido grande parte de seus esforços em ser uma instituição de referência técnica nas discussões e acordos internacionais sobre as mudanças climáticas, exercendo o seu papel institucional de auxiliar os países no cumprimento de seus objetivos nesta frente. No fim de setembro deste ano, o PNUD publicou um estudo de revisão das reformas de financiamento climático realizadas por governos e seus impactos, denominado “Revisão das Finanças Públicas do Clima Global” (*Global Climate Public Finance Review*²⁶).

Esta revisão das ações e organizações financeiras governamentais utiliza uma versão adaptada da estrutura do *Green Public Financial Management* (PFM) proposta pelo FMI²⁷ em 2021. Esta adaptação foi feita com o objetivo de tornar as práticas de PFM existentes sensíveis à questão do clima. A estrutura é caracterizada por um ciclo orçamentário típico de quatro etapas, que inclui (i) planejamento estratégico e estrutura fiscal; (ii) preparação e aprovação do orçamento; (iii) execução orçamentária, contabilidade e relatórios; e (iv) controle e auditoria orçamentária. O ciclo orçamentário é ancorado por um quadro jurídico, e também analisa questões relativas à transparência fiscal.

Este relatório fornece uma visão global das abordagens, ferramentas e métodos usados para integrar as mudanças climáticas em todos os quatro estágios do ciclo orçamentário. Isso informou um conjunto de lições aprendidas e forneceu a base para um conjunto prático de recomendações sobre como fortalecer a integração das mudanças climáticas no planejamento e no orçamento. Porém, é importante notar que o foco desta revisão se estabeleceu nas fases do orçamento e nas despesas, deixando a questão da mobilização de receitas um pouco de lado. Isto implica que a análise do PNUD é limitada aos pontos de entrada das mudanças climáticas ao longo do ciclo orçamentário dos governos centrais.

O relatório oferece insights sobre casos de sucesso e desafios que os países devem superar para criar e realizar a manutenção de planos e orçamentos de desenvolvimento responsivos ao clima. Ele também examina outras áreas temáticas que interagem com as reformas das Finanças Públicas Climáticas, como a precificação de carbono, instrumentos de dívida, empresas estatais e governança subnacional.

Resultados da revisão dos países

Os resultados apresentam que a maioria dos países agora tem pelo menos uma lei ou política de mudança climática em vigor, existindo cumulativamente mais de 2.500 leis e políticas relacionadas ao clima. Foi observado que questões orçamentárias ligadas às mudanças climáticas e ao meio ambiente foram integradas a orçamentos em muitos países da Ásia, África, Europa e América Latina, porém, houve muito menos países que a integraram em seus processos de gestão de investimentos públicos. O sucesso obtido com a implementação de reformas nas Filipinas, Indonésia, Quênia e França trazem evidências que a condição chave para as reformas orçamentais sensíveis ao clima é uma política sólida e um quadro jurídico.

²⁶ [UNDP Global Climate Public Finance Review | United Nations Development Programme](#)

²⁷ Climate-Sensitive Management of Public Finances: “Green PFM”
www.elibrary.imf.org/view/journals/066/2021/002/066.2021.issue-002-en.xml

Um destaque encontrado foi que os Contratos Públicos Verdes (*Green Public Procurement* - GPP) estão aumentando em todos os países, particularmente na União Europeia e na Ásia Central e, em certa medida, na América Latina e no Caribe. Além disso, o *Climate Budget Tagging* (CBT) é uma área de interesse crescente entre todas as regiões, sendo que alguns países já estão integrando a CBT no sistema de gestão financeira.

Cada vez mais países estão adotando instrumentos de precificação de carbono, que atualmente cobrem 21,5% das emissões globais de gases de efeito estufa e significa um aumento de 5% em relação a 2010. No entanto, na maioria dos países, o preço do carbono é inferior ao preço recomendado para limitar o aquecimento global a 2C°.

Porém, o relatório informa que há um número limitado de países que publicam relatórios de orçamento climático, e destes, a maioria relata apenas as alocações orçamentárias para assuntos climáticos. Assim, poucos países publicam dados sobre gastos climáticos reais, mesmo entre aqueles países que utilizam sistemas de CBT.

Uma mudança significativa encontrada foi que subsídios condicionais, como Transferências Fiscais Ecológicas (*Ecological Fiscal Transfers* - EFTs) têm sido usados para incentivar governos subnacionais a aumentar seus esforços para alcançar metas ambientais e de mudança climática. Ainda que existam uma grande variabilidade no âmbito, mandato, base legal, arranjos institucionais e modalidades de financiamento dos fundos relacionados, observa-se que os países em desenvolvimento têm adotado cada vez mais fundos nacionais para as mudanças climáticas. Outra tática utilizada pelos países é a utilização das instalações regionais de seguros pelos instrumentos de gestão de riscos climáticos e de desastres.

Ainda que este seja um campo emergente globalmente e possa ser muito cedo para medir os impactos relacionados, o relatório encontrou evidências limitadas das reformas do orçamento climático. É necessário ainda que os países invistam em monitoramento e avaliação para avaliar o impacto socioeconômico das finanças públicas climáticas.

Durante o debate legislativo da maioria dos países, a mudança climática ainda é considerada uma questão do Ministério do Meio Ambiente e, portanto, ela acaba sendo analisada apenas dentro dessa lente estreita dentro das instituições legislativas. Ao mesmo tempo, foi descoberto que, cada vez mais, os ministérios responsáveis pelas finanças e planejamento estão liderando a implementação das reformas. A maior parte da experiência entre os países tem sido com processos de GFP a montante, como planejamento estratégico e formulação de orçamento. Isso reflete o campo incipiente do orçamento responsivo ao clima, já que a maioria dos países começou integrando as mudanças climáticas em suas estruturas nacionais de planejamento. O relatório defende que a implementação bem-sucedida de reformas orçamentárias sensíveis ao clima requer liderança dos ministérios centrais das finanças e de planejamento, juntamente com o apoio e experiência setorial do ministério do meio ambiente.

Há um apontamento que, cada vez mais, os países estão integrando as mudanças climáticas em seus processos de formulação de orçamentos, exigindo que os ministérios e agências do executivo desenvolvam, identifiquem e apresentem orçamentos sensíveis ao clima. Embora o nível de integração varie entre os países, pelo menos 25 países incluíram as mudanças climáticas em suas diretrizes orçamentárias. Houve menos progresso nos processos como execução orçamentária, contabilidade, relatórios, controle e auditoria. Poucos países relatam seus gastos climáticos. A falta de dados públicos disponíveis sobre as receitas e despesas das mudanças climáticas enfraquece a transparência climática.

Atualmente, a maioria dos países tem alguma estratégia ou política de mudança climática em vigor, geralmente na forma de uma Contribuição Nacionalmente Determinada, e por vezes, uma Estratégia de Longo Prazo para Neutralidade de Carbono. No entanto, não há consenso sobre os melhores métodos para desenvolver estruturas de financiamento para estratégias climáticas.

Ainda existem lacunas no planejamento macroeconômico climático, pois a modelagem de riscos climáticos é complexa devido aos desafios em enquadrar os caminhos de impacto, o número de variáveis envolvidas e a incerteza associada às mudanças climáticas, bem como a natureza específica do país e do contexto do clima riscos e impactos. Como resultado, apenas cerca de uma dúzia de países globalmente integraram as mudanças climáticas em suas estruturas de modelagem macroeconômica ou consideraram as mudanças climáticas na avaliação ou declaração de risco fiscal.

Quando combinado com outras políticas climáticas, a precificação do carbono pode ser uma ferramenta eficaz para ajudar a incentivar o investimento no desenvolvimento de baixo carbono e gerar receitas apoiem uma transição de baixo carbono justa e inclusiva. O financiamento da mudança climática deve ser canalizado através do processo orçamentário, pois isso garante a alocação eficiente de recursos para atender às prioridades nacionais e à prestação de contas pretendida ao Legislativo e, em última análise, aos cidadãos. Atualmente, quantias significativas de financiamento climático internacional são canalizadas para fora do processo orçamentário. Isso geralmente é realizado por meio de uma abordagem baseada em projetos ou por meio de Fundos Nacionais para Mudanças Climáticas.

No ambiente pós-COVID-19, com altos níveis de dívida e espaço fiscal limitado, dívidas em grande escala para trocas de natureza e títulos relacionados ao clima oferecem potencial para financiamento adicional de mudanças climáticas. A eficácia do financiamento climático pode ser aprimorada vinculando estrategicamente as mudanças climáticas com outras áreas políticas relevantes, como gênero, gestão de risco de desastres, redução da pobreza e os ODS como um todo.

Conclusões

O relatório defende que alavancar e gerenciar efetivamente o financiamento climático com recursos públicos e privados é vital. Ministérios das Finanças em todo o mundo começaram a integrar as mudanças climáticas no orçamento nacional e nas políticas fiscais. Na Ásia e no Pacífico, os governos, com o apoio de projetos do PNUD financiados pelo Reino Unido e pela Suécia, incorporaram as mudanças climáticas nos sistemas nacionais de planejamento e orçamento nos níveis nacional e subnacional. Vários países também alavancaram com sucesso novas fontes de financiamento, como títulos verdes, e estão atraindo novos investimentos para projetos climáticos vitais.

Considerando o fato que a discussão de um orçamento responsivo ao clima é relativamente nova, não é de se estranhar que a maioria dos países está em um processo ainda incipiente de integração das mudanças climáticas em suas estruturas nacionais de planejamento. Um grande número de países tem alguma forma de política, estratégia ou plano que faz referência às mudanças climáticas. A forma mais presente é através dos NDCs, que foram apresentados por 194 países. Muitos países já incluem custeio, mas poucos fornecem detalhes significativos sobre a provável fonte de financiamento vinculada a estruturas macrofiscais. Houve alguma experiência inicial com CCFFs, embora alguns tenham se concentrado em processos de gestão financeira, em vez de lacunas de financiamento e fontes potenciais de

financiamento. As lacunas no planejamento nacional também persistem, quando se trata de integrar as mudanças climáticas em estruturas macrofiscais ou estruturas orçamentárias de médio prazo.

Vários países europeus integraram com sucesso as mudanças climáticas em seus modelos de previsão macroeconômica. No entanto, apenas alguns países em desenvolvimento conseguiram fazer tais integrações devido à complexidade requerida de quantificar o risco climático e a eficácia das políticas e gastos climáticos. De fato, a maior parte do trabalho sobre o impacto macroeconômico da mudança climática ainda é realizado através da pesquisa acadêmica.

O relatório possui como recomendações que os governos devem continuar a fortalecer suas NDCs e LTSs, com cenários de financiamento associados. Ele afirma que as estratégias de mudança climática devem ter cenários de financiamento realistas, vinculados ao orçamento e outras fontes de financiamento. Além das despesas positivas, devem incluir a prevenção de despesas negativas, como por exemplo gastos que aumentam as emissões.

Outra recomendação destacada é que contratos públicos verdes ou contratos sustentáveis podem ser usados para alcançar objetivos relacionados ao clima. Os países líderes nesta área se encontram na União Europeia, que aplicam contratos verdes de forma voluntária. Além disso, também houve progresso substancial na América Latina e Caribe com a aplicação de compras sustentáveis.

O escrutínio legislativo do orçamento e a forte participação da sociedade civil podem ajudar a responsabilizar os governos pelo financiamento climático e aumentar a transparência. No entanto, a conclusão feita é que muito pouco progresso foi feito globalmente até o momento. O escrutínio legislativo dos gastos climáticos ainda é fraco na maioria dos países. Poucos países em todo o mundo consideraram as implicações para os gastos climáticos na interpretação dos resultados das auditorias sobre os gastos públicos. E o envolvimento da sociedade civil tem sido limitado devido à falta de dados e capacidade de orçamentação sensível ao clima.

Por fim, o relatório reforça que a implementação bem-sucedida de reformas orçamentárias responsivas ao clima requer liderança do financeiro central ou, quando apropriado, da agência de planejamento. Como uma questão transversal, a ação contra as mudanças climáticas requer a cooperação de um grande número de indivíduos e organizações. Deve haver reformas institucionais e incentivos criados para o ministério das finanças e/ou planejamento para estabelecerem unidades de financiamento climático ou comitês interministeriais. O treinamento deve ser fornecido ao pessoal envolvido no processo e aos membros dos respectivos comitês de mudança climática ou meio ambiente, para fornecer assistência técnica para orçamento climático. Este movimento é necessário para substituir ao longo do tempo a assistência técnica externa por organizações internacionais, e diminuir a dependência dos países a estas organizações.

Migrações, Refúgio e Saúde Global

*Ananda Melo King, Caio Murta, Harim Baek,
Jameson Martins, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e
Deisy de Freitas Lima Ventura.*

ACNUR pede ajuda humanitária emergencial para pessoas afetadas do Paquistão

A Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) busca urgentemente por fundos de US\$65,8 milhões para ajudar mais de 650 mil pessoas afetadas pelas inundações devastadoras que ocorreram recentemente, um desastre climático resultado das monções.²⁸

De acordo com as últimas estimativas, chuvas e inundações resultaram em pelo menos 1.700 mortes e em 12.800 feridos, incluindo pelo menos 4 mil crianças, no final de agosto. Cerca de 7,9 milhões de pessoas foram deslocadas pelas inundações, com quase 600 mil vivendo em abrigos.²⁹

O Apelo Suplementar do ACNUR³⁰ busca fundos adicionais para atender às necessidades imediatas, que incluem medidas de proteção, abrigo, prevenção à saúde, água e saneamento e educação para as pessoas deslocadas e comunidades de recepção. Também tem como objetivo auxiliar no processo de recuperação precoce, incluindo o fortalecimento da resiliência dos refugiados e suas comunidades e a reabilitação de serviços públicos danificados (principalmente escolas, estruturas de saúde e abastecimento de água).

O plano geral de resposta às inundações interagências da ONU foi emitido pela primeira vez no início de setembro de 2022 e revisado e lançado em 4 de outubro para apoiar o governo do Paquistão com atividades de socorro e recuperação antecipada até maio de 2023. Já o Apelo Suplementar do ACNUR vai até dezembro de 2023.

Uma prioridade continua sendo a ajuda prestada de maneira segura e digna para os mais vulneráveis, já que as desigualdades foram exacerbadas pelas inundações e os riscos aumentaram, também por meio do fortalecimento da capacidade dos parceiros e da responsabilidade às comunidades afetadas.³¹

Relatório da OIM sobre migração e refúgio de afegãos no Brasil³²

No mês de setembro, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) lançou um relatório referente à situação migratória de afegãos no Brasil. O período analisado pelo relatório vai de setembro do ano passado, data de rápido aprofundamento da crise humanitária, até setembro deste ano, quando se completou um ano desse fluxo.

²⁸<https://www.unhcr.org/news/briefing/2022/10/633fe40c4/unhcr-urgently-seeks-us66-million-communities-devastated-pakistan-floods.html>

²⁹<https://www.unhcr.org/news/briefing/2022/10/633fe40c4/unhcr-urgently-seeks-us66-million-communities-devastated-pakistan-floods.html>

³⁰ <https://reporting.unhcr.org/pakistan-flood-supplementary-appeal>

³¹<https://www.unhcr.org/news/briefing/2022/10/633fe40c4/unhcr-urgently-seeks-us66-million-communities-devastated-pakistan-floods.html>

³²https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd1496/files/documents/informe-migracao-afega-set2021-ago2022_0.pdf

O relatório traz diversas informações importantes, como a predominância de uma migração masculina e de pessoas em idade ativa (18-60), que representam mais de 60% do total da população. Ademais, houve 2409 entradas e apenas 153 saídas. Desses, grande parte buscou a regularização migratória, sendo seus principais destinos as cidades de São Paulo (SP), Morungaba (SP), Guarulhos (SP), Colombo (PR) e Uberlândia (MG).

Conforme portaria interministerial do ano de 2021, é possível que os afegãos e apátridas solicitem visto humanitário e autorização de residência válidos por 2 anos e prorrogável ao fim desse período. Os vistos podem ser emitidos fora do território nacional, em várias embaixadas próximas, enquanto a autorização de residência só pode ser emitida junto à Polícia Federal, em território brasileiro. No período coberto pelo relatório, foram emitidos 6229 vistos humanitários, 1008 autorizações de residência e 1687 novos CPF.

O refúgio também deve ser requerido junto a uma unidade da polícia federal, e é julgado pela Comissão Nacional para os Refugiados. Até o momento, o Brasil possui 506 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, e apenas 98 refugiados afegãos reconhecidos.

OPAS: Crise de cólera no Haiti

Após três anos sem casos reportados, o Haiti registrou dois novos casos de cólera na primeira semana de outubro. Agora, já são 11 casos confirmados, incluindo duas mortes, e 111 suspeitas sendo investigadas em diversas comunidades do país.

No dia 9 de outubro, a OPAS (Organização Pan-Americana de Saúde) publicou um relatório de avaliação de risco³³ sobre o novo surto de cólera na região. O relatório buscou apresentar os riscos que a doença impõe para a saúde humana, de se espalhar para outras populações e da capacidade de resposta ser insuficiente dados os recursos disponíveis. A nível nacional, o risco foi entendido como elevado, enquanto regionalmente como intermediário.

O relatório aponta para o atual cenário vivido no Haiti, cuja população tem experimentado múltiplas crises relacionadas à violência, insegurança e desastres naturais. O país tem sido palco de protestos sociais e disputas entre gangues, gerando uma conjuntura de instabilidade. Também é destacado que o Haiti tem as características para favorecer a transmissão dessa doença, incluindo um forte fluxo migratório e de deslocamento de pessoas que enfrentam condições sanitárias precárias e podem ser vetores do vírus para outras localidades.

Angela Merkel recebe Prêmio Nansen do ACNUR por proteção a refugiados no auge da crise na Síria

Em Genebra, no dia 4 de outubro de 2022, a Agência da ONU para Refugiados anunciou que Angela Merkel, ex-Chanceler da Alemanha, receberá o Prêmio Nansen para Refugiados do ACNUR 2022. Anualmente, a organização atribui o prêmio a indivíduos, grupos ou organizações que tenham se empenhado na proteção a pessoas refugiadas, deslocadas internas ou apátridas.

³³ <https://www.paho.org/en/documents/cholera-haiti-risk-assessment>

O prêmio foi entregue à ex-Chanceler alemã no dia 10 de outubro, em uma cerimônia em conjunto com demais vencedores regionais.³⁴

Angela Merkel foi frequentemente criticada tanto na Alemanha quanto internacionalmente por sua política de acolhimento a refugiados na Alemanha durante a crise migratória de 2015 e 2016. Foi justamente no ponto mais crítico da guerra civil na Síria que a ex-chanceler decidiu abrir as portas para mais de 1,2 milhão de refugiados e, mesmo recebendo diversos questionamentos por uma série de críticos, marcou o período com a frase "Wir schaffen das", ("vamos conseguir", em alemão).³⁵

De acordo com o ACNUR, Merkel "mostrou o que pode ser alcançado quando políticos agem corretamente e trabalham para encontrar soluções para os desafios do mundo, em vez de passar a responsabilidade para terceiros". Além disso, conforme o Acnur, as políticas e as declarações públicas de Merkel com relação ao tema foram "forças positivas nos debates europeus e globais sobre assuntos relacionados à concessão de asilo e à gestão de crises de deslocamentos forçados." Filippo Grandi, o chefe do ACNUR, teceu elogios à persistência da ex-chanceler alemã por proteger requerentes de refúgio. Segundo Grandi, "ao ajudar mais de 1 milhão de refugiados a sobreviver, Angela Merkel demonstrou imensa coragem moral e política".³⁶

Nessa cerimônia, também foram entregues prêmios regionais ao Corpo de Bombeiros de Mbera, da Mauritânia. Este grupo de voluntários serve a refugiados e chegou a combater mais de 100 incêndios na floresta, tendo plantado milhares de árvores, meios de subsistência e um pilar importante do meio ambiente da região. Nas Américas, Vicenta González esteve em atuação por quase 50 anos ajudando deslocados e outras pessoas vulneráveis. Em seu caminho, ela criou uma cooperativa de cacau, localizada na Costa Rica, com o objetivo de apoiar refugiados, mulheres de uma comunidade anfitriã e sobreviventes de violência doméstica. Partindo para a Ásia e o Pacífico, a organização humanitária Meikswe Myanmar auxilia comunidades necessitadas, incluindo deslocados internos. Já no Oriente Médio e Norte da África, escolheram o ginecologista iraquiano Nagham Hasan, devido a seu apoio médico e psicossocial voltado a meninas e mulheres yazidis sobreviventes de perseguição, escravidão e violência de gênero de grupos extremistas no norte do país.³⁷

Após o número de deslocados forçados ultrapassar 100 milhões pela primeira vez no mundo, Grandi disse ser indiscutível a necessidade que o público mantenha seu senso de compaixão com pessoas forçadas a se deslocar de suas casas.³⁸

O prêmio recebe o nome de Fridtjof Nansen – o primeiro Alto Comissário para Refugiados -- contemplado com o Prêmio Nobel da Paz de 1922 por conta de seus esforços voltados para repatriar prisioneiros de guerra e proteger milhões de refugiados deslocados pelo conflito, revolução e colapso dos Impérios Otomano e Austro-Húngaro. Além disso, completa

³⁴<https://www.acnur.org/portugues/2022/10/04/angela-merkel-recebe-premio-nansen-do-acnur-por-protecao-a-refugiados-no-auge-da-crise-na-siria/>

³⁵<https://www.dw.com/pt-br/angela-merkel-receber%C3%A1-pr%C3%AAmio-da-onu-por-pol%C3%ADtica-de-refugiados/a-63331620>

³⁶<https://www.dw.com/pt-br/angela-merkel-receber%C3%A1-pr%C3%AAmio-da-onu-por-pol%C3%ADtica-de-refugiados/a-63331620>

³⁷<https://news.un.org/pt/story/2022/10/1803157>

³⁸<https://www.acnur.org/portugues/2022/10/04/angela-merkel-recebe-premio-nansen-do-acnur-por-protecao-a-refugiados-no-auge-da-crise-na-siria/>

também 100 anos a criação do passaporte Nansen, um documento importante de identidade para refugiados, que permitiu que seus titulares se deslocassem através das fronteiras principalmente com o objetivo de conseguir trabalho.³⁹

³⁹<https://www.acnur.org/portugues/2022/10/04/angela-merkel-recebe-premio-nansen-do-acnur-por-protecao-a-refugiados-no-auge-da-crise-na-siria/>

Instituições Financeiras Multilaterais

Isis Pillar Cazumbá

Após decisão unânime, o Conselho Administrativo do **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)** anunciou que Mauricio Claver-Carone não é mais Presidente do Banco. De acordo com a investigação feita por uma consultoria independente, foi constatada conduta nada condizente com os valores do Banco realizada pelo ex-presidente. Sendo assim, o Gabinete do Secretário do BID notificou os Governadores do Banco de que o processo de nomeação de candidatos para ser o próximo presidente da organização está aberto. Os governadores do BID podem nomear candidatos nos próximos 45 dias.

O Presidente do BID é eleito pelo Conselho de Governadores, onde cada um dos 48 países membros é representado pelo seu Governador. Para ser eleito, o candidato deve obter a maioria do poder de voto dos países membros. O poder de voto varia de acordo com a quantidade de ações que cada país-membro detém no capital comum do BID. O candidato vencedor também deve ser apoiado por pelo menos 15 dos 28 regionais da região. O presidente é eleito para um mandato de 5 anos, com a possibilidade de uma reeleição única.

Sob o comando da presidente Reina Irene Mejía, de Honduras, o BID continua seu trabalho de melhorar vidas nos 26 países emprestados do Banco.

Fontes: <https://www.iadb.org/en/news/statement-presidency-inter-american-development-bank>

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/09/27/presidente-bid-demitido-perfil.htm>

<https://www.iadb.org/en/news/idb-announces-start-process-election-president>

Economia e sustentabilidade estão em alta no BID. O Banco e o Korea Institute for Advancement of Technology (KIAT), na 6ª Cúpula empresarial da Coreia-LAC, assinaram um memorando de entendimento (MoU) para fortalecer a colaboração para promover o apoio ao desenvolvimento sustentável e a transição para uma economia de baixo carbono na América Latina utilizando tecnologia inovadora e experiência da Coreia.

O presidente da KIAT, Sra. Min Byung-Joo, e o vice-presidente de setores e conhecimento do BID, Benigno López Benítez, assinaram o MoU em nome de suas organizações para solidificar a cooperação nas áreas de interesse comum entre a KIAT e o BID, como energia renovável e infraestrutura da indústria verde.

No âmbito dos projetos bilaterais, o Banco aprovou um empréstimo de US\$ 106 milhões para ajudar a indústria turística de El Salvador a se recuperar e crescer. A operação visa tornar o setor mais competitivo, aumentando os gastos por visitante, criando empregos e reduzindo as lacunas de gênero entre seus trabalhadores. Também visa tornar os destinos turísticos do país mais sustentáveis ambientalmente.

Fontes: <https://www.iadb.org/en/news/idb-and-kiat-strengthen-collaboration-innovation-latin-america-and-caribbean>

<https://www.iadb.org/en/news/idb-approves-106-million-loan-revive-tourism-el-salvador>

O novo relatório do **Banco Mundial (BM)** fornece as últimas estimativas e tendências de pobreza global e prosperidade compartilhada. A edição de 2022 mostra o cenário da pobreza após uma série extraordinária de choques para a economia global. O progresso global na redução da pobreza extrema praticamente parou. Depois que a COVID-19 sofreu o maior revés para a pobreza global em décadas, o aumento dos preços de alimentos e energia — alimentado por choques climáticos e conflitos entre os maiores produtores de alimentos do mundo — tem dificultado uma rápida recuperação.

O relatório analisa como a política fiscal foi utilizada no primeiro ano da pandemia para apoiar os grupos mais vulneráveis. Também lança luz sobre o impacto dos impostos, transferências e subsídios sobre a pobreza e a desigualdade em 94 países antes de 2020, fornecendo novas e importantes percepções sobre os impactos da política fiscal não apenas durante crises, mas também em condições normais. O relatório identifica como os governos podem otimizar a política fiscal para ajudar a corrigir o curso.

Fonte: <https://www.worldbank.org/en/publication/poverty-and-shared-prosperity>
<https://www.worldbank.org/en/news/statement/2022/10/05/world-bank-group-president-david-malpass-foreword-to-the-poverty-and-shared-prosperity-report>
<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/37739/9781464818936.pdf>

O BM lançou relatórios atualizados contendo as *perspectivas econômicas regionais*.

No relatório sobre a **América Latina e o Caribe (LAC)** à medida que a crise da COVID-19 recua, a região está de volta ao trabalho e olhando para frente. As mortes relatadas relacionadas à pandemia são baixas e têm convergido plausivelmente para níveis globais. No entanto, as baixas taxas de vacinação em alguns países as deixam vulneráveis a novas variantes. Na maioria dos países, o Produto Interno Bruto (PIB) e o emprego recuperaram seus níveis de 2019, embora as taxas de crescimento previstas possam ser consideradas "resilientemente medíocres": os sistemas bancários parecem sólidos e os crescentes encargos da dívida são gerenciáveis até agora, mas o crescimento não deverá superar os níveis baixos da década de 2010.

De acordo com o relatório sobre a **África Subsaariana (SSA)** o crescimento econômico deve desacelerar de 4,1% em 2021 para 3,3% em 2022, como resultado de uma desaceleração do crescimento global, aumento da inflação exacerbada pela guerra na Ucrânia, condições climáticas adversas, um aperto nas condições financeiras globais e o aumento do risco de sofrimento da dívida. Essas tendências comprometem a redução da pobreza, já revidada pelo impacto da pandemia COVID-19.

No **Oriente Médio e Norte da África** estima-se que as economias da região crescerão 5,2% em 2022, a taxa mais rápida desde 2016. No entanto, a incerteza reina com o curso imprevisível da guerra na Ucrânia e a trajetória da COVID-19. O crescimento na região será desigual, pois as economias importadoras de petróleo e alimentos da região serão prejudicadas em média, em contraste com os países exportadores de petróleo. O relatório também analisa a confiabilidade das previsões econômicas em uma região onde a transparência dos dados tem sido um problema há muito tempo.

No relatório sobre a **Ásia Oriental e Pacífico (EAP)** o crescimento na maioria dos países da região se recuperou no primeiro semestre de 2022, mas a China perdeu força. Em grande parte da região, a demanda doméstica reviveu após a angústia da onda DELTA COVID-19. Na China, as medidas de saúde pública para conter surtos da altamente infecciosa variante Omicron inibiram o consumo. A maior parte da região deve crescer mais rápido e ter inflação menor em

2022 do que em outras regiões. Além do final de 2022, três fatores podem ser um empecilho para o crescimento: desaceleração global, aumento da dívida e distorções políticas. As medidas atuais para conter a inflação e a dívida estão aumentando as distorções existentes nos mercados de alimentos, combustíveis e finanças de maneiras que poderiam prejudicar o crescimento. Em cada caso, medidas mais eficientes poderiam resolver as dificuldades atuais sem comprometer os objetivos de longo prazo, de acordo com o relatório.

Sobre a região do **Sul da Ásia**, o relatório diz que uma série de choques uma vez na vida atingiu a região. Inflação elevada, pressões de equilíbrio de pagamentos, desaceleração da economia global e aperto monetário em outros países apresentam desafios renovados, enquanto as cicatrizes da pandemia continuam a pesar sobre a recuperação econômica. A região está enfrentando um ponto de inflexão acentuado em meados de 2022, quando se espera que o crescimento desacelere, embora haja esperança de que as economias mais lideradas por serviços tenham um desempenho melhor. Para construir resiliência, a região pode aproveitar as mudanças estruturais em curso, incluindo inovações financeiras e maior flexibilidade no mercado de trabalho. A migração do trabalho, uma parte fundamental da vida no sul da Ásia e um importante mecanismo de enfrentamento, foi impactada negativamente durante a pandemia.

O relatório sobre a **Europa e Ásia Central (ECA)** defende que a guerra na Ucrânia desencadeou uma enorme crise de deslocamento humano, aumentando os níveis de refugiados globais já historicamente altos. A produção na região deve contrair 0,2% em 2022, refletindo as repercussões negativas da invasão. A escalada das tensões geopolíticas desencadeou uma possível crise energética na Europa. Se a guerra aumentar, a produção regional pode diminuir ainda mais.

Fontes: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/38093>

<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/38092/EnglishReport.pdf?sequence=9>

<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/38065/English.pdf?sequence=5&isAllowed=y>

<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/38053>

<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/38066/FullReport.pdf>

<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/38098/FullReport.pdf?sequence=8>

O **Fundo Monetário Internacional (FMI)** lançou o seu **Relatório Anual 2022: Crise após Crise**. O relatório mostra que os desafios econômicos atuais — desde a pandemia e as repercussões da guerra até as mudanças climáticas e a digitalização — revelam falhas econômicas e geopolíticas no sistema econômico e financeiro global. Com muitos países propensos a precisar de ajuda financeira, tornou-se cada vez mais crítico manter uma rede de segurança financeira global confiável com o FMI em seu centro. O Fundo está revisitando seus conselhos políticos, atividades de empréstimos e capacitação, inclusive através do estabelecimento do Fundo de Resiliência e Sustentabilidade em abril de 2022.

Fonte: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/ar/2022/downloads/imf-annual-report-2022-portuguese.pdf>

<https://www.imf.org/external/pubs/ft/ar/2022/downloads/imf-annual-report-2022-spanish.pdf>

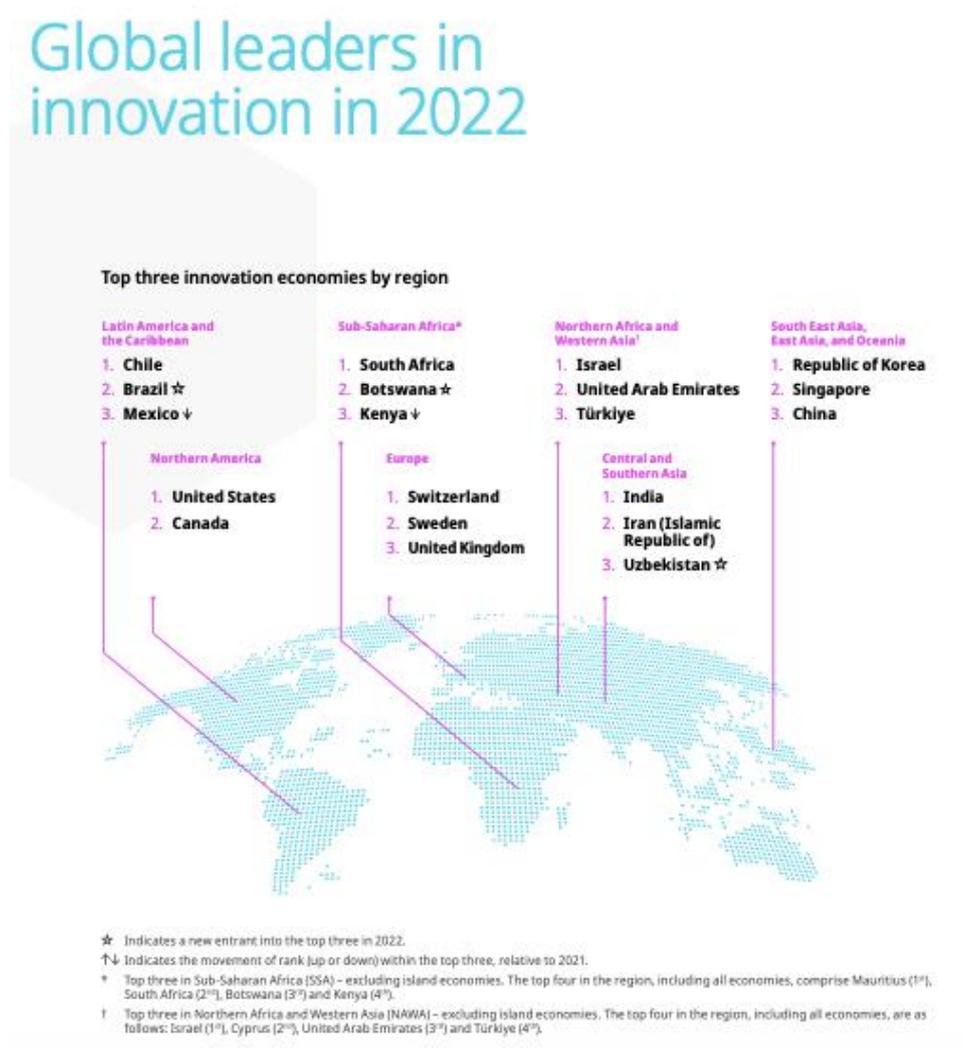
Índice de Inovação Global (OMPI) e Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)

Claudia Chamas

Organização Mundial da Propriedade Intelectual: Lançamento do Relatório Índice de Inovação Global de 2022

O relatório Índice de Inovação Global (em inglês, Global Innovation Index - GII) de 2022 foi lançado pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual e mostrou que países como Suíça, Estados Unidos, Suécia, Reino Unido, Holanda estão entre as economias mais inovadoras do mundo. No campo dos emergentes, Índia e Turquia aparecem pela primeira vez no Top 40. A Figura 1 organiza os líderes globais por região (OMPI, 2022).

Figura 1



No relatório, merecem destaque alguns fatos:

1. Ao contrário do que as evidências históricas sugerem, os investimentos em ciência e inovação prosperaram durante a pandemia de COVID-19, mas sua resiliência contínua é incerta para 2022 diante de novos desafios.
2. Artigos científicos publicados globalmente ultrapassaram a marca de 2 milhões pela primeira vez em 2021.

3. Os investimentos em P&D global em 2020 cresceram a uma taxa de 3,3%, não desacelerando em relação à taxa de crescimento de P&D historicamente alta de 6,1% registrada em 2019.
4. As alocações orçamentárias governamentais nas principais economias para gastos em P&D mostraram forte crescimento em 2020, à medida que os governos buscavam vigorosamente mitigar os efeitos econômicos da crise.
5. A atividade de depósito de patentes cresceu durante a pandemia em 2020 e 2021.
6. A Suíça – pelo 12º ano consecutivo – ocupa o primeiro lugar no GII 2022. Os Estados Unidos sobem para a 2ª posição. Depois vem a Suécia, o Reino Unido, a Holanda e a República da Coreia.
7. A China sobe para 11º lugar, ultrapassando a França; por enquanto, é a única economia de renda média entre as 30 primeiras do GII.
8. O Canadá está de volta entre os 15 maiores inovadores globais, subindo para o 15º lugar.
9. A Turquia (37º) e a Índia (40º) entram no top 40 pela primeira vez.
10. Além da China e da Índia, Vietnã (48º), República Islâmica do Irã (53º) e Filipinas (59º) são as economias de renda média com a recuperação mais rápida da inovação até o momento. A Indonésia (75º), por sua vez, apresenta potencial de inovação promissor.
11. Os principais destaques da região Norte da África e Ásia Ocidental são Israel (16º), Emirados Árabes Unidos (31º e mais próximo do top 30) e Turquia.
12. Índia, República Islâmica do Irã e – pela primeira vez – Uzbequistão (82º) e Paquistão (87º) lideram a região da Ásia Central e do Sul.
13. Chile (50º) – o único país da América Latina no top 50 – lidera a região da América Latina e Caribe, seguido pelo Brasil (54º) – recém-chegado ao top 3 da região. Em seguida, encontram-se México (58º), Costa Rica, Colômbia (63º), Peru (65º), Argentina (69º) e República Dominicana (90º).
14. Maurício (45º) e África do Sul (61º) lideram a região da África Subsaariana, seguidos pelo recém-chegado ao top 3 regional Botsuana (86º) e depois Quênia (88º). Além de Maurício e Botsuana, Gana (95º), Namíbia (96º), Senegal (99º), Zimbábue (107º), Etiópia (117º) e Angola (127º) destacam-se.
15. O GII 2022 enfatiza duas novas ondas de inovação: 1. uma próxima onda de inovação da Era Digital baseada em supercomputação, inteligência artificial e automação que está prestes a causar amplos impactos na produtividade em todos os setores – incluindo serviços – e ajudar a alcançar avanços científicos em ciências básicas de todos os campos; e 2. uma onda de inovação construída sobre avanços em biotecnologias, nanotecnologias, novos materiais e outras ciências que está revolucionando inovações em quatro campos de importância fundamental para a sociedade: saúde, alimentação, meio ambiente e mobilidade.

UNCTAD: Relatório de Comércio e Desenvolvimento 2022

Em 3 de outubro de 2022, por ocasião do lançamento do [Relatório de Comércio e Desenvolvimento 2022](#) (em inglês, [Trade and Development Report 2022](#)), a [Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento](#) (em inglês, United Nations Conference on Trade and Development, UNCTAD) **alertou para recessão global induzida por políticas. Destacou que apoio financeiro inadequado deixa os países em desenvolvimento expostos a crises de dívida, saúde e clima (UNCTAD, 2022).**

Entre os itens em evidência, destacamos:

1. Os movimentos da política monetária e fiscal nas economias avançadas correm o risco de empurrar o mundo para uma recessão global e estagnação prolongada, causando danos piores do que a crise financeira de 2008 e o choque da COVID-19 em 2020. De acordo com

- o relatório, os rápidos aumentos das taxas de juros e o aperto fiscal nas economias avançadas, combinados com as crises em cascata resultantes da pandemia de COVID e da guerra na Ucrânia, já provocaram desaceleração global.
2. Em uma década de taxas de juros ultrabaixas, os bancos centrais consistentemente ficaram aquém das metas de inflação e não conseguiram gerar um crescimento econômico mais saudável. Qualquer crença de que eles serão capazes de derrubar os preços contando com taxas de juros mais altas sem gerar uma recessão é aposta imprudente.
 3. Em momento de queda dos salários reais, aperto fiscal, turbulência financeira e apoio e coordenação multilaterais insuficientes, o aperto monetário excessivo pode inaugurar período de estagnação e instabilidade econômica para muitos países em desenvolvimento.
 4. De acordo com a secretária-geral da UNCTAD, Rebeca Grynspan: “Ainda há tempo de sair da beira da recessão. (...) Temos as ferramentas para acalmar a inflação e apoiar todos os grupos vulneráveis. Esta é uma questão de escolhas políticas e vontade política. Mas o atual curso de ação está prejudicando os mais vulneráveis, especialmente nos países em desenvolvimento e corre o risco de levar o mundo a uma recessão global”.
 5. A UNCTAD espera que a economia mundial cresça 2,5% em 2022. As perspectivas estão piorando. A desaceleração sincronizada atinge todas as regiões, mas em níveis piores para os países em desenvolvimento, onde a taxa média de crescimento deve cair abaixo de 3%, um ritmo insuficiente para o desenvolvimento sustentável, apertando ainda mais as finanças públicas e privadas e prejudicando as perspectivas de emprego.
 6. Os países de renda média da América Latina, bem como os países de baixa renda da África, registrarão algumas das desacelerações mais acentuadas este ano. O relatório observa que os países que estavam mostrando sinais de endividamento antes da pandemia estão sofrendo alguns dos maiores golpes (Zâmbia, Suriname, Sri Lanka) com choques climáticos ameaçando ainda mais a estabilidade econômica (Paquistão).
 7. As múltiplas crises que a economia global enfrenta atualmente estão conectadas por uma agenda política que falhou em suas principais promessas de proporcionar estabilidade econômica e impulsionar o investimento produtivo, tanto público quanto privado.
 8. Com os sinais de alerta para uma série de indicadores econômicos e ambientais, reivindicar o futuro com políticas inovadoras e ambiciosas, vontade política e apoio público e privado é pré-requisito para alcançar metas de desenvolvimento ambiciosas. O relatório apresenta estratégias de cooperação entre países em desenvolvimento que, juntamente com reformas na arquitetura multilateral, pode ajudar a levar a economia global na direção certa.

Referências

OMPI. Global Innovation Index 2022: Switzerland, the U.S., and Sweden lead the Global Innovation Ranking; China Approaches Top 10; India and Türkiye Ramping Up Fast; Impact-Driven Innovation Needed in Turbulent Times. Disponível em: https://www.wipo.int/pressroom/en/articles/2022/article_0011.html
Acesso em: 10 de outubro de 2022.

UNCTAD. UNCTAD warns of policy-induced global recession; inadequate financial support leaves developing countries exposed to cascading crises of debt, health and climate. Disponível em: <https://unctad.org/press-material/unctad-warns-policy-induced-global-recession-inadequate-financial-support-leaves>
Acesso em: 10 de outubro de 2022.

Um olhar para as mulheres, crianças e adolescentes da América Latina e Caribe

*Maria Teresa Rossetti Massari,
Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes
Karinne Marieta Carvalho*

Organização Panamericana de Saúde - Plano de Ação para a Saúde da Mulher, Criança e Adolescente 2018-2030: Relatório de Progresso

Entre 26 e 30 de setembro ocorreu a 30ª Conferência Sanitária Panamericana e a 74ª Sessão do Comitê Regional da Organização Mundial da Saúde para as Américas. O evento, que este ano voltou a ser presencial, ocorre a cada cinco anos e seu objetivo é determinar as políticas para a saúde da região. O tema da Conferência esse ano foi “Defender a Equidade na Saúde para o Desenvolvimento Sustentável”.

Foram apresentados cinco relatórios de temas que vêm sendo acompanhado pela Organização: plano de ação para a prevenção do câncer cérvico-uterino; plano de ação para a saúde da mulher, da criança e do adolescente; plano de ação para o fortalecimento dos sistemas de informação para a saúde; plano de ação para eliminar a gordura trans da produção industrial; e acesso e uso racional de medicamentos e outras tecnologias sanitárias estratégicas e de alto custo.

O relatório CSP30/INF/12 apresentou o progresso do Plano de Ação para a Saúde da Mulher, Criança e Adolescente 2018-2030. Como ponto importante, ele cita a pandemia de COVID-19, que afetou profundamente a vida de mulheres, crianças e adolescentes, e está causando retrocessos nos resultados de saúde alcançados com tanto esforço. Ela afetou a capacidade das instituições de realizar pesquisas populacionais, manter a continuidade da coleta de dados e analisar dados epidemiológicos. Como consequência, o presente relatório alerta que não é possível emitir uma avaliação completa do progresso alcançado no período entre 2018 e 2021.

O Plano de ação é organizado em 14 objetivos e 30 metas e indicadores, que estão distribuídos em 4 linhas estratégicas de ação, a saber:

- 1) Fortalecer um ambiente regulatório transformador para reduzir as desigualdades de saúde que afetam mulheres, crianças e adolescentes.
 - De 3 metas estabelecidas, somente uma alcançou o desenvolvimento esperado para o período.
 - O avanço desta linha estratégica mostra que um número maior de países e territórios têm metas definidas, mas seus relatórios indicam que outras atividades são necessárias para garantir a adoção de políticas intersetoriais e participação para atingir esses objetivos e reduzir as desigualdades.
- 2) Promover a saúde e o bem-estar universais, eficazes, sustentáveis e equitativos para todas as mulheres, crianças e adolescentes em suas famílias, escolas e comunidades ao longo da vida.

O relatório aponta um bom progresso nesta linha estratégica, embora 3 de um total de 8 indicadores não tenham dados disponíveis, sendo eles:

- porcentagem de bebês e crianças menores de 6 meses em aleitamento materno exclusivo;
- prevalência do uso de métodos contraceptivos em mulheres em idade reprodutiva, por faixa etária;

- porcentagem de crianças menores de 5 anos cujo desenvolvimento está bem dirigido a partir de uma perspectiva de saúde, aprendizagem e bem-estar psicossocial.
- 3) Expandir o acesso equitativo para mulheres, crianças e adolescentes a serviços de saúde abrangentes, integrados e de boa qualidade, com foco em indivíduos, famílias e comunidades.
- Esta linha estratégica apresenta 15 indicadores e, embora a maioria deles esteja no caminho certo, uma variação significativa persiste entre os países, bem como informações limitadas para uma avaliação destas desigualdades.
 - Dos 15 indicadores, 8 atingiram as metas estabelecidas, 5 não atingiram e 2 não dispunham de dados suficientes. Por exemplo, embora houve progresso no número de países que medem partos assistidos nos centros de saúde, não houve aumento na porcentagem de partos atendidos nos estabelecimentos de saúde nos quintis com menor desempenho ou aqueles com menos recursos financeiros.
- 4) Fortalecer os sistemas de informação para a coleta, disponibilidade, acessibilidade, qualidade e disseminação de informações estratégicas, incluindo dados e estatísticas sobre a saúde de mulheres, crianças e adolescentes, no marco dos princípios propostos neste plano.
- Registrou-se progressos nesta linha estratégica em termos de reforço sistemas de informação sobre saúde, bem como sobre a disponibilidade de dados sobre a saúde da mulher, de crianças e adolescentes.
 - Dos 4 indicadores propostos, 3 avançaram.
 - A busca ativa e a análise de óbitos maternos avançou enquanto a análise de óbitos de crianças menores de 5 anos retrocedeu no período.
 - Restam sérias limitações no que diz respeito ao monitoramento das iniquidades em saúde que atingem as mulheres e a população infanto-juvenil. A falta de apoio político, de recursos financeiros e humanos e as dificuldades da pandemia de Covid-19 foram identificadas como fatores limitantes.

Medidas necessárias para melhorar a situação

Dadas as conquistas e desafios apresentados o relatório, propõe medidas a serem consideradas pelos Estados-membros:

a) Durante a fase de recuperação após a pandemia, é essencial atribuir o máximo de prioridade aos serviços essenciais de saúde para mulheres, crianças e adolescentes que foram interrompidos durante a Covid-19;

b) Os Estados-membros são incentivados a intensificar as atividades para o fortalecimento dos sistemas de informação voltados para a coleta, análise e uso de informações estratégicas, discriminadas por idade, renda, etnia e local de residência, a fim de melhorar o monitoramento das desigualdades que afetam a saúde de mulheres, crianças e adolescentes;

c) Os Estados-membros devem dar prioridade à aplicação de políticas intersectoriais e mecanismos de participação para mulheres e adolescentes para enfrentar efetivamente as desigualdades persistentes;

d) É fundamental aumentar os investimentos em intervenções pautadas em evidências nas escolas, famílias e comunidades, a fim de melhorar as atividades que apoiam caminhos de vida saudáveis.

Apesar do relatório apontar progressos e dificuldades na obtenção dos dados, provocada principalmente pela pandemia de Covid-19 e as interrupções nos serviços de saúde nesse período, alguns pontos merecem destaque.

É possível observar que algumas metas são mais ousadas e consideram quase a totalidade de países até 2030, enquanto outras aparecem de forma mais tímida nos objetivos do plano de ação. Exemplo disso é o indicador 2.2.3 - Número de países e territórios com dados recentes (cinco anos ou menos) sobre a proporção de mulheres entre os 15 e os 49 anos que tomam sua própria decisão informada sobre relações sexuais, uso de anticoncepcionais e cuidados de saúde reprodutiva:

- Linha de base (2018): 3
- Meta (2022): 5
- Meta (2026): 7
- Meta (2030):10

O relatório considera que: progressos foram feitos para alcançar este indicador e que um total de 11 países relataram ter atingido a meta. No entanto, apenas cinco deles apresentaram documentos comprovativos do período indicado.

A meta 2.2.3 é essencial em um plano de ação da Organização, especialmente para que se busque avanços regionais no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5: “5.6 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão”. Ainda assim, a meta estabelecida é insuficiente para provocar mudanças em tempo hábil. Este é um indicador indispensável para a garantia dos direitos de mulheres e meninas, e o risco que se corre é de mais uma vez não dar visibilidade para essa população. Nesse caso específico, não estamos falando somente na garantia de acesso a métodos contraceptivos modernos e seguros (outro indicador apresentado no plano de ação), mas também na escolha informada sobre parceiros sexuais, o que inclui um componente de acesso à educação em saúde e direitos.

Além deste tema, vale ressaltar outros pontos da agenda, que incluem indicadores relacionados à serviços de saúde materna e infantil, acompanhamento da disponibilidade de medicamentos para o tratamento de eclâmpsia e hemorragia pós-parto, disponibilidade de serviços de atenção a vítimas de exploração sexual, e outros pontos essenciais para o progresso rumo à igualdade de gênero na região.

Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#).

OPAS e UNICEF – Relatório Desigualdades em Saúde na América Latina e Caribe: linha de base para um desenvolvimento sustentável para mulheres, crianças e adolescentes

Este relatório avaliou as desigualdades sociais em saúde na região da América Latina e Caribe (ALC) por volta do ano de 2014, como linha de base para a Agenda 2030 para Desenvolvimento Sustentável, com foco no ODS 3 (Saúde e Bem-estar).

Este relatório centra-se nas áreas de saúde reprodutiva, materna, neonatal, da criança e do adolescente. Ele fornece uma avaliação com dados de 2014 (2011 a 2016). Para isso, o relatório analisa dados nacionais de 22 países com informações disponíveis sobre cinco prioridades de saúde:

- 5) demanda por planejamento familiar satisfeito com métodos modernos;
- 6) taxa de natalidade de adolescentes;
- 7) partos assistidos por profissional de saúde qualificado;
- 8) mortalidade neonatal;
- 9) mortalidade de menores de cinco anos; e
- 10) registro de nascimento.

Quadro 3 – Medidas regionais por indicador ao redor do ano 2014.

Cuadro 3. Medianas regionales por indicador alrededor del año 2014

Indicador	Unidad del indicador	Meta mundial del ODS 2030	Mediana	Menor	Mayor
Demanda de planificación familiar satisfecha con métodos modernos	Porcentaje	95*	76	43,1	89,7
Tasa de fecundidad de las adolescentes	Nacimientos por cada 1.000 mujeres de 15 a 19 años	N/D	77,2	59,4	99
Proporción de partos atendidos por personal de salud especializado	Porcentaje	95*	96,8	41,5	99,4
Tasa de mortalidad neonatal	Muertes por cada 1.000 nacidos vivos	12	15	8,2	31,7
Tasa de mortalidad de menores de 5 años	Muertes por cada 1.000 nacidos vivos	25	29	17	82,4
Registro de nacimientos	Porcentaje	95*	95,7	84,8	100

* El objetivo del 95% para los indicadores de cobertura se basa en la interpretación de la cobertura universal.

A região obteve ganhos de saúde consideráveis durante o período de os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Enquanto algumas metas de indicadores de saúde para a Agenda 2030 já foram cumpridos em vários países da região, outros ainda não foram alcançados.

A região ALC apresentou, em média, boa cobertura dos serviços de saúde. Embora não houvesse padrões aparentes nas desigualdades, resultados de saúde positivos foram observados com mais frequência entre os domicílios com quintil de riqueza mais alto em comparação com os do quintil inferior. A maioria das desigualdades dentro dos países também favoreceu aqueles que vivem em populações urbanas sobre aqueles em populações rurais e mulheres com pelo menos educação superior aos que não têm escolaridade.

Apesar do desempenho regional globalmente satisfatório nas áreas reprodutiva, materna, neonatal, infantil, e indicadores de saúde do adolescente, as desigualdades estão entre os grandes desafios para atingir as metas e metas propostas na Agenda 2030. Alguns países apresentam resultados de saúde relativamente piores e lacunas mais amplas em suas coberturas de saúde em comparação com outros países da região, indicando uma necessidade adicional de priorizar a melhoria geral da saúde, além de reduzir as desigualdades.

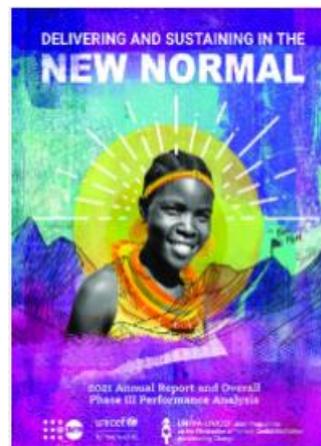
A pandemia de Covid-19 trouxe uma nova urgência para enfrentar as desigualdades em saúde, uma vez que ela afetou a região da ALC e ameaçou o progresso dos ODS e sua sustentabilidade. A pandemia também afetou a maioria dos institutos nacionais de estatística na região, desafiando a qualidade do relatório de dados e sistemas. Financiamento limitado, sistemas de informação sobrecarregados e inadequados podem potencialmente aumentar e persistir desigualdades sociais em saúde. Portanto, deve-se fazer esforços específicos para monitorar as desigualdades nacionais em saúde materna, neonatal, infantil e do adolescente, durante estes tempos difíceis.

Para acessar o relatório completo em inglês, [clique aqui](#). Em espanhol, [clique aqui](#).

UNFPA - Relatório Anual sobre Mutilação Genital Feminina

Antes mesmo da pandemia de Covid-19, a maioria dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) já estavam fora do caminho, incluindo o ODS 5: igualdade de gênero e empoderamento de mulheres e meninas, e a meta 5.3: eliminação da mutilação genital feminina até 2030.

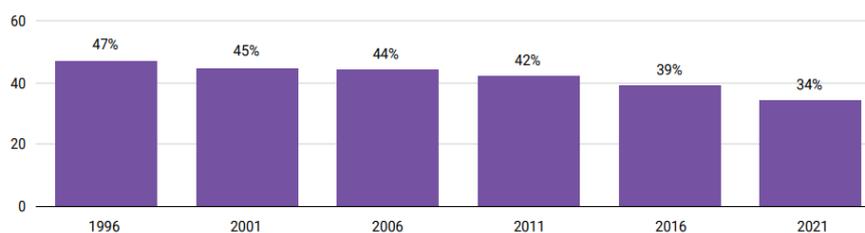
O relatório destaca as conquistas alcançadas em 2021 e faz análise geral do desempenho da Fase III do programa para eliminação da mutilação genital feminina (2018 – 2021), além de descrever os desafios e oportunidades nos esforços para eliminá-la. O relatório se concentra em medidas que capacitam meninas e mulheres a reivindicar seu direito de serem livres da MGF, bem como uma abordagem centrada na comunidade, interpessoal e baseada em grupo que incentiva a mudança de normas sociais e de gênero.



Nos últimos 25 anos, a prevalência de mutilação genital feminina diminuiu globalmente, tanto em países onde o procedimento era praticado em todas as jovens como naqueles com menor prática. A Figura mostra que a porcentagem de meninas adolescentes de 15 a 19 anos submetidas à mutilação genital feminina caiu de 47% há 25 anos para 34% por cento hoje.

Porcentagem de meninas adolescentes entre 15-19 anos, submetidas à mutilação genital feminina.

Percentage of adolescent girls aged 15-19 years who have undergone FGM



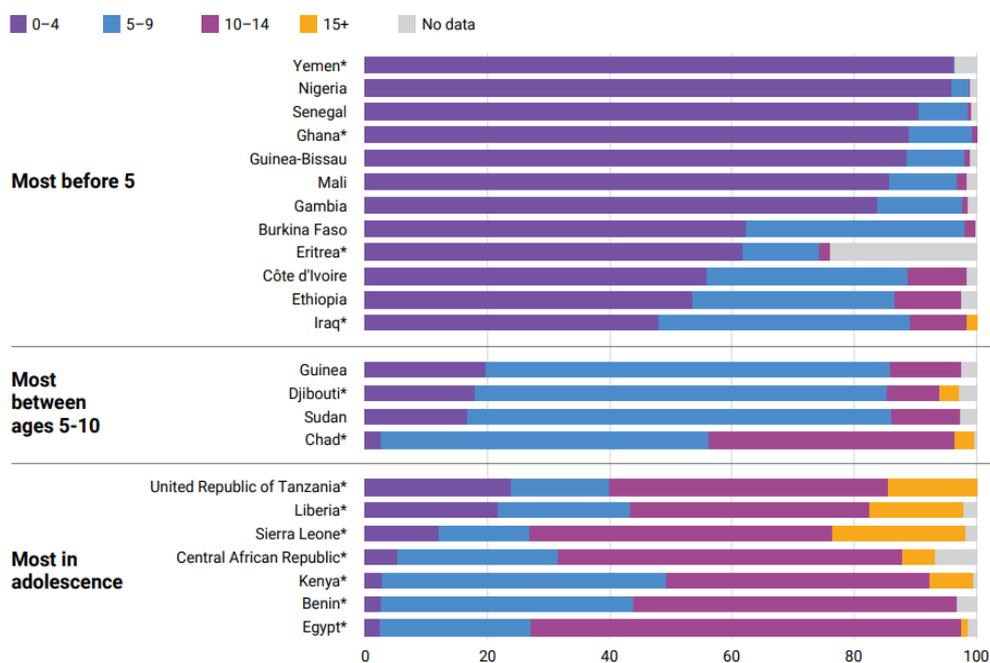
Source: UNICEF global databases, 2020, based on Demographic and Health Surveys (DHS), Multiple Indicator Cluster Surveys (MICS) and other national surveys, 2004-2018

Note: This is a weighted average based on comparable data from 31 practising countries with nationally representative data on the prevalence of FGM.

Outro ponto importante abordado no relatório é que meninas estão sendo submetidas à mutilação genital feminina em idades cada vez mais jovens, de forma diferente em diferentes culturas. Em alguns países, ocorre muito cedo, enquanto em outros ocorre na adolescência. Esses dados são importantes para que se possa planejar ações específicas e intervir na pequena janela de oportunidade onde a mutilação é praticada em meninas muito jovens.

Distribuição por idade da mutilação genital feminina

Percentage distribution of girls aged 10-14 years (or 15-19 years*) who have undergone FGM, by age at cutting



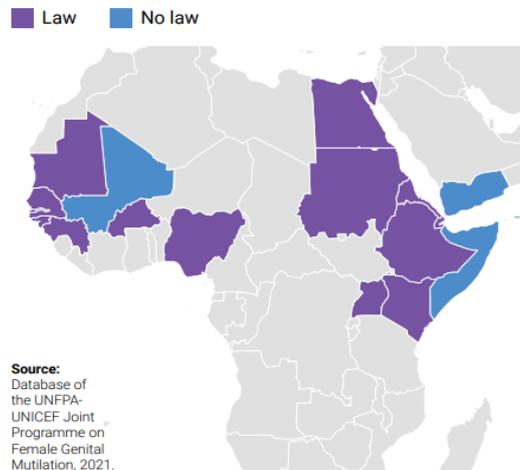
Source: UNICEF, 2022, "The Power of Education to End Female Genital Mutilation," New York.

O relatório destacou cinco abordagens estratégicas como eficazes para o abandono da prática da MGF. Embora não haja um plano simples para o que funciona, essas intervenções promissoras podem apoiar o desenho do programa em diferentes contextos:

1. Empoderamento de meninas e mulheres - Educar as mães pode reduzir o número de meninas submetidas à MGF – o maior o nível de educação formal de uma mãe, menos provável que sua filha seja submetida ao procedimento. Educar meninas leva a melhores conhecimentos e mudança de atitudes, passos importantes para o abandono da MGF.
2. Compromisso de famílias e comunidades - Educação em saúde nas comunidades e diálogos com os pais e líderes religiosos podem mudar atitudes sobre a MGF.
3. Transformação de sistemas - A formação de prestadores de cuidados de saúde pode melhorar capacidades para prevenir e tratar a MGF.
4. Mobilização social das comunidades e redes sociais para socialização positiva e normas de gênero - O marketing em mídias sociais pode efetivamente mudar as normas sociais e atitudes em relação à MGF e, em alguns casos, reduzir a prática. Também, a criação de comunidades livres da MGF e declarações públicas de oposição à MGF por líderes religiosos pode ajudar a mudar atitudes para o abandono da MGF.
5. Eficácia das leis e políticas - Legislação acompanhada de vontade política, em combinação com intervenções adicionais, como sensibilização, promete reduzindo a MGF.

Países apoiados pelo programa e legislação que criminaliza a mutilação genital feminina

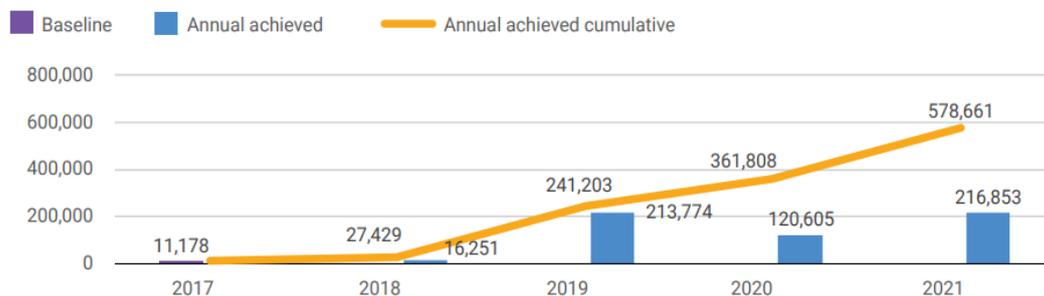
Countries supported by the Joint Programme with legislation criminalizing FGM



Avanços - linhas e planos de ação para acabar com a MGF: 9 países com orçamento nacional para a MGF e 14 países com um orçamento nacional e plano de ação baseado em evidências para acabar com a MGF.

Número de meninas salvas através de mecanismos de vigilância comunitária

Number of girls saved from FGM through community surveillance mechanisms



Source: Database of the UNFPA-UNICEF Joint Programme on Female Genital Mutilation, 2021.

Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#). Material complementar: [Eficácia das Intervenções Projetado para Prevenir ou Responder à Mutilação Genital Feminina - Uma Revisão de Evidências](#).

The Lancet - Racismo e Saúde: a necessidade de ação urgente

Em seu artigo no The Lancet Global Health, Poliana Rebouças e colaboradores apresentam dados notáveis do Brasil, mostrando MAIOR mortalidade de crianças menores de 5 anos nascidas de indígenas (HR 1,98 [IC 95% 1,92–2,06]), negros (HR 1,39 [1,36–1,41]), e mulheres pardas (HR 1,19 [1,18–1,20]) do que aquelas nascidas de mulheres brancas. Essas mortes, em particular, ocorrem devido a doenças evitáveis como desnutrição, diarreia, gripe e pneumonia. Este estudo soma-se a um importante conjunto de esforços, que transcende as fronteiras brasileiras, para fornecer evidências científicas sobre os efeitos deletérios que as desigualdades sociais enraizadas nas disparidades étnico-raciais produzem. As doenças e mortes evitáveis têm causas sociais e não biológicas e, portanto, há espaço para ações políticas,

econômicas e culturais. No presente caso, os autores chamam a atenção para o impacto do racismo na morte de crianças menores de 5 anos.

Sabe-se que não é apenas o racismo estrutural, institucional ou interpessoal que está na base do cenário apresentado. A literatura pujante, oriunda principalmente do feminismo negro interseccional, vem destacando a urgência de enfrentar “sistemas interligados de opressão” que produzem diferenças, supremacias, subalternidades, privilégios, doenças e mortes.

No Brasil, há uma sinistra intersecção entre as diferenças de classe social, raça-etnia, gênero e região ou local de residência, o que quase naturaliza o espanto ao observar a hierarquia no risco de morrer entre indígenas, negros, pardos e crianças brancas apresentadas no estudo. No entanto, não há nada de natural que explique tal disparidade; ao contrário, é produto de uma história genocida, escravocrata, discriminatória, machista que estrutura a sociedade brasileira e da ausência de políticas públicas comprometidas com a redução de múltiplas iniquidades sociais.

Já se observou os efeitos nocivos dessa ausência e desmonte de políticas públicas voltadas à redução da desigualdade. Não é por acaso que o Brasil voltou recentemente ao mapa mundial da fome da ONU. Estima-se que 125,2 milhões de pessoas enfrentam o desafio de algum tipo de insegurança alimentar no país, principalmente aquelas que vivem em domicílios chefiados por negros, pardos e em domicílios com crianças menores de 10 anos.

Além disso, a cobertura de vacinação infantil está diminuindo, o que implica um aumento de infecções e internações por doenças imunopreveníveis. Como resultado, o país está se afastando cada vez mais do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3.2, que propõe acabar com as mortes evitáveis de crianças menores de 5 anos até 2030.

Outro indicador de saúde sensível a esforços políticos precários ou ausentes é a mortalidade materna, que sofreu um aumento escandaloso durante a pandemia de Covid-19 e afetou desproporcionalmente as mulheres pobres e negras. Esse conjunto de indicadores sinalizava uma piora geral das condições de saúde, principalmente pelo descompromisso do Estado com a promoção da equidade.

A utilização desses dados potencializa a riqueza dos resultados, as possibilidades de compreensão dos fenômenos estudados e as perspectivas analíticas que podem ser realizadas a partir de fontes oficiais de dados ainda existentes no país. Portanto, o artigo também é uma forma de resistência aos ataques explícitos a que a ciência brasileira tem sido submetida nos últimos anos, pois fornece à comunidade acadêmica informações importantes que podem ser utilizadas para a proposição de políticas públicas. O negacionismo científico, a censura de dados e o subfinanciamento para pesquisa e educação são expressões importantes desses sucessivos ataques que a ciência brasileira vem sofrendo.

Por fim, não basta enfatizar que as desigualdades sociais, raciais, geracionais, regionais, de gênero, entre tantas outras, produzem efeitos simbólicos e materiais no cotidiano das sobreviventes. O compromisso com as perspectivas de justiça alimentar, justiça social e justiça ambiental precisam ser abordados na agenda de políticas públicas se a civilização atual estiver verdadeiramente dedicada ao desenvolvimento, equidade e bem-estar de todos, seja no âmbito individual, local, regional ou global.

Para acessar o artigo completo, [clique aqui](#). E para acessar a seção comentário, [clique aqui](#).

The Lancet - Suicídio de jovens: ações reais para prevenção

O suicídio é considerado a quarta principal causa de morte em adolescentes de 15 a 19 anos. Além disso, muitas crianças de 6 a 12 anos, principalmente em países de alta renda, apresentam ideação suicida e comportamentos de automutilação. Isso mostra a necessidade urgente de cuidados de saúde mental de qualidade adaptados aos jovens.

Os desafios para ajudar os jovens com comportamentos suicidas incluem sub-reconhecimento, estigma e longas listas de espera para serviços de saúde mental. No ponto de atendimento, a eficácia dos serviços é primordial. O treinamento sobre prevenção de suicídio e automutilação geralmente é insuficiente, e o apoio geralmente é isolado, com caminhos de encaminhamento da clínica sem clareza ou coordenação. Identificar adolescentes em risco de suicídio é difícil; ferramentas de avaliação objetivas para prever o risco não são confiáveis e, em uma avaliação clínica, os jovens podem negar pensamentos sobre suicídio por motivos como medo de julgamento e perda de privacidade. Além disso, a natureza formular e reducionista das ferramentas de avaliação não se presta a conversas responsivas.

Uma estrutura recente para a prevenção do suicídio exige uma ênfase maior na aliança terapêutica – a relação entre um psicoterapeuta e o paciente. Aplicando essa estrutura aos jovens, um clínico deve ver seu paciente, por mais jovem que seja, como um igual, e obter uma compreensão detalhada de suas necessidades por meio de uma conversa genuína. É mais provável que um jovem seja honesto sobre os fatores íntimos que mais importam para ele, como pressões sociais, bullying, isolamento ou vida doméstica, quando seu médico promove a confiança.

Construir esse relacionamento é particularmente importante, uma vez que a proteção substitui a confidencialidade se o clínico perceber um risco sério, do qual o jovem seria informado. Quando os fatores subjacentes são identificados, deve-se formular um plano de cuidado colaborativo que ofereça ao jovem autonomia nas decisões. Essa abordagem pode ser padronizada em domínios (fatores históricos, futuros, modificáveis e de proteção) e um caminho de cuidado definido. Após a avaliação inicial, recursos práticos e planejamento devem ser fornecidos, e o plano de cuidados deve ser revisto regularmente.

O cuidado culturalmente informado que considera a demografia do paciente (por exemplo, histórico, primeira língua, requisitos de bem-estar, escolaridade, deficiência e identidade de gênero) é essencial. Traumas anteriores e outras condições de saúde mental são fundamentais para determinar o estado mental geral de um paciente e podem exigir abordagens multissetoriais e maior contato do paciente com os médicos. Avaliações abrangentes na apresentação podem fornecer uma visão completa dos fatores de risco e orientar o planejamento de segurança a longo prazo.

Em março de 2022, a Academia Americana de Pediatria publicou um [Blueprint: A Call to Action for Youth Suicide Prevention](#), que enfatizou a melhoria do encaminhamento e a continuidade do atendimento para pacientes jovens, com recursos detalhados para construir conexões além da clínica. Na prevenção do suicídio, as redes de cuidados e a conexão social são fundamentais, e investir tempo e recursos em parcerias de emprego entre escolas, comunidades e jovens pode oferecer oportunidades para profissionais de saúde, que têm pouco tempo de contato na clínica, terem um papel mais amplo na prevenção ativa.

Os avanços na tecnologia oferecem oportunidades para reduzir o risco de suicídio em adolescentes. Embora a mídia digital possa ter efeitos negativos na saúde mental, há espaço

para alavancar a relação que os jovens têm com os dispositivos digitais. As intervenções digitais podem ser usadas como um ponto de entrada suave nos serviços ou para coordenar os cuidados posteriores, e as comunidades online, operadas sob parâmetros de segurança rigorosos, podem fornecer um espaço honesto para os jovens em risco se comunicarem. Smartphones e dispositivos vestíveis podem fornecer intervenções adaptativas que oferecem suporte (por exemplo, recursos, redes sociais e contato clínico) no momento apropriado com base em uma abordagem de cuidado escalonado. Essas intervenções podem ser adaptadas ao envolver os jovens e os cuidadores no seu desenvolvimento.

Alianças terapêuticas, redes de cuidados e cuidados adaptativos são adições cruciais para avaliação e gerenciamento de risco objetivo. As medidas objetivas servem a um propósito fundamental na estruturação dos serviços; no entanto, uma abordagem personalizada de atendimento, envolvendo atores-chave na vida de um jovem em risco de suicídio, é essencial. A ação holística é nossa melhor esperança para os jovens em risco de suicídio.

Para acessar o editorial completo, [clique aqui](#).

Enfrentamento da crise de segurança alimentar e nutricional global: as soluções estão na visão comercial ou na abordagem dos direitos?

Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Erica Ell

Ao final do mês de setembro, os dirigentes da FAO, FMI, Banco Mundial, PMA e OMC assinaram a segunda declaração conjunta sobre a Crise Global de Segurança Alimentar e Nutricional, fazendo um chamamento para ação urgente para enfrentamento dessa crise. 40

A declaração reforça o diagnóstico já apresentado no Relatório de Estado da Insegurança Alimentar e Nutricional no Mundo (SOFI) 41, de que o número de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional grave tende a aumentar no mundo tende a continuar aumentando, e destaca o impacto da guerra na Ucrânia na volatilidade de preços na energia, alimentos e fertilizantes, junto com políticas comerciais restritivas e quebra de cadeias de suprimentos.

Diante dessa abordagem, fortemente ancorada nos sistemas alimentares hegemônicos e suas relações com o sistema financeiro global, a declaração apresenta quatro áreas-chaves de atuação: apoio à produção e comércio eficientes, aumento da transparência, aceleração da inovação e planejamento conjunto e investimento na transformação dos sistemas alimentares. Enquanto isso, destaca diversas medidas emergenciais para países mais vulneráveis, junto com iniciativas para favorecer o comércio internacional e aumentar a eficiência no uso de fertilizantes.

A vinculação dos sistemas alimentares com o comércio internacional está no cerne do primeiro eixo de ação, quando destaca a necessidade de reavaliação das políticas de subsídios e de restrições a importações, com o argumento do comércio livre favorecer a redução de distorções nos preços e insumos agrícolas. Isso é coerente na perspectiva dos sistemas alimentares hegemônicos, baseados na agricultura de uma variedade pequena de produtos, frequentemente transformados em commodities, e cada vez menos direcionados para a alimentação das populações humanas. Além disso, no conjunto de insumos, também reforça a contradição intrínseca de falar de enfrentamento das mudanças climáticas enquanto os modelos de produção desses commodities agrícolas dependem muito dos combustíveis fósseis.

Vale destacar que essa discussão de preços de alimentos normalmente favorece e incentiva o cultivo de uma quantidade limitada de produtos de interesse comercial, que não permanecem nos locais de produção, e fragiliza o cultivo de mais variedades locais, aumentando a um risco de dependência externa, bem como de monotonia alimentar e de aumento no consumo de alimentos ultraprocessados, e gerando a fragilização da cultura alimentar tradicional, na medida em que minam a soberania alimentar. Como destacado em informes anteriores, os sistemas alimentares hegemônicos estão entre as causas da crise global de segurança alimentar e nutricional, como geradores de desigualdades e de fragilidade nos mecanismos de inclusão e resiliência.

No segundo eixo, de aumento da transparência, é apontada a necessidade de sistemas de monitoramento de preços e disponibilidade das principais culturas como forma de responder às crises e mesmo de detectá-las e responder mais oportunamente a elas. Esse monitoramento é fundamental, contudo, não pode se limitar às culturas destinadas ao comércio internacional,

⁴⁰ <https://www.fao.org/newsroom/detail/second-joint-statement-by-the-heads-of-fao-imf-wbg-wfp-and-wto-on-the-global-food-security-and-nutrition-crisis/en>

⁴¹ <https://www.fao.org/publications/sofi/2022/en/>

pois isso invisibiliza justamente a perda da soberania alimentar e a redução da diversidade das variedades cultivadas. Além disso, é necessário um monitoramento amplo e regular de outros aspectos dos sistemas alimentares, relativos à produção, acesso e consumo, mas também sobre impactos climáticos e sobre a saúde e segurança alimentar e nutricional. Nesse monitoramento, preocupações e prioridades sobre questões comerciais não podem se sobrepor a aspectos fundamentais do momento atual, como enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional e garantia do futuro do planeta e seus habitantes, dialogando com agendas mais amplas como os ODS e compromissos regionais e globais em saúde e meio ambiente, visto que os mecanismos de financiamento propostos direcionam-se majoritariamente para as culturas hegemônicas e não às alternativas mais saudáveis, sustentáveis, resilientes e inclusivas.

No campo da aceleração da inovação e do planejamento conjunto, reconhece-se que o setor agrícola é cronicamente afetado por investimento insuficiente, principalmente em relação a oportunidades de curto e médio prazo e o enfrentamento de questões de longo prazo no âmbito da insegurança alimentar e nutricional, bem como de problemas como mudanças climáticas, degradação dos solos e do meio ambiente, pestes e doenças vegetais e animais que atravessam fronteiras. Todavia, dentro da pesquisa em agricultura, há grande influência dos sistemas hegemônicos, por meio do direcionamento dos investimentos públicos e privados para as culturas comerciais, enquanto há um investimento em outras variedades (principalmente alimentos locais e típicos) e em modelos alternativos (como os agroecológicos).

Por fim, possivelmente o eixo mais importante, o investimento na transformação dos sistemas alimentares, volta a enfatizar a necessidade de aumentar a resiliência de sistemas alimentares a riscos que incluem conflitos, eventos climáticos extremos, choques econômicos e doenças para garantir respostas de longo prazo às crises atuais. Dois pontos considerados cruciais na declaração são os gargalos na infraestrutura e no suprimento de insumos (principalmente sementes e fertilizantes). Enquanto isso, também destaca a importância do apoio efetivo e sustentável a pequenos agricultores e da participação do setor privado para proporcionar capital humano e financiar o agronegócio sustentável e setores associados na cadeia alimentar.

Um ponto relevante nesse eixo é o reconhecimento dos pequenos agricultores, contudo as demais soluções continuam vinculadas ao sistema alimentar hegemônico e colocam como principal alternativa a esses agricultores a integração a esses sistemas como forma de inclusão e não aumentar o fomento de alternativas que não sejam baseadas nos commodities agrícolas e seus insumos. Por exemplo, o comércio de sementes para essas culturas de maior interesse comercial é concentrado em poucas corporações no mundo, que frequentemente também dominam insumos químicos como fertilizantes e até agrotóxicos. Além disso, na relação entre sistemas alimentares, saúde, segurança alimentar e meio ambiente, não são propostas que garantem um enfrentamento efetivo da zoonose global de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas. Portanto, não são as transformações esperadas para gerar e fortalecer sistemas alimentares sustentáveis, saudáveis, inclusivos e resilientes.

Enquanto soluções baseadas nos interesses dos mercados financeiros favorecem e estimulam a integração entre mercados e se apropriam de termos relacionados aos direitos e à agenda ambiental, como falar de diversificação econômica (e não de alimentos) e de resiliência por meio da criação de empregos nos sistemas hegemônicos (e não de modos de produção inclusivos, geradores de saúde e socialmente justos).

Ao fim e ao cabo, os sistemas hegemônicos perpetuam seus mecanismos de determinação do que é plantado e produzido em todo o mundo, desde a agricultura até a indústria de alimentos, e, em consequência, do que é consumido pelas populações, desconectando a agricultura dos padrões alimentares tradicionais e causando crises na segurança alimentar e nutricional, no meio ambiente e na saúde. Crises alimentares originadas de crises econômicas relacionadas aos mercados financeiros e aos sistemas que o suportam (incluindo o sistema alimentar hegemônico) no máximo serão mitigadas por soluções que se baseiam, visto que não alteram as suas principais causas.

Como em outros momentos, muitas iniciativas propostas contêm aspectos relevantes, mas não inovam em transformações efetivas. Em contraposição a esses pontos, vale destacar o último relatório do Painel de Alto Nível de Especialistas em Segurança Alimentar do Comitê de Segurança Alimentar e Nutricional (HPLE/CFS), que aborda as questões críticas, emergentes e continuadas para a segurança alimentar e nutricional no mundo ⁴².

O relatório reforça o diagnóstico global de aumento da insegurança alimentar e nutricional, incluindo a influência das mudanças climáticas, degradação ambiental, acidentes naturais, migrações, desigualdades, disparidades de gênero, pandemias e conflitos em seu agravamento. Além disso, esses fatores ameaçam a construção de cadeias mais equitativas e resilientes de produção e suprimento de alimentos e sistemas justos, particularmente para os trabalhadores dos sistemas alimentares. Alternativas nesse sentido também incluem sistemas alimentares locais por meio de circuitos curtos de produção e consumo e a diversificação das formas de conhecimento e tecnologias como forma de diminuir e prevenir impactos negativos sobre a segurança alimentar e nutricional. Nessa perspectiva, traz uma abordagem baseada nos direitos como alternativa à resposta vinculada aos mercados financeiros e seus agentes.

São relacionados sete das principais questões que afetam a segurança alimentar e nutricional global: a construção de cadeias de suprimento de alimentos resilientes e equitativas para garantir a segurança alimentar e nutricional, o fortalecimento da agricultura urbana e periurbana no contexto da urbanização e da transformação do meio rural, a relação entre os conflitos e a fragilidade dos sistemas alimentares, a revitalização de políticas climáticas para a segurança alimentar e nutricional, o reconhecimento do papel e dos direitos dos trabalhadores dos sistemas alimentares, a construção de uma interface significativa para sistemas de conhecimento, tecnologias e práticas e o enfrentamento de doenças infecciosas emergentes e reemergentes e outros riscos biológicos.

Na primeira questão, a construção de cadeias de suprimento de alimentos resilientes e equitativas para garantir a segurança alimentar e nutricional, dentre as medidas propostas, destaca-se o aumento da diversidade na produção de alimentos, em que se equilibrem também as cadeias de produção e distribuição em nível local, regional e global, reduzindo a dependência em canais baseados em um único alimento. Para alcançar isso, será também necessário primeiramente assegurar sistemas mais inclusivos, com emprego e geração de renda mais equitativa, e ampliar o acesso a tecnologias, criar mecanismos inovadores de conexão entre produtores, distribuidores e consumidores, fortalecer a sustentabilidade em todos os pontos da cadeia, usar a transparência de informações como forma de garantir resiliência dos sistemas alimentares e fortalecer a infraestrutura em todos os níveis.

⁴² <https://www.fao.org/3/cc1867en/cc1867en.pdf>

A agricultura urbana e periurbana, por sua vez, pode ser um mecanismo para apoiar a redução da pobreza e das desigualdades, contribuindo para construir resiliência e inclusão social. Nesse sentido, é reforçado o papel dos pequenos produtores e a importância de conectar as populações, particularmente as mais vulneráveis, a alimentos diversificados e saudáveis e garantir-lhes melhores condições de vida, sempre na perspectiva dos direitos humanos.

No contexto dos conflitos, as recomendações enfatizam que as ações emergenciais devem continuar se pautando pela abordagem de direitos, como no acesso a alimentos adequados e saudáveis, além do acesso a água e saneamento básico, enquanto mecanismos de reconstrução pós-conflito sejam fomentadas junto o fortalecimento da capacidade local de governança.

A revitalização das políticas climáticas relacionadas à segurança alimentar e nutricional destaca a necessidade de uma abordagem holística baseada em direitos e implementadas por meio de sistemas alimentares diversificados, equitativos e resilientes. Ao mesmo é importante o destaque à necessidade de avaliar a coerência de modelos de produção sustentável que podem ser veículos para o “green washing” quando deveriam focar na justiça climática e priorizar os direitos e modos de vida de populações vulneráveis. Por fim, também chama a atenção para a necessidade de redução do consumo de alimentos de origem animal e da possível rotulagem de alimentos considerando a pegada de carbono.

Um dos pontos mais inovadores do relatório é o destaque aos trabalhadores dos sistemas alimentares, em particular na relação com o trabalho de mulheres, jovens e migrantes. Os sistemas alimentares são frequentemente caracterizados pela precarização, principalmente em relação aos que vivem à margem do sistema hegemônico, e a valorização dos trabalhadores é fundamental para garantir maior inclusão e resiliência.

No âmbito das interfaces entre sistemas de conhecimento, tecnologias e práticas, destaca-se a necessidade de preservar e proteger os saberes tradicionais e ancestrais, inclusive da captura pelos sistemas hegemônicos por meio de apropriação de propriedade intelectual e outros mecanismos. Ao mesmo tempo, é fundamental garantir o acesso a tecnologias, conhecimentos e insumos aos pequenos produtores em que se valorizem os saberes e tradições locais junto com pesquisa e extensão agrícola, incluindo sementes nativas, para garantir que tenham a maior sustentabilidade e resiliência, assim como produtividade.

Por fim, no contexto das pandemias e outros problemas atuais, o enfrentamento de doenças infecciosas emergentes e reemergentes e outros riscos biológicos também mereceu destaque pelo painel de especialistas, principalmente na perspectiva do One Health. Assim, alinha a discussão de segurança alimentar e nutricional e sistemas alimentares com as relações entre a saúde humana, animal e dos ecossistemas e se alinha com vários ODS, além de destacar questões emergentes e continuadas como zoonoses os riscos associados à resistência antimicrobiana e o uso de pesticidas.

Diante das diferentes abordagens que competem para o enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional no mundo, os sistemas alimentares hegemônicos continuam a influenciar o desenho de soluções mitigatórias e que representam seus interesses econômicos e manutenção de estruturas de poder, enquanto as evidências de especialistas independentes caminham para abordagens de transformações mais profundas, baseadas nos direitos, inclusão e redução das desigualdades.

Espera-se que essas mensagens do painel de especialistas influenciem as recomendações da próxima reunião do Comitê de Segurança Alimentar (CSA), ainda em outubro deste ano, e depois para a FAO, no sentido de reorientar prioridades nessa agenda. Enquanto as transformações precisam ser graduais para evitar rupturas, as prioridades no contexto dos sistemas alimentares precisam ser revistas por agências e governos nacionais, no sentido de garantir a saúde humana e planetária, com direitos, saúde, segurança alimentar e sustentabilidade acima dos interesses financeiros.

A escola como promotora de saúde

**Vitor Rodrigues, Fabiane Gaspar e
Gisele Sanglard**

A escola como promotora de saúde é uma iniciativa criada pela UNESCO e OMS há mais de 25 anos, contudo os resultados não atingiram os patamares esperados por ambas as agências. Por isso, foi criado um guia para a implementação de ações que transformem as escolas em promotoras de saúde. O guia apresenta estudos de casos de oito países de baixa e média renda; bem como o resultado de consultas a um grupo assessor externo mundial e um amplo grupo de atores envolvidos para transformar as escolas com promotora de saúde. As análises apontam que tais ações melhoram o desempenho acadêmico, a frequência escolar e a retenção na escola, beneficiando por extensão a saúde e o bem-estar de crianças e adolescentes, a equipe escolar e comunidade como um todo.

Este guia se destina sobretudo às autoridades do governo encarregadas do desenvolvimento de políticas, planejamento, alocação de recursos e supervisão (avaliações de desempenho das escolas) de programas de saúde escolar e promoção da saúde. O público-alvo são funcionários dos ministérios e áreas relevantes, sobretudo educação, saúde e áreas afins (como assistência social, habitação, trabalho, agricultura e cultura) e formuladores de políticas de todas as áreas.

O guia tem como base 8 padrões internacionais para implementação da EPS. Segue figura abaixo explicando cada um:

Tabela 1: Padrões internacionais e proposições

1  Políticas de governo e recursos Todo o governo está comprometido e investe em transformar cada escola em uma escola promotora de saúde.	2  Políticas escolares e recursos A escola está comprometida e investe em um enfoque integral para ser uma escola promotora de saúde.	3  Liderança e gestão escolar A gestão escolar com um enfoque integral na escola apoia a escola promotora de saúde.	4  Parcerias escola/ comunidade A escola está engajada e colabora com a comunidade para viabilizar a escola promotora de saúde.
5  Currículo escolar O currículo escolar estimula os aspectos físicos e psicossociais da saúde e do bem-estar dos alunos.	6  Ambiente psicossocial escolar A escola propicia um ambiente psicossocial acolhedor e seguro.	7  Entorno físico escolar A escola tem um entorno físico inclusivo, saudável, protegido e seguro.	8  Serviços de saúde escolar Todos os alunos têm acesso a serviços integrais na escola ou vinculados à escola que suprem suas necessidades físicas, psicossociais e educacionais de saúde.

A implementação dos padrões internacionais deve ser norteada por vários princípios que enunciam as características comuns de um sistema de EPS sustentável. Embora o modelo e o projeto de EPS difiram entre os países dependendo do contexto, todos os princípios devem estar presentes. São eles:

1. A implementação do modelo EPS é inclusiva e equitativa.
2. O sistema de gestão para implementar o modelo EPS está inserido na área da educação.
3. A implementação do modelo EPS reflete um enfoque integral na escola.
4. A implementação do modelo EPS envolve todos os atores, em particular alunos, pais e cuidadores.
5. A implementação do modelo EPS é interativa e contínua.

Para a implantação do modelo EPS foi proposto um ciclo de implantação baseado nos princípios norteadores. O ciclo é importante para as autoridades nacionais, subnacionais e municipais e líderes escolares. Cada fase do ciclo representa um passo adiante, e não necessariamente é executada apenas pelas autoridades nacionais, porque as mesmas fases são implementadas pelos responsáveis pela formulação de políticas em nível nacional ou pelos diretores de escola – os diretores executam as fases na própria escola e as autoridades nacionais, no país. Elas é quem tomam decisões sobre políticas para que os diretores das escolas possam pôr o ciclo em execução.

A implantação do modelo EPS perpassa por 5 fases subsequentes e pode ser executada pelas autoridades nacionais e diretores de escola. Consultar, analisar, selecionar, implementar e acompanhar.

Fig. 1. Resumo do ciclo de implementação do modelo EPS



A fase 1 tem o objetivo de assegurar o entendimento coletivo do conceito de EPS e formar uma equipe para implementar o modelo; A fase 2 deve-se identificar as atividades existentes de EPS e os principais atores e estabelece objetivos e metas; na fase 3 ocorre a preparação de um plano de implementação em nível nacional, subnacional e das escolas para fortalecer os sistemas de EPS; na fase 4 dedica-se a implementar o plano em colaboração e parceria com a equipe escolar, alunos, pais e cuidadores; e por último na fase 5, monitora-se a implementação, avaliar e divulgar as lições aprendidas e identificar as áreas para melhoria.

O plano para implementação do modelo EPS deve estar baseado nas estratégias que serão usadas para implementar os oito padrões internacionais. Nesta tabela estão descritas as estratégias propostas, agrupadas em 13 áreas de implementação.

Tabela 2. Definições das áreas de implementação

<p>1 Reforçar a coordenação intersetorial e multiparticipativa.</p> <p>Facilitar e executar a coordenação interna e entre as secretarias e ministérios da saúde, educação e outras áreas afins, e nos níveis da administração nacional, subnacional e municipal para implementar sistemas de EPS sustentáveis em todas as escolas.</p>	<p>2 Formular ou atualizar a política.</p> <p>Formular ou consolidar as políticas de saúde e educação para sustentar o modelo EPS no nível nacional, subnacional, municipal e das escolas.</p>	<p>3 Reforçar a liderança e práticas de gestão escolar.</p> <p>Definir a gestão para implementar um sistema de EPS sustentável nas escolas, com um papel central da liderança escolar envolvendo alunos, organizações da sociedade civil e os governos nacional, subnacional e municipal. As agências de desenvolvimento e o setor privado também podem participar.</p>
<p>4 Alocar recursos.</p> <p>Destinar recursos para implementar os componentes para um sistema de EPS sustentável, com a defesa da causa e definição das prioridades para obter apoio político contínuo.</p>	<p>5 Empregar práticas fundamentadas.</p> <p>Criar e planejar objetivos, metas e atividades de EPS fundamentadas, com planos de implementação para usar os recursos alocados, e informar o progresso no monitoramento e avaliação.</p>	<p>6 Firmar parcerias escola/comunidade.</p> <p>Firmar parcerias e colaboração sustentada para implementar o sistema de EPS entre as secretarias nacionais, subnacionais e municipais, escolas, organizações e empresas locais.</p>
<p>7 Investir em infraestrutura escolar.</p> <p>Desenvolver, modernizar e manter a infraestrutura escolar, incluindo a estrutura física (por exemplo, instalações e espaços dentro e ao redor da escola), bem como políticas e práticas para um ambiente físico e psicossocial saudável e seguro.</p>	<p>8 Elaborar o currículo e materiais de apoio e assegurar sua aplicação.</p> <p>Elaborar, avaliar e aplicar o conteúdo curricular e pedagógico e materiais de apoio (instrumentos de avaliação, modelo de aulas e recursos audiovisuais) para promover a saúde e o bem-estar em todas as matérias (atividades escolares e educacionais).</p>	<p>9 Garantir o acesso dos educadores à capacitação e aprendizagem profissional.</p> <p>Elaborar e aprimorar os cursos de formação profissional de educadores e a aprendizagem profissional no serviço, de acordo com os currículos de EPS e padrões associados, garantindo o acesso a oportunidades de participar do aperfeiçoamento profissional contínuo e certificação por órgãos externos.</p>
<p>10 Garantir o acesso a serviços integrais de saúde escolar.</p> <p>Prestar serviços de saúde integrais na escola ou vinculados à escola para promover a saúde, o bem-estar e resultados educacionais para os alunos, familiares e comunidade.</p>	<p>11 Envolver os alunos.</p> <p>Proporcionar oportunidades às crianças e adolescentes das escolas de participar de forma efetiva e ética da concepção, planejamento, execução e avaliação das atividades de EPS nas escolas e comunidades.</p>	<p>12 Envolver os pais, cuidadores e comunidade.</p> <p>Proporcionar oportunidades aos pais, cuidadores e comunidade local, incluindo os empresários, de participar de forma efetiva e ética (voluntária) no projeto, planejamento e avaliação das atividades de EPS nas escolas de comunidades locais.</p>
<p>13 Monitorar e avaliar.</p> <p>Conceber, desenvolver e divulgar práticas para coletar, armazenar e analisar dados, produzir relatórios, difundir os resultados e adaptar o sistema de EPS, com atividades de capacitação se necessário.</p>		

Na Irlanda, consideram o bem-estar dos alunos como uma matéria do currículo escolar do ensino médio que é integrada em todas as outras matérias. No ensino fundamental também podem ser desenvolvidos programas de bem-estar com base nos componentes curriculares. A diretriz é detalhada e contém exemplos de programas de bem-estar escolar e ferramentas para avaliação dos alunos e do próprio ensino. A Wellbeing Policy Statement and Framework for Practice tem o objetivo de auxiliar o desenvolvimento curricular ao definir o bem-estar como uma dimensão importante a ser integrada na política escolar e em cada parte do currículo. Foram estabelecidas três metas para a promoção do bem-estar nas escolas até 2023, com indicadores de sucesso em quatro áreas – cultura e meio ambiente, currículo (ensino e aprendizagem), política e planejamento, e relacionamentos e parceiros. O plano geral delinea o papel das escolas, centros educacionais e governo de promover o bem-estar na educação. Fornece um plano de implementação dos pontos centrais: projeto de promoção do bem-estar, alocação de recursos, aperfeiçoamento profissional dos educadores e modelo científico para avaliação.

Os serviços de saúde nas escolas **da Indonésia** são o alicerce do programa de saúde escolar (sekolah usaha kesehatan, UKS). Um centro de saúde de atenção primária é o ponto de convergência de até seis escolas públicas locais. Um ou dois profissionais em cada centro de saúde estão incumbidos de trabalhar com as escolas, que por sua vez colaboram em atividades do UKS, como triagem periódica de saúde com avaliações gerais e controle de peso e altura. Os centros de atenção primária prestam serviços nas escolas, por exemplo, fazendo a distribuição de antiparasitários e comprimidos de iodo. O programa de vacinação escolar também é um exemplo de serviço de saúde vinculado à escola, prestado pelos centros de atenção primária. O programa é integrado à infraestrutura do UKS e fornece reforço vacinal contra tétano como parte da estratégia nacional de vacinação. Na prática, os profissionais de saúde atuam diretamente nas escolas sem o apoio do UKS.

No Senegal, a equipe de saúde nas escolas tem papel crucial e a Divisão de Controle Médico Escolar aprovou a alocação de verbas para manter estes serviços (por exemplo, enfermeiros escolares). Embora se reconheça que os profissionais da saúde devem transmitir conhecimento para o aperfeiçoamento profissional dos educadores e manter os serviços integrais de saúde, a falta de financiamento é um impedimento a estas atividades. Os padrões internacionais para EPS poderiam incentivar mudanças contribuindo para que a promoção da saúde nas escolas seja parte do planejamento estratégico nacional e a sistematização da coleta.

Maiores informações no link:
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381906?posInSet=1&queryId=7460b468-cb74-427f-bd7e-c0ab174bd19e>

A evolução do cenário global pós-pandêmico e suas múltiplas crises

*Danielle Keylla Alencar Cruz, Diana Zeballos,
Lara Daibert, Laurenice Pires,
Marciglei Brito Morais, Patrícia Lewis Carpio,
Luís Eugênio de Souza e Renan Oliveira*

Introdução

Nesta quinzena, foram registradas manifestações de 31 organizações da sociedade civil. Os temas mais comentados foram a crise climática, a crise alimentar, direitos humanos, epidemias e surtos da COVID-19, monkeypox, ebola e cólera, e a saúde mental. A organização de interesse privado observada concentra sua pauta no acesso às diferentes vacinas por populações mais vulneráveis.

Organizações de interesse público

Tratado da pandemia

Por ocasião da 77ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, a Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA), junto a outras 30 entidades, assinou uma [declaração](#), proposta pelo Sustainable Health Equity Movement (SHEM), convocando todos os líderes mundiais, organizações multilaterais, sociedade civil, academia e setor privado a apoiar o estabelecimento de um acordo internacional para responder à crise global em curso de injustificadas desigualdades globais e nacionais em saúde, incluindo os efeitos das mudanças climáticas.

O [Conselho Internacional de Enfermeiros](#) (ICN) apresentou seus pontos de vista na segunda rodada das audiências públicas da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre a formulação de um novo acordo internacional para prevenir e gerenciar novas pandemias. O ICN pede que os enfermeiros estejam no centro do novo acordo global da OMS sobre prevenção e resposta à pandemia.

COP 27

Human Rights Watch [reforça sua preparação para a COP 27](#), que ocorrerá no Egito. HRW relembra que foi considerado pela Assembleia Geral da ONU em julho de 2022 [a garantia ao meio ambiente saudável um direito fundamental humano](#). Dessa maneira, a organização reforça que o ecossistema influencia de forma decisiva as condições de saúde física e mental dos seres vivos. Reforçam o argumento anexando os dados da OMS que projetam 250 mil mortes por ano entre 2030-2050 devido às mudanças climáticas globais.

Propriedade intelectual

Por meio de uma [carta](#) dirigida o 5 de outubro ao Ministro de Negócios Estrangeiros, União Europeia e Cooperação; ao Ministro da Indústria, Comércio e Turismo e à Ministra da Saúde, as organizações Salud por Derecho, Médicos sem Fronteiras, Anistia Internacional e Oxfam Intermón, insta o Governo da Espanha a apoiar a prorrogação da decisão da Organização Mundial do Comércio (OMC) de 17 de junho sobre o Acordo sobre TRIPS para que também abranja propriedade intelectual (PI) relacionada a tratamentos e testes de diagnóstico para COVID-19, sem maiores condições ou alterações no texto. Essas ferramentas de saúde são vitais para controlar a pandemia e evitar mais perdas de vidas.

Crise ambiental

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) participou da reunião [Abordagem Estratégica para a Gestão Internacional de Produtos Químicos](#), realizada de 29 de agosto a 2 de setembro de 2022 em Bucareste, Romênia. Nesta reunião, o representante da WFPHA, Peter Orris destacou a importância do tema, devido à carga de doenças que as práticas inseguras na gestão de produtos químicos têm sobre os povos do mundo, exigindo uma ação corretiva eficaz.

A Care Internacional comentou os [impactos climáticos no Paquistão](#). O Departamento Meteorológico do Paquistão estima que o país já experimentou mais do que o dobro da quantidade de chuvas esperadas anualmente, embora seja apenas setembro. E esse desastre ocorre apenas alguns meses depois que uma onda de calor recorde assolou o país em maio e junho.

Global Citizen constata, através de relatório, que [um ativista ambiental foi morto a cada dois dias na última década](#). Os países latino-americanos México, Brasil e Colômbia, como também a Filipinas no Sudeste Asiático são os países mais letais. A Global Citizen aponta como motivação para os assassinatos o avanço das indústrias primárias extrativistas nos territórios de povos indígenas e/ou resguardados por ativistas.

Greenpeace Brasil [apresenta seis propostas para reconstruir o Brasil sob responsabilidade socioambiental para o próximo governo](#). Dentre as propostas, fala sobre a importância de reverter o sistemático desmonte socioambiental do governo Bolsonaro (2018-2022), reduzir o desmatamento na Amazônia, implementar ações sustentáveis em todos os setores de ação estatal, promover a alimentação agroecológica, o uso de energia limpa, e a manutenção de oceanos saudáveis e limpos.

Greenpeace Brasil, [através de uma série de tweets sob a hashtag #BotaoFogonoDebate, explicita que os focos de queimada ilegais](#) na Amazônia, cerrado e matas nativas cresceram enormemente em 2022 e não foram pauta de nenhum discurso presidencial durante os debates eleitorais de cadeia nacional. Abordam, ainda, [o recorde histórico de focos de calor para um ano](#) no estado do Amazonas.

Exploração de recursos naturais e impactos no meio ambiente

Greenpeace [alerta que, apesar da Autoridade Internacional de Fundos Marinhos da ONU não ter se decidido ainda sobre a Mineração em Solo profundo dos Oceanos](#), diversas empresas já começaram a testar seus equipamentos e advogar por essa frente de extrativismo. Essa é uma nova atividade que procura coletar grandes rochas do fundo dos oceanos para minerar metais preciosos. Além de ser uma atividade extremamente danosa para os animais e vegetais que habitam esse espaço, pode elevar a emissão de gás carbônico para a atmosfera e causar diversos outros danos ainda desconhecidos para a vida no planeta Terra.

Greenpeace [faz reportagem explicitando à correlação entre o colonialismo no continente Africano e o conglomerado industrial europeu das energias não sustentáveis](#). Segundo seu levantamento, as indústrias de petróleo e gás têm ações predatórias, que aprofundam de forma intencional a corrupção e desigualdade em território africano, elevando tensões sociais e inequidade no acesso à energia.

Direito à água

Greenpeace EUA [denuncia, junto ao The Guardian, a qualidade da água que chega nos bairros de maioria negra e latina em Chicago](#). Foram encontrados 75 vezes mais quantidade de chumbo na água do que o limite considerado aceitável. [Essa alta concentração leva a problemas de gravidade seríssima em saúde pública](#), lesionando principalmente as funções renais e cardíacas. Ainda, o chumbo é um potente metal neurotóxico, afetando até mesmo a cognição e saúde mental dos que fazem consumo dessa água.

Crise alimentar

Global Citizen faz um alerta para a [crise alimentar que se agrava no Iêmen](#). Trata-se de um país que depende das importações para fornecer quase 90% dos alimentos a sua população. Uma guerra civil interna acometia desde 2014 o país e destruiu a capacidade produtiva e de manutenção da vida em todos os aspectos sociais iemenita. A guerra na Ucrânia e outros fatores internacionais e nacionais têm desestabilizado a situação interna, que atualmente é de relativa paz devido a um cessar fogo.

A [crise nutricional](#) no noroeste da Nigéria continua em níveis catastróficos. Desde janeiro, a equipe de MSF, em colaboração com as autoridades de saúde nigerianas, tratou quase 100 mil crianças com desnutrição aguda em 34 centros ambulatoriais e hospitalizou cerca de 17 mil em 10 centros nos estados de Kano, Zamfara, Katsina, Sokoto e Kebbi. Diante dessa situação, MSF pede que a comunidade humanitária responda às necessidades urgentes da população da região, e que o noroeste da Nigéria seja incluído no plano de resposta humanitária da ONU para 2023, permitindo uma resposta mais ampla e sustentada.

Resposta global à COVID-19 e ao vírus da monkeypox (MPXV)

Uma [carta](#) organizada pela Oxfam América e Public Citizen pede ao Congresso norte-americano a destinação de verba no Custeio Federal dos EUA em 2023 para o desenvolvimento de tratamentos e de vacinas para as crises de saúde do Monkeypox e COVID-19. A argumentação é de que a resposta global está refletindo as desigualdades internacionais e aprofundando a vulnerabilidade de grupos em países periféricos. Pontua-se também como o Brasil, país que tem quase 10% dos casos de *monkeypox*, sequer recebeu tratamentos e vacinas para essa doença até a data de publicação.

Public Citizen expõe os [limites às parcerias público-privadas](#) através do caso da vacina da Smallpox/monkeypox. Após investimentos bilionários dos governos norte-americano e alemão, a propriedade intelectual integral ficou com a Bavarian Nordic, uma empresa dinamarquesa. Hoje, cada dose custa mais de US\$100 e só pode ser produzida e distribuída pela própria empresa, inacessível economicamente e logisticamente até mesmo para demanda de países ricos, como os EUA. Além disso, a própria empresa ameaça suspender as vendas ao governo americano devido a divergências o uso das doses. Após o decreto de emergência de interesse internacional, nenhum país africano teve acesso a doses da vacina, segundo levantamento da própria Public Citizen.

Gênero e Covid-19

O People's Vaccine Alliance participou do [Festival de cidadania global](#) (Global Citizen Festival) nas ruas de Nova Iorque para que a Assembleia Geral das Nações Unidas visse globalmente sobre o impacto desproporcional que a COVID-19 tem sobre meninas e mulheres por causa das desigualdades que existem nas sociedades ao redor do mundo. Instando a que as

mulheres fiquem na frente e no centro dos planos para enfrentar futuras pandemias e a não deixar que acionistas farmacêuticos tomem as decisões para que mulheres e minorias em países pobres carreguem com as consequências.

Desigualdade, patentes e Covid-19

O People's Vaccine Alliance em conjunto com o Trade Justice Education Fund fizeram um chamamento para participar da iniciativa [Presidente Biden, por favor, compartilhe os testes e tratamentos COVID-19 com o mundo!](#) na semana de 3 a 7 de outubro [estudantes](#) e outras pessoas ao redor dos EUA agiram para pedir que o governo de Biden apoie a demanda na reunião da Organização Mundial do Comércio onde serão tomadas decisões importantes políticas sobre apoiar a expansão do acesso global a testes e tratamentos de COVID – ou manter os níveis de inacessibilidade que se mostraram altamente lucrativos para os monopólios farmacêuticos.

Surto de cólera

Médicos Sem Fronteiras (MSF) está trabalhando com as autoridades de saúde haitianas na resposta de emergência para tratar pacientes com sintomas de cólera, após o [ressurgimento de casos confirmados de cólera](#) em Porto Príncipe, anunciado pelo Ministério da Saúde Pública (MSPP). Este surto de cólera está ocorrendo em um momento em que a população haitiana enfrenta enormes dificuldades de acesso aos sistemas de saúde. A insegurança e a violência, juntamente com a grave escassez de água potável e combustível, forçaram muitas unidades de saúde a reduzir suas atividades e, em alguns casos, a parar completamente. Além disso, as pessoas que precisam de tratamento têm cada vez mais dificuldade para chegar a um centro de atendimento, pois o transporte público é extremamente limitado devido à falta de combustível no país.

Ebola

Desde a declaração do [surto de Ebola em Uganda](#) em 20 de setembro de 2022, o Ministério da Saúde de Uganda confirmou 43 casos de Ebola e relatou 29 mortes (nove confirmadas e 20 prováveis mortes de Ebola). Médicos Sem Fronteiras (MSF) está trabalhando com o Ministério da Saúde para estabelecer uma resposta de emergência inicial para ajudar a impedir a propagação da doença. O atual surto em Uganda é causado por uma variante relativamente rara do vírus conhecida como cepa do Sudão, que apresenta vários desafios médicos e operacionais para as equipes em campo. A disseminação da doença requer o rápido desenvolvimento de soluções eficazes de detecção e tratamento em um país que esteve relativamente livre de epidemias na última década.

Guerra na Ucrânia

O trem de cuidados médicos da organização MSF [evacuou](#) mais de 200 pacientes com problemas neurológicos e psiquiátricos de um hospital lotado na cidade de Kharkov, no leste da Ucrânia, para instalações na região de Kiev. Antes da evacuação, os pacientes enfrentavam condições extremamente difíceis, com pouco acesso a cuidados e higiene, e alguns tinham que dormir no chão. A organização também doou itens de higiene como sabonete, xampu para o hospital antes de organizar a evacuação. A evacuação de pacientes para hospitais no oeste do país, longe dos combates, poderia aliviar a pressão sobre as unidades de saúde.

Conflitos e direitos humanos

A Human Rights Watch reforça sua presença no território ocupado da Palestina, denunciando os crimes cometidos por Israel de ocupação, anexação, impunidade e apartheid. Em referência a esse último, a HRW reforça que cabe punição a Israel pela Corte Internacional de Justiça. Ainda, a organização denuncia que Israel trata organizações comunitárias de direitos humanos como terroristas, gerando instabilidade e criminalização generalizada para quem defende o direito à vida e autodeterminação palestina.

A Care International divulgou a declaração conjunta de 30 organizações não governamentais que operam no Iêmen por ocasião da 77ª Assembleia Geral das Nações Unidas. A declaração aborda medidas imediatas a serem tomadas pela comunidade internacional, incluindo a permanência da trégua no conflito e o enfrentamento da fome.

A CARE International e outras ONGs nacionais e internacionais pediram renovação e ampliação da trégua no Iêmen. Com o atual acordo de trégua programado para expirar em 2 de outubro de 2022, as organizações humanitárias lembraram a todas as partes em conflito que o futuro do povo do Iêmen está em suas mãos.

A falha em estender a trégua mediada pela ONU no Iêmen é considerada lamentável pela Care International. O fracasso das partes em conflito de chegar a um acordo, para estender a trégua intermediada além de 2 de outubro, é uma ocasião extremamente triste para o povo do Iêmen e a comunidade humanitária e de desenvolvimento. Por seis meses, os iemenitas têm colocado esperança naquele vislumbre de luz no fim de um túnel que a trégua lhes trouxe.

Saúde para Todxs

Citizen divulga que a cidade de Atlanta, capital do estado da Georgia nos EUA, aprovou uma resolução em apoio ao *Medicare for All*, programa que propõe um sistema universal de saúde gratuito. Public Citizen reporta que mais de 100 municípios norte-americanos já fizeram o mesmo e apoiaram a resolução.

Greenpeace Brasil faz alerta aos presidenciais brasileiros que a questão dos agrotóxicos é vital na discussão sobre saúde. Estes geram problemas que vão de infertilidade, impotência, abortos, malformações, neurotoxicidade e câncer.

Greenpeace faz alerta que estudos encontram recorrentemente em corpos humanos fragmentos de plástico, desde no sangue, aos pulmões, fígado e leite materno. Ainda há desconhecimento do quanto isso gera danos à saúde. A organização faz um chamado para responsabilizar os grandes poluidores de plástico, buscando estabelecer um Tratado Global de Plásticos, cuja principal vertente seria reforçar a criação e utilização de alternativas socioecológicas. Um dos grandes rivais para a criação desse acordo é a grande indústria do petróleo, devido a sua capilaridade no mundo inteiro através de lobbying.

Ajuda humanitária

A CARE International faz uma reflexão sobre o papel da ajuda humanitária “Além dos dados: o poder de ouvir”. Dashboards e relatórios e novos dados surgem todos os dias, destacando a escala dos desafios reais que o mundo enfrenta hoje. Contudo, por trás de cada um desses números está um humano, milhões de humanos, vivendo uma vida e tentando lidar com os desafios que estão enfrentando. Eles são mais do que uma linha em uma planilha que corresponde a um indicador global.

Combate à pobreza

A Global Citizen teve como informação mais difundida nessa quinzena seu [Festival Global Citizen 2022](#). O Festival ocorreu na capital de Gana, Accra e em Nova York, EUA e contou com uma campanha de arrecadação de fundos, que resultou numa receita de US\$ 2,4 bilhões destinados a acabar com a pobreza extrema no mundo. O festival alia grandes lideranças e nomes da arena internacional em torno de uma temática comum.

Direitos humanos

A Human Rights Watch denuncia que a Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos vem postergando a discussão sobre o relatório referente aos abusos cometidos pelo governo chinês frente a sua população uigur. Segundo a Human Rights Watch, esse atraso é perigoso pois abre precedentes para que violações dos direitos humanos e de crimes contra a humanidade sejam relativizados dependendo da relevância do país agressor na arena internacional.

O Presidente da Associação de Assistentes Sociais do Irã publicou artigos para jornais e sites do país criticando a ação que levou à morte e prisão de Mahsa Amini, questionando a preocupação com o cumprimento da lei sobre o código de vestimentas enquanto muitas outras leis não são cumpridas pelo governo. E conclui: “As pessoas buscam a paz e o governo é responsável por preparar o terreno para permitir que as pessoas vivam em paz.”

Cidadania e direito à saúde

Human Rights Watch aponta os perigos para a população apátrida do Nepal referente a não promulgação da Lei de Cidadania. Segundo levantamento, 23% da população adulta não tem cidadania reconhecida no Nepal, e isso se deve a razões sexistas e de diversas ordens discriminatórias. Casos de pessoas que terminaram cursos no campo da saúde e que não podem exercer seu trabalho, mesmo durante a grave crise da COVID-19, se avolumam devido a não emissão de seus diplomas. Ainda, pessoas apátridas foram proporcionalmente mais afetados por negligências durante o enfrentamento à COVID-19 no ano de 2021 no país.

Saúde global e saúde infantil

O membro do Conselho de diretores do Consórcio de Universidades em Saúde Global (CUGH) Phil Landrigan publicou um [artigo](#) no Lancet sobre como garantir a saúde das crianças no ambiente de mudanças na saúde global.

Idosos

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) manifestou apoio à iniciativa da ONU de comemorar o [Dia Internacional das Pessoas Idosas](#), realizando em 3 de outubro o webinar “A Resiliência das Pessoas Idosas em um Mundo em Mudança: Contribuições das Mulheres Mais Velhas”, tema da edição 2022 do Dia Internacional.



Os objetivos desse dia são: (a) destacar a resiliência das mulheres idosas face às desigualdades ambientais, sociais, econômicas e ao longo da vida; (b) aumentar a conscientização sobre a importância de uma melhor coleta de dados em todo o mundo, desagregados por idade e gênero; e (c) exortar os estados membros, entidades da ONU, ONU Mulheres e sociedade civil a incluir as mulheres idosas no centro de todas as políticas, garantindo a igualdade de gênero.

Saúde mental

A associação mundial dos médicos de família (WONCA) manifestou-se sobre a [saúde mental](#), por ocasião do World Congress of Psychiatry 2022, destacando que os médicos de família lidam com pacientes com diagnósticos em todo o espectro da psiquiatria. O grupo que necessita de cuidados psiquiátricos crônicos ocupa grande parte do tempo do médico de família. E nos sistemas de saúde baseados na atenção primária, esses pacientes recebem a maior parte de seus cuidados médicos do médico de família e da equipe de atenção primária, assim como o diagnóstico e o tratamento são iniciados no mesmo nível.

A Federação Internacional de Assistentes Sociais está apoiando a [Semana de Conscientização Mental do Idoso](#). Realizada de 1 a 10 de outubro, a semana chama a atenção para a importância de melhorar a saúde mental dos idosos, uma vez que no mundo, aproximadamente 15% deles vivem com problema de saúde mental, e 7% com demência.

Em [publicação](#) da NCD Alliance sobre saúde mental foi chamada a atenção para os transtornos mentais, neurológicos e de abuso de substâncias - MNS, sigla em Inglês - serem a principal causa de incapacidade global, com custos estimados em US\$ 8,5 trilhões, e projeção de duplicar até 2030. O diagnóstico e acesso ao tratamento de pessoas com MNS ainda é um desafio global. Governos nacionais gastam em média 2% de seus orçamentos com saúde mental, sendo menor esse percentual em países em desenvolvimento, e o tratamento nem sempre é coberto pelos seguros públicos ou privados de saúde. Pessoas com doenças mentais têm uma redução da expectativa de vida de 10 a 25 anos.

A International Federation of Medical Students' Associations (IFMSA) divulgou sua participação no WISHQatar2022, edição deste ano do World Innovation Summit for Health. Trata-se de uma iniciativa global cujo objetivo é “promover e facilitar a inovação na prestação de cuidados de saúde em todo o mundo”, lançado na Cúpula de Políticas de Saúde Global da ONU realizada em Londres em agosto de 2012. Os representantes da IFMSA abordaram, particularmente, como proteger a [saúde mental de estudantes de medicina](#).

O [Conselho Internacional de Enfermeiros](#) apoia o relatório WISH/OMS pedindo mais ações para proteger a saúde mental de enfermeiros e outros profissionais de saúde. Os impactos negativos da pandemia de COVID-19 na saúde mental de enfermeiros e outros profissionais de saúde foram destacados em um novo relatório do World Innovation Summit for Health-WISH (Cúpula Mundial para a inovação em Saúde) e da Organização Mundial da Saúde (OMS). O relatório, do qual o CEO do Conselho Internacional de Enfermeiras (ICN), Howard Catton, foi consultor, diz que houve uma falha na proteção da saúde mental e do bem-estar dos profissionais de saúde e de cuidados, e que pelo menos um quarto deles relatou ansiedade, depressão e os sintomas de burnout.

Atenção primária à saúde

A associação mundial dos médicos de família (WONCA) manifestou apoio ao Ministério da Saúde de Singapura que lançou uma iniciativa ambiciosa para impulsionar a saúde da

população, visando garantir a sustentabilidade do sistema de saúde. A pedra angular dessa iniciativa é o fortalecimento da [Atenção Primária à Saúde](#).

Assédio a trabalhadoras da saúde

A Women in Global Health intensifica a campanha #Healthtoo. Uma [plataforma](#) foi criada para receber de forma anônima histórias de abuso, exploração sexual e assédio de mulheres que trabalham no setor da saúde. “Será um espaço seguro para todas as mulheres do setor de saúde compartilharem suas experiências em qualquer idioma e fazerem parte do movimento global contra a SEAH na saúde global”, diz a matéria.

Aborto seguro

O Movimento pela Saúde dos Povos (PHM) está realizando uma [campanha](#) sobre aborto seguro, direito ao aborto e acesso ao aborto seguro. No dia 27 de setembro, se juntou a outras duas organizações em uma campanha virtual, com o compartilhamento de vídeos e mensagens abordando o tema.

Fundo Global de Combate à AIDS, Tuberculose e Malária

Global Citizen aponta como doadores públicos e privados [reafirmaram seu compromisso com a causa](#) do Fundo Global de Combate à AIDS, Tuberculose e Malária com um recorde de US\$ 14,25 bilhões em promessas de doativos para os próximos três anos (2023, 2024 e 2025). Oito novos países entraram como contribuidores e os já participantes tiveram acréscimos importantes de contribuição.

Doenças infectocontagiosas e parasitárias

A DNDi concentrou suas manifestações na divulgação de artigos de relevância global, sobre diversos temas. Destacou o cenário atual da [doença de Chagas](#) e da infecção pelo Trypanosoma cruzi no Estado da Flórida; abordou os paradigmas de tratamento para a implantação de medicamentos antivirais contra o [SARS-CoV-2](#) no cenário em mudança de novas variantes; discutiu a percepção, conhecimento e práticas das comunidades relacionadas à [tripanossomíase humana](#) africana na República Democrática do Congo; e divulgou um estudo multicêntrico sobre segurança e eficácia do fexinidazol oral em crianças com [tripanossomíase humana africana gambiense](#). Destacou também um estudo randomizado, controlado, envolvendo vários países, sobre a combinação dos medicamentos paromomicina e miltefosina como alternativa para tratar pacientes com [leishmaniose visceral na África Oriental](#); destacou um estudo que avalia um regime de [tratamento alternativo](#) para a leishmaniose visceral na África Oriental; e anunciou a renovação do financiamento de um [projeto médico no Sudão](#) que visa encontrar um novo medicamento contra o micetoma, uma das doenças mais negligenciadas do mundo, e facilitar o acesso das populações afetadas aos tratamentos.

A [DNDi](#) emitiu uma declaração sobre sua participação na segunda rodada de audiências públicas do Órgão de Negociação Intergovernamental, em resposta à seguinte pergunta: “Com base em sua experiência com a pandemia de COVID-19, o que deve ser abordado em nível internacional para melhor proteção contra futuras pandemias?”. A DNDi concentra seus comentários em como o acordo internacional pode garantir uma mudança fundamental na abordagem para evitar ter que lutar pelo acesso a novas ferramentas de saúde doença por doença, produto por produto, país por país.

Raiva

A World Medical Association, em 28 de setembro, fez um comunicado de imprensa sobre a necessidade de novos tratamentos para combater a [raiva](#), de acordo com as declarações da Associação Veterinária Mundial e a Associação Médica Mundial. Afirma que a raiva transmitida por mordida de cão é uma doença de populações negligenciadas e acontece frequentemente em áreas com poucos recursos. Embora as ferramentas necessárias para o controle estejam disponíveis, sua implementação é o grande desafio atual.

Relatório anual

A InterAcademy Partnership anuncia a publicação do [Reporte Anual 2021](#) que fornece uma visão geral das atividades do IAP em 2021 dando apoio para fortalecer os papéis dos acadêmicos como provedores de políticas e conselhos baseados em evidências na ciência, medicina e engenharia.

Organizações de Interesse privado

Direitos humanos em contexto da COVID-19

Na quinta-feira, dia 6 de outubro, 13h30 às 16h30, o Centro para Estratégias e Estudos Internacionais ([CSIS](#)) reunirá especialistas da academia e do mundo político no evento “Direitos humanos norte-coreanos em uma nova conjuntura: COVID, atores regionais e cooperação Coreia do Sul-EUA”, que receberá inscrições on-line pelo endereço para discutir a atual crise de direitos humanos na Coreia do Norte, com foco nos papéis dos governos sul-coreano e dos Estados Unidos na abordagem dessa questão.

Relatório Anual GAVI

A GAVI Alliance publicou, na última semana, seu [relatório](#) de progresso anual em 2021. No primeiro relatório do período estratégico 2021-2025, a aliança destaca que o progresso observado em 2021 é um atestado sobre seu poder. O relatório traz ainda desafios para o futuro e o papel da aliança pela vacina na resposta global à COVID-19.

Vacinação contra o HPV

A GAVI Alliance, juntamente com a UNICEF e a OMS, apoiará o Ministério da Saúde e Saneamento de Serra Leoa na incorporação da [vacina contra o HPV](#) no programa de imunização de rotina no país. A iniciativa é uma das estratégias consideradas chave para a eliminação do câncer de colo de útero.

Vacinação de rotina

De acordo com a GAVI Alliance, após os retrocessos observados na vacinação de rotina em 2021 ao redor do mundo, os cinco primeiros meses de 2022 apontam para uma [recuperação após a pandemia](#). Segundo dados preliminares da OMS, houve um aumento de 2% nos programas de imunização de rotina nos 16 países que reportaram dados à Organização entre janeiro e maio de 2022. A aliança considera este dado importante e aponta para uma análise cuidadosa destas informações para que sejam incorporadas a suas estratégias para 2022 e 2023.

Eventos

Ambiente e saúde: A Planetary Health Alliance (PHA) realiza, a partir de 31 de outubro, sua [reunião anual](#) de 2022 em Boston, nos EUA. O tema do encontro, que é sediado pela Universidade de Harvard, será “*Building the Field and Growing the Movement*” (construindo o campo e aumentando o movimento, em tradução livre).

Desenvolvimento: O CSIS convida para participação online do [Sétimo Fórum Anual de Desenvolvimento Global](#), na quinta-feira, 13 de outubro.

Mulheres na saúde: A Women in Global Health divulga a 'Série Inspirações', que discutirá no dia 12 de outubro sobre 'Liderança feminina na pesquisa de saúde global'. Andrea S. Winkler, vice-presidente da *One Health Commission* na Lancet, será a palestrante. [Registre-se aqui](#)

Vigilância para pandemia: O presidente da Associação Internacional de Institutos Nacionais de Saúde Pública (IANPHI), Duncan Selbie, e os diretores dos Institutos Nacionais de Saúde Pública (INSP) participarão de uma [sessão](#) sobre 'Pandemias mais inteligentes: vigilância colaborativa e o papel dos INSP organizada pela, Central de Pandemia da OMS em Berlim o dia 16 de outubro.

Inequidades em saúde: Entre os dias 5 e 7 de outubro foi realizado na cidade de Cuernavaca, México, o [encontro presencial](#) da Rede Regional Latino-Americana da Associação Internacional de Institutos Nacionais de Saúde Pública LatAm/IANPHI. A reunião abordou o papel dos Institutos Nacionais de Saúde (INS) no combate às inequidades em saúde, de acordo com a Declaração do Rio de Janeiro (IANPHI, 2021). Também tratou do papel dos INS diante da crise climática e ambiental global e no combate à insegurança alimentar e nutricional.

Considerações finais

Embora seja notável que muitas organizações da sociedade civil seguem dedicadas a suas pautas habituais, no período deste informe foi possível observar certas mudanças nos temas abordados de maneira geral. Considerado pela OMS como momento de transição da fase aguda da pandemia para o controle sustentável da COVID-19, o ano de 2022 vê-se refletido na sociedade civil com a diminuição de manifestações sobre a resposta à pandemia.

Entretanto, é interessante observar que o esperado arrefecimento das preocupações com a crise global não chegou. Em vez disso, deu lugar a outras tantas inquietações, com novos e agravados conflitos em diversas regiões, o aprofundamento da crise alimentar e o ressurgimento de surtos como de Ebola e cólera. A pandemia acendeu importantes alertas, o que se vê refletido nos constantes apelos pela negociação do tratado para resposta a futuras pandemias, e por medidas urgentes para contenção da crise climática. No último caso, contudo, os apelos não significam uma crescente preocupação com o clima. Ao contrário, demonstram a indignação da sociedade civil devido ao persistente descaso por parte das autoridades e atores do cenário internacional.

Importante notar que os direitos humanos e sua relação com saúde são também importantes pautas destas organizações. As tensões entre a relação público-privada seguem relevantes, sobretudo no que diz respeito à propriedade intelectual. Nas organizações de interesse privado observadas, há grande concentração no tema das vacinas, seja para COVID-19, outras doenças específicas, ou nos investimentos para aumentar a cobertura vacinal de rotina.

Por fim, vale comentar a saúde mental teve grande destaque no período. Neste sentido, chama a atenção a importância que vem ganhando o tema, principalmente como uma consequência da COVID-19 – e de seus impactos sociais e econômicos – na saúde das pessoas no longo prazo.

Sul Global (UNOSSC – G-77 – MNA – Centro Sul)

Regina Ungerer

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O UNOSSC oferece um fórum para os Diretores-Gerais das agências de cooperação técnica dos governos nacionais do Sul e do Norte, bem como para outros parceiros e facilita a troca de experiências na resposta aos desafios de políticas, estratégias e arranjos de financiamento para a cooperação Sul-Sul e triangular.

A cooperação triangular, por sua vez, envolve dois ou mais países em desenvolvimento em colaboração com um terceiro, normalmente um governo de país desenvolvido ou uma organização multilateral, contribuindo para os intercâmbios com seus próprios conhecimentos e recursos.

A cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular tornaram-se amplamente reconhecidas por seus benefícios estratégicos no compartilhamento de conhecimento.

Destaque do UNOSSC

Relatório do Secretário Geral da ONU sobre a situação da Cooperação Sul-Sul

O Relatório do Secretário Geral da ONU sobre a situação da Cooperação Sul-Sul foi apresentado na UNGA77 e destaca o seguimento do BAPA + 40, em particular as inúmeras iniciativas empreendidas pelo sistema de desenvolvimento das Nações Unidas em apoio à cooperação Sul-Sul e triangular (CSST) para o desenvolvimento sustentável, em 2021 e a intensificação por busca de soluções multilaterais para crises globais para cumprir as promessas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

O relatório também analisa o progresso na implementação da estratégia da ONU sobre a CSST para o desenvolvimento sustentável (2020-2024) no ano de 2021, com recomendações sobre as formas de aumentar ainda mais a contribuição da CSST para acelerar o progresso para alcançar os ODS e se recuperar da pandemia da doença de coronavírus (Covid-19).

Em linhas gerais, o Secretário-geral deixou claro que, nas últimas décadas, os países do Sul Global emergiram como vozes de liderança na governança global, defendendo novas plataformas, instituições e agentes de ação de desenvolvimento para a realização da Agenda 2030.

A pandemia do Covid-19 ressaltou a CSST como veículo para um alinhamento da cooperação para o desenvolvimento com solidariedade, igualdade e multilateralismo e com isso, contribuiu para o avanço e transformação da transferência de conhecimento, tecnologia e política em experiências de aprendizagem mutuamente benéficas para todos os países participantes.

Sem sombra de dúvidas, a crise geopolítica atual sobrecarrega os financiamentos destinados ao auxílio dos países e aumenta a profunda diferença entre eles. Nesse contexto, as sugestões contidas na 20ª reunião do Comitê de Alto Nível de Cooperação Sul-Sul que ocorreu de forma virtual em julho de 2021 que incluíam um acesso melhor a financiamento concessionais para desenvolvimento; uma avaliação mais justa para os desafios e as vulnerabilidades dos países, em particular dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento; a construção de um mecanismo para gerar solidez financeira para apoiar parcerias e o

estabelecimento de um fórum para financiamento e desenvolvimento para os ministros das Relações Exteriores dos países em desenvolvimento discutirem, decidirem, explorarem questões críticas e fortalecimento de suas fraquezas são mais do que necessárias.

Todas as agências da ONU ampliaram suas estratégias de Cooperação Sul-Sul e triangular (CSST) e o Plano Estratégico do PNUD (2022-2025), inclui a CSST como uma abordagem fundamental para a cooperação para o desenvolvimento e como parte integrante da forma como o PNUD trabalha e reflete sobre o futuro do desenvolvimento. O PNUD implementou mais de 945 iniciativas de cooperação Sul-Sul e triangular, principalmente nas regiões da África, Ásia-Pacífico, Europa e Ásia Central, representando 7,5% do número total de projetos e 11% das despesas do programa, incluindo 21% de todos os projetos de resposta à Covid-19.

Outros exemplos são o Fundo das Nações Unidas para as Populações (UNFPA) que fortaleceu, em seu Plano Estratégico (2022-2025), a CSST como forma de engajamento e acelerador de resultados, juntamente com indicadores mais robustos. Da mesma forma, o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), a FAO, o Programa Mundial de Alimentação (PMA) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM) elaboraram novos planos e diretrizes estratégicos para aprofundar e institucionalizar a cooperação Sul-Sul e triangular em nível nacional.

A Organização Internacional para as Migrações (OIM) tem trabalhando no Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular como um instrumento fundamental para melhorar a cooperação Sul-Sul e triangular.

Os escritórios de representação da OMS nos países relataram 391 iniciativas de cooperação Sul-Sul e triangular, com 32% com foco na cobertura universal de saúde, 26% no Covid-19, 13% em populações mais saudáveis, 9% na poliomielite e 13% em emergências sanitárias.

A Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) facilitaram 102 e 23 iniciativas de CSST, respectivamente. Os projetos da OIT abrangem cinco regiões em 75 países e incluem cooperação entre pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

Os desafios impostos pela pandemia levaram as agências da ONU a projetar e implementar iniciativas inovadoras de cooperação Sul-Sul e triangular por meio de plataformas de conhecimento online, ensino a distância e treinamento virtual.

A plataforma global de intercâmbio de conhecimento e de parcerias, apoiada pelo UNOSSC, agências da ONU e parceiros para o desenvolvimento, South-South Galaxy, atendeu 416 instituições cadastradas até o final de 2021, representando um aumento de 31% em relação a 2020. A plataforma apresenta um repositório digital com curadoria de mais de 800 boas práticas em cooperação Sul-Sul e triangular para Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, incluindo respostas à pandemia.

Em 2021, o sistema das Nações Unidas avançou com as tecnologias digitais para o compartilhamento de conhecimento e fortaleceu seus esforços na promoção do desenvolvimento, transferência e disseminação de tecnologia por meio da cooperação Sul-Sul e triangular. Esses esforços para alavancar plataformas digitais para compartilhamento de conhecimento e intermediação de parcerias foram acompanhados pela intensificação dos

esforços para documentar boas práticas na cooperação Sul-Sul e triangular. Por exemplo, o UNOSSC em parceria com o Escritório do Alto Representante para os Países Menos Desenvolvidos, Países em Desenvolvimento Sem Litoral e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e outras entidades das Nações Unidas, mapeou 50 dessas boas práticas em pequenas ilhas Estados em desenvolvimento, avançando no caminho das Modalidades Aceleradas de Ação.

Para promover o acesso e a transferência de tecnologia em termos mutuamente acordados, levando em consideração as estruturas legais nacionais dos países em desenvolvimento, muitas agências da ONU criaram centros de excelência e implementaram iniciativas para apoiar os países em desenvolvimento na aquisição de capacidades para pesquisa e desenvolvimento.

Em meio aos desafios de hoje, é essencial repensar urgentemente como ampliar a cooperação Sul-Sul e triangular para construir um mundo mais sustentável, inclusivo e resiliente para todos. Este relatório apresenta exemplos amplos de atores, que adotaram tecnologias digitais, incluindo o compartilhamento voluntário de licenças, tecnologias e know-how, para superar as limitações impostas pela pandemia do Covid-19 e, assim, tornar a cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular mais inclusiva. Espera-se que todas as agências da ONU a continuem com suas propostas de ampliação de tecnologia digital e continuem trabalhando para a inclusão digital por meio da cooperação Sul-Sul e triangular.

O Mecanismo Interagencial das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul e Triangular coordenado pelo UNOSSC, tem conseguido com que a cooperação Sul-Sul esteja bem enraizada nas atividades operacionais das Nações Unidas. O fortalecimento da relação entre o Mecanismo Interagencial e o Grupo de Desenvolvimento Sustentável da ONU pode impulsionar ainda mais a implementação da estratégia sistêmica das Nações Unidas para a cooperação Sul-Sul e triangular e seu plano de ação.

É preciso que as agências da ONU fortaleçam ainda mais suas capacidades institucionais e invistam em recursos humanos, materiais e financeiros adequados em apoio à cooperação Sul-Sul e triangular, a fim de acelerar a realização da Agenda 2030.

A próxima Conferência Ministerial sobre a cooperação Sul-Sul e triangular para implementar o Programa de Ação de Doha na 5ª Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Desenvolvidos deve impulsionar a cooperação Sul-Sul e triangular como um valioso apoio às prioridades desses países, incluindo, entre outros, investimentos do setor privado em infraestrutura sustentável, acesso à fundos para a mitigação das mudanças climáticas, custos reduzidos para as transação e a proposta de uma universidade online.

O Secretário Geral expressou seu total apoio aos diálogos de lideranças ministeriais, inclusive no próximo HLPF e Expo Global de Desenvolvimento Sul-Sul, que discutem a CSST para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável recomendando áreas temáticas prioritárias para apoiar o sistema da ONU.

Disse ainda que espera total apoio ao UNOSSC e que a Cooperação Sul-Sul e triangular seja considerada e implementada de forma sistemática por meio de resoluções e decisões relevantes dos Estados Membros, particularmente nas áreas em que a cooperação Sul-Sul e triangular podem ser catalizadores para os ODS focalizando significativamente mulheres, crianças e jovens e não deixando ninguém para trás.

Encorajou as Agências da ONU a apoiarem os países em desenvolvimento a integrarem a CSST nos relatórios de revisão nacionais voluntários sobre o desenvolvimento sustentável, assim como a inclusão de oportunidades de financiamento para o desenvolvimento Sul-Sul e em estruturas de financiamento nacionais integradas e orientadas pela demanda, no contexto atual da pandemia e da iminente crise da dívida.

Parabenizou os parceiros que trabalham para promover a cooperação triangular, permitindo assim que os países em desenvolvimento obtenham e acessem uma gama mais ampla de recursos, conhecimentos e capacidades para a realização da Agenda 2030.

Encorajou o UNOSSC e outros parceiros a documentar as práticas de cooperação triangular, promover parcerias eficazes e apoiar resultados concretos de desenvolvimento, inclusive por meio do estabelecimento de uma janela de cooperação triangular no âmbito do Fundo das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul, utilizando as experiências adquiridas do Mecanismo/Programa de Desenvolvimento de Capacidades para Redução da Pobreza por meio da CSST em Ciência e Tecnologia do Escritório das Nações Unidas da República da Coreia.

Por último, encorajou os Estados-Membros e parceiros, incluindo instituições financeiras regionais multilaterais lideradas pelo Sul, para ampliar seu financiamento e que este seja inovador para o desenvolvimento sustentável como complemento da assistência oficial ao desenvolvimento envolvendo uma série de instrumentos como doações, financiamento concessional, alívio da dívida e expansão de empréstimos.

Apelou aos Estados Membros e parceiros para aumentarem suas contribuições para o Fundo Fiduciário das Nações Unidas para Cooperação Sul-Sul e outros mecanismos de financiamento relevantes para permitir que o sistema de desenvolvimento da ONU promova iniciativas de CSST defendidas por países em desenvolvimento, com recursos suficientes.

Para ler o relatório completo, [clique aqui](#).

G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas. Criado em 15 de junho de 1964 por setenta e sete países em desenvolvimento, o G-77 foi legalmente institucionalizado durante a primeira conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), considerada a primeira grande conferência Norte-Sul sobre desenvolvimento.

Hoje, o G-77 é composto de 134 países, mas manteve o nome original devido ao seu significado histórico. O grupo tornou o interlocutor do Sul em todos os fóruns relevantes da ONU e seus associados. A China normalmente endossa as posições do grupo, de modo que as decisões geralmente são emitidas em nome do G-77 + China.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)⁴³, Nairóbi (UNEP)⁴⁴, Paris (UNESCO)⁴⁵, Roma (FAO/IFAD)⁴⁶, Viena (UNIDO)⁴⁷ e Washington ((G-24)⁴⁸.

A República Islâmica do Paquistão assumiu a presidência do G-77 em 14 de janeiro de 2022, por um período de um ano. Em 2023 a presidência do G-77 estará a cargo da República de Cuba.

Entre os dias 24 de setembro e 10 de outubro de 2022, o G-77 e a China participaram de cinco reuniões.

New York, 03 de outubro de 2022

Declaração feita por Jibrán Khan Durrani, Primeiro secretário da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre a organização de trabalhos para o 5º Comitê durante a parte principal da 77ª sessão da Assembleia Geral da ONU

O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU. Com base nos relatórios do 5º Comitê, a AGNU considera e aprova o orçamento da Organização.

Esta foi a primeira sessão do 5º Comitê para a 77ª sessão da Assembleia Geral da ONU.

O Grupo agradeceu à Comissão Assessora para as Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ) por seu apoio e assistência ao trabalho do G-77 e da China.

O primeiro secretário reforçou o comprometimento do G-77 e a China com todos os itens da agenda do 5º Comitê e destacou que uma porcentagem significativa dos itens e seus relatórios, estão agora, disponíveis para deliberações necessárias, mas insistiu que o secretariado deve finalizar os relatórios pendentes o mais rápido possível. A demora na disponibilização dos relatórios impede que o Grupo possa considerar cuidadosamente todos os itens da agenda.

Ele destacou que os relatórios do secretariado e da ACABQ devem ser providenciados em todos os idiomas oficiais da ONU de acordo com o Regimento da Assembleia Geral e as resoluções pertinentes a esse respeito.

Observou que o 5º Comitê abordará questões de importância crucial para a AGNU e a Organização nas próximas semanas, e que o Grupo se compromete em participar das deliberações sobre todos os itens.

Em relação à Proposta de Orçamento-Programa para 2023, o Grupo deseja reiterar sua posição de longa data de que os mandatos traduzidos no quadro estratégico e aprovados pela AGNU devem determinar as propostas orçamentárias e não o contrário. Além disso, o nível de

⁴³ UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

⁴⁴ UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

⁴⁵ UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

⁴⁶ FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

⁴⁷ UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

⁴⁸ G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

recursos a ser aprovado pela AGNU deve ser compatível com todos os programas e atividades mandatados para assegurar sua implementação plena e efetiva.

Continuou dizendo que o Comitê de Programação e Coordenação (CPC) que é o principal órgão subsidiário do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e da AGNU para planejamento, programação e coordenação deve ser fortalecido e o G-77 e a China lembram que a implementação da [resolução 76/236](#), parágrafo 16⁴⁹, é vital para garantir um resultado eficaz e eficiente do Orçamento-Programa.

Os cinco programas do orçamento-programa proposto para 2023 não possuem conclusões e recomendações do Comitê de Programa e Coordenação e devem ser revistos pelo plenário.

New York, 03 de outubro de 2022

Declaração feita pelo Embaixador Munir Akram, Representante permanente da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China durante o debate geral do 2º Comitê durante a parte principal da 77ª sessão da Assembleia Geral da ONU

O 2º Comitê da AGNU é o Comitê Econômico e Financeiro.

O embaixador começou dizendo que o mundo em que vivemos está atolado em desafios multidimensionais; de recuperação da pandemia de Covid-19; de financiamento dos ODS; de combate à pobreza e à fome e de combate às mudanças climáticas e à degradação ambiental.

As recentes tensões geopolíticas e os efeitos debilitantes das mudanças climáticas, que estão sendo fortemente sentidos por seu próprio país (Paquistão) após as recentes inundações sem precedentes que o país enfrentou, aumentaram as vulnerabilidades de países e pessoas em todo o mundo.

A alta inflação, a crescente insegurança alimentar, o endividamento insustentável, a interrupção das cadeias de suprimentos, as flutuações cambiais, os altos custos dos empréstimos e as medidas coercitivas unilaterais que não estão de acordo com o direito internacional e a Carta das Nações Unidas são exemplos de vários problemas enfrentados pelos países em desenvolvimento no mundo hoje.

Lamentavelmente, essas crises em cascata obrigaram muitos governos de países em desenvolvimento a fazerem escolhas difíceis entre investir nas pessoas, salvar suas vidas ou pagar as dívidas e reduzir os orçamentos para o desenvolvimento.

Hoje, existe um sofrimento com a crise de liquidez e a pandemia da desigualdade. A pobreza extrema está aumentando; o número de desnutridos e famintos também. Os ricos estão cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. A riqueza global está concentrada nas mãos de poucos, já que as 26 pessoas mais ricas possuem metade da riqueza do mundo.

⁴⁹ Parágrafo 16: Reitera que sempre que a Comissão de Programa e Coordenação não puder apresentar conclusões e recomendações sobre um determinado subprograma ou programa do orçamento-programa proposto, o plenário ou a Comissão Principal ou as Comissões Principais da Assembleia Geral responsáveis por esses mandatos considerarão o referido subprograma ou programa no início de sua sessão, a fim de fornecer quaisquer conclusões e recomendações ao 5º Comitê, na primeira oportunidade, e o mais tardar quatro semanas após o início da sessão, para consideração oportuna pelo 5º Comitê

Como disse o secretário-Geral, a arquitetura financeira internacional está "moralmente falida" e exige "profunda reforma estrutural". Para enfrentar os desafios atuais e promover reformas estruturais, o G-77 e a China propõem o seguinte:

Primeiro, expandir imediatamente o financiamento concessional dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) e dos bancos regionais de desenvolvimento; reduzir o custo de empréstimos para países em desenvolvimento e alocar 500 bilhões de novos SDRs⁵⁰, seja por meio de alocação geral ou recanalização dos fundos existentes não utilizados.

A este respeito, é muito bem-vinda a proposta do Secretário-Geral de um "estímulo dos ODS" para permitir que os países que estão em extrema dificuldade econômica possam reavivar suas economias e objetivos de desenvolvimento.

Assim como é bem-vinda a proposta do Secretário-Geral de considerar medidas além do PIB para acesso a financiamento concessional. Os critérios devem complementar as medidas existentes e incluir dimensões sociais, econômicas e ambientais de forma equilibrada.

Em segundo lugar, é necessário mobilizar urgentemente, pelo menos US\$ 1 trilhão, anualmente para investimento em infraestrutura sustentável (energia, transporte, habitação, indústria, agricultura, facilitação do comércio) para os países em desenvolvimento impulsionarem o alcance dos ODS na década de ação restante.

O sistema da ONU também deve apoiar os países em desenvolvimento na construção de um pipeline de projetos financiáveis.

Deve-se mobilizar recursos públicos e privados, especialmente por meio de investimentos "des-risking"⁵¹ por meio de financiamento misto, garantias e ODS/Títulos Verdes, etc.

Também se poderia considerar a criação de um Conselho de Políticas da ONU e encorajar os Escritórios da ONU nos países, a promover o investimento em infraestrutura sustentável.

Terceiro, os países desenvolvidos devem cumprir a promessa de disponibilizar US\$ 100 bilhões anuais para financiamento climático e pelo menos dobrar o financiamento climático para adaptação.

As negociações sobre o clima devem aderir aos princípios fundadores da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática, em particular os princípios de equidade e responsabilidades comuns, mas diferenciadas e respectivas capacidades.

A Cop27 oferece uma excelente oportunidade para avançar nos esforços coletivos e implementar os compromissos climáticos dos países desenvolvidos, especialmente em financiamento e apoio, e estabelecimento de um mecanismo de financiamento independente para "perdas e danos" relacionados ao clima.

Quarto, é necessário garantir o acesso preferencial ao comércio para os países em desenvolvimento e promover o crescimento liderado pelas exportações como uma forma eficaz

⁵⁰ Em 23 de agosto de 2021, o FMI emitiu um total de US\$ 650 bilhões em Reservas Especiais (SDRs) para que a economia global pudesse combater as implicações financeiras da pandemia de Covid-19.

⁵¹ De-risking refere-se ao fenômeno de instituições financeiras encerrarem ou restringirem relacionamentos comerciais com clientes ou categorias de clientes para evitar, em vez de gerenciar, o risco.

de alcançar os ODS. Eles devem ter espaço político para a industrialização, por exemplo, por meio de flexibilidades nos Acordos de Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS) e Acordo sobre Medidas de Investimento Relacionadas ao Comércio (TRIMS). As restrições comerciais unilaterais e inconsistentes da Organização Mundial do Comércio (OMC), bem como outras medidas de distorção comercial prejudiciais aos países em desenvolvimento, inclusive no comércio agrícola, devem ser preferencialmente, eliminadas.

Quinto, é essencial um regime tributário justo a ser desenvolvido de forma inclusiva por meio de um processo intergovernamental. O G-77 e a China reiteram a necessidade de atualizar totalmente o Comitê de Especialistas em Assuntos Tributários para um órgão intergovernamental com especialistas representando seus respectivos governos.

Sexto, os países em desenvolvimento devem ter sua devida participação em todos os órgãos de tomada de decisões econômicas. O sistema de cotas do FMI, baseado em contribuições, deve considerar as necessidades de desenvolvimento dos países em desenvolvimento.

Sétimo, o atual abismo digital deve ampliar a atual lacuna de desenvolvimento. As tecnologias digitais devem ajudar a preencher esta lacuna e os países em desenvolvimento devem ter acesso preferencial às tecnologias modernas e digitais e participar de todas as tomadas de decisão. Além disso, a cooperação digital continua a ser essencial para todos os países em desenvolvimento.

As tecnologias alinhadas com os ODS devem ser compartilhadas ou disponibilizadas prontamente para os países em desenvolvimento.

New York, 03 de outubro de 2022

Declaração feita por Jibrán Khan Durrani, Primeiro secretário da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China no item 142 da agenda: Estimativa de divisão de despesas da ONU, no 5º Comitê durante a parte principal da 77ª sessão da Assembleia Geral da ONU

O Grupo manifestou a sua preocupação com o déficit financeiro que a ONU está enfrentando e que põe em risco o cumprimento de seu mandato. O Grupo reconhece as dificuldades que muitos Estados-Membros enfrentam à luz da pandemia de Covid-19. No entanto, não se pode esperar que a ONU funcione e trabalhe como de costume e ainda amplie a sua atuação durante esses tempos difíceis, enquanto os Estados Membros retêm unilateralmente suas contribuições. Na 76ª Sessão da AGNU, foi acordado em creditar algum valor ao fundo de capital de giro para gerenciar a crise de liquidez da ONU, como medida única, mas está claro que esta não é uma solução de longo prazo para gerenciar as questões financeiras da Organização.

O G-77 e a China reafirmam sua posição de longa data, de que todos os Estados Membros devem cumprir suas obrigações legais de arcar com as despesas da Organização, de acordo com a Carta das Nações Unidas. Todos os Estados Membros devem pagar suas contribuições Regulares integralmente, pontualmente e sem condições.

No entanto, o Grupo reconhece que alguns países em desenvolvimento enfrentam dificuldades genuínas que os impedem de cumprir temporariamente suas obrigações financeiras. O Grupo concorda com as recomendações da Comissão de Contribuições para estender a isenção aos Estados que assim solicitarem. O G-77 e a China estão convencidos de

que a incapacidade dos países de efetuar os pagamentos mínimos com base em suas contribuições regulares se deve a fatores alheios ao seu controle e, portanto, é justo que possam exercer seu direito de voto até o final da 77ª sessão da Assembleia Geral.

Em relação aos planos de pagamento plurianuais, o Grupo agradece os esforços feitos pelos Estados Membros que honraram seus compromissos e reitera que os planos de pagamento plurianuais devem permanecer voluntários. O Grupo incentiva os Estados Membros em atraso, a considerar também planos de pagamento plurianuais para cumprir suas obrigações para com a Organização.

Em consonância com suas Declarações Ministeriais, o Grupo considera, mais uma vez, sua firme posição de que a atual metodologia para a elaboração da estimativa de rateamento de despesas reflete mudanças na situação econômica dos Estados membros. Reafirmamos o princípio da "capacidade de pagamento" como critério fundamental no rateio das despesas das Nações Unidas. Rejeitamos qualquer mudança na metodologia atual para a elaboração do rateio de despesas que visa onerar injustamente os países em desenvolvimento, aumentando suas contribuições, que já estão elevadas.

O G-77 e a China observam que a aplicação da metodologia atual ao próximo ciclo levará a aumentos substanciais nas contribuições de muitos países em desenvolvimento. De acordo com os dados do relatório do Comitê de Contribuições, a parcela do rateio de contribuições para o orçamento ordinário custeada pelos membros do G-77 e pela China no período de 2022-2024 aumentará três vezes a contribuição do G-77 e China há pouco mais de 10 anos. Enquanto isso, a escala de contribuições dos países desenvolvidos continua a diminuir. Mesmo assim, como membros responsáveis das Nações Unidas, o G-77 e a China reafirmam seu compromisso com o cumprimento de suas responsabilidades financeiras, enfatizando que os países desenvolvidos deveriam assumir mais responsabilidades financeiras perante as Nações Unidas.

O Grupo enfatiza que os elementos centrais da atual metodologia da estimativa de contribuições, como período base, Renda Nacional Bruta, taxas de conversão, ajuste de baixa renda per capita, gradiente, piso, teto para Países Menos Desenvolvidos e ajuste do estoque da dívida devem ser mantidos intactos e não são negociáveis.

O Grupo recorda ainda que a atual taxa máxima de cobrança, ou teto, foi fixada como compromisso político, embora seja contrário ao princípio da capacidade contributiva dos países. É uma fonte fundamental de distorção na escala de contribuições. Instamos a Assembleia Geral a realizar uma revisão deste acordo, de acordo com o parágrafo 2 da [resolução da Assembleia Geral 55/5 C](#).

O Grupo acolhe a recomendação do Comitê de considerar o pagamento de parte das contribuições em moedas diferentes do dólar americano para os anos de 2022, 2023 e 2024.

O G-77 e a China enfatizam que as organizações que têm um status de observador com regalias nas Nações Unidas, dando-lhes os direitos e privilégios normalmente aplicados apenas aos estados observadores, também devem ter as mesmas obrigações financeiras para com as Nações Unidas que os estados observadores. Instamos a Assembleia Geral a considerar uma decisão sobre uma contribuição para tais organizações.

O G-77 e a China enfatizam que as negociações sobre todos os itens da agenda do 5º Comitê, incluindo o presente, devem ser conduzidas de forma aberta, inclusiva e transparente,

que defenda a legitimidade e competência deste Comitê como o único Comitê Principal da Assembleia Geral, incumbida de responsabilidades administrativas, financeiras e orçamentárias.

Afirmamos a unidade e solidariedade de todos os nossos Membros neste item e reiteramos nossa forte oposição à tomada de decisões em pequenos grupos.

New York, 04 de outubro de 2022

Declaração feita por Jibrán Khan Durrani, Primeiro secretário da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China no item 149 da agenda: Relatórios do Escritório de Serviços de Supervisão Interna e do Comitê Consultivo de Auditoria Independente no 5º Comitê durante a parte principal da 77ª sessão da Assembleia Geral da ONU

O G-77 e a China agradecem o Subsecretário-Geral por apresentar o [relatório A/77/278](#) do Serviços de Supervisão Interna (OIOS) e ao Presidente do Comitê Consultivo de Auditoria Independente (IAAC) por apresentar seu relatório relacionado [A/77/273](#).

O Grupo congratula a fase de planejamento do Serviços de Supervisão Interna, priorizando áreas críticas como a implementação de reformas, aquisições e cadeias de abastecimento, missões em trânsito e culturas organizacionais.

Somos de opinião que a implementação de reformas e o fortalecimento da supervisão interna da organização por meio de auditoria interna, inspeção, avaliação e investigações devem andar de lado a lado. Nesse contexto, o OIOS está desempenhando um papel fundamental na melhoria dos controles internos, governança de risco, prestação de contas e eficiência e eficácia organizacional. Reafirmamos com veemência nosso apoio à independência do Escritório de acordo com a resolução da Assembleia Geral [48/218 B](#), bem como os esforços do Escritório para realizar seu trabalho com os mais altos padrões de profissionalismo e eficiência.

O Grupo congratula a coordenação contínua entre o Escritório e outras entidades de supervisão, incluindo o Conselho Fiscal e a Unidade de Inspeção Conjunta, a fim de minimizar a sobreposição e duplicação do trabalho de supervisão. Incentivamos a manutenção e o aprimoramento dessa coordenação. Além disso, o Grupo insta a plena cooperação de todas as entidades relevantes da ONU com o Escritório no cumprimento de suas responsabilidades. Embora o Escritório não tenha relatado impedimentos ao seu trabalho durante o período considerado, incentivamos o Secretário-Geral a garantir relatórios contínuos sobre quaisquer impedimentos ao trabalho do OIOS e a tomar medidas para evitar tal situação.

Observou-se um aumento global no número de relatórios emitidos pelos serviços de Fiscalização Interna de 15,5%. No entanto, as recomendações gerais do escritório diminuíram 12%. Da mesma forma, o escritório encerrou 51% das recomendações durante o período do relatório. Esperamos que represente o cumprimento das recomendações dos serviços de Supervisão Interna.

O Grupo observou que as recomendações críticas cumulativas que estão em aberto foram reduzidas para 01. No entanto, é alarmante notar que as recomendações consideradas importantes aumentaram de 63% para 99,8%. Nesse sentido, o Grupo reconhece as medidas tomadas pelo OIOS para rever a forma como classifica e monitora suas recomendações, embora reafirmemos que o Escritório só pode fazer isso se o Secretariado e as entidades do sistema não aceitarem as recomendações ou concluírem uma implementação daqueles que aceitaram.

O Grupo observa com satisfação que a leitura de algumas recomendações relacionadas à perda e desperdício de recursos resultou na economia de U\$D 100.000.

Queremos também reconhecer o importante trabalho que a Direção de Auditoria Interna tem desenvolvido, especialmente no reforço da segunda linha de defesa face às reformas e à implementação do quadro de delegação de poderes. Ressaltamos também os esforços da Unidade de Inspeção e Avaliação e buscamos alinhar seu trabalho para abranger todos os subprogramas do Secretariado.

Em relação à Divisão de Investigações, apoiamos os esforços contínuos para reduzir o tempo médio de conclusão de uma investigação. O Grupo reitera seu apoio na aplicação da política de tolerância zero para quaisquer ações de corrupção, fraude ou má conduta.

O Grupo gostaria de expressar seu agradecimento pela assessoria especializada e assistência que recebeu do Comitê Consultivo de Auditoria Independente (IAAC). O Comitê publicou três relatórios de 01 de agosto de 2020 a 31 de julho de 2021. O status de implementação da recomendação do Conselho de Auditores continuou a melhorar com as melhorias na Missão de Manutenção da Paz de 35% para 60%, PNUMA de 42% para 68 % e UN Habitat de 5% a 40%. O Grupo congratula a finalização do manual de conscientização sobre Fraude e Corrupção e concorda com as conclusões do Comitê de que será uma ferramenta útil para lidar com esse risco crítico.

Continuaremos apoiando os comentários, observações e recomendações do Comitê Consultivo visando, entre outras tarefas importantes, garantir o cumprimento das recomendações de auditoria e supervisão, bem como a eficácia geral dos procedimentos de gestão de risco nos sistemas de controle interno.

New York, 04 de outubro de 2022

Declaração feita pelo Embaixador Munir Akram, Representante da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China no 3º Comitê durante a parte principal da 77ª sessão da AGNU no item 26 da Agenda: Avanço das mulheres.

A AGNU atribui ao 3º Comitê, itens da agenda relacionados às questões sociais, humanitárias, culturais e de direitos humanos.

O Grupo reafirma seu apoio à implementação plena, efetiva e acelerada da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim e ao resultado da 23ª Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU. Saudamos as medidas tomadas pelos Estados Membros para promover o empoderamento de mulheres e meninas e continuamos totalmente comprometidos com a integração da perspectiva de gênero nas políticas e programas relacionados ao seu progresso e bem-estar.

Acreditamos que a integração de uma perspectiva de gênero em todos os esforços de desenvolvimento e que a realização da participação plena e igualitária das mulheres em todas as esferas da vida política, econômica, social e cultural como parceiras iguais é fundamental para alcançar os objetivos e metas contidos no Agenda 2030. Esse princípio também foi enfatizado na Declaração Ministerial adotada em 23 de setembro de 2022 pelo G-77 e pela China.

O Grupo reconhece que houve progresso na implementação da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim e na implementação sensível ao gênero da Agenda 2030. No entanto, desafios e lacunas persistentes permanecem em todos os níveis e em todos os países, que

dificultam a implementação plena e efetiva dos objetivos desses importantes documentos. Muitas promessas e compromissos continuam a não ser cumpridos.

Além disso, o Grupo enfatiza que a violência contra mulheres e meninas continua sendo um grande obstáculo para a conquista da igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas. Enfatizamos a necessidade de medidas para prevenir e eliminar todas as formas de violência de gênero, em particular o feminicídio, e para garantir que as mulheres, incluindo mulheres com deficiência, indígenas, afrodescendentes e mulheres e meninas mais velhas e jovens, não sofram de nenhuma forma de discriminação. Há necessidade de melhorar e intensificar a coleta e análise de dados sobre a economia, desagregados por sexo, renda, idade, raça, etnia, situação migratória, deficiência e outros fatores relevantes.

Além disso, a discriminação, a violência, a falta de acesso a cuidados básicos de saúde, educação e proteção social perduram no mundo de hoje, afetando particularmente mulheres e meninas vivendo em países afetados por conflitos armados, vivendo sob administração colonial e ocupação estrangeira ou sujeitas a medidas coercitivas unilaterais ou medidas unilaterais econômicas, financeiras ou comerciais, contrárias ao direito internacional e à Carta das Nações Unidas.

O Grupo reafirma que um ambiente de paz e que promova e proteja os direitos humanos, a democracia e a solução pacífica de controvérsias, de acordo com os princípios de não ameaça ou uso da força contra a integridade territorial ou independência política e de respeito à soberania, conforme estabelecido na Carta das Nações Unidas, é um fator importante para o avanço das mulheres.

O Grupo reitera que todos os Estados têm a obrigação de usar todos os meios legislativo, político e econômico para respeitar, promover e proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais de mulheres e meninas, mantendo-se fiel ao compromisso de não deixar ninguém para trás e alcançar primeiro aos mais distantes.

Ressaltamos a importância de melhorar o acesso de mulheres, a todos os recursos necessários para o pleno exercício de todos os seus direitos humanos e liberdades fundamentais, removendo as barreiras persistentes, incluindo a garantia de igualdade de acesso ao emprego pleno e produtivo e ao trabalho decente para todos, bem como o fortalecimento sua independência econômica.

Ressaltamos a necessidade de alocar recursos adequados para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres no local de trabalho, incluindo o acesso desigual à participação no mercado de trabalho e as desigualdades salariais, bem como a conciliação do trabalho e da vida privada para mulheres e homens.

Para isso, é importante fortalecer a cooperação internacional e intensificar o diálogo global para incluir a perspectiva de gênero em todas as políticas e medidas relacionadas ao avanço e empoderamento das mulheres.

O Grupo destaca a importância primordial de melhorar o papel do Norte-Sul e do Sul-Sul para enfrentar os desafios enfrentados por mulheres e meninas e melhorar seu papel como parceiros plenos e iguais no desenvolvimento de suas sociedades.

O Grupo deseja recordar uma das recomendações do Secretário-Geral contidas em seu relatório A/76/185, solicitando em particular à AGNU: “novas ações vinculadas e totalmente financiadas para a implementação acelerada da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, de

acordo com os compromissos assumidos na declaração política por ocasião do 25º aniversário da 4ª Conferência Mundial sobre as Mulheres".

Por fim, o Grupo reafirma que a Comissão sobre a Situação da Mulher continua a ser um dos principais fóruns para abordar, promover e revisar questões relacionadas ao avanço e empoderamento das mulheres e acompanhar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, dentro seu mandato existente.

Movimento dos Não Alinhados

O MNA é um fórum político formado por um grupo de países que não se alinham oficialmente com nenhum grande bloco de poder ou grupo de países. É a maior coligação de países depois das Nações Unidas, composta atualmente por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

Destaques do MNA



Para celebrar o primeiro aniversário da Organização do Movimento jovem dos Não Alinhados, o grupo apresentou sua estatística anual.

Realizaram 1 Cúpula Internacional

Existem 63 países envolvidos

Foram estabelecidas 22 sedes Nacionais nos Estados Membros do MNA

Foram realizados 42 projetos

O Movimento jovem dos Não Alinhados espera que seus esforços conjuntos contribuam para o desenvolvimento de jovens em todo o mundo.

Centro Sul (South Centre)

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, e colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas.

Destaques do Twitter do South Centre

1) O Centro Sul assina a renovação do MOU com a Agência de Estratégia de Política Externa da Indonésia para continuar e expandir sua cooperação em diversas áreas.

2) Nova publicação que analisa lições da implementação da Declaração de Doha pela Índia sobre o acordo TRIPS e saúde pública.

Esta pesquisa destaca que o principal ponto de discórdia entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento nas negociações do acordo TRIPS foram as patentes de produtos farmacêuticos. Os países desenvolvidos liderado pelos EUA argumentaram a favor de patentes para produtos farmacêuticos em meio à oposição do Brasil, Índia entre outros. Evidências demonstravam que as patentes podiam tornar os medicamentos proibitivamente caros. No entanto, havia incerteza com relação à interpretação do acordo TRIPS, escopo das flexibilidades

e direitos dos Estados Membros de usá-los. É neste contexto que a histórica Declaração de Doha sobre o Acordo TRIPS e Saúde Pública assumiu importância ao reafirmar o direito dos Estados membros de tomar medidas para proteger a saúde pública, conciliar as tensões interpretativas no texto do Acordo TRIPS e esclarecer o alcance algumas das flexibilidades e tentativas de encontrar soluções para os países que não possuem instalações suficientes para a fabricação de medicamentos.

A Declaração que foi inicialmente rejeitada por alguns como “não vinculante” e branda foi considerada pela OMC como um acordo que deve ser seguido na interpretação das disposições do Acordo TRIPS. [Leia a publicação.](#)

Resultados do G7 para a Saúde Global - Crise no multilateralismo e tensões G7, G20 e OCDE: Multilateralismo entre expectativas e a realidade

Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Júlia Abbud Ribeiro, Vitória Kavanami e Nina Bouqvar

G7

A anexação das regiões de Donetsk, Luhansk, Kherson e Zaporizhzhya pela Rússia

Ainda nos últimos dias de setembro, os ministros das relações exteriores do G7 e o representante da União Europeia se uniram em um comunicado de condenação à Rússia pela anexação de regiões ucranianas⁵². Segundo a declaração, as violações, além de afetarem a soberania, a integridade territorial e autonomia da Ucrânia, também desrespeitam a Carta das Nações Unidas, a Ata Final de Helsinki e a Carta de Paris. As sete economias comunicaram que não vão reconhecer a anexação, tampouco o referendo, conforme já abordado no último informe. Além de reiterar a necessidade dos demais países de demonstrarem a mesma postura de condenação, reforçou que novos custos econômicos serão impostos à Rússia. Por fim, a declaração pede a retirada das tropas e reafirma que tanto Donetsk, Luhansk, Kherson e Zaporizhzhya, como a Crimeia, são territórios ucranianos.

Em um evento comemorativo da unificação alemã em Jakarta, o representante das relações econômicas da Indonésia, Airlangga Hartarto, destacou a importância das relações comerciais com a Alemanha, que dentre os países europeus é o maior parceiro comercial indonésio⁵³. Tal fato pode ser exemplificado nas mais de 250 empresas alemãs operam no território e a quantia de USD 1 bilhão investidos no país pela Alemanha entre 2015-2021. Ainda, em conformidade com a participação do presidente Joko Widodo na última cúpula do G7, a cooperação em torno do desenvolvimento de energia limpa e renovável e infraestrutura verde será intensificada, como destacado pelo representante. Ainda, reforçou discussões em torno de uma parceria entre os países no avanço da indústria 4.0. Por fim, o convite para a presença de Scholz na cúpula do G20 em Bali foi reforçado.

G20

Encontros no âmbito do G20 afirmam o multilateralismo enquanto única via para solucionar os problemas globais.

A crise de alimentos e a insegurança alimentar permanecem como temas recorrentes do G20. Essa questão pautou a Reunião dos Ministros da Agricultura do G20 (AMM), realizada pelo Grupo de Trabalho de Agricultura (AWG), em Bali, Indonésia entre os dias 27 e 29 setembro. Três questões prioritárias foram abordadas durante os dias do evento: (i) a promoção de sistemas agrícolas e alimentares resilientes e sustentáveis; (ii) a promoção de um comércio agrícola aberto, justo, previsível, transparente, e não discriminatório para garantir a disponibilidade de alimentos e acessibilidade para todos; e (iii) a promoção do agro-

⁵² G7 Foreign Ministers' Statement on the illegal annexation of sovereign Ukrainian territory. G7 GERMANY. 2022. Disponível em: <<https://www.auswaertiges-amt.de/en/newsroom/news/-/2555464>>. Acesso em: 08/10/2022.

⁵³ Indonesia, Germany record significant growth of economic cooperation. Antara, Indonesian news agency, 2022. Disponível em: <<https://en.antaranews.com/news/253713/indonesia-germany-record-significant-growth-of-economic-cooperation>>. Acesso em: 08/10/2022.

empreendedorismo inovador através do fomento da agricultura digital para melhorar a subsistência dos agricultores nas áreas rurais⁵⁴.

Na reunião, os ministros trataram, mais uma vez, dos efeitos da guerra na Ucrânia sobre a segurança alimentar. Como destacado na reunião, a guerra agravou a crise alimentar ao restringir o acesso aos grãos e fertilizantes do país. A iniciativa “Grãos do Mar Negro”, intermediada pelas Nações Unidas e pela Turquia em julho deste ano, foi um importante passo dado ao permitir a exportação de grãos e insumos agrícolas, outrora bloqueados, da Ucrânia e da Rússia para o mundo. Como resultado, houve uma queda no preço dos alimentos, aliviando a inflação, especialmente para os países mais vulneráveis⁵⁵. No entanto, como apontou o Diretor-Geral da FAO, Dr. Qu Dongyu, durante o encontro, essa medida não é suficiente e a comunidade internacional deve impedir que a situação atual se transforme numa crise por falta de alimentos. Assim, o diretor afirma que, no curto prazo, o problema do acesso aos alimentos deve ganhar centralidade e exige cooperação de todos os agentes. Nessa direção, a FAO anunciou a proposta de um Mecanismo de Financiamento à Importação de Alimentos. O objetivo é garantir que 62 nações de baixa renda, cerca de 1,8 bilhão de pessoas, tenham acesso aos recursos para importar comida⁵⁶. Para impulsionar a resiliência a médio prazo, Qu Dongyu disse aos Ministros presentes que é crucial promover a inovação, investir em infraestrutura para diminuir a desigualdade, e reduzir o desperdício de alimentos.

Nessa quinzena, foi realizada ainda a 1ª Reunião Conjunta de Representantes das Finanças e da Agricultura (JFADM), no dia 03 de outubro, organizada pelo Ministério das Finanças e Ministério da Agricultura da Indonésia, em Jacarta⁵⁷. O encontro foi realizado em resposta aos crescentes problemas de insegurança alimentar e à urgência de fortalecer a cooperação internacional. Os membros do G20, então, abordaram a formulação de soluções políticas para a agricultura, o comércio e a proteção social, além de concordarem e se comprometerem com ações coletivas globais para garantir a acessibilidade de alimentos para todos. Kasdi Subagyono, Secretário Geral do Ministério da Agricultura da Indonésia, frisou a responsabilidade dos membros do G20 em proteger o espírito do multilateralismo inerente ao bloco e fazê-lo cumprir seu papel de fórum para responder aos desafios globais.

A importância do multilateralismo enquanto caminho mais eficaz para a superação das crises atuais, foi igualmente mencionada durante a 8ª Reunião da Cúpula dos Oradores Parlamentares do G20 (P20), que ocorreu entre os dias 5 e 7 de outubro.

Por fim, como saldo positivo da reunião, a Cúpula do P20 produziu um documento final com pontos que reforçam o entendimento e o compromisso conjunto dos líderes parlamentares do G20 em questões prioritárias que vão desde o desenvolvimento sustentável, segurança

⁵⁴ G20 Agriculture Ministers Meeting to be Held in Bali, Issues for Discussion. **G20**. 24 set 2022. Disponível em: <<https://www.g20.org/g20-agriculture-ministers-meeting-to-be-held-in-bali-issues-for-discussion/>> Acesso em: 07 out 2022.

⁵⁵ O que é e por que é importante a Iniciativa Grãos do Mar Negro. **UN News**. 20 set 2022. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2022/09/1801531>> Acesso em: 07 out 2022.

⁵⁶ FAO diz a ministros do G20 para evitar crise alimentar por falta de produtos. **UN News**. 29 set 2022. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2022/09/1802681>> Acesso em: 07 out 2022.

⁵⁷ The G20 Underpin Policy Initiatives to Tackle Global Food Insecurity and Malnutrition at the First Joint Finance and Agriculture Deputies Meeting. **G20**. 04 out 2022. Disponível em: <<https://www.g20.org/the-g20-underpin-policy-initiatives-to-tackle-global-food-insecurity-and-malnutrition-at-the-first-joint-finance-and-agriculture-deputies-meeting/>> Acesso em: 07 out 2022.

alimentar e energética, até a igualdade de gênero⁵⁸. Alguns dos elementos em destaque foram o parecer de que guerras e conflitos armados são ameaças à segurança e à ordem global e têm um impacto negativo na segurança alimentar, na segurança energética e na economia global; a urgência da igualdade de gênero para trazer maior prosperidade e desenvolvimento sustentável para todos; e a necessidade de uma economia digital inclusiva, aberta, justa e não discriminatória e que assegure que o crescimento econômico deve estar em consonância com a gestão das mudanças climáticas.

Figura 1: 8ª Reunião da Cúpula dos Oradores Parlamentares do G20 (P20)



Fonte: G20, 2022.

Em síntese, o multilateralismo apareceu nas discussões desta quinzena como essencial para construir um trabalho colaborativo eficaz, tanto para responder aos variados problemas, como conflitos geopolíticos, crises alimentares e energéticas, quanto como plataforma para construir o progresso mútuo e o desenvolvimento dos países.

⁵⁸ Committed to Overcoming Global Problems, The Speaker of the House Representatives of the Republic of Indonesia, Puan Maharani, Closes the P20 Summit. **G20**. 07 out 2022. Disponível em: <<https://www.g20.org/committed-to-overcoming-global-problems-the-speaker-of-the-house-representatives-of-the-republic-of-indonesia-puan-maharani-closes-the-p20-summit/>> Acesso em : 07 out 2022.

OCDE

Pacote tributário internacional, acessão do Brasil e da Ucrânia

Após a apresentação das projeções de crescimento econômico em 2022 e 2023 realizada na quinzena passada⁵⁹, o mês de outubro na OCDE se inicia com a publicação de dois relatórios: um de orientação sobre finanças de transição e outro sobre os sistemas educacionais de 40 países.

O primeiro documento, nomeado “OECD Guidance on Transition Finance: Ensuring Credibility of Corporate Climate Transition Plans”, propõe mapear e estabelecer planos de transição climática corporativos críveis e alinhados com as metas do Acordo de Paris. O relatório enfatiza a necessidade de combater o risco crescente de *greenwashing* no financiamento da transição e facilitar uma transição climática global para toda a economia⁶⁰. Ao fornecer orientações para os agentes de mercado, formuladores de políticas e reguladores, a OCDE procura fornecer uma visão abrangente das abordagens financeiras de transição existentes, além de identificar os principais desafios na área e indicar soluções. Dessa forma, a organização enfatiza em sua orientação maior transparência, comparabilidade e granularidade nos planos de transição corporativa, frisando a necessidade de salvaguardas ambientais e sociais adequadas. Já aos formuladores de políticas, cabe a tomada de medidas mais sólidas a fim de reforçar ambientes internos propícios para investimentos transformativos.

O estudo culmina na recomendação de dez elementos-chaves para a construção de planos de transição corporativos críveis: (i) a definição de metas de temperatura, de zero emissões líquidas de carbono e metas intermediárias; (ii) a utilização de caminhos setoriais, roteiros de tecnologia e taxonomias; (iii) a medição de desempenho e progresso por meio de métricas e KPIs; (iv) o fornecimento claro sobre o uso de créditos e compensações de carbono; (v) a definição de estratégias, ações e de implementação; (vi) a apresentação dos impactos adversos através do Princípio de Dano Não Significativo (PDNS) e da diligência para uma Conduta Empresarial Responsável (CER); (vii) o apoio para uma transição justa; (viii) a integração com planos financeiros e coerência interna; (ix) a garantia de uma boa governança e *accountability*; e (x) a transparência e verificação, classificação e certificação.

Já o estudo comparativo sobre o estado da educação no mundo faz parte do projeto “Education at a Glance” da OCDE que mapeia e sintetiza anualmente elementos como gastos orçamentários com a educação, como operam diferentes sistemas educacionais e os resultados alcançados dos países analisados⁶¹. Através da análise a partir de uma série de indicadores, a edição de 2022 ressalta questões como o retorno gradual à normalidade após a pandemia de Covid-19, a disparidade entre os países nos requerimentos de ensino no nível primário e secundário e a permanência ou dispersão dos estudantes no ensino superior⁶².

⁵⁹ Para mais informações sobre, consulte o informe de número 18 de 2022 do presente projeto de Cadernos CRIS Fiocruz.

⁶⁰ OCDE. **OECD Guidance on Transition Finance: Ensuring Credibility of Corporate Climate Transition Plans**. Paris: OECD Publishing, 2022. Disponível em: <<https://www.oecd.org/environment/oecd-guidance-on-transition-finance-7c68a1ee-en.htm>> Acesso em: 07 out 2022.

⁶¹ OCDE. **Education at a Glance**. 03 out 2022. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance_19991487> Acesso em: 07 out 2022.

⁶² Tertiary education rates reach record high, with more efforts needed to expand vocational education and training, says OECD. **OCDE**. 3 out 2022. Disponível em: <<https://www.oecd.org/newsroom/tertiary->

O estudo ainda elabora notas para os países, detalhando seus resultados individuais e idiosincrasias. A nota do Brasil salienta elementos como as diferenças encontradas no nível de escolaridade entre suas regiões subnacionais, a relação entre nível de escolaridade e taxa de emprego, a pequena fração da população brasileira que possui título de mestrado (0,8%) e de doutorado (0,3%), entre outros aspectos⁶³. O governo brasileiro, contudo, pontua que a maior parte das informações analisadas eram dos anos de 2020 e 2021 e os danos financeiros, de 2019⁶⁴.

Ainda nesta quinzena, ocorreu a décima quarta reunião sobre a discussão da implementação do pacote tributário internacional elaborado conjuntamente pela OCDE e pelo G20⁶⁵. O projeto vem sendo debatido desde o ano passado e propõe um dispositivo duplo para a reforma das regras tributárias internacionais frente aos desafios tributários decorrentes da globalização e da digitalização da economia e assim garantir que as empresas não só paguem os impostos onde operam, mas ainda obtenham seus lucros. A solução, dividida em dois pilares principais, estabelece a redistribuição de alguns direitos tributários das maiores e mais lucrativas multinacionais e também introduz a ideia de um imposto corporativo mínimo global.

A reunião de 6 de outubro reuniu mais de 500 delegações de mais de 135 países e jurisdições, que concordaram em divulgar um novo relatório de progresso sobre a administração e aspectos de segurança fiscal para consulta pública, complementando o relatório de progresso lançado em julho. Ambos fornecem então uma percepção mais clara do projeto e apontam como as novas regras estabelecidas funcionarão na prática ao serem implementadas.

Outro destaque da quinzena é a situação da acessão da Ucrânia. Na sequência do pedido recebido para iniciar o processo de adesão do país, o Conselho da OCDE decidiu reconhecê-lo como um potencial país membro e, dessa forma, começou a movimentar-se a favor do início do diálogo acerca da acessão⁶⁶. Somente após a conclusão desse período de diálogo inicial, os países membros da organização poderão considerar a abertura de discussões de adesão e assim preparar um roteiro para sua adesão para se adaptar aos requerimentos estabelecidos à seus participantes⁶⁷. Nesse sentido, o reconhecimento como potencial membro aparece mais como ato político em favor de Kiev do que um passo concreto na direção da acessão.

Em paralelo, é válido ressaltar também as movimentações do governo brasileiro voltadas para sua intenção de entrada na OCDE. Ainda em setembro, ocorreram mudanças

[education-rates-reach-record-high-with-more-efforts-needed-to-expand-vocational-education-and-training.htm](#)> Acesso em: 07 out 2022.

⁶³ Mais informações disponíveis em: <<https://www.oecd-ilibrary.org/sites/a5ee2d75-en/index.html?itemId=/content/component/a5ee2d75-en>>.

⁶⁴ Publicado o Education at a Glance 2022. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**. 3 out 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/acoes-internacionais/publicado-o-education-at-a-glance-2022>> Acesso em: 07 out 2022.

⁶⁵ Countries making substantial progress towards implementation of the two-pillar international tax reform. **OCDE**. 6 out 2022. Disponível em: <<https://www.oecd.org/newsroom/countries-making-substantial-progress-towards-implementation-of-the-two-pillar-international-tax-reform.htm>> Acesso em: 07 out 2022.

⁶⁶ Statement by the Secretary-General: OECD to engage in initial accession dialogue with Ukraine. **OCDE**. 5 out 2022. Disponível em: <<https://www.oecd.org/newsroom/statement-by-the-secretary-general-oecd-to-engage-in-initial-accession-dialogue-with-ukraine.htm>> Acesso em: 7 out 2022.

⁶⁷ [05/10] Ukraine takes first step towards joining OECD economic group. **REUTERS**. 5 out 2022. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/europe/ukraine-takes-first-step-towards-joining-oecd-economic-group-2022-10-05/>> Acesso em: 7 out 2022.

estratégicas em postos importantes da diplomacia econômica: o atual embaixador do Brasil junto à OMC, Alexandre Parola, migrou para representar o país junto à OCDE, enquanto o atual embaixador na OCDE, Carlos Márcio Cozendey, retornou ao Itamaraty para a preparação da presidência brasileira do G20 em 2024⁶⁸. O governo federal também entregou o memorando inicial brasileiro, parte da documentação normativa necessária ao processo de ingresso, em que analisa o grau de alinhamento das legislações, das políticas e práticas nacionais aos padrões estabelecidos em 32 diferentes áreas pela OCDE⁶⁹.

Ademais, o Senado brasileiro aprovou o acordo para a implementação de escritório da OCDE em território nacional, representando um importante passo para a facilitação do diálogo e realização de atividades conjuntas⁷⁰.

Como reação a tais mobilizações, a sociedade civil tem se pronunciado criticamente às políticas do governo e clama pela devida atenção das incompatibilidades entre as políticas adotadas pelo governo brasileiro e as diretivas da OCDE. Ações como o relatório apontando vulnerabilidade e lacunas de governança no que tange direitos humanos e políticas ambientais no Brasil apresentada ainda em março⁷¹ e, mais recentemente, a carta feita por mais de 40 organizações não governamentais brasileiras e estrangeiras solicitando que a organização exija garantias de que o Brasil atenda aos altos padrões ambientais, climáticos e de respeito aos direitos indígenas⁷² são exemplos de suas respostas.

⁶⁸ MOREIRA, Assis. Itamaraty muda embaixadores na OMC e OCDE. **VALOR**. 23 set 2022. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/09/23/itamaraty-muda-embaixadores-na-omc-e-ocde.ghtml>> Acesso em: 7 out 2022.

⁶⁹ GOMES, Pedro Henrique; CASTRO, Ana Paula. Brasil cumpre etapa prevista e entrega memorando inicial para negociar entrada na OCDE. **G1**. 6 out 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/10/06/brasil-cumpre-etapa-prevista-e-entrega-memorando-inicial-para-negociar-entrada-na-ocde.ghtml>> Acesso em: 7 out 2022.

⁷⁰ [06/10] PINHEIRO, Regina. Aprovado acordo para implantação de escritório da OCDE no Brasil. **SENADO**. 6 out 2022. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2022/10/06/aprovado-acordo-para-implantacao-de-escritorio-da-ocde-no-brasil>> Acesso em: 7 out 2022.

⁷¹ MARTINI, Paula. ONGs pedem que OCDE pressione o Brasil por reformas ambientais e sociais. **CNN BRASIL**. 22 mar 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/ongs-pedem-que-ocde-pressiono-o-brasil-por-reformas-ambientais-e-sociais/>> Acesso em: 07 out 2022.

⁷² Organizações pedem que OCDE cobre altos padrões socioambientais do Brasil. **CONECTAS**. 6 out 2022. Disponível em: <<https://www.conectas.org/noticias/organizacoes-pedem-que-ocde-cobre-altos-padroes-socioambientais-do-brasil/>> Acesso em: 07 out 2022.

O novo Centro de Inovação em Saúde Cardiovascular do BRICS e EUA tentam conter a integração euroasiática

Claudia Hoirisch

O Centro de Inovação em Saúde Cardiovascular do BRICS

O Centro de Inovação em Saúde Cardiovascular do BRICS⁷³ foi inaugurado em Xiamen, na China, em setembro para lidar com as doenças cardiovasculares que são as que mais matam no mundo.

O centro servirá como uma plataforma para realizar projetos de cooperação, como o fornecimento de serviços para a saúde cardiovascular, treinamento de RRHH e promoção de intercâmbios acadêmicos entre esses países⁷⁴. O centro poderá recrutar 10 acadêmicos visitantes de países do BRICS para receber treinamento em Xiamen.

Na cerimônia de inauguração, o hospital assinou uma carta de intenção com o Apollo Hospitals Group da Índia para cooperação em tecnologia médica, pesquisa clínica, treinamento de RRHH, intercâmbio acadêmico e hospital inteligente (digitalização).

EUA usa a expansão da OTAN e o conflito na Ucrânia para tentar manter sua influência

O conflito entre Rússia e Ucrânia mostrou ao mundo a disposição dos EUA de tentar conter a integração euroasiática⁷⁵.

Ao longo dos últimos 15 anos (crise financeira 2007-2008), os países europeus vêm se deparando com grandes oportunidades e precisaram fazer escolhas complexas. A dependência insustentável dos EUA para comércio e investimento levou a integração dos países europeus com os mercados energéticos russos e uma maior absorção das oportunidades de investimento chinês e seus feitos na área de manufaturas. Ligações mais estreitas entre a Europa e os dois países asiáticos, China e Rússia, provocaram os EUA a lançar uma agenda para impedir ou atrasar essa integração.

A agenda foi aprofundada durante a reunião do G7 na Alemanha neste ano e a Cúpula da OTAN na Espanha está criando uma situação perigosa. Os membros da OTAN com a presença da Finlândia e da Suécia, irão expandir suas forças de 40 mil para 300 mil soldados que serão enviados para territórios específicos no flanco oriental da aliança (fronteira russa), a fim de lutar e vencer a guerra contra a Rússia.

Com o conflito da Ucrânia em andamento, estava claro que a OTAN colocaria a Rússia em primeiro plano na Cúpula de Madrid. A China foi mencionada em um documento da OTAN na reunião de 2019 e em 2021, o tom mudou e o comunicado da Cúpula acusou a China de “desafios sistêmicos à ordem internacional baseada em normas”, ou seja, a China ameaçava a “base do sistema econômico e político” dominado pelos EUA. O conceito estratégico revisado em 2022 acusa a “concorrência sistêmica da China (...) [que] desafia nossos interesses, segurança e valores e busca minar a ordem internacional baseada em normas”.

⁷³ Criado no Hospital Cardiovascular Xiamen, afiliado à Universidade Xiamen.

⁷⁴ [Centro de saúde cardiovascular dos BRICS é inaugurado em Xiamen, na China \(xinhuanews.com\)](https://xinhuanews.com/pt-br/centro-de-saude-cardiovascular-dos-brics-e-inaugurado-em-xiamen-na-china-20220901)

⁷⁵ [Os EUA querem evitar um fato histórico: a integração eurasiática - Brasil 247](https://www.brasil247.com/pt/brasil/noticias/2022/09/01/os-eua-querem-evitar-um-fato-historico-a-integracao-eurasiatica-brasil-247)

A economia americana é equilibrada e relativamente independente, abrangendo quase todos os principais setores econômicos: agricultura (centro-oeste), energia (Texas) e fabril (costas leste e oeste) e uma integração da Eurásia criaria uma área igualmente independente. Então se os EUA podem dividir a Eurásia, tentando criar más relações entre as suas partes, enfraquecendo-a, nenhuma de suas partes componentes teria o mesmo caráter equilibrado que os EUA.

Países Parceiros da Asia-Pacífico (AP4) Austrália, Japão, NZ e Coreia do Sul não pertencentes à OTAN foram convidados para Cúpula da OTAN, o que os aproximou da agenda dos EUA e da Aliança Militar que visa exercer pressão sobre a China; além disso, os países do Diálogo Quadrilateral de Segurança (QUAD), Austrália, Japão, Índia e EUA fizeram uma reunião às margens da Cúpula da OTAN para discutir a cooperação militar contra a China, desvelando as intenções da OTAN e seus aliados.

China: descolamento do mercado consumidor americano, participação em blocos e cooperação com a Rússia

Após a crise financeira de 2007-2008 e das promessas não cumpridas do G7 de que o G20 tocaria o sistema mundial e o G7 seria dissolvido em troca da China e Índia terem colocado seus excedentes no sistema financeiro ocidental para evitar seu derretimento, a China adotou algumas medidas para ganhar autonomia do mercado consumidor americano. Melhoraram seu mercado integrando suas províncias na economia e aboliram a pobreza. Se integraram aos BRICS, injetaram recursos na ICR, resolveram uma disputa antiga de fronteiras com a Rússia e aperfeiçoaram o comércio e estabeleceram uma colaboração estratégica com a Rússia.

Integração Euroasiática

A Europa caminhava em direção da Ásia que ameaçava o sistema econômico e político dominado pelos EUA. Isso porque nesse período, as vendas de energia russa para a China e Europa cresceram e vários países europeus aderiram à ICR, aumentando os investimentos entre Europa-China. As escolhas comerciais e de investimento da Europa foram racionais pois o gás natural canalizado do Nord Stream 2 é muito mais barato e menos perigoso que o gás natural liquefeito⁷⁶ dos Golfos Persico e do Mexico.

Portanto, se a OTAN se voltou para ameaças de guerra contra a China e a Rússia e o G7 se comprometeu a desafiar iniciativas lideradas pela China por meio do desenvolvimento da Parceria para a Infraestrutura e Investimento Global, os líderes do BRICS apoiam a iniciativa para o Desenvolvimento Global (GDI), as negociações para acabar com a guerra na Ucrânia e medidas tomadas para conter as crises vivenciadas pelos pobres.

Se os EUA tentam conter a integração Euroasiática, o clima no Sul global é de aceitação dessa integração e de uma ordem mundial baseada na soberania nacional e regional e na dignidade dos seres humanos.

⁷⁶ GNL, gás natural condensado ao estado líquido após ter sua temperatura reduzida para -163º C.

Saúde Global e Diplomacia da Saúde na América Latina e Caribe

Sebastián Tobar e Miryam Minayo

Introdução

Apesar de um segundo turno muito acirrado, há uma grande esperança de que pouco a pouco o quebra cabeça do contexto Latino-Americano vai se completando e a possibilidade da emergência de uma possível “nova onda rosa”.

Junqueira e Milani (2022)⁷⁷ apontam quatro principais diferenças entre o momento da primeira onda rosa e o atual: i) A instabilidade política é a maior organização das extremas direitas; ii) o cenário econômico é mais desafiador para os governos de esquerda; iii) a intensificação das rivalidades entre potências no âmbito internacional, iv) os desafios enfrentados pelo regionalismo latino-americano.

Em relação a **instabilidade política da região**, temos assistido diferentes protestos e eleições que se confrontavam com muita polarização entre projetos de esquerda e direita, mas uma observação é geral: a grande polarização da sociedade latino-americana assim como governos que enfrentam parlamentos. Como observamos no Caderno 13, um fenômeno que parece ter aumentado na região é a lacuna ou a polarização da sociedade, que tende a dificultar os esforços de consenso entre os partidos e de promoção de reformas, às vezes difíceis, mas necessárias.

Nesse sentido, este cenário pode ser observado nos resultados das eleições de Brasil, assim como em outros países como Colômbia e Chile. Também temos países como Argentina, com eleições no ano próximo, onde o atual governo parece que enfrentará dificuldades para se reeleger.

Em relação ao **cenário econômico da região**, objeto de análises em nossos relatórios, mantem-se um grande grau de incerteza relacionada diretamente com a inflação e com a volatilidade de três variáveis macroeconômicas: a taxa de inflação, o produto interno bruto (PIB) e a taxa de câmbio real das economias. A incerteza é prejudicial ao crescimento em nossa região, principalmente quando atinge níveis tão elevados. A inflação e a volatilidade do produto interno bruto promovem uma atmosfera de incerteza que desencoraja o investimento produtivo de longo prazo e reduz o crescimento econômico⁷⁸.

Neste cenário, a CEPAL e a OPAS têm apontado que a abordagem dos sistemas de seguridade social através de novos pactos sociais e fiscais é muito urgente no atual contexto econômico desfavorável e a alta incerteza da região.

No seu relatório anual *Estudio Económico de América Latina y el Caribe 2022: dinámica y desafíos de la inversión para impulsar una recuperación sostenible e inclusiva*, projeta-se o crescimento econômico médio para o presente ano 2,7%, em um contexto de fortes restrições macroeconômicas da região. De acordo com as projeções da CEPAL:

77 Junqueira, Cairo e Milani, Livia (2022) *América do Sul: A “Nova onda rosa”; um recomeço mais desafiados*. Publicado em Le Monde Diplomatique 20 de setembro de 2022. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-nova-onda-rosa-um-recomeco-mais-desafiador/>

78 Aromi, D; Bermudez, C. e Dabus, C. (2022) “Incertidumbre y crecimiento económico: enseñanzas de América Latina”. Publicado em Revista CEPAL N° 137, agosto de 2022. Disponível em <http://www.cepal.org/es/publicaciones/tipo/revista-cepal>

A América do Sul crescerá 2,6% (contra 6,9% em 2021), o grupo formado pela América Central e México 2,5% (contra 5,7% em 2021) e o Caribe — a única sub-região a crescer mais do que em 2021— 4,7%, sem incluir a Guiana (contra 4,0% no ano anterior).

A inflação, por sua vez, continuou a subir, situando-se numa média regional de 8,4% em junho de 2022, o que equivale a mais do dobro do valor médio registado no período 2005-2019.

No nível sub-regional, pode-se observar que, em junho de 2022, as economias da América do Sul tiveram o maior nível de inflação em média (8,8%), seguidas pelas economias do grupo formado pela América Central e México (7,5%) e os do Caribe de língua inglesa (7,3%). Isso levou os bancos centrais a aumentar suas taxas de política monetária e reduzir os agregados monetários.

Por outro lado, a desaceleração da atividade econômica está restringindo a recuperação dos mercados de trabalho, especialmente para as mulheres. Enquanto a taxa de desemprego masculino passou de 10,4% no final do segundo trimestre de 2020 para 6,9% no final do primeiro trimestre de 2022, apresentando uma redução de 3,5 pontos percentuais, a taxa de desemprego feminino registou um decréscimo de 2,1 pontos percentuais no mesmo período, passando de 12,1% para 10,0%.

Da mesma forma, no final do primeiro trimestre de 2022, a taxa de participação no trabalho feminino (51,4%) apresenta uma defasagem maior do que a taxa de participação masculina (74,2%). Esta defasagem na reinserção das mulheres no mercado de trabalho está condicionada pelo atraso na recuperação dos setores econômicos que concentram o emprego feminino e pelo aumento da necessidade de cuidados que se manifestou fortemente após o início da pandemia.

No atual contexto, de múltiplos objetivos e crescentes restrições, é necessária uma coordenação de políticas macroeconômicas para apoiar a aceleração do crescimento, o investimento, a redução da pobreza e da desigualdade, enfrentando a dinâmica inflacionária.

Somam-se ao menor crescimento econômico as fortes pressões inflacionárias, o baixo dinamismo da geração de empregos, queda no investimento e crescentes demandas sociais e expectativas da população em muitos desses líderes de esquerda que assumiram o poder em países da região.

Um dos grandes desafios para os novos presidentes será conciliar políticas que promovam a reativação econômica com políticas de controle da inflação e de sustentabilidade das finanças públicas harmonizando com as demandas populares, sem cair nas políticas da austeridade fiscal.

Em relação a ***intensificação das rivalidades entre potências no âmbito internacional***, o conflito entre a Ucrânia e a Rússia continua provocando tensões econômicas somado a tensões geopolíticas entre Estados Unidos e China impactando em um menor crescimento econômico e disponibilidade dos alimentos, aumento da energia e inflação.

Quanto aos ***desafios enfrentados pelo regionalismo latino-americano***, um dos grandes desafios é se, no atual cenário, os países serão capazes de retomar a cooperação para impulsionar um modelo de desenvolvimento.

A pandemia tem gerado enormes desafios, não apenas sanitários, a ponto de permitir afirmar trata-se de uma sindemia. Sindemia, em poucas palavras, é a concomitância de duas ou

mais epidemias de doenças que afetam uma população. Origina-se de múltiplas causas combinadas, que transcendem a simples relação agente-hospedeiro (coronavírus - ser humano), e tem consequências além da doença e da morte. Sem dúvida, dentre as múltiplas causas está o atual modelo de desenvolvimento que atinge os países da região, em maior medida por se tratar da região menos equitativa e mais desigual do planeta.

Luz no fim do túnel?

No entanto, é possível que haja alguns raios de esperança, que serão destacadas a seguir.

O primeiro deles foi o encontro que teve lugar no Chile, nos dias 13 e 14 de setembro, **“Novos Desafios e Novas Perspectivas da Cooperação Internacional: Enfoques para o desenvolvimento desde América Latina e o Caribe⁷⁹”**, organizado pela CEPAL, OCDE, Agência Chilena de Cooperação para o Desenvolvimento e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. Participaram do evento representantes da Argentina, Chile, Costa Rica, Panamá, Peru e Uruguai, além de altos funcionários de organizações como CEPAL, BID, OCDE, ONU-Mulher, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Comitê de Desenvolvimento Banco da América Latina - CAF, Comissão Europeia, Fundação Eulac, Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB) e Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), entre outras entidades.

Da reunião podemos destacar três conclusões:

1. A importância da cooperação internacional em tempos históricos como o presente, atravessado por tensões sem precedentes, como as crises sanitária e socioeconômica como resultado da pandemia global de Covid-19, a evolução econômica recente marcada pelo declínio do crescimento e pressões inflacionárias generalizadas, a que se soma o impacto da guerra na Ucrânia, que acrescentou incerteza em todo o mundo.

2. Concordaram que os países da região exigem uma mudança de paradigma na cooperação para o desenvolvimento, em consonância com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. As classificações baseadas apenas em critérios de renda per capita não refletem toda a gama de vulnerabilidades multidimensionais, lacunas estruturais e necessidades de financiamento dos países da região. Por isso, enfatizaram que os mecanismos de classificação e graduação que estabelecem exclusões para países de renda média da cooperação internacional não são mais viáveis, nem para enfrentar as crises atuais nem as associadas às mudanças climáticas, degradação ambiental e perda de biodiversidade.

3. Os esforços compartilhados entre Europa e América Latina e Caribe nesta área para avançar para modelos de desenvolvimento sustentável, entendendo que a luta contra as mudanças climáticas e a transição para modelos sustentáveis de produção e consumo devem constituir uma prioridade em termos de desenvolvimento, juntamente com promover um sistema multilateral mais forte e inclusivo.

Uma segunda fonte de otimismo, já no âmbito setorial, vem da recente 30ª Conferência Sanitária Panamericana, onde os Ministros aprovaram uma **Política para Recuperar o Progresso no Alcance de Dois Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com Equidade por meio de**

⁷⁹ <https://www.cepal.org/es/noticias/expertos-abordaron-nuevos-retos-la-cooperacion-internacional-su-impacto-desarrollo-america>

medidas que abordem os determinantes sociais da saúde e do trabalho intersectorial⁸⁰. O documento considera que:

“Há uma necessidade urgente de renovar o compromisso de alcançar os objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável com uma abordagem de equidade, a fim de reverter o retrocesso no alcance do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (ODS 3) e voltar aos trilhos. com o objetivo de não deixar ninguém para trás”.

Nesse sentido, afirma que as Américas não estão no caminho certo para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), incluindo o ODS3 (Garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos em todas as idades). A falta de progresso no ODS 3 nos primeiros cinco anos da Agenda 2030 foi exacerbada pela pandemia de COVID-19. Algumas razões são que os objetivos e metas da Agenda 2030 são integrados e indivisíveis e que esforços devem ser feitos para alcançá-los em sua totalidade. Assim também que todos os 16 ODS são grandes determinantes da Saúde (ODS3)

O propósito desta política e projeto de resolução, que foram aprovados pelos Ministros, é reconfirmar o compromisso de todos os países com o cumprimento do ODS 3, fortalecendo a integração efetiva de ações para promover a equidade, preenchendo a lacuna entre compromisso e ação, e garantir uma justa recuperação da pandemia. Também procura propor um curso de ação baseado nas lições aprendidas com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e os esforços para alcançar os ODS até o momento, bem como da resposta à pandemia, a fim de reverter o declínio antecipadamente e acelerar o alcance dos objetivos ODS com uma abordagem de equidade abordando os determinantes sociais da saúde.

Aponta que:

- É necessário continuar trabalhando para alcançar o ODS3 com uma abordagem de equidade.
- Não há dados precisos e oportunos para cada um dos 28 indicadores do ODS3, em todos os países e ao longo do tempo.
- A complexidade de alguns indicadores do ODS3 constitui um desafio adicional para mensuração e comparabilidade.
- ODS3: tendência regional heterogênea - alguns no caminho certo, outros atrasados.
- A desigualdade relativa continua alta e a saúde precária se concentra nas pessoas menos favorecidas socialmente.
- Alguns países mostram progressos positivos na redução de lacunas e gradientes de desigualdade (cobertura e resultados dos cuidados materno-infantis).

A situação de pobreza, educação, fome, nutrição e emprego, entre outros, foram fortemente afetados e os avanços e retrocessos neste e em outros ODS podem facilitar ou dificultar o ODS3. Por sua vez, o progresso nas condições do ODS3 tem implicações para os outros ODS. Há cada vez mais evidências do impacto da pandemia e seu efeito no avanço da Agenda 2030 e seus ODS.

A pandemia nos deixou com oportunidades e lições aprendidas:

- Papel central da comunidade na formulação e aplicação das políticas e a necessidade de adaptá-las à realidade local e aos territórios.

⁸⁰<https://www.paho.org/pt/orgaos-diretores/conferencia-sanitaria-pan-americana/30a-conferencia-sanitaria-pan-americana>

- Importância do trabalho conjunto do setor público de saúde com outros setores para oferecer respostas efetivas e de ação coordenada entre todos os níveis de governo, em que os governos locais têm papel decisivo
- Diversas estruturas institucionais e mecanismos de coordenação da ação intersetorial foram criados, ativados e fortalecidos.
- Necessidade de ter informações confiáveis e de qualidade para a tomada de decisões em tempo hábil.
- Problemas de saúde complexos requerem ações que transcendam o âmbito dos ministérios da saúde, programas e políticas de saúde que incorporem medidas relativas aos determinantes sociais da saúde tenham maior impacto na saúde e no bem-estar.
- O modelo biomédico hegemônico limita a inovação social na resposta à saúde e dificulta a ação intersetorial.
- O setor saúde tem influência política limitada quando se trata de participar, negociar e liderar o trabalho intersetorial em torno da agenda da saúde.

Cinco linhas de ação são propostas nesse sentido.

LAE 1: Promover a ação intersetorial para atender aos objetivos indivisíveis da Agenda 2030, integrando a equidade como valor transversal

LAE 2: Reorientar as políticas, planos e programas de saúde para superar as barreiras no acesso à saúde e alcançar a equidade em saúde e bem-estar

LAE 3: Fortalecer e facilitar a participação da comunidade e o envolvimento da sociedade civil para alcançar o ODS 3

LAE 4: Fortalecer a governança local para alcançar o ODS 3 com equidade

LAE 5: Fortalecer monitoramento e avaliação do progresso no alcance equitativo do ODS 3.

Uma terceira oportunidade positiva vem dos Institutos Nacionais de Saúde (INS), que se reuniram no âmbito da Rede Regional Latino-Americana da Associação Internacional dos Institutos Nacionais De Saúde Pública (LatAm/IANPHI). O evento ocorreu entre os dias 5 e 7 de outubro de 2022, com a participação da Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, México, Peru, Suriname e o Organismo Andino de Salud Convenio Hipólito Unanue (ORAS/CONHU), o Organismo de Cooperação Amazônico (OTCA), o Conselho de Ministros da Saúde de Centro América e República Dominicana (COMISCA) e os Programas Subregionais para América do Sul (SAM) para Centro América (CAM) da Organização Pan Americana da Saúde.

O encontro regional abraça a ideia de que as Redes apresentam grandes oportunidades para o enfrentamento dos desafios globais de saúde e a implementação da Declaração de Rio81. A da Declaração da IANPHI de Rio de Janeiro, aprovada em dezembro de 2021, pelo INS, apontava que “a pandemia de Covid-19 agregou evidência global incontestável do papel das desigualdades estruturais, sociais e econômicas no resultado da doença, tanto na sua propagação como em seu agravamento. Além disso, todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável sofreram fortes retrocessos durante a pandemia.

A pandemia teve um impacto desproporcional nas populações socialmente desfavorecidas, aumentando ainda mais as desigualdades dentro e entre países. Os Institutos

⁸¹<https://www.ianphi.org/includes/documents/sections/tools-resources/rio-declaration-health-equity.pdf>

Nacionais de Saúde Pública (NPHIs) em todo o mundo se adaptaram rapidamente à nova realidade, trazendo ciência, consultoria especializada e tecnologia para monitoramento em tempo real e rápida tomada de decisões visando mitigar e controlar a pandemia.

O mundo está enfrentando os impactos de ameaças globais adicionais à saúde, incluindo mudanças climáticas, exposição ambiental, migração em massa e resistência antimicrobiana. Nesse sentido, afirma que a recuperação pós-pandemia oferece uma oportunidade única e oportuna para priorizar a redução das iniquidades em saúde.

A IANPHI colocou a promoção da equidade em saúde no centro de seu trabalho. As prioridades identificadas foram documentar as desigualdades existentes por meio de vigilância ou observatórios dedicados, medir o progresso e, não menos importante, fornecer evidências ativas e oportunas sobre intervenções de saúde pública para reduzir a crescente lacuna nas desigualdades em saúde para os segurados, decisões e políticas e apoiar sua implementação e avaliação.

Para avançar nestas prioridades a Reunião da Rede LATAM IANPHI estabeleceu um plano de trabalho ambicioso visando:

- Criação de um Observatório Regional de Inequidades em Saúde, incluindo o acesso aos serviços de saúde.
- Criação de Inteligência epidemiológica regional visando a adoção de um novo paradigma mais prospectivo e que permita diagnosticar futuros eventos com potencial pandêmico e outras patologias que não têm diagnóstico, sobre o uso de instrumentos geográficos, considerações de aspectos ambientais e outras informações.
- Promoção do trabalho conjunto entre Agricultura, Ambiente e Saúde para a consideração e geração de respostas apropriadas para o problema da fome, a insegurança alimentar e nutricional
- Mitigação do efeito das mudanças climáticas, incluindo a poluição ambiental.
- Refletir sobre a necessidade de um novo modelo de produção em saúde sobre a base da estratégia da atenção primária e a abordagem dos determinantes da saúde.
- Fortalecimento estratégico das capacidades dos INS através da avaliação por pares.
- Criação de repositórios de conhecimento com enfoque de ciência aberta.

Um dos aspectos a destacar da reunião LATAM/IANPHI é o fato de que o plano de trabalho foi acordado e articulado com as iniciativas de integração e os Programas de Cooperação Sub-regional para a América do Sul e Central, constituindo oportunidades para unir esforços e construir uma agenda compartilhada.

CEPAL: XIV Fórum Ministerial sobre Desenvolvimento na América Latina e Caribe⁸²

Nos dias 29 e 30 de setembro teve lugar o XIV Fórum Ministerial sobre Desenvolvimento na América Latina e Caribe sob o tema: “Recalibrando... Como voltar ao caminho dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”, organizado pelo governo do Equador, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Trinta representantes de governos de 25 países reuniram-se em diálogo de alto nível sobre como retomar o caminho dos ODS. O evento foi organizado em mesas sobre governança efetiva, proteção social e financiamento para o desenvolvimento.

⁸² <https://www.cepal.org/es/comunicados/declaracion-cuenca-reafirma-compromiso-regional-objetivos-desarrollo-sostenible>

Ao final do encontro, as autoridades de 25 países se comprometeram a avançar em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na “Declaração de Cuenca”. No documento, as autoridades da região reafirmaram seu compromisso de cumprir a Agenda 2030 e a Agenda Regional para o Desenvolvimento Social Inclusivo em uma perspectiva abrangente, garantindo a participação de todos os setores e atores relevantes.

As delegações presentes em Cuenca reconheceram a necessidade de promover uma governança efetiva, um quadro institucional inclusivo, eficiente, resiliente e transparente, e uma maior articulação dos diferentes níveis de governo, reconhecendo que a Agenda 2030 confere um papel central aos governos e atores locais.

Por sua vez, as autoridades acordaram também, com base nos seus contextos e necessidades nacionais, consolidar sistemas de proteção social universais, inclusivos, fiscalmente sustentáveis e favoráveis ao crescimento, adaptados ao novo contexto de maior incerteza, e com ênfase na proteção da bem-estar dos pobres e de outros grupos vulneráveis, e construção de resiliência.

Também foi acordado traçar estratégias para aumentar e fazer uso mais eficaz dos diferentes tipos de financiamento para o desenvolvimento sustentável, incentivando alianças com atores-chave, gerando um clima de investimento favorável e vinculando os ODS aos instrumentos nacionais de planejamento financeiro, de acordo com a capacidade de cada país.

O Fórum contou com uma saudação de boas-vindas de Esteban Bernal, Ministro de Inclusão Econômica e Social do Equador (MIES), seguida de intervenções de Achim Steiner, Administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Luis Felipe López-Calva, Diretor Regional para América Latina e Caribe do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Raúl García-Buchaca, Secretário Executivo Adjunto de Administração e Análise de Programas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe; Lena Savelli, Coordenadora Residente das Nações Unidas no Equador e Guillermo Lasso, Presidente da República do Equador.

Durante o Fórum também foi realizada a Quinta Reunião de Mesas da Conferência Regional sobre Desenvolvimento Social da América Latina e Caribe, além de dois eventos paralelos. A primeira foi dedicada à promoção da abordagem multinível e multissetorial para contribuir para a aceleração da Agenda 2030 e a segunda tratou da crise regional do custo de vida.

V Reunião do Conselho Executivo da Conferência Regional sobre Desenvolvimento Social na América Latina e Caribe⁸³

No âmbito do XIV Fórum Ministerial sobre Desenvolvimento na América Latina e no Caribe, foi realizada a V Reunião do Conselho Executivo da Conferência Regional sobre Desenvolvimento Social na América Latina e Caribe da CEPAL, presidida por Antígua e Barbuda.

Esta reunião reuniu a todas as autoridades dos ministérios ou secretarias de Desenvolvimento Social e equivalentes. Os resultados serão registrados em um relatório (ainda não disponível) que será distribuído a todos os países membros da CEPAL. A atual Diretoria foi eleita na Quarta Conferência Regional de Desenvolvimento Social da América Latina e Caribe realizada virtualmente em outubro de 2021 e é composta por Antígua e Barbuda na Presidência

⁸³<https://www.cepal.org/es/comunicados/lideres-america-latina-caribe-analizan-como-recalibrar-camino-objetivos-desarrollo>

e Bahamas, Barbados, Dominica, Chile, Costa Rica, Equador, Paraguai e Uruguai nas Vice-Presidências.

Autoridades dos ministérios do Desenvolvimento Social e entidades equivalentes da América Latina e do Caribe reivindicaram o papel da cooperação regional para avançar no fortalecimento das instituições sociais diante da complexa situação socioeconômica atual.

A Quinta Reunião de Presidentes da Conferência Regional de Desenvolvimento Social foi aberta por Raúl García-Buchaca, Subsecretário Executivo de Administração e Análise de Programas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL); Luis Felipe López-Calva, Diretor Regional do PNUD para a América Latina e o Caribe; e Dean Jonas, Ministro da Transformação Social, Desenvolvimento de Recursos Humanos e Economia Azul de Antígua e Barbuda, na qualidade de Presidente do Conselho.

O Subsecretário Executivo de Administração e Análise de Programas da CEPAL, Raúl García-Buchaca abriu o evento observando que “Reunimo-nos em Cuenca para compartilhar visões, experiências, oportunidades e desafios em termos de instituições sociais e cooperação regional, a fim de fortalecer o desenvolvimento de sistemas de proteção social universais, abrangentes, sustentáveis e resilientes na América Latina e no Caribe”.

O alto funcionário explicou que um dos quatro eixos da Agenda Regional para o Desenvolvimento Social Inclusivo (ARDSI) – aprovado em 2019 durante a Terceira Conferência Regional sobre Desenvolvimento Social na América Latina e no Caribe, pede justamente o fortalecimento da institucionalidade social, base para a implementação de sistemas de proteção social universal e políticas de inclusão social e trabalhista.

“O fortalecimento das instituições sociais é condição para o cumprimento dos compromissos sociais do Estado, gerando programas de qualidade e dando continuidade, legitimidade e coerência às políticas”, disse o representante da CEPAL, destacando: “estamos convencidos de que a ação concertada e simultânea entre os países é essencial para avançar rumo ao desenvolvimento sustentável. A Agenda 2030 colocou o multilateralismo no centro”.

Posteriormente, foi realizado um painel de discussão sobre os novos desafios para as instituições sociais e a cooperação regional, do qual participou Alberto Arenas de Mesa, Diretor da Divisão de Desenvolvimento Social da CEPAL; Kirk Humphrey, Ministro do Empoderamento do Povo e Assuntos dos Idosos de Barbados; Yorlenny León Marchena, Ministra de Desenvolvimento Humano e Inclusão Social da Costa Rica; Andrea Brugman, Subsecretária do Ministério do Desenvolvimento Social do Uruguai; Paula Poblete, Subsecretária de Avaliação Social do Ministério de Desenvolvimento Social e Família do Chile; Cayo Cáceres, Vice-Ministro de Políticas Sociais do Ministério do Desenvolvimento Social do Paraguai; e Nancy Ampudia, Diretora de Cooperação Internacional Bi-Multilateral e Sul-Sul do Ministério das Relações Exteriores e Mobilidade Humana do Equador.

Também participaram pessoalmente representantes dos governos de Granada, Guatemala, Honduras, Panamá, São Vicente e Granadinas e Trinidad e Tobago. Autoridades da Argentina, Brasil, Cuba, República Dominicana, El Salvador, México e Peru, entre outros países da região, participaram virtualmente.

O objetivo do encontro foi facilitar a troca de experiências e a identificação de áreas de cooperação e sinergias entre o Ministério do Desenvolvimento Social e entidades congêneres

para retornar ao caminho do desenvolvimento sustentável baseado em instituições sociais sólidas nos países da região.

A nomeação no Equador ajudará a aprofundar o trabalho conjunto em vista da celebração da V Conferência Regional Conferência sobre Desenvolvimento Social na América Latina e Caribe prevista para o segundo semestre de 2023.

O economista costarriquenho foi nomeado para o cargo pelo Secretário Geral da ONU, que destacou seu interesse e paixão pela análise, desenho, implementação e avaliação de políticas de promoção do desenvolvimento.

Novo Secretário Executivo da CEPAL assume o cargo ⁸⁴

O economista José Manuel Salazar-Xirinachs, da Costa Rica, assumiu o cargo de novo Secretário Executivo CEPAL. O economista foi nomeado em 1º de setembro de 2022, pelo Secretário-Geral da Nações Unidas, António Guterres.

José Manuel Salazar-Xirinachs foi Diretor Regional para América Latina e Caribe da Organização Internacional do Trabalho (OIT) entre 2015 e 2018, possui mestrado em Economia do Desenvolvimento e doutorado em Economia pela Universidade de Cambridge, além de bacharelado Graduado em Economia pela Universidade da Costa Rica.

O novo Secretário Executivo foi Ministro de Comércio Exterior da Costa Rica de 1997 a 1998, Presidente Executivo da Corporação Costarricense de Desenvolvimento de 1988 a 1990, Economista Chefe e depois Diretor Executivo de um Centro de Estudos do Setor Privado Centro-Americano (FEDEPRICAP) de 1990 a 1996.

No campo acadêmico, é também autor de inúmeras publicações sobre políticas de desenvolvimento, comércio, transformação produtiva, competitividade e emprego, tendo escrito e editado vários livros. Lecionou na Universidade da Costa Rica, na Universidade Nacional de Heredia, na Universidade de Cambridge e na Universidade de Georgetown.

Salazar-Xirinachs sucede à diplomata Alicia Bárcena Ibarra, do México, que em 31 de março encerrou sua gestão de quase 14 anos à frente da Comissão regional.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA)

52º Período de Sessões da Assembleia Geral da OEA ^{85 86}

A 52ª Assembleia Geral da OEA, principal fórum político das Américas, teve início no dia 6 de outubro, em Lima. O encontro de dois dias reuniu os chanceleres da grande maioria dos Estados da região. Nesta ocasião, o anfitrião é o Peru, onde foram discutidas uma série de questões de preocupação para o continente, como a desigualdade sistêmica sofrida por milhões de pessoas e a delicada situação política na Nicarágua.

⁸⁴ <https://www.cepal.org/es/comunicados/jose-manuel-salazar-xirinachs-asume-como-nuevo-secretario-ejecutivo-la-cepal>

⁸⁵ <https://www.elperuano.pe/noticia/193463-oea-en-peru-se-clausura-en-lima-el-52-periodo-de-sesiones-de-la-asamblea>

⁸⁶ <https://www.infobae.com/america/eeuu/2022/10/06/blinken-into-a-los-paises-de-la-oea-que-exijan-a-venezuela-cuba-y-nicaragua-que-respeten-los-derechos-humanos/>

No primeiro dia, foram proferidos os discursos inaugurais da cúpula por Luis Almagro, secretário-geral da entidade, e por Pedro Castillo, presidente do Peru: o principal tema anunciado durante a cúpula é a luta contra a desigualdade no continente, aspecto lamentado por Almagro, já que "A América continua sendo a região mais desigual do planeta".

"Hoje os povos das Américas sofrem desigualdade e discriminação, às vezes da maneira mais abjeta, às vezes da pior maneira, às vezes porque socializamos da pior maneira, a discriminação e a desigualdade são formas de atacar a dignidade da pessoa", disse Almagro durante seu discurso de abertura.

"A discriminação surge da consciência da classe alta ou classe empoderada, do machismo, da consciência da pele branca. A partir desses atos conscientes se discriminam pobres, mulheres, a população LGBTI, a população indígena e afrodescendente, pequenos camponeses ou população rural", declarou Almagro.

Uma situação que Almagro descreve como "um fardo muito grande" que gera "insegurança, violência e falta de acesso aos direitos básicos".

O líder da entidade também quis destacar em seu discurso a importância da democracia no continente americano e alertou que ela não deve ser "sacrificada em nenhum altar".

Nicarágua, o principal tema político do encontro

A relação entre esta organização e a nação centro-americana tornou-se especialmente tensa desde a campanha de repressão lançada pelo governo Daniel Ortega contra setores da oposição em 2018, situação que levou a Nicarágua a deixar a OEA em novembro de 2021. Acontecimentos que se seguiram posteriormente pelo fechamento do escritório desta organização em Manágua e a saída de seus representantes do país.

A perseguição de líderes políticos contrários ao partido no poder e daqueles que levantaram a voz contra o governo Ortega são as situações mais alarmantes para a OEA. Existem atualmente cerca de 200 presos por motivos políticos, incluindo sete ex-candidatos à presidência, jornalistas e figuras proeminentes como o bispo Rolando Álvarez.

Além disso, neste dia 6 de novembro estão previstas eleições municipais nesta nação, embora se espere que não haja nenhum tipo de janela para que os candidatos da oposição tenham chance. Espera-se que os membros da OEA façam uma declaração expressando preocupação com a deterioração dos direitos humanos neste país.

Essa deriva do governo nicaraguense fez com que, nos últimos meses, seu isolamento se acentuasse, algo que afetou os cidadãos. Na última semana, a Nicarágua rejeitou o novo embaixador dos EUA e expulsou o embaixador da União Europeia.

O secretário de Estado dos Estados Unidos, Antony Blinken, alertou que há cada vez mais líderes antidemocráticos na região e pediu que as ideologias sejam deixadas de lado para defender a democracia: "Cada vez vemos mais líderes que tomam medidas antidemocráticas sob a falsa justificativa de que têm apoio popular".

Diante disso, Blinken afirmou que os Estados Unidos trabalharão com seus parceiros, tanto governos quanto organizações da sociedade civil, para denunciar esses abusos.

O chanceler norte-americano também pediu aos países da região que “condenem inequivocamente os regimes autoritários da região”, entre os quais citou Nicarágua, Cuba e Venezuela.

Assegurou que o governo de Daniel Ortega na Nicarágua viola a carta democrática da OEA ao “prender arbitrariamente a oposição, reprimir protestos e cometer flagrante fraude eleitoral”.

Ele também atacou Cuba pelas “centenas de pessoas presas” pelos protestos de julho do ano passado que ainda estão na prisão apenas por terem saído para “pedir que seus direitos humanos sejam respeitados”.

Blinken, cujo governo prometeu relaxar as sanções contra Caracas se Maduro retornar às negociações com a oposição, pediu a todos os países que se unam à demanda por eleições livres na Venezuela em 2024.

Da mesma forma, aproveitou a ocasião para atacar a invasão russa da Ucrânia e felicitou a OEA por ter expulsado a Rússia meses atrás como membro observador da organização.

O continente africano na saúde global e diplomacia da saúde

**Augusto Paulo Silva, Tomé Cá,
Manuel Mahoche e Felix Rosenberg**

DC ÁFRICA: Reunião sobre Força de Trabalho em Saúde

À margem da 77ª da UNGA, a África do Sul e o CDC África, em colaboração com a Fundação Mastercard, organizaram um evento paralelo de alto nível sobre os desafios de recursos humanos da saúde "*Re-imagining Health Workforce Development for Africa's Health Security*". O evento foi prestigiado pelos Chefes de Estado e de Governo da União Africana ou seus representantes, a liderança da Comissão, a senhora Ellen Johnson Sirleaf, antiga Presidente da Libéria, Ministros da Saúde dos Estados-Membros, Representantes Permanentes na ONU e executivos de topo de instituições parceiras. O evento paralelo de alto nível apresentou argumentos fortes a favor de investimento no desenvolvimento da força de trabalho da saúde em África e destacou a necessidade de adoptar uma abordagem multisectorial em que todos os ministérios envolvidos, incluindo a saúde, educação, trabalho e finanças, trabalhem coletivamente para inverter o défice da mão-de-obra da saúde no continente africano. Foi exigida a eliminação de todo o trabalho não remunerado e assegurar que todos os trabalhadores da saúde fossem remunerados de forma adequada. Enfatizou ainda a importância da paridade de género em todos os quadros e postos de trabalho no sector da saúde, incluindo a liderança. Foi salientada a necessidade de desenvolver um quadro de medição da força de trabalho da saúde adaptado ao contexto africano.

O Presidente da África do Sul afirmou:

"A nossa resposta à pandemia demonstrou de uma forma notável que podemos estar no primeiro lugar no que diz respeito à consecução e garantia da nossa segurança sanitária, pelo que apelo aos meus colegas Chefes de Estado e de Governo e parceiros para que aumentem o investimento no desenvolvimento da força de trabalho no sector da saúde, reforcem o financiamento interno e apoiem coletivamente o trabalho do CDC África para assegurar que alcançamos uma mão-de-obra no sector da saúde adequada aos objetivos do continente".

Por sua vez, o Presidente da Comissão da União Africana usou da palavra elogiar o CDC África pelos imensos esforços desenvolvidos para cumprir o seu mandato de salvaguardar a saúde e o bem-estar do continente. Destacou a escassez crónica de mão-de-obra no sector da saúde e assinalou que o sucesso da resposta de África à pandemia foi fortemente atribuído ao papel dos trabalhadores de saúde e para assegurar que o continente está pronto para a próxima pandemia, precisa de investir estrategicamente no sistema de saúde através da aceleração e aumento do desenvolvimento da sua força de trabalho.

A Presidente e CEO da Fundação Mastercard interveio para afirmar que a Fundação está muito empenhada em apoiar o esforço para alcançar a segurança da saúde em África através da parceria orientada para a ação, sustentável e respeitosa que tem atualmente com o CDC África.

O Diretor-Geral interino do CDC África, Dr. Ahmed Ogwel Ouma, implorou aos Estados-Membros e parceiros da União Africana que não considerassem o desenvolvimento da mão-de-obra da saúde como um custo, mas sim como um investimento chave para os resultados no sector da saúde. Um investimento capaz de gerar ganhos económicos, sociais e de saúde. Acrescentou que para assegurar o acesso universal à saúde e a segurança sanitária da África, é [crucial reimaginar](#) a sua força de trabalho em dimensão e composição, melhorar o investimento

nas trabalhadoras de saúde, colaborar com o sector privado, e definir métricas de medição para acompanhar os objetivos estabelecidos.

O evento paralelo bem sucedido concluiu com o reconhecimento unânime de que uma força de trabalho bem treinada, apta para o efeito, devidamente distribuída, e com os recursos ótimos em número adequado é fundamental para a segurança sanitária de África.

UNIÃO AFRICANA E CDC ÁFRICA: A Nova Ordem de Saúde Pública

A Comissão da União Africana e o CDC África apelaram aos governos, organizações multilaterais, filantrópicas, sector privado e organizações da sociedade civil para apoiarem a plena implementação da [Nova Ordem de Saúde Pública](#) para impulsionar a segurança sanitária global. O pedido de apoio foi feito numa série de eventos que tiveram lugar à margem da 77ª Assembleia Geral das Nações Unidas.

A Nova Ordem de Saúde Pública é um roteiro em busca de ganhos de saúde e segurança sanitária sustentáveis. Ela é definida por 5 Pilares seguintes:

1. **Instituições de Saúde Pública fortes** que representam as prioridades africanas na governação global da saúde e que impulsionam o progresso nos principais indicadores de saúde: os líderes africanos apelaram ao apoio para reforçar as instituições de saúde pública de África, incluindo o CDC África, que liderou a coordenação da resposta à pandemia no continente, ajudando a reduzir significativamente a perda de vidas. Para alcançar estes objetivos de saúde pública, a Assembleia da União Africana concedeu ao CDC África, em fevereiro de 2022, autonomia para poder cumprir o seu mandato, apoiando os Estados-Membros a alcançarem a soberania sanitária. Sem instituições de saúde pública fortes antes de uma emergência, quando ela chegar não importa quantos recursos se disponha, ocorrerão sempre dificuldades.

2. **Fabrico alargado de vacinas, insumos de diagnóstico e terapêutica** para democratizar o acesso a medicamentos e equipamento: os líderes também conclamaram todos os mecanismos de compra de vacinas, como a Aliança Global para Vacinação e Imunização (GAVI), a comprar pelo menos 30% de suas vacinas de fabricantes na África. Embora a África produza atualmente 1% de suas vacinas usadas rotineiramente, estabeleceu uma meta ousada de atender até 60% de sua demanda de vacinas por meio da fabricação regional até 2040. Ao assumir compromissos explícitos para o escoamento de vacinas da África, os mecanismos de compra de vacinas podem estimular o investimento do setor privado na fabricação de vacinas.

3. **Investimento na Força de Trabalho de Saúde Pública e Programas de Liderança** para assegurar que África tem a força de trabalho necessária para enfrentar as ameaças à saúde: o desenvolvimento da força de trabalho em saúde foi outro foco de destaque. De acordo com a OMS, a África tem atualmente uma proporção de 1,55 trabalhadores de saúde (médicos, enfermeiros e parteiras) por 1.000 pessoas. Isto está abaixo da densidade limite da OMS de 4,45 trabalhadores de saúde por 1.000 pessoas necessárias para prestar serviços de saúde essenciais e alcançar uma cobertura de saúde universal. Os trabalhadores da saúde são um pilar crucial em um sistema de saúde que funciona bem. No entanto, eles têm sido historicamente desprivilegiados nas discussões sobre a melhoria dos sistemas de saúde. É uma boa economia investir na força de trabalho da saúde, pois o retorno é mensurável e confiável. Os líderes exortaram a um maior investimento no desenvolvimento da força de trabalho da saúde, e apelaram especificamente a um maior apoio aos programas dos Trabalhadores Comunitários de Saúde em África. A experiência mostra que os profissionais de saúde comunitários que são devidamente pagos, treinados, equipados e supervisionados estão melhor preparados para

prover serviços de saúde essenciais em suas comunidades. A maioria dos trabalhadores de saúde comunitária na África são mulheres que realizam um trabalho excepcional, mas não são remuneradas pelos seus esforços. Está na hora de corrigir esta injustiça.

4. **Aumento de Investimento Interno na Saúde**, incluindo a mobilização interna de recursos financeiros, capital humano, recursos técnicos e redes;

5. **Parcerias respeitadas e orientadas para a ação** para fazer avançar o fabrico de vacinas, o desenvolvimento de mão-de-obra na área da saúde, e instituições de saúde pública fortes: para progredir no sentido de instituições de saúde pública mais fortes, uma força de trabalho robusta em África, o CDC África e a Comissão da União Africana precisam de parceiros. Os líderes enfatizaram que a natureza destas parcerias é importante e pediram parcerias orientadas em torno de princípios de mutualidade e respeito, que reconheçam o conhecimento e a perícia africanos e forneçam apoio e programas contextualmente relevantes. Os parceiros da Comissão da União Africana e do CDC África sublinharam que para cumprir com a Nova Ordem de Saúde Pública é fundamental para fortalecer a infraestrutura de saúde global e assegurar uma melhor preparação para responder eficazmente a surtos de doenças infecciosas no futuro. E alcançar este futuro exigirá parceria, e não apenas qualquer parceria, mas uma parceria enraizada no respeito - e isso significa começar por ouvir, compreender e depois responder às necessidades reais e às prioridades.

CDC África: Profissionais de Comunicação Social da Região da África Ocidental Formados em Gestão de Infodemia e Jornalismo de Dados para uma Melhor Resposta à Covid-19

Os profissionais da mídia de entidades de radiodifusão pública da região da África Ocidental foram treinados em estratégias para combater a infodemia e o uso adequado de dados de saúde nas reportagens. A formação teve lugar de 4 a 6 de outubro, em Cotonou, capital do Benim, reunindo 16 repórteres e editores de saúde.

Sabendo que a mídia - imprensa, rádio, mídia online e televisão - desempenha um papel essencial na construção do entendimento sobre os desafios que as pessoas em diferentes situações e contextos podem e enfrentam durante uma pandemia, incluindo a COVID-19, o treinamento destinado a criar um pool de repórteres de saúde que podem facilitar conversas sobre a melhor forma de relatar sobre a COVID-19, futuras pandemias, e outros tópicos relacionados à saúde pública. Durante o treinamento, a oficial de comunicação do CDC África, *Liliane Bilogho Ndong Nang*, os jornalistas desempenham um papel importante para ajudar a moldar percepções, atitudes, valores e comportamentos na sociedade. Por isso, é importante reforçar a sua capacidade e conhecimento na vacinação contra a Covid-19 facultando-lhes as ferramentas para comunicar melhor para a comunidade. Uma cobertura precisa da mídia baseada em fatos e evidências científicas é importante para melhorar o conhecimento das comunidades.

Desde o início do esforço global de imunização, tem havido a proliferação de informações falsas na internet e nas mídias sociais, com o objetivo de criar medo e hesitação na adesão à vacinação e na diminuição dos esforços da resposta. A "*infodemia*" da Covid-19 destacou a forma como as pessoas precisam de informação, ao mesmo tempo em que se sentem sobrecarregadas por ela.

Esta [oficina de 3 dias](#) também fortaleceu as capacidades dos jornalistas lidarem com os dados para poderem desenvolver histórias relacionadas à saúde pública e à Covid-19. A formação proporcionou uma visão detalhada das fontes de dados de saúde pública, incluindo

os conjuntos de dados do CDC África e desenvolveu competências relacionadas com a utilização de dados em reportagens. As sessões chave incluíram: (a) conhecer as suas fontes, desenvolver uma história rica de dados de saúde pública, (b) envolver e dar sentido aos dados de saúde pública e (c) interpretar, analisar e apresentar os dados. Os participantes apreciaram que uma maior colaboração entre as partes interessadas na saúde pública é fundamental para abordar os erros de comunicação e desinformação relacionados com a saúde.

Os 16 participantes constituirão a segunda rede de jornalistas especializados em reportagens sobre a Covid-19 e emergências de saúde pública. Esta rede é parte da resposta continental à Covid-19.

UNIÃO AFRICANA

AUDA-NEPAD e UNICEF assinam Memorando de Entendimento para a promoção dos direitos da criança em África

A Agência de Desenvolvimento da União Africana - Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (AUDA-NEPAD) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância assinaram [um Memorando de Entendimento](#) em 23 de setembro para abordar os desafios da educação, nutrição e cuidados de saúde que as crianças e jovens em África enfrentam.

O acordo de três anos visa ampliar as soluções africanas para as suas crianças, inclusive através de um maior acesso à assistência técnica e da promoção de cooperação regional e internacional.

Falando na cerimônia de assinatura realizada na sede de UNICEF em Nova York, senhora Nardos Bekele-Thomas, Diretora Executiva da AUDA-NEPAD, disse constatar que esta cooperação não esperou por este momento, mas que já houve algum nível de envolvimento entre as duas instituições nas áreas de avanço do Ano da Nutrição da União Africana, bem como com a educação, competências e empregabilidade.

No âmbito deste Memorando de Entendimento, as duas agências unirão esforços para fazer avançar os direitos das crianças e dos jovens em África através da Cooperação Sul-Sul e Triangular (SSTC - *South-South and triangular cooperation*).

Nas palavras da senhora Hannan Sulieman, diretora Executiva Adjunta de UNICEF, o acordo de parceria irá reforçar os esforços conjuntos em África para transformar a educação, particularmente para as meninas, melhorar a nutrição e fortalecer os sistemas de saúde comunitários.

A SSTC é cada vez mais importante para permitir a colaboração, bem como a partilha de conhecimentos e competências entre os países africanos. Através do SSTC, UNICEF e AUDA-NEPAD irão cooperar para reimaginar a educação em África através de um melhor acesso à tecnologia e desenvolvimento de competências relevantes, bem como advocacia para a educação e formação técnica e profissional. A parceria irá contribuir para os objetivos do [Programa Energize Africa](#).

A Saúde em movimento na Agenda da CEDEAO

No início do mês de julho do corrente ano houve mudanças nas instâncias de governança da [CEDEAO](#). A presidência rotativa da Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo,

por um período de um (1) ano, passou do Gana para a Guiné-Bissau⁸⁷. Foi nomeado o novo Presidente da Comissão da CEDEAO com o seu novo formato, saindo de uma equipa de 15 membros para 7 considerado como uma das grandes reformas para tornar a instituição mais dinâmica e mais eficiente (custo eficácia) em tempos de crises financeiras generalizadas.

A presidência de 4 anos da Comissão da CEDEAO foi atribuída a Gâmbia⁸⁸ na pessoa do Embaixador Omar Alieu TOURAY. No acto de sua tomada de posse, o novo Presidente da Comissão da CEDEAO fez considerações sobre a Comunidade inserido no contexto global nestes termos: *“Esta transição⁸⁹ ocorre num momento crítico da história da nossa comunidade e, na verdade, da própria história do mundo (global). Durante mais de dois anos, uma pandemia paralisou o mundo inteiro. Vidas e meios de subsistência encontram seriamente comprometidos, os resultados e a produtividade diminuíram de uma forma que teve um impacto negativo no crescimento económico global e empurrou milhões de pessoas para a pobreza. Paralelamente aos desafios do Covid-19, a insegurança reina em várias frentes geradas em grande parte pelo terrorismo, instabilidade política, golpes de estados militares e outras práticas nefastas, tais como raptos com pedidos de resgate, tráfico ilegal de armas e drogas. Como se tudo isso não bastasse, os desafios da nossa região estão sendo agravados por uma grande guerra cujas repercussões, sob a forma de insegurança alimentar mais profunda, estão a ser sentidas por agricultores e pastores pobres em todos os cantos dos nossos países e na região inteira”*.

O Presidente da Comissão da CEDEAO concluiu sua intervenção remarcando ter a consciência que é neste contexto nada favorável que ele e seus colegas assumem a liderança da Comissão e de outras instituições da CEDEAO. De um lado, congratulam-se com os esforços já empreendidos para enfrentar estes numerosos desafios e, de outro lado, comprometem-se a continuar e intensificar as iniciativas para encontrar soluções duradouras a estas crises e às suas causas profundas através da utilização eficaz da **diplomacia preventiva** e dos mecanismos de alerta precoce. Pois, sem paz e segurança, será impossível esperar progressos significativos em áreas como a redução da pobreza e a segurança alimentar.

Falando de Paz e segurança, deve-se notar que este é um dos temas de maior atualidade particularmente no seio da Comunidade dos Estados da Africa Ocidental. Países inteiros estão praticamente em guerras abertas contra os terroristas contando com milhões de pessoas deslocados internamente sem mínimas condições de vida. A incapacidade de responder às necessidades destes deslocados e dos jovens, acaba contribuindo para reforçar os braços armados dos ditos terroristas. Os 4 golpes de estado no Mali e no Burkina Faso em menos de 2 anos, são sempre justificados pelos avanços dos terroristas com a insegurança para todo o país.

Uma semana depois da tomada de posse, o novo presidente da Comissão da CEDEAO apresenta as suas prioridades de governação resumidos em quatro (4) pontos a saber: o estabelecimento da paz e a segurança na região; o aprofundamento da integração económica e social; o fortalecimento de boa governação no seio da instituição e dos estados-membros e; finalmente, promover um desenvolvimento inclusivo e sustentável.

A Saúde sempre esteve presente no seio da CEDEAO. Tanto que a criação de uma Instituição especializada dedicada a questões de Saúde humana ([WAHO](#)) e de uma Agência Regional para a saúde animal ([RAHC](#)) é uma demonstração da importância da saúde no seio da

⁸⁷ pela primeira vez desde o tratado de Lagos de 1975 que ditou a criação da CEDEAO

⁸⁸ O anterior Presidente era da Côte d'Ivoire (Costa de Marfim);

⁸⁹ Referendo a transição na governança da Comissão e em todos os órgão de governança no seio da CEDEAO

política regional e o nível de comprometimento que a comunidade tem face à saúde. Tanto que logo após a tomada de posse do novo Presidente da Comissão, muitas iniciativas na área da saúde foram sendo dinamizadas um pouco por todo o lado.

A Cooperação Espanhola na promoção e apoio às iniciativas de segurança alimentar

O Governo de Espanha financia vários projetos atualmente em execução na CEDEAO, nomeadamente: 1) o Fundo de Migração e Desenvolvimento da CEDEAO/Espanha, pilotado pela Direção da Livre Circulação e Migração; 2) fundo de subvenções para microprojectos nos Estados membros da CEDEAO; e 3) o Fundo de Reserva Alimentar, pilotado pela Direção da Agricultura, com a Agência Regional para a Agricultura e Alimentação (ARAA) sediada em Lomé, Togo, como seu braço operacional.

Logo após a instalação de nova equipa da Comissão da CEDEAO, o Embaixador de Espanha, Juan Ignacio SELL, acreditado na Nigéria, fez uma visita de trabalho a nova comissão para os assuntos económicos e agricultura, **Senhora Massandje-Touré** e aproveitou a oportunidade desta visita para solicitar o apoio da Comissão para facilitar a assinatura de um novo Memorando de Entendimento (MdE) que a Cooperação Espanhola introduziu na CEDEAO. O novo Memorando de Entendimento abrangia, além dos projetos já em curso, o financiamento 1) do programa de alimentação escolar da Direção de Agricultura e da ARAA; 2) energia do Centro de Energias Renováveis e Eficiência Energética da CEDEAO (ECREEE) com sede na Praia, Cabo Verde, e 3) atividades relacionadas com o género no Centro de Desenvolvimento de Género da CEDEAO com sede em Dacar, Senegal.

Dando seguimento a esta visita e no âmbito do acompanhamento da sua colaboração com a CEDEAO em geral, o escritório Regional da Agência Espanhola de Cooperação (AECID), deslocou a 14 de setembro de 2022 ao Togo para uma visita a alguns projetos que financia através da ARAA a fim de estabelecer contactos diretos com os beneficiários das atividades dos referidos projetos. Como referimos atrás o nível de insegurança no seio dos países da CEDEAO, não foi possível a delegação da cooperação espanhola chegar a zona norte do país por onde se encontram instalados os projetos por ela financiados.

Não conseguindo ter acesso às zonas dos seus projetos, a missão espanhola teve de se contentar com a visita às zonas de dois outros projetos similares financiados pela Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e pela Cooperação Suíça. Estes são o Projeto de apoio à consolidação e à expansão das práticas agroecológicas (Procepa); o Programa de Agroecologia da CEDEAO e; o Projeto de desenvolvimento económico no sector da carne de pequenos ruminantes (*Défi-Viande*) através do empreendedorismo social.

Os contactos com os beneficiários do Projecto Procepa, em particular os membros da Associação Central de Produtores de Cereais do Togo, demonstraram que o projeto contribui para a divulgação de boas práticas agro-ecológicas, para o reforço das capacidades (produtores-modelo) e para a capitalização/escalamento das realizações.

O projecto "*Défi-Viande*", financiado pela Cooperação Suíça através da ARAA centra-se na profissionalização do sector da carne no Togo, apoiando os pequenos produtores de ruminantes na comercialização de seus produtos, garantindo simultaneamente a segurança e a qualidade da produção. Com este projeto, os animais dos produtores encontram-se mais saudáveis graças à vacinação em grupo e sincronizada. Os rendimentos económicos dos produtores melhoraram com vendas na base do peso do animal e suas cooperativas estão em vias de serem oficializadas pelas autoridades públicas. Contudo, o maior constrangimento

continua a ser o mesmo que o do Projecto Procepa, nomeadamente a sustentabilidade da ação no final do financiamento suíço.

As populações beneficiárias dos dois projetos aproveitaram esta visita para solicitar o apoio financeiro e técnico da Cooperação Espanhola para apoiar a promoção da Agroecologia como meio de adaptação ao desafio climático assim como a profissionalização do sector bovino-carne no Togo e na África Ocidental, em geral.

A CEDEAO e seus parceiros mobilizam-se para uma solução duradoira para a situação dos migrantes bloqueados no Níger

Preocupada com a situação de milhares de migrantes bloqueados no Níger, uma delegação humanitária da CEDEAO, encabeçada pela Comissária para o Desenvolvimento Humano e Assuntos Sociais da CEDEAO, Prof. Fatou Sow Sarr, deslocou-se àquele país entre os dias 26 e 28 de setembro do corrente ano. A missão da delegação é estudar com as autoridades do país o desenvolvimento de um plano de recuperação e reintegração adequado dos migrantes.

Devido à sua localização geográfica, a República do Níger partilha fronteiras com outros Estados membros da CEDEAO, por um lado (Nigéria, Benim, Burkina Faso e Mali) e com países da África do Norte e Central (Argélia, Líbia e Chade) por outro lado. Nesta posição, o Níger torna-se um país de partida, trânsito e destino de migrantes provenientes destes Estados Membros. Nestes últimos anos, o país passou também a enfrentar um fluxo maciço de migrantes expulsos da Argélia e da Líbia.

De acordo com dados da OIM, entre setembro de 2017 e julho de 2021, mais de 41.000 migrantes foram devolvidos da Argélia ao Níger. A maioria (94,4%) destes migrantes provém de países da CEDEAO. Infelizmente, não há sinais de diminuição destas tendências, o que está a exercer uma enorme pressão sobre o Governo do Níger e a OIM para gerir a migração segura destes migrantes em trânsito.

É preciso salientar que o fenómeno de migração fazendo do Níger a passarela entre a África Subsaariana e a África do Norte data desde há muitos anos. Mas foi se intensificando e se complicando ainda mais desde o assassinato do Líder Líbio em 2011. Em 2015, a OIM havia publicado [um relatório](#) no qual indicavam que migrantes de mais de 15 países da África Central e Ocidental atravessaram as fronteiras para o Níger, a caminho do Norte de África e da Europa.

[A perigosa migração através do deserto do Níger](#): uma história oculta da África foi o título de um artigo publicado pela *OXFOAM International* sobre o fenómeno de migração da África subsaariana em direção ao do continente e em seguida à Europa e escreve que todos os dias, milhares de pessoas empreendem uma viagem perigosa para procurar refúgio e proteção num país que não o seu. Impelidos pela fome, forçados a fugir da violência ou perseguição, deixam tudo para trás e tomam caminhos ilegais e perigosos em busca de segurança. Por vezes perdem as suas vidas. A maioria destes migrantes são homens jovens, por vezes muito jovens, dos Camarões, Senegal, Gâmbia ou Guiné. A Agadez, a última cidade do norte de Níger, é ponto de trânsito antes de iniciar a viagem através do deserto para chegar à costa líbia.

Perturbada por esta situação, a 52ª Cimeira da Autoridade dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO, realizada em Abuja, Nigéria, em 16 de dezembro de 2017, expressou, entre outras coisas, profunda indignação perante o tratamento desumano dos migrantes e refugiados africanos, especialmente na Líbia, e condenou em termos muito fortes, a escravatura dos

tempos modernos. Na sequência do exposto, a Comissão da CEDEAO, no âmbito da tarefa atribuída pela 52ª Cimeira e em conformidade com o seu mandato humanitário consagrado na política humanitária da CEDEAO, está a colaborar com a OIM e os Estados Membros para avaliar a situação atual dos migrantes da CEDEAO no Níger no sentido de articular um plano de recuperação e reintegração adequado. A conversa até ao momento, após consultas entre a equipa da CEDEAO e a delegação da OIM, propõe uma abordagem de 3 modos. Isto inclui: (i). Programa a curto prazo, (ii). Plano a médio prazo e (iii) estratégia a longo prazo. A missão que agora foi realizada é parte do programa de curto prazo que inclui uma rápida missão de avaliação da situação no Níger por uma equipa da CEDEAO.

A delegação da CEDEAO foi composta por peritos e pelos representantes dos Estados-Membros mais afetados pelo fenómeno de migração (**Guiné, Nigéria, Mali, Senegal, Costa do Marfim, Níger, Burkina Faso, Libéria, Gâmbia, Serra Leoa e Benim**). De notar que a missão foi possível graças ao apoio da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e iniciou os seus trabalhos com uma visita ao centro migratório de Agadez, seguida de uma reunião na sede do governo local.

Que estratégia para erradicar as doenças animais na África Ocidental até 2030?

A região da África Ocidental enfrenta constantemente ameaças e consequências socioeconómicas de epidemias causadas por doenças zoonóticas, tais como febres hemorrágicas virais (Ébola, febre do vale rift, Lassa, etc.), febre amarela, carbúnculo e gripe aviária. Após o devastador surto de Ébola 2014-2016 na África Ocidental, realizaram-se várias reuniões técnicas e ministeriais de *One Health* (OH) na região (em Dakar 2016, Abuja 2017, Lomé 2019 e Dakar 2022) e a CEDEAO comprometeu-se a promover a abordagem *One Health* a nível nacional e regional. Foi adotado um quadro regional OH da CEDEAO que abrange todos os diferentes mecanismos e atividades para reforçar a colaboração entre os sectores e atores responsáveis por cada uma das partes na abordagem das zoonoses e outras ameaças na interface homem-animal-ambiente.

Desde o lançamento da abordagem “One Health” na CEDEAO em 2016, os sectores implicados têm reforçado sistematicamente as atividades concernentes. É neste quadro que o Centro Regional de Saúde Animal (CRSA) organiza, de 19 a 23 de setembro de 2022 na Cidade da Praia, Cabo Verde a [8ª Reunião Anual das Redes Regionais de Saúde Animal da CEDEAO \(RAHN\)](#). A reunião anual das redes de saúde animal é institucionalizada e organizada pelo CRSA em colaboração com a FAO, AU-IBAR e seus parceiros financeiros (União Europeia, Banco Mundial, Cooperação Suíça) para servir como uma estrutura de intercâmbios, avaliação do nível de implementação das atividades do ano passado e os resultados obtidos, para discutir os desafios e planejar as atividades para o ano seguinte.

Apesar do potencial pecuário da África Ocidental, a região continua dependente das importações estrangeiras de carne vermelha e branca, leite e seus subprodutos. Enquanto alguns países têm feito esforços para limitar ou mesmo proibir a importação de aves, por exemplo, e promover a produção local, outros viram suas importações aumentar com a demanda da população a crescer regularmente em torno de 4% anual. Entre as muitas causas que impedem o desenvolvimento do setor pecuário figuram as doenças animais como a principal causa. Algumas dessas doenças são particularmente endêmicas na África Ocidental e são notificadas regularmente a OMSA.

Dado o impacto negativo dessas doenças identificadas como prioritárias, estratégias de erradicação ou controle têm sido desenvolvidas a nível global e os países são chamados a

envidar esforços para o combate, sob a égide da FAO, da OMSA e da OMS, quando se trata de zoonoses. Em 2015, foi lançada a [Estratégia Pan-Africana de Controlo e Erradicação da Peste dos Pequenos Ruminantes](#). De acordo com a FAO, o acompanhamento da evolução dos países endémicos permitiu constatar que em 2021, apenas 15% dos países atingiram fase 3 e apenas dois países chegaram a fase 4, ou seja, a fase final da escala para erradicação. Em 2015, no momento do lançamento da estratégia, nenhum país estava nestas fases. Outros compromissos globais de erradicação dizem respeito à raiva “zero casos até 2030”, o controlo da febre aftosa ou PPCB.

Para este ano 2022, a reunião teve como tema: “Horizonte 2030: situação, desafios e perspectivas para a erradicação da peste dos pequenos ruminantes (PPR) e da raiva, para o controlo da febre aftosa, da peripneumonia contagiosa bovina (PPCB) e de outras doenças animais prioritárias no espaço da CEDEAO”. Ela contou com a presença dos altos responsáveis de saúde animal, dos presidentes das ordens nacionais de veterinários, dos pontos focais das redes de laboratórios veterinários (RESOLOB) e de vigilância epidemiológica (RESEPI) de todos os Estados membros da CEDEAO mais a Mauritânia e o Chade. A reunião teve duas fases: (i) uma primeira fase de três dias durante os quais as redes de Vigilância Epidemiológica (RESEPI) e de Laboratórios Veterinários (RESOLAB-Laboratory Network) e o Comité Veterinário Regional (RVC) trabalharam sobre temas específicos relacionados com os objetivos de 2030 e em torno de quatro doenças prioritárias: PPR, Raiva, PPCB e febre aftosa, e (ii) uma segunda fase de dois dias que serviram para explorar os resultados da primeira consulta além das conclusões das reuniões do Grupo de Coordenação Regional de Incidentes (GCI) para a África Ocidental sobre gripe aviária de alta patogenicidade como base de discussão.

De recordar que o CRSA, Centro Especializado de Saúde Animal da CEDEAO foi criado por lei complementar em 2012. Desde o início de suas atividades em 2018, o Centro desenvolveu e adotou vários textos regulamentares e estratégias regionais, incluindo a estratégia regional para a saúde e bem-estar animal, a estratégia regional de identificação e rastreamento do gado (ECOLITS), a estratégia regional para a erradicação da PPR, a estratégia regional para o controlo da raiva e a estratégia regional e plano de ação para o controlo de tripanossomas e doenças transmitidas por carrapatos. Graças ao apoio de parceiros financeiros, o Centro declina as suas estratégias através da implementação de vários projetos de apoio às ações nacionais em matéria de controlo de doenças e desenvolvimento pecuário.

Progressos comerciais na região do COMESA⁹⁰

O mundo está em processo de recuperação pós-pandemia da Covid-19, e vários países e regiões estão a implementar diversos projetos de financiamento e avaliação do progresso dos investimentos alocados em diversos sectores de desenvolvimento. Segundo documento divulgado pelo COMESA a pandemia despoletou várias barreiras que impediram o desenvolvimento económico da região incluindo no setor de saúde pública no que concerne a produção e distribuição de produtos farmacêuticos para enfrentamento da Covid-19.

Para tal, vários peritos estiveram reunidos em Lusaka (Zâmbia) na 12ª reunião de Comité de Comércio de Serviços (TIS) para avaliar o progresso da implementação de programas de comércio livre na região. Entre os pontos da agenda, destaca-se a revisão das diretrizes de negociação incluindo os progressos alcançados e os desafios enfrentados na durante a

⁹⁰<https://www.comesa.int/experts-meet-to-review-progress-on-liberalization-of-trade-in-services-in-comesa-region/>

implementação das diretrizes, com o objetivo de concluir as negociações sobre os setores que foram priorizados para a liberalização que incluem os setores de comunicação, finanças, turismo, transporte, negócios, construção e energia.

O Secretário-Geral Adjunto do COMESA, Dr. Kipyego Cheluget, que fez a abertura oficial da reunião, observou que, embora a liberalização do comércio seja um processo contínuo, as negociações estão atrasadas, frisando:

“O comércio de serviços representa mais de 70% da produção global e 51.1% da força de trabalho e, portanto, desempenha um papel significativo nas economias do COMESA. “Um ritmo lento de negociações não pode entregar efetivamente os resultados esperados e dentro dos prazos estabelecidos.”

Cheluget desafiou ainda os delegados a levarem a agenda do TIS para o próximo nível, removendo as práticas restritivas que impedem a liberalização do comércio e encontrando soluções alternativas para aproveitar os benefícios dos serviços liberalizados na região de modo a garantir o acesso preferencial do mercado aos empresários regionais nos setores de bens e serviços para expandir e fortalecer as cadeias de valor existentes à medida que as barreiras “além-fronteira” nos serviços estão sendo desmanteladas.

Espera-se também que o avanço das negociações sobre TIS reflita o compromisso do COMESA com a criação de um ambiente transparente, estável e previsível para o comércio de serviços na região e nos mercados globais.

A primeira sessão da reunião foi dedicada a atualizações sobre as iniciativas da Secretaria sobre o desenvolvimento de programas que devem reforçar a transparência e a eficiência na implementação da estrutura e negociações de comércio de serviços do COMESA. Destaca-se, entre eles, o estabelecimento da Plataforma virtual para Comércio de Serviços, que será utilizada pelos Estados-Membros para troca de ofertas e solicitações entre si. A plataforma desenvolvida com o apoio do *Afreximbank*, foi apresentada aos participantes pelo Sr. Emeka Onyia para revisão.

O outro relatório partilhado durante a reunião foi sobre os resultados das auditorias regulamentares do Banco Mundial/Organização Mundial do Comércio e da Comissão da União Africana, que mapearam toda a legislação e regulamentos relevantes para os Membros da UA, incluindo muitos Estados-Membros do COMESA. Depois da apreciação e recomendações que serão feitos, os relatórios seguirão para as reuniões do Comitê Intergovernamental do COMESA e do Conselho de Ministros agendadas para o mês de novembro.

Estratégias para melhorar a segurança alimentar e nutricional na região africana⁹¹

O Programa Mundial de Alimentação das Nações Unidas (PMA) continua a ser um parceiro regional estratégica chave para a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) no reforço da segurança alimentar e nutricional e na redução do risco de desastres através da implementação de programas nacionais e regionais. Neste contexto, o Secretário Executivo Adjunto da SADC para a Integração Regional, Dr. Thembinkosi Mhlongo e o Director Sênior do PAM para Parcerias Estratégicas, Dr. Stanlake Samkange, mantiveram um encontro de cortesia em Gaborone para refletir sobre o progresso da implementação do Memorando de

⁹¹<https://www.sadc.int/latest-news/sadc-values-strategic-partnership-wfp-enhanced-food-and-nutrition-security>

Entendimento (MoU) assinado em junho de 2019, que estabelece um quadro de colaboração entre as duas organizações.

O Secretário Executivo Adjunto expressou satisfação pelo notável progresso alcançado nas áreas de recolha e análise de dados e contribuição para o Relatório Síntese de Avaliação e Análise de Vulnerabilidade Regional (RVAA). Outras áreas de progresso incluem o apoio técnico fornecido para o desenvolvimento da capacidade dos Comitês Nacionais de Avaliação de Vulnerabilidade (NVCAs) e troca de informações entre o atlas regional on-line da RVAA com o PAM lançado com sucesso em julho de 2021 entre outros projetos.

O Dr. Stanlake Samkange, que liderou uma equipe de especialistas do PMA, explicou que sua organização é coorganizadora do Pilar de Resposta a Crises da Aliança Global para Segurança Alimentar (GAFS) lançado pelo G7 e Banco Mundial em maio de 2022. Os resultados prioritários deste pilar consistem em salvar vidas e meios de subsistência, evitar a fome e evitar que as pessoas caiam na pobreza extrema, e que os sistemas alimentares sejam fortalecidos.

Ele disse que o PAM está se envolvendo em nome do GAFS com organizações sub-regionais como a SADC para facilitar a colaboração efetiva devido ao entendimento mais profundo das organizações sub-regionais das necessidades de seus Estados-Membros. O Dr. Samkange expressou o compromisso da sua organização em prestar assistência nos processos de aquisição e logística com os Estados Membros da SADC para garantir entregas eficientes de alimentos e produtos agrícolas na região. Acrescentou que o PAM irá advogar junto dos parceiros do GAFS para abordar as necessidades específicas identificadas pelos países da SADC.

Durante a reunião, as duas partes manifestaram preocupação com os atuais elevados custos dos alimentos, combustíveis e fertilizantes que os Estados-Membros da SADC estão a enfrentar e que irão agravar a fome, especialmente para as pessoas vulneráveis. Nesta nota, as duas partes enfatizaram a necessidade de acelerar os esforços para garantir fertilizantes a um preço razoável e sustentável, trabalhando com o PAM e a FAO.

A reunião entre o Secretário Executivo Adjunto da SADC para a Integração Regional e o Diretor Sênior de Parcerias Estratégicas do PMA, ocorre um mês após uma reunião da equipa técnica da SADC e do PMA realizada em setembro de 2022 para explorar possíveis áreas de colaboração para enfrentar os desafios da região.

Fortalecimento de políticas e capacidades de Direitos de Propriedade Intelectual na SADC⁹²

No âmbito do programa de Apoio à Industrialização e aos Sectores Produtivos (SIPS⁹³) da região Africana, a SADC está a organizar um *workshop* sobre o reforço das Políticas e Regulamentações de Direitos de Propriedade Intelectual (DPIs) regionais e nacionais e Aspectos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio de conformidade com os Direitos de Propriedade Intelectual (TRIPS).

A capacitação será realizada em parceria com a Organização Regional Africana da Propriedade Intelectual (ARIPO) em Harare, Zimbábue, de 5 a 15 de outubro. De acordo com a ARIPO, a Propriedade Intelectual é um campo do direito muito amplo que afeta o ser humano

⁹² <https://www.sadc.int/latest-news/sips-conducts-training-strengthening-intellectual-property-rights-policies-and>

⁹³ O SIPS é um Programa financiado pela União Europeia (UE) e pelo Ministério Federal de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (BMZ)

em todas as atividades cotidianas no consumo de produtos e serviços e é composta por três componentes, designadamente:

- a) Propriedade industrial;
- b) Direitos autorais e direitos conexos;
- c) Propriedade Intelectual.

A proteção da propriedade intelectual é fundamental para promover a inovação. Sem proteção de ideias, empresas e indivíduos não colheriam todos os benefícios de suas invenções e inovações e se concentrariam menos em pesquisa e desenvolvimento. Os workshops de formação SIPS IPR, que estão a ser realizados em formato híbrido com representantes de Estados-Membros da SADC, incluindo decisores políticos, PME nas cadeias de valor do couro e ARV, começaram a 5 de outubro e decorrerão até dia 15. O programa de formação visa capacitar funcionários de alto nível em toda a SADC sobre a natureza e as implicações políticas das suas obrigações de DPI e a forma como estas podem ser implementadas em apoio aos sectores chave nos Estados-Membros.

O treinamento também visa aumentar a conscientização sobre DPI's entre pequenas e médias empresas selecionadas nas cadeias de valor de couro e antirretrovirais. O programa consiste em três módulos, cada um direcionado a atores específicos da região. Cada módulo será administrado em um período de três dias em formato híbrido, com sessões presenciais no Secretariado da ARIPO, Harare, Zimbábue.

O primeiro módulo aborda a política de DPI visando direitos de propriedade intelectual e formuladores de políticas, enquanto o segundo módulo abrange o treinamento de IRP para pequenas e médias empresas na cadeia de valor do couro. O terceiro módulo abrange a formação em DPI nas cadeias de valor dos antirretrovirais. Cada módulo incluirá apresentações formais de especialistas em cada área. Um certificado de participação será entregue aos participantes após a conclusão bem-sucedida do workshop de treinamento.

O SIPS é um Programa financiado pela União Europeia (UE) e pelo Ministério Federal de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (BMZ), com objetivo de:

a) Melhorar a política regional e o ambiente regulatório e a participação do setor privado nas cadeias de valor regionais, nomeadamente nos ARV regionais da SADC, Produtos Médicos e Farmacêuticos (CMPPs) relevantes para a COVID-19 e cadeias de valor de couro no resultado;

b) Contribuir para a industrialização da SADC e agenda de integração regional, melhorando o desempenho e crescimento de cadeias de valor regionais selecionadas, bem como os serviços relacionados dentro dos setores de agro-processamento e farmacêutico.

A SADC irá supervisionar o ambiente político, regulamentar e empresarial melhorado a nível nacional e regional para o desenvolvimento e operação sustentável das cadeias de valor regionais para produtos selecionados nos setores de agro-processamento e farmacêutico, no âmbito de cooperação com a Agência Alemã de Cooperação (GIZ - *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit*).

A “permacrise” na Europa

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

A guerra segue preocupando e sem perspectiva de trégua ou desfecho. Em quinzena movimentada, a Rússia declarou a anexação de quatro regiões da Ucrânia, inexplicáveis rupturas surgiram no gasoduto Nord Stream e um caminhão explodiu na ponte que une Rússia e Crimeia. A proclamada anexação ocorreu depois que Moscou realizou o que chamou de referendos em áreas ocupadas da Ucrânia. [Governos ocidentais e Kiev argumentam que os votos violam a lei internacional, que foram coercitivos e não representativos.](#)

As rupturas nos gasodutos Nord Stream, no mar Báltico, projetados para trazer gás da Rússia para a Europa, levaram alguns países europeus a enviar militares para proteger sistemas de energia potencialmente vulneráveis. O presidente russo, Vladimir Putin, acusou diretamente os [Estados Unidos e seus aliados de explodir os gasodutos](#) Nord Stream. Essas rupturas levaram ao que é, provavelmente, a [maior liberação individual já registrada de metano, gás prejudicial ao clima](#), de acordo com o Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente). Pesquisadores associados ao Observatório Internacional de Emissões de Metano (IMEO, na sigla em inglês), do Pnuma, analisaram imagens de satélite e detectaram uma enorme nuvem de metano altamente concentrado.

Pelo menos três pessoas morreram na explosão que destruiu parcialmente a única ponte que liga a Crimeia à Rússia. Inaugurada em 2018 por Vladimir Putin e conhecida como “a construção do século”, é essencial para o abastecimento militar das tropas russas que atuam no sul da Ucrânia. A ponte também compreende uma linha ferroviária, que juntamente com a estrada, teve seu trânsito interrompido por horas. As autoridades russas confirmaram que a explosão foi provocada por um caminhão-bomba, mas nada mais foi esclarecido.

Em resposta à explosão na ponte que liga a Rússia à Crimeia a Rússia fez diversos ataques à Ucrânia. Em [Zaporíjia, pelo menos 12 pessoas morreram e mais de 80 ficaram feridas](#) no ataque de domingo. O bombardeio aconteceu no dia seguinte da explosão que destruiu parte da ponte, que Vladimir Putin considerou como um ataque terrorista. Na sequência, foram registrados ataques com mísseis à capital Kiev, e relatadas explosões nas cidades de Dnipro, com três mortes associadas, Khmelnytskyi e Ternopil.

A União Europeia e o G7 anunciaram o [oitavo pacote de sanções contra a Rússia](#). A nova rodada, contempla a imposição de um teto ao preço do petróleo russo, mas os limites ainda terão que ser alinhados entre os países do G7 e a União Europeia. Empresas de seguros e navegação ficarão impedidas de prestar serviços a navios-tanque russos que transportem petróleo acima de determinado custo. O novo pacote de sanções também contempla novas restrições às importações de aço ou plásticos e proíbe exportações de produtos tecnológicos e para aviação.

Já a imposição de um teto ao preço do gás, não tem consenso na UE. Os países-membros concordam com a imposição de [taxas emergenciais sobre os lucros extraordinários das empresas de energia](#) e com os mecanismos de compra conjunta, mas as negociações sobre o próximo passo para enfrentar a crise energética da Europa - possivelmente um [teto para o preço do gás](#) em todo o bloco -, ainda precisam avançar, por gerar divergências profundas. Países temem serem prejudicados em compras internacionais se não puderem pagar por preços considerados elevados pelos patamares estabelecidos. "Apoiamos um teto máximo para os preços do gás se isso não prejudicar a segurança do abastecimento, porque se estamos no

mercado mundial a competir pelo Gás Natural Liquefeito, por exemplo, e se a nossa região tem um teto para os preços e as outras não, ficaríamos sem gás porque ninguém quereria vender-nos", ressaltou a primeira-ministra da Estónia, Kaja Kallas

[A Alemanha, que discorda do teto para o preço do gás, planeja reativar um fundo de estabilização económica](#) de 200 milhões de euros para ajudar suas famílias e empresas a fazer frente à crise energética, mas esta iniciativa também não encontra eco entre países da UE. O assunto foi debate na reunião dos ministros da Economia e Finanças da UE, onde se questionou se o pacote viola regras europeias sobre ajudas estatais e concorrência. O montante é considerado alto e cria vantagens para empresas e consumidores alemães que outros países não podem oferecer, gerando vantagem competitiva para as empresas alemãs, ferindo o espírito do mercado único.

Em duas semanas os líderes europeus voltam a se encontrar para acordarem sobre a melhor forma de reformar o mercado energético e reduzir os preços da energia.

A palavra de ordem para conter a crise energética e o aumento dos preços da energia na União Europeia e no Reino Unido é [economia](#). Governos vêm apelando às suas populações e indústrias, que reduzam seus níveis de consumo e poupem energia. A iniciativa parece estar dando resultado e já há notícia de [redução nos preços do gás na Europa](#), ainda que seus preços ainda estejam altos. O recuo nos preços tem lugar depois da Comissão Europeia ter anunciado que as instalações de armazenamento de gás da EU - essenciais para a procura adicional durante o Inverno -, atingiram uma capacidade superior a 90%.

A Europa lançou uma nova plataforma para fomentar o diálogo político na região. A ideia original de se avançar com uma [Comunidade Política Europeia](#) foi apresentada, em maio, pelo presidente francês, Emmanuel Macron, com o objetivo de desenvolver novos projetos para responder a desafios comuns. "Esta nova organização europeia permitirá às nações europeias, democráticas, alinhadas com os nossos valores, encontrar um novo espaço de cooperação política, de segurança", disse Macron, na ocasião. Para França, por exemplo, é uma oportunidade para restabelecer pontes e ligar o Reino Unido ao resto do continente. Liz Truss, a primeira-ministra britânica, esteve presente e [declarou que esta não é uma alternativa à UE](#), mas antes uma oportunidade para debater assuntos de interesse comum.

Com presença do Reino Unido e ausência de Rússia e Bielorrússia, o primeiro encontro aconteceu no Castelo de Praga, na República Tcheca, e registrou presença de representantes dos 27 Estados-membros da União Europeia (UE) e de 17 países do velho continente, para discutirem sobre o futuro conjunto, em tempos de guerra, com enfoque na segurança e nos desafios energéticos. À mesa também se sentam representantes dos países dos Balcãs Ocidentais e do Leste da Europa. Além dos 27 Estados-membros da União Europeia, participam neste fórum 6 países dos Balcãs Ocidentais (Albânia, Macedónia do Norte, Kosovo, Sérvia, Bósnia e Herzegovina e Montenegro), os países do trio associado que recentemente pediram a adesão à UE (Geórgia, Moldova, Ucrânia), Arménia e Azerbaijão, bem como os quatro países da EFTA, a Associação Europeia do Comércio Livre (Noruega, Suíça, Islândia e Liechtenstein) e ainda o Reino Unido e a Turquia.

Em Praga estiveram reunidos 44 chefes de Estado ou de Governo, que decidiram que [a Comunidade Política Europeia deve reunir-se duas vezes por ano, alternadamente](#) num dos 27 Estados-membros da União Europeia e num dos 17 países europeus não membros da UE, estando a próxima cimeira prevista para acontecer no primeiro semestre de 2023, na Moldova. A cimeira começou com uma sessão plenária, com a participação dos 44 Chefes de Estado e ou

de Governo europeus, durante a qual alguns líderes discursaram, seguindo-se quatro mesas redondas para debates sobre a paz e a segurança, a situação económica, a energia e o clima, e a migração e a mobilidade. Após as mesas redondas, aconteceram reuniões bilaterais entre os líderes, seguidas de uma segunda sessão plenária, durante um jantar de trabalho. Não havia previsão de adoção de conclusões formais.

Adentrando a esfera da saúde global, o último discurso do diretor regional para a OMS na Europa, Hans Kluge, repercute a expressão “[Permacrisis](#)” para se referir ao contexto atual, salientando que a o cenário da crise permanente vai além do trio guerra-pandemia-crise climática. Além da atual emergência de saúde pública da varíola dos macacos de interesse internacional, bem como o recente ressurgimento da poliomielite derivada da queda da vacinação na região, Kluge amplia e expande a definição de permacrise para outras crises de longa duração, relativamente silenciosas, que muitas vezes passam despercebidas, mas comprometem a saúde de milhões e sobrecarregam os sistemas de saúde em toda a região, como as doenças não transmissíveis – incluindo câncer, doenças cardíacas, doenças relacionadas ao álcool e ao tabaco e à epidemia de obesidade. Kluge lembra ainda dos casos crescentes de HIV para refendar sua abordagem “dual-track”, que prega a preparação para novos cenários de crise, sem descuidar do quadro epidemiológico vigente, fortalecendo os sistemas de saúde e investindo na força de trabalho e em sua saúde mental. Essa abordagem de via dupla deve orientar a OMS Europa e o trabalho realizado em apoio aos países da Região Européia.

A Comunidade Política Europeia, isola a Rússia e sua aliada Bielorrússia, ao criar mais um clube, este possibilitando que países membros da União Europeia possam se encontrar com outros países europeus que não integram o bloco. Neste novo espaço político, não há deliberações ou emite comunicados oficiais, mas se constitui um espaço de trocas políticas, alinhamentos e isolamento. Os assuntos do momento são a crise energética e a guerra na Ucrânia, mas a “permacrisis” trazida à tona por Kluge, parece formar uma nuvem sobre o continente europeu, extrapolando a esfera da saúde global.

Direitos das minorias: trinta anos depois, permanecem excluídas, invisíveis e vulneráveis, principalmente na Região MENA e Ásia

Lúcia Marques

*Não é apenas a diversidade nacional ou étnica que nos define, mas são nossas próprias diferenças culturais, religiosas e linguísticas que nos une.*⁹⁴

Uma reunião de alto nível aconteceu em 21 de setembro, na Câmara do Conselho Tutelar, no âmbito da **77 Sessão da Assembleia Geral da ONU (UNGA77)**, como parte da comemoração do 30º aniversário da [Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos das Minorias](#), que durará um ano.⁹⁵ Mas sem muito o que comemorar. A xenofobia e outras fobias se espalham pelo mundo, seja nas redes sociais, sejam com “ajuda” de ações de governos conservadores e/ou extremistas, e não é diferente na **região MENA e na Ásia**. Trinta anos depois da Declaração, as minorias permanecem excluídas, invisíveis e vulneráveis.

Hoje, o mundo enfrenta três grandes crises entrelaçadas: mudanças climáticas, pandemia e geopolítica em mutação, que são mães de outras tantas crises. E há uma falta de urgência da paz. Crises que afetam principalmente os mais necessitados e vulneráveis; as minorias étnicas, religiosas e mulheres e meninas - a pandemia COVID-19 também expôs a discriminação profunda, acentuou as desigualdades dentro e entre os países e abriu as portas para uma crise social e econômica que afeta o gozo de todos os direitos humanos, incluindo desproporcionalmente os das minorias, em especial, das mulheres e meninas⁹⁶. Minorias que enfrentam barreiras e desafios econômicos, legais, culturais, climáticos e alimentares, sem precedentes; enfrentam ameaças, como discursos de ódio nas redes sociais (islamofobia e xenofobia), ou são privadas de seus direitos de cidadania (apátridas Rohingya⁹⁷), vivem violações sistemáticas (Uigures, na China⁹⁸), sem acesso à educação (mulheres e meninas afegãs⁹⁹), falta de liberdade no trajar (mulheres e meninas iranianas¹⁰⁰), sofrem perseguições religiosas (antisemitismo iraniano¹⁰¹) ou são despejados de suas casas (palestinos¹⁰²), ou precisam abandonar tudo, fugindo de conflitos, terrorismo ou eventos hídricos (Síria, Yemen, Sahel).¹⁰³

⁹⁴ [Declaração da África do Sul](#) na Sessão de Alto Nível, na UNGA77 para comemorações dos 30 anos da Declaração de Direitos das Minorias.

⁹⁵ [30 anos depois, as minorias ainda têm que ser levadas em conta e ouvidas | OHCHR](#)

⁹⁶ Relatório do Secretário-Geral: Intensificação dos esforços para eliminar todas as formas de violência contra mulheres e meninas. [N2246568.pdf \(un.org\)](#)

⁹⁷ Sobre os Rohingyas, leia mais no Cadernos CRIS-Fiocruz [Informe 16-2022, p. 149](#), e o relatório do Secretário Geral da ONU [Situação dos direitos humanos dos muçulmanos rohingya e outras minorias em Mianmar : \(un.org\)](#)

⁹⁸ <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2022/09/xinjiang-report-china-must-address-grave-human-rights-violations-and-world>

⁹⁹ Especialista da ONU, Richard Bennett, destaca a severa reversão dos direitos das mulheres e meninas, incluindo a suspensão do ensino médio para meninas. <https://news.un.org/pt/story/2022/09/1800791>

¹⁰⁰ Marques, L. A raiva contra a repressão ganhou um rosto e o mundo. In: [Cadernos CRIS-Fiocruz – Informe 18-2022, p. 197](#)

¹⁰¹ <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2022/08/iran-un-experts-alarmed-escalating-religious-persecution>

¹⁰² <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2022/06/israel-un-experts-urge-authorities-cease-eviction-and-demolition-bedouin>

¹⁰³ O estresse hídrico e os perigos, como secas e inundações devastadoras, estão atingindo duramente comunidades, economias e ecossistemas africanos, de acordo com um novo relatório lançado na quinta-

Durante o evento comemorativo, que reuniu líderes mundiais para avaliar criticamente o andamento do documento histórico, o Secretário Geral da ONU, Antonio Guterres, apresentou suas [observações](#) sobre a situação atual. Ele foi firme ao dizer que o mundo está muito aquém dos compromissos assumidos há três décadas. “Não se trata de algumas brechas, mas de inação absoluta e de negligência. Entre as mais afetadas, estão as mulheres.” E pediu aos Estados que tomem medidas concretas para combater essa negligência e proteger as minorias e sua identidade.

O chefe da ONU relatou que as minorias têm enfrentado assimilação forçada, perseguição, preconceito, discriminação, estereótipos, ódio e violência; que foram despojados de seus direitos políticos e de cidadania, e viram suas culturas se apagarem, suas línguas suprimidas e suas práticas religiosas restritas. Chamou atenção que mais de três quartos dos apátridas do mundo pertencem a minorias. E foi contundente ao destacar que “as mulheres de grupos minoritários têm sido frequentemente as mais atingidas: enfrentam uma escalada da violência de gênero, perdem empregos em maior número e se beneficiam menos de qualquer estímulo fiscal”. Para o Secretário Geral, é hora de a comunidade internacional honrar seus compromissos. Lembrou a todos o seu [Chamado para Ação pelos Direitos Humanos](#), publicado em fevereiro de 2020, como um “plano” para todos os governos abordarem problemas de longa data de discriminação, que contém sete áreas temáticas.¹⁰⁴

Ele também lembrou o seu Relatório [Nossa Agenda Comum](#), publicado em setembro passado. A agenda de ação se destina a fortalecer e acelerar acordos multilaterais, em especial a Agenda 2030, e fazer uma diferença tangível na vida das pessoas. O documento apresenta recomendações sobre quatro grandes áreas que visam renovar a solidariedade entre os povos e as gerações futuras, para alcançar um novo contrato social cujo eixo são os direitos humanos, para melhorar a gestão dos comuns globais de importância crucial e fornecer bens públicos globais de forma equitativa e sustentável para todas as pessoas.

Guterres ressaltou que **as minorias devem participar ativamente e em pé de igualdade em todas as ações e decisões**, acrescentando que essa participação não é apenas para benefício dessas minorias. “Todos nós nos beneficiamos”, disse ele. “**Os Estados que protegem os direitos das minorias são mais pacíficos**. As economias que promovem a participação plena das minorias são mais prósperas. As sociedades que abraçam a diversidade e a inclusão são mais vibrantes. E um mundo em que os direitos de todos são respeitados é mais estável e mais justo.” E esse pensamento também deve ser aplicado aos migrantes e refugiados, que podem contribuir com seu trabalho e conhecimento para o desenvolvimento do país anfitrião.

E nesse contexto, o **Cazaquistão**, como um Estado multiétnico (mais de 130 etnias) e multiconfessional – são 17 grandes denominações religiosas –, apresentou sua [declaração](#) na Sessão de Alto Nível comemorativa dos 30 anos da Declaração dos direitos das minorias. “A revisão do documento é particularmente relevante hoje quando a polarização, ódio, xenofobia e extremismo violento atingiram um nível sem precedentes,” Desde a sua independência em 1991, o país da Ásia Central, com 18 milhões de habitantes, tem estado profundamente empenhado em assegurar uma melhor vida para todas as minorias. O país tem orgulho do “caleidoscópio histórico único de cooperação interétnica e inter-religiosa.” E é um exemplo de inclusão.

feira pela Organização Meteorológica Mundial (OMM). [Estado do Clima na África destaca estresse hídrico e riscos | Organização Meteorológica Mundial \(wmo.int\)](#)

¹⁰⁴ 1) a realização urgente do desenvolvimento sustentável; 2) a proteção de todas as pessoas, independentemente de suas circunstâncias; 3) combater a desigualdade de gênero de uma vez por todas; 4) garantindo um espaço cívico robusto para todos; 5) criar um ambiente saudável para as gerações futuras; 6) garantir um mundo digital seguro; 7) todos lançando juntos para tornar isso realidade.

A declaração cazaque apresenta os avanços tanto em agendas quanto em legislação voltadas para o desenvolvimento igualitário de todos os grupos étnicos. “O progresso é visto em setores da educação, saúde, previdência social, economia, agricultura, ciência, tecnologia, TIC, desenvolvimento de infraestrutura, as forças armadas e todos os aspectos da vida nacional.” E destaca o plano de desenvolvimento nacional “Cazaquistão Estratégia 2050”, que contém medidas para alcançar a Agenda 2030 com a plena inclusão de mulheres, jovens, crianças e todas as etnias vulneráveis em todos os 17 ODS. Esse documento constou da segunda [Revisão Nacional Voluntária \(VNR\)](#), apresentada no *High Level Political Forum -2022*.¹⁰⁵ Na VNR, o país relata o processo para avaliação dos ODS, que envolveu consultas públicas e diferentes entes públicos, privados e não-governamentais, e realização de oficinas de campo nas diferentes regiões do país, envolvendo as diferentes etnias.

Também apresentaram declarações: [Áustria](#), [Suíça](#), [Zimbábue](#), [Polônia](#), [Panamá](#), [Bielorrússia](#), [Nicarágua](#), [Romênia](#), [Costa do Marfim](#) e [África do Sul](#). Além de exemplos bem sucedidos em seus países, alguns relataram erros do passado, superações e avanços. São unânimes em dizer que incluir as minorias contribui para estabilidade, prosperidade e para o desenvolvimento político e social dos países. Lembraram que os conflitos aumentaram nos últimos dez anos e cujas causas, em sua maioria, envolvem etnia, religião, cultura ou idioma. Destacam a importância da igualdade de oportunidades, de colocar o diálogo interétnico e intercultural no centro das políticas, que devem ser inclusivas. Que é preciso a proteção do multiculturalismo e a promoção do inter culturalismo, bom como cuidar da manutenção das identidades culturais e religiosas, investir em educação nas línguas minoritárias. Combater a discriminação e estar vigilante para que não haja retrocesso. A **África do Sul** trouxe um pouco de história e poesia em sua declaração: “não é apenas a diversidade nacional ou étnica que nos define, mas são nossas próprias diferenças culturais, religiosas e linguísticas que nos une”. Como ex-colônia, aprendeu a valorizar os diferentes grupos culturais, religiosos e linguísticos do país. O representante sul-africano assina o documento com uma saudação na língua do *Khoisan* – um grupo minoritário indígena na África do Sul: **! ke e: /xarra //ke**” - que quer dizer “Diversas pessoas se unem”.

O Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (OHCHR) [lembrou que, 30 anos depois, as minorias ainda enfrentam discriminação, exclusão e marginalização](#). As crises simultâneas da pandemia, mudanças climáticas e poluição ambiental, o efeito da guerra e do conflito e crises financeiras, afetam desproporcionalmente as minorias. Destacou que as diferenças exacerbadas por desigualdades estruturais e marginalização estão tão profundamente enraizadas em nossas sociedades que parecemos cegos para eles. Nos últimos anos, o ressurgimento do nacionalismo em formas excludentes fertilizou sementes entre as populações majoritárias, que, aliado ao preconceito, transborda para minorias como bodes expiatórios, enquanto queixas legítimas de minorias permanecem desconhecidas e sem resposta. O discurso e os crimes de ódio estão aumentando em todo o mundo e fervendo as tensões que se transformam em conflitos. E alertou que defensores dos direitos humanos, incluindo os direitos das minorias, enfrentam crescente assédio e intimidação tanto on-line quanto off-line.

Enquanto a UNGA77 acontecia, uma decisão inovadora do Comitê de Direitos Humanos da ONU abriu caminho para discussão sobre compensação climática na COP27, que acontecerá em novembro, no Egito, ao condenar (embora não tenha havido uma pena) Austrália por falhar em não tomar medidas oportunas e adequadas para proteger os ilhéus (minorias nacionais) das Ilhas Torres das mudanças climáticas. As mudanças climáticas provocaram fortes chuvas e

¹⁰⁵ Cadernos CRIS-Fiocruz – [Informe 13-2022, p. 143-155 \(147\)](#)

tempestades, degradando terras e árvores, afetando seus direitos de desfrutar de sua própria cultura e de estar livre de interferências arbitrárias em sua vida privada, família e casa. Isso, por sua vez, reduziu a quantidade de alimentos disponíveis da pesca e da agricultura tradicionais. Na Ilha, o aumento do nível do mar fez com que a água salgada se infiltrasse no solo e os coqueiros se tornassem doentes, matando posteriormente a fruta – uma parte importante da dieta tradicional dos ilhéus.¹⁰⁶

Como parte das comemorações dos 30 anos¹⁰⁷, vários eventos antecederam a sessão de Alto Nível na UNGA77:

Em reunião do Conselho de Direitos Humanos, em abril passado,¹⁰⁸ Fernand de Varennes, relator especial da ONU sobre questões minoritárias, apresentou seu [relatório sobre a prevenção de conflitos através da proteção dos direitos humanos das minorias](#). Para ele, a situação das minorias em todo o mundo é terrível, e está piorando a cada dia com o aumento de crimes de ódio contra minorias em todo o mundo".¹⁰⁹ **O relatório destacou que as causas básicas dos conflitos mais violentos estão relacionadas às violações dos direitos humanos das minorias**, e pediu a integração das questões das minorias nos esforços para prevenir conflitos. Para o relator, uma vez que a maioria dos conflitos violentos contemporâneos envolve minorias aflitas, as estratégias para prevenir conflitos envolvendo minorias devem figurar com destaque em iniciativas internacionais, regionais e nacionais e abordar diretamente as causas básicas da exclusão e da injustiça. Não é à toa que, em várias reuniões e cúpulas multilaterais regionais e inter-regionais recentes, realizadas pelas nações do Sul global, a cultura e o intercâmbio cultural tem sido priorizado como forma de promover uma cultura de paz, tolerância e compreensão mútua.¹¹⁰

A Seção das Nações Unidas sobre Povos Indígenas e Minorias e Direitos Humanos da ONU e o Grupo Internacional para os Direitos das Minorias (MRG) preparou um [debate sobre a Declaração](#), em junho, reunindo especialistas em direitos das minorias das Nações Unidas, academia e ONGs para refletir sobre as lições aprendidas nos últimos 30 anos e os desafios que permanecem, incluindo aqueles relacionados a lacunas na proteção normativa dos direitos das minorias. O encontro também foi uma oportunidade de fazer um balanço das restrições e conquistas, compartilhar exemplos de boas práticas e definir prioridades para o futuro. Paolo David, chefe da Seção, disse que, embora a aprovação da Declaração tenha trazido esperança há três décadas, esse sentimento foi rapidamente perdido. David observou que **as minorias continuam a ser instrumentalizadas em muitos conflitos, como na Ucrânia, Etiópia, Myanmar, Sudão do Sul, Síria e Iêmen**.

Segundo Varennes, a reorientação é necessária, uma vez que há mais de 100 milhões de pessoas deslocadas à força devido às convulsões globais que ocorreram na última década com guerras e conflitos internos, nos quais as minorias foram afetadas. Além disso, mais de três quartos dos apátridas em todo o mundo são pessoas pertencentes a minorias.

¹⁰⁶ [Austrália violou os direitos das Ilhas do Estreito de Torres de desfrutar da cultura e da vida familiar, diz Comitê da ONU | OHCHR](#)

¹⁰⁷ [30º aniversário da aprovação da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos das Minorias | OHCHR](#)

¹⁰⁸ O pesquisador Armando De Negri faz uma análise sobre a 51ª reunião do CDH em dois informes nos Cadernos CRIS-Fiocruz [Informe 17-2022, p. 29](#), e [Informe 18-2022, p. 20](#).

¹⁰⁹ [Minorias e seus direitos são importantes para a prevenção de conflitos, diz especialista | OHCHR](#)

¹¹⁰ Cadernos CRIS-Fiocruz - [Informe 17-2022, p. 168](#)

Varenes também organizou uma [série de Fóruns Regionais](#) sobre os direitos e questões minoritárias: 1) [Fórum Regional África-Oriente Médio](#) sobre questões minoritárias, com foco na construção de um reconhecimento e proteção mais fortes para os direitos das minorias. 2) [Fórum Regional Europeu-Centro-Asiático](#), com foco na construção de mecanismos de proteção das minorias na região. 3) [Fórum Regional Online Ásia-Pacífico](#), que reuniu representantes de 25 países, das Nações Unidas e organizações regionais, acadêmicos, grupos da sociedade civil especializados em questões minoritárias e representantes de minorias de diferentes partes da região.

ASEAN avança no empoderamento feminino e nos direitos das mulheres e crianças

Uma série de reuniões na ASEAN reforçam o compromisso do bloco em avançar no empoderamento feminino e nos direitos das mulheres e meninas nos 10 países membros. Essa foi uma grande fragilidade trazida à tona pela pandemia da Covid-19 na região.

O [Diálogo Ministerial ASEAN-EUA sobre Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres](#), realizado em final de setembro, foi copresidido pela Indonésia como Presidente da Reunião Ministerial da ASEAN sobre Mulheres (AMMW) e pelos Estados Unidos, e contou com a presença de Estados Membros da ASEAN e representantes dos Estados Unidos.

O objetivo foi manter os compromissos na Declaração de Visão Conjunta da Cúpula Especial ASEAN-EUA de 2022 e no Plano de Ação para Implementar a Parceria Estratégica ASEAN-Estados Unidos (2021-2025), para capacitar todas as mulheres e meninas e promover a igualdade de gênero por meio de maior engajamento em mecanismos liderados pela ASEAN, incluindo o compromisso de fortalecer a cooperação em iniciativas de igualdade de gênero por meio de assistência técnica na promoção da integração de gênero, empoderamento das mulheres e cuidado e proteção de grupos vulneráveis. [Declaração adotada](#).

Sob o tema. [“Avançando na Implementação de Quadros Internacionais e Regionais para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres”](#), uma reunião organizada pela República do Laos, também em final de setembro, proporcionou uma oportunidade para os Estados Membros da ASEAN reexaminarem os esforços regionais na realização das prioridades para acabar com todas as formas de violência contra mulheres e crianças. O objetivo foi finalizar o Plano de Ação Regional da ASEAN sobre Mulheres, Paz e Segurança (ASEAN RPA on WPS).

“Diante de imensas crises globais, enfrentar os desafios para eliminação da violência contra mulheres e crianças, exacerbados pelos impactos gerados pelo COVID-19, é uma prioridade urgente para a cooperação intersetorial e inter pilares e envolvimento de várias partes interessadas na ASEAN”, disse Hou Nirmita, Subsecretária de Estado do Ministério Cambojano de Assuntos da Mulher e Presidente da Comissão Asean para Mulheres e Crianças (ACWC).

“Mulheres e crianças não são apenas destinatários passivos de serviços, eles têm papéis indispensáveis na condução de mudanças duradouras – eles precisam de um ambiente propício que respeite e proteja seus direitos e forneça o apoio necessário para contribuir para a construção de uma comunidade de oportunidades iguais”, completou Nirmita.

A ACWC apresentou o progresso da implementação do Plano de Trabalho do ACWC 2021-2025 (ainda não disponível) e suas principais contribuições para a cooperação e colaboração intersetoriais e inter pilares para a realização das prioridades que impactam a vida das mulheres e crianças. Além da eliminação da violência, os trabalhos envolvem Proteção de Crianças de Todas as Formas de Exploração e Abuso Online e Implementação da Declaração da ASEAN sobre os Direitos da Criança no Contexto da Migração. A reunião também deliberou sobre o papel do ACWC em áreas como integração de gênero; igualdade de gênero e inclusão

social; os direitos das mulheres presas; o empoderamento econômico das mulheres; desenvolvimento sustentável; mulheres, paz e segurança (WPS); tráfico de pessoas, direitos dos deficientes e recuperação da pandemia de COVID-19.

Participaram das discussões, a UNICEF, ONU Mulheres, ASEAN-USAID PROSPECT, Missão Australiana para ASEAN, *Child Rights Coalition Asia*, PNUD e UNFPA.

Direitos Humanos e ambiente – ASEAN

A Comissão Intergovernamental de Direitos Humanos da ASEAN (CIDH) realizou a [reunião de Coordenação para Desenvolver um Quadro Regional de Direitos Ambientais](#) na ASEAN. As discussões envolveram representantes de outros órgãos setoriais do bloco, como Altos Funcionários da ASEAN em Meio Ambiente (ASEON) e a Comunidade Sociocultural, assim como das organizações da sociedade civil, agências das Nações Unidas, incluindo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos e a Comissão Econômica e Social da ONU para a Ásia e o Pacífico e instituições acadêmicas.

Em seu discurso de abertura, o Secretário-Geral Adjunto da ASEAN, Ekkaphab Phanthavong, da República do Laos, elogiou as iniciativas da CIDH para melhorias do meio ambiente, direitos humanos e desenvolvimento sustentável na ASEAN. Ele compartilhou a opinião de que o desenvolvimento de uma estrutura sobre direitos ambientais na ASEAN deve ter como objetivo complementar a implementação das estruturas existentes da ASEAN sobre meio ambiente e sublinhou a necessidade de um forte envolvimento entre a CIDH e outros Órgãos Setoriais da ASEAN e partes interessadas.

A reunião aprofundou as discussões no Workshop de Iniciação para a Preparação de um Plano de Trabalho para Desenvolver uma Declaração Regional sobre Direitos Ambientais na ASEAN e deliberou os elementos-chave propostos da estrutura regional sobre direitos ambientais e as modalidades de trabalho para o desenvolvimento dessa estrutura, assegurando uma abordagem holística e inclusiva

Participaram especialistas internacionais em direitos humanos e meio ambiente que também forneceram apoio baseado em evidências sobre a estrutura para direitos ambientais substantivos e processuais, bem como elementos-chave de uma estrutura sobre direitos ambientais que asseguram a integração de gênero e inclusão social, acesso à informação, acesso a recursos e participação na tomada de decisões, entre outros.

Asean discute fortalecimento dos sistemas de saúde para enfrentar os próximos desafios – climáticos e outras pandemias

[“Os sistemas de saúde da ASEAN estão preparados para ameaças à saúde relacionadas ao clima?”](#) Em webinar, os 10 países membros, países parceiros, agências da ONU, da OMS e acadêmicos discutiram preparação dos sistemas de saúde para ameaças à saúde relacionadas ao clima, pedem ações multissetoriais aceleradas para abordar questões prioritárias de saúde e fortalecer os sistemas de saúde para enfrentar emergências induzidas pelo clima, incluindo cadeias de suprimentos.

O webinar, que aconteceu em setembro, integra a série de webinars de Emergências de Saúde Pública no âmbito do Programa de Plataforma de Pesquisa e Desenvolvimento da Comunidade Sociocultural da ASEAN (ASCC) apoiado pelo Fundo de Integração Japão-ASEAN

Em seu discurso de abertura, o vice-secretário-geral da ASEAN para a ASCC, Ekkaphab Phanthavong, destacou que a população vulnerável e marginalizada da ASEAN será cada vez mais afetada pelos efeitos das mudanças climáticas. Ele encorajou os sistemas regionais de

saúde a melhorarem o bem-estar social, reduzirem as desigualdades e contribuïrem para o desenvolvimento sustentável.

O encontro destacou que as soluções climáticas não são soluções de setor único. É preciso mais ciência e evidências, soluções holísticas envolvendo diferentes setores; colaboração internacional e regional; coleta e análise robusta de dados climáticos. A integração da saúde mental nos cuidados de saúde primários e secundários será um importante passo em frente; os serviços de saúde precisam implementar uma abordagem sustentável para lidar com as doenças não transmissíveis induzidas pelas mudanças climáticas e garantir o acesso ininterrupto aos cuidados e tratamento das DNT pacientes. É necessária uma abordagem de saúde única para a gestão das alterações climáticas e das doenças infecciosas. Também foi apontado que a necessidade de avaliações de risco de segurança alimentar em emergência, colaboração multissetorial e envolvimento da comunidade nas estratégias futuras da ASEAN eram urgentes.

Para apoiar os sistemas de saúde resilientes da próxima geração será crucial redefinir a infraestrutura e os programas existentes da COVID-19 e abordar a lacuna de capacidade, recursos limitados e condições diversas na ASEAN com ações regionais colaborativas e harmonização de esforços.

A professora Emily Ying Yang Chan, da Universidade Chinesa de Hong Kong, mencionou que o desenvolvimento de novas tecnologias pode contribuir para os sistemas de saúde comunitários, mas as barreiras socioculturais ao seu uso devem ser abordadas.

Considerações Finais

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e que todos têm o direito de vida, liberdade e segurança da pessoa. É o que está escrito na declaração dos direitos humanos da ONU. A [Declaração de Direitos das Minorias](#)¹¹¹, que completou 30 anos, afirma o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais para todos, sem distinção quanto à raça, sexo, língua ou religião. Trinta anos depois, as minorias permanecem excluídas, invisíveis e vulneráveis, principalmente as mulheres e crianças, em especial na Região MENA e Ásia.

Diante de imensas crises globais, enfrentar os desafios para eliminação da violência contra mulheres e crianças, exacerbados pelos impactos gerados pelo COVID-19, é uma prioridade urgente para a cooperação internacional, regional e intersetorial. Como destacou, Hou Nirmita, Subsecretária de Estado do Ministério Cambojano de Assuntos da Mulher, em evento da ASEAN, “mulheres e crianças não são apenas destinatários passivos de serviços, eles têm papéis indispensáveis na condução de mudanças duradouras – eles precisam de um ambiente propício que respeite e proteja seus direitos e forneça o apoio necessário para contribuir para a construção de uma comunidade de oportunidades iguais”.

Todas as formas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata também foram tema de reunião de alto nível na 51ª reunião do Conselho de Direitos Humanos. O projeto de resolução [A/HRC/51/L.28/REV.1](#) faz um apelo global para uma ação concreta contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância relacionada, incluindo suas formas contemporâneas, cujas ideologias moralmente condenáveis, socialmente injustas e perigosas, como a supremacia branca, bem como por ideologias nacionalistas e populistas extremistas, que se espalham pelo mundo. O documento incentiva os Estados membros a cooperar plenamente com a Organização Internacional Independente a promover a justiça social e igualdade de aplicação da lei contra as violações dos direitos humanos e exorta os países

¹¹¹ [Esta publicação](#) é uma versão ilustrativa e fácil de usar da Declaração.

a “honrarem suas obrigações de proteger aqueles que se levantam contra o racismo, incluindo os defensores dos direitos humanos, impedindo que sejam desacreditados, assediados e intimidados.”

Não é o que estamos assistindo o governo iraniano fazer. As manifestações chegam à terceira semana, com dezenas de manifestantes mortos e centenas presos pelas forças de repressão do governo, gerando protestos e sanções por todo o mundo.¹¹²

Membro do parlamento europeu, a política sueca, de origem iraquiana, Abir Al-Sahlani, pediu que o bloco europeu tome providências mais rígidas contra o Irã. Mulçumana, ela cortou o próprio cabelo enquanto discursava.¹¹³

“Já são três semanas de coragem contínua demonstradas pelas mulheres do Irã. Mulheres persas, hazaras e curdas estão pagando o preço máximo pela liberdade: suas vidas. Uma coragem não vista em você, senhor **Borell**¹¹⁴, quando não teve coragem na Assembleia-Geral da ONU para se posicionar ao lado das mulheres do Irã”, afirmou.

“Chega de comunicados à imprensa, chega de murmúrios, é hora de se posicionar, é hora de agir. As mãos do regime dos mulás do Irã estão cheias de sangue. Ninguém, nem a história, nem Alá, vai perdoá-los pelos crimes contra a humanidade que estão cometendo contra seus próprios cidadãos. Nós, o povo e cidadãos da UE exigimos o fim incondicional e imediato de toda violência contra as mulheres e homens do Irã.”¹¹⁵

Al-Sahlani finalizou seu discurso repetindo o lema que surgiu com as manifestações que ganharam o mundo: “Jin, Jiyan, Azadi”, que significa mulher, vida e liberdade.

Há um longo trabalho pela frente. Se antes da pandemia ainda não tínhamos alcançado as metas ODS, em especial os ODS 4 (educação inclusiva e de qualidade), ODS 5 (igualdade de gênero), ODS 16 (Sociedades pacíficas e inclusivas), deter o retrocesso e avançar na proteção e inclusão das minorias e das mulheres e crianças exigirá um esforço que envolve vontade política e mudanças culturais. Nos fóruns internacionais os discursos seguem bonitos, mas a prática é insuficiente. Planos locais e de cooperação regional podem resultar em ações frutíferas, como a política de educação nas escolas, discutida e implementada por Singapura, para que meninos e meninas cresçam com novas mentalidades. Singapura viveu o aumento da violência doméstica contra a mulher durante a pandemia.¹¹⁶

¹¹² Ver mais sobre Mahsa Amini, jovem curda de 22, morta pela polícia da moralidade iraniana por não usar o véu de modo “apropriado” e a revolta do Hijab no Irã nos [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 18-2022, p. 197](#)

¹¹³ <https://www.theguardian.com/world/video/2022/oct/05/moment-swedish-lawmaker-cut-her-hair-in-protest-against-iranian-regime-during-eu-assembly-video>

¹¹⁴ A iraquiana aproveitou o momento e criticou **Josep Borrel**, alto-representante do bloco para Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, por não opinar em relação ao severo regime-iraquiano.

¹¹⁵ <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/historia-hoje/parlamentar-europeia-corta-o-cabelo-em-apoio-aos-protestos-no-ira.phtml>

¹¹⁶ MARQUES, Lúcia. [A Covid-19 na Ásia-Pacífico e no Oriente Médio: fragilidades reveladas, tensões exacerbadas e reposicionamento de aliados estratégicos](#). In: BUSS, Paulo M.; FONSECA, Luiz Eduardo (org.). *Diplomacia da saúde e Covid-19: reflexões a meio caminho*. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Fiocruz; Editora Fiocruz, 2020. p. 263-280.

Começa o 20º Congresso

André Costa Lobato

Diplomacia

- Argentina e China fizeram reunião de amizade entre os povos. Estabelecida por organizações públicas de mídia dos dois países, contou com troca de correspondência dos presidentes Fernandez e Xi¹¹⁷.
- O Conselho de Direitos Humanos da ONU votou, entre vários outros temas, sobre um pedido de investigação de direitos humanos em Xinjiang. Por dois votos de diferença (19 a 17) a proposta não foi aprovada. 11 países se abstiveram, entre eles Índia, Brasil e Argentina. Em março do ano que vem haverá nova reunião e o tema pode voltar a agenda. Não há dúvidas na China de que a proposta é uma tática de contenção diplomática do país. A China possui mais apoio de países de população muçulmana do que os proponentes da iniciativa¹¹⁸. No total, 21 textos foram adotados pelo conselho¹¹⁹. No mês passado, o FT fez uma matéria sobre a “batalha” para que um relatório sugerisse crimes contra humanidade em Xinjiang. Segundo a matéria, mais de 68 países pediram que as acusações não fossem levadas a diante, mas “ativistas de direitos humanos disseram que a equipe superou as pressões” contra a publicação do relatório¹²⁰. O texto¹²¹ diz que as noções da política de de-radicalização não são “claramente definidas”.
- Casa Branca anuncia novas medidas para impedir ou desacelerar o desenvolvimento de micro-chips na China. Além das tentativas de proibir que produtos fabricados nos EUA sejam usados para produzir chips para a China, a política também demanda que os cidadãos peçam licença ao governo para trabalhar em empresas de chip chinesas¹²²¹²³.
- Artigo do Yang Jiechi, diretor de assuntos internacionais do comitê central, aborda o aprofundamento das relações entre China e países emergentes e em desenvolvimento que são apresentados como os parceiros prioritários da China¹²⁴.
- O oitavo Fórum de Infraestrutura China-América Latina Caribe foi realizado em Macau de 28 a 29 de setembro. Wang Shouwen, Representante de Comércio Internacional da China e Vice-Ministro do Comércio, e Alexis Guerrero, Ministro dos Transportes da Argentina, fizeram comentários por videoconferência em nome da China e LAC. O Fórum de Infraestrutura China-ALC é o primeiro fórum especializado para cooperação em infraestrutura no âmbito do Fórum China-CELAC¹²⁵.

¹¹⁷ https://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx_662805/202209/t20220930_10775263.html

¹¹⁸ <https://www.globaltimes.cn/page/202210/1276633.shtml>

¹¹⁹ <https://www.ohchr.org/en/news/2022/10/human-rights-council-adopts-21-texts-and-rejects-one-draft-decision-extends-mandates>

¹²⁰ <https://www.ft.com/content/0d69e178-8f56-4153-84b2-7ca2d4fa80a4>

¹²¹ <https://www.ohchr.org/en/news/2022/10/human-rights-council-adopts-21-texts-and-rejects-one-draft-decision-extends-mandates>

¹²² <https://www.ft.com/content/63a408cf-b4cc-4825-a6aa-ad829142e335>

¹²³ <https://www.globaltimes.cn/page/202210/1276712.shtml>

¹²⁴ http://en.gstheory.cn/2022-09/14/c_811519.htm

¹²⁵ <http://english.mofcom.gov.cn/article/newsrelease/significantnews/202210/20221003353553.shtml>

Sanitária

- Negociações entre Moderna e governo chinês não avançam. A empresa quer o mercado chinês para sua vacina de mRNA, mas teme expor sua propriedade intelectual ao abrir uma fábrica no país em parceria com uma empresa local. Muitas farmacêuticas estrangeiras operam na China com parceiros locais. Recentemente, Pfizer-BioNTech fizeram acordo com a empresa Chinesa Fosun Pharma¹²⁶.
- O terceiro feriado do Dia Nacional desde o início da pandemia foi marcado pelo baixo consumo e a forte presença de medidas sanitárias. As medidas incluem avisos e recomendações de empregadores sobre as necessidades de testagem e quarentena na saída e ou chegada de localidades. Escolas em Xangai pediram a alunos e trabalhadores que não viajassem, Pequim pedia um registro de saída. Kunming, onde fica a “floresta de pedras”, exigiu que turistas fizessem uma quarentena de 3 dias. Os turistas gastaram 26% a menos do que no ano passado e as salas de cinema também ficaram mais vazias, com 66% do público do ano anterior¹²⁷¹²⁸¹²⁹.
- Gao Fu, ex-diretor do Centro Chinês de Controle e Prevenção de Doenças (China CDC), disse que o programa de vacinação da China será ajustado dinamicamente e que uma quarta ou quinta dose podem ser necessárias¹³⁰. Este mês a China deve ultrapassar as 3,5 bilhões de doses aplicadas¹³¹.
- A variante BA.5.1.7. do vírus sars-cov-2 foi registrada pela primeira vez na China, em Guangdong. A origem dos contágios foi identificada em um jantar no dia 1 de outubro¹³².

Socioeconômica

- Reuniões de encerramento e aprovação do 19º Congresso Nacional do Partido Comunista da China foram realizadas nos últimos dias como forma de preparação para a abertura do 20º Congresso¹³³, prevista para o próximo domingo¹³⁴. Os Congressos do Partido duram cinco anos¹³⁵ e são iniciados com um encontro presencial de 2300 delegados eleitos por três¹³⁶ instâncias diferentes do partido: a Comissão Central para Disciplina e Inspeção, o Comitê Central, e o Poliburo¹³⁷. O encontro dura uma semana. Os delegados do Congresso devem representar diferentes setores da sociedade e incluem toda a hierarquia do Partido assim como atletas olímpicos, astronautas e pessoas nacionalmente conhecidas¹³⁸. A idade média dos delegados é de 52,2 anos, com 33,6% trabalhadores de linhas de frente e 11,5% pertencentes a

¹²⁶ <https://www.ft.com/content/a481c129-c5aa-4972-84a8-3a45bb000098>

¹²⁷ <https://www.reuters.com/breakingviews/chinas-dreary-golden-week-has-shades-grey-2022-10-10/>

¹²⁸ <https://www.globaltimes.cn/page/202209/1276452.shtml>

¹²⁹ <https://asia.nikkei.com/Spotlight/Coronavirus/China-dashes-travel-blitz-hopes-for-Golden-Week>

¹³⁰ <https://www.globaltimes.cn/page/202209/1275998.shtml>

¹³¹ <http://www.nhc.gov.cn/jkj/s7915/202210/e3f333c107824eafa91bd24ba2bcea72.shtml>

¹³² <http://www.ecns.cn/cns-wire/2022-10-10/detail-ihcevwpn9253330.shtml>

<https://asia.nikkei.com/Spotlight/Coronavirus/China-dashes-travel-blitz-hopes-for-Golden-Week>

¹³³ <https://20th.cpcnews.cn/english/index.html>

¹³⁴ <http://www.chinadaily.com.cn/a/202210/10/WS634366ada310fd2b29e7b7e3.html>

¹³⁵ <http://www.ecns.cn/news/2022-10-10/detail-ihcevwpn9252504.shtml>

¹³⁶ <http://20th.cpcnews.cn/english/n101/2022/1008/c106-483.html>

¹³⁷ <https://www.chathamhouse.org/publications/the-world-today/2022-08/guide-chinese-communist-party-national-congress>

¹³⁸ http://en.ce.cn/main/latest/202210/10/t20221010_38152172.shtml

40 etnias minoritárias; os delegados vão eleger o Comitê Central do Partido e as 25 pessoas que compõem o Politburo, que elege, por sua vez, o Comitê Permanente.

Além da estrutura de governança do partido, a China conta também com um sistema eleitoral de assembleias populares em cidades e condados. Os calendários variam e as últimas eleições começaram em meados do ano passado. Foram eleitas 2.6 milhões de pessoas, 150 mil a mais do que na eleição anterior. Os novos membros devem escolher quem representará os deputados do próximo 14º Congresso Nacional o Povo¹³⁹, previsto para começar no ano que vem.

¹³⁹ <https://english.news.cn/20221009/373c5a691f084c288ed0dede7084f4a8/c.html>

[Proclamação do Dia dos Povos Indígenas, 2022](#)

Em 8 de outubro de 2021, o presidente Joe Biden tornou-se o primeiro presidente americano a reconhecer formalmente o Dia dos Povos Indígenas, emitindo uma proclamação que reza: "No Dia dos Povos Indígenas, nossa Nação celebra as contribuições e a resiliência dos povos indígenas, reconhece sua soberania e se compromete a honrar a confiança do Governo Federal e as obrigações do tratado com as Nações Tribais."

E termina em uma forte mensagem: "No Dia dos Povos Indígenas, honramos os primeiros habitantes da América e as Nações Tribais que continuam a prosperar hoje."

A proclamação também renova o compromisso de manter a confiança e responsabilidades do tratado com as Nações Tribais e reconhece que durante séculos os povos indígenas foram retirados à força de terras ancestrais, deslocados, assimilados e proibidos de adorar ou realizar muitas cerimônias sagradas. Também qualifica a essas nobres nações como "nossos maiores administradores ambientais."

Na declaração o Presidente Biden adiciona os comentários a seguir: "Aprendi há muito tempo que as Nações Tribais fazem melhor quando tomam suas próprias decisões. É por isso que a minha administração fez do respeito pela soberania tribal e pela consulta significativa com as Nações Tribais a pedra angular do nosso engajamento e por isso me orgulhei de restaurar o Conselho da Casa Branca sobre assuntos de americanos-nativos. Para elevar as vozes indígenas em todo o nosso Governo, nomeei Deb Haaland como Secretário do Interior, o primeiro americano-nativo a servir ao nível de gabinete, juntamente com mais de 50 outros nativos americanos agora em funções significativas em todo o poder executivo."

"Fizemos o maior investimento no país indiano na história, garantindo bilhões para a recuperação pandêmica, melhorias na infraestrutura e resiliência das mudanças climáticas, e estamos trabalhando em conjunto com as Nações Tribais para acabar com o flagelo da violência contra mulheres e meninas indígenas. Esses esforços são uma questão de dignidade, justiça e boa fé. Mas temos mais a fazer para ajudar a levantar as comunidades tribais da sombra de nossas promessas quebradas, proteger seu direito de voto, e ajudá-los a acessar outras oportunidades que seus ancestrais foram negados por muito tempo. No Dia dos Povos Indígenas, celebramos a história indígena e nosso novo começo juntos, honrando os americanos-nativos por moldar os contornos deste país desde tempos imemoriais."

[Proclamação no Dia de Colombo, 2022](#)

A Proclamação do Dia de Colombo é feita em comemoração à viagem histórica de Cristóvão Colombo às Américas há 530 (1492) e que é motivo de orgulho dos ítalo-americanos e da comunidade latina em geral, ainda que a sua criação, pelo presidente Harrison em 1892, esteja associada ao triste episódio de linchamento anti-italiano de 11 ítalo-americanos em Nova Orleans em 1891. A resolução conjunta do Congresso de 30 de abril de 1934 solicita ao Presidente proclamar a segunda segunda-feira de outubro de cada ano como "Dia de Colombo".

[Medidas executivas sobre a "reforma da maconha"](#)

O Presidente tomou medidas executivas para acabar com atual abordagem fracassada sobre o uso da maconha. Ela adota o princípio de que ninguém deve ser preso apenas pelo

simples uso ou posse de maconha. Essa atitude tem afetado as vidas de muitos e de forma desproporcional o encarceramento de pessoas negras e pardas.

Essa medida executiva se dá em razão da estagnação do processo legislativo em curso no Congresso Americano. As três medidas anunciadas incluem: perdoar todos os crimes federais anteriores por simples posse de maconha o que beneficiará milhares de pessoas com condenações federais anteriores que hoje tem negadas oportunidades de moradia, emprego ou educacionais; pedir que todos os governadores estaduais façam o mesmo no que diz respeito aos crimes estaduais por simples posse de maconha e em terceiro lugar, pedir ao Secretário de Saúde (HHS) e o Procurador-Geral para fazerem uma revisão séria e atenciosa das evidências disponíveis sobre a classificação da maconha na Lei de Substâncias Controladas a qual apesar de já ter uso medicinal autorizado aparece com o mesmo perfil da heroína e do LSD e com classificação superior à do fentanil e da metanfetamina (drogas que tem causado epidemia de overdose). Essas mudanças não alteram as limitações ao tráfico, comercialização e vendas.

Apesar de não haver atualmente indivíduos em prisão federal apenas por simples posse de maconha, a administração estima que essas medidas beneficiarão mais de 6.500 pessoas com condenações federais anteriores por simples posse de maconha aliviando as barreiras à oportunidade de acesso a moradia, educação e emprego.

Essa ação ocorre há dias da 30ª CSP quando a OPS apresentou aos seus estados membros o relatório final da Estratégia e plano de ação sobre o uso de substâncias psicoativas e saúde pública: relatório final ([CSP30/INF/6](#)).

[Departamento de Estado dos EUA reafirmou seu compromisso em apoiar o processo INB da OMS](#)

A [Embaixadora Bonnie Denise Jenkins, Subsecretária de Controle de Armas e Segurança Internacional](#), na sua fala à Associação de Biossegurança para a Ásia Central e a Conferência do sobre Lições Aprendidas da Covid-19 destacou os efeitos devastadores da COVID e a necessidade de todos os países se unirem e priorizarem esforços para prevenir, preparar, detectar e responder a pandemias e outras ameaças à segurança da saúde e fez um chamado a integrar as lições aprendidas dos esforços regionais, nacionais e globais e melhorar as capacidades e fortalecer a arquitetura global de segurança em saúde, para prevenir, detectar e responder a ameaças biológicas e surtos de doenças infecciosas, independentemente de estarem ocorrendo naturalmente, acidentalmente ou deliberadamente.

Ela disse que os Estados Unidos estão comprometidos com o processo intergovernamental de negociação (INB) da Organização Mundial da Saúde, e com o desenvolvimento de um instrumento internacional que atenda efetivamente às lacunas e fraquezas da arquitetura global de saúde expostas pelas emergências pandêmicas e de saúde passadas do COVID-19, e possibilite ações significativas, transparência e responsabilização para a prevenção da pandemia, preparação, e resposta no futuro.

Nesse sentido, os esforços das repartições da “família T” ([nome usado para designar um conjunto de repartições do Departamento de Estado](#)) supervisionadas por ela, tem trabalhado de forma rápida e diligente para melhorar as capacidades de biovigilância, promover a coordenação multisetorial e fortalecer as práticas de biossegurança com países parceiros, incluindo a melhoria da capacidade da força de trabalho e dos sistemas de vigilância de doenças, dos diagnósticos laboratoriais e da coordenação de respostas em emergências.

Ela lembrou que a pandemia catalisou o desenvolvimento de novas ferramentas e tecnologias, dando origem a novos desafios, como questões de segurança cibernética relacionadas à biossegurança laboratorial.

O desenvolvimento de uma estratégia nacional de biossegurança e biossegurança e um marco regulatório ao mesmo tempo em que responde a uma pandemia não é o ideal, deixando os órgãos governamentais implementadores, como o Ministério da Saúde ou a Agência de Resposta a Emergências, para lidar com a forma de responder rapidamente a crises biológicas sem as ferramentas ou diretrizes necessárias. Ao nos unirmos, como temos aqui hoje, estaremos mais preparados para enfrentar a próxima pandemia.

El também mencionou a importância de ter a oportunidade de reunir-se com colegas ilustres do Centro de Pesquisa em Saúde Pública Richard G. Lugar da Geórgia ([Membro da IANPHI](#)), que foi estabelecido através de uma parceria com os EUA em 2011. Essa capacidade nacional não se desenvolveu da noite para o dia, e exigiu anos de investimento, comprometimento e melhoria passo a passo em seus sistemas para detectar, relatar, diagnosticar e responder à presença de surtos de doenças animais e humanas. O Centro Lugar tem sido um pioneiro no desenvolvimento dessas capacidades e foi fundamental na luta da Geórgia contra a pandemia COVID-19, sendo capaz de fornecer controle de qualidade para os testes de outros laboratórios permitindo à Geórgia começar a diagnosticar e rastrear variantes COVID com impressão digital molecular.

A Subsecretária também enfatizou a importância do fortalecimento das leis nacionais e normas internacionais, como por exemplo, a implementação nacional da Convenção de Armas Biológicas que exige que os países impeçam o desenvolvimento de armas biológicas. Além disso ela mencionou a necessária coordenação entre os setores governamentais de saúde pública, o setor privado, a sociedade civil, pesquisadores de biociência e comunidades internacionais para fortalecer a segurança global em saúde e responder efetivamente a futuros surtos e ameaças biológicas.

Como o presidente Biden e o secretário Blinken disseram, uma abordagem eficaz para fortalecer a segurança global em saúde requer uma abordagem de todo o governo e de toda a sociedade de forma inclusiva e equitativa. Nossos setores de saúde, forças de segurança e comunidades de socorristas serão mais fortes se trabalharem juntos; se cruzarmos esses setores *agora* em detecção e resposta de incidentes biológicos, teremos uma resposta mais coordenada e salvaremos mais vidas no futuro.

Finalizando ela disse que como as ameaças biológicas continuam a ser uma preocupação significativa de segurança internacional ela exortou a todos a continuar examinando as áreas que foram insuficientes e tomar medidas em todos os níveis e em todos os setores para garantir a preparação, detecção e respostas rápida, eficaz e coordenada para a prevenção de incidentes biológicos no futuro.

Anexo 1

Resumo das intervenções de Presidentes, Primeiros Ministros ou seus representantes na plenária da 77ª Assembleia Geral das Nações Unidas

Comunidade de Países de Língua Portuguesa

New York – setembro de 2022

ANGOLA

Intervenção da representante da República de Angola na 77ª. UNGA (26/09/2022)

***António Fernando Victor, Gabriel Afonso,
Isilda Maria Simões Neves,
Mansitambi João Luz, Manuela de Jesus Santana,
Suzana Nakawingi Paulo***

A República de Angola, foi representada pela Embaixadora Maria de Jesus Ferreira e começou por dizer que é uma grande honra usar da palavra nesta majestosa sala de diplomacia multilateral em nome de Sua Excelência João Manuel Gonçalves Lourenço, Presidente da República de Angola, que aqui quis estar pessoalmente para falar a Vossas Excelências, mas não pôde por causa das eleições gerais do país ocorridas em 24 de agosto e à sua cerimônia de posse.

No entanto, Sua Excelência, o Presidente João Manuel Gonçalves Lourenço, encarregou-me de saudar todos os presentes, especialmente Vossa Excelência Csaba Kőrösi e felicitá-lo pela sua eleição como Presidente da 77ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas e assegurar-lhe o apoio da República de Angola durante a sua presidência.

A Embaixadora no seu discurso apresentou temas como: Covid-19, alterações climáticas, segurança regional e global bem como os económicos. Como sabe-se, a Pandemia trouxe o maior desafio do sistema sanitário do País e mundial.

O impacto das alterações climáticas também não tem poupado Angola, com maior realce na região Sul de Angola, onde o Estado investiu na construção de Aqueduto (Cafu) na Província do Cunene, o que permitiu fornecer água as populações e animais.

No seu papel de presidência da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos, a República de Angola não poupou esforços para contribuir para a paz e estabilidade na região, especialmente no que diz respeito ao conflito na República Centro-Africana, mas também no que diz respeito à fronteira disputa entre o Ruanda e a RDC, bem como entre o Uganda e o Ruanda, onde modestamente tentamos dar o nosso melhor, pois, como sabemos, a solução depende sempre e sobretudo da vontade política das partes directamente envolvidas, como Sua Excelência, lembrou-nos recentemente o Presidente da República de Angola, João Manuel Gonçalves Lourenço.

Os esforços de Angola na construção da paz no continente Africano mereceram o reconhecimento especial da União Africana, que designou o Presidente da República de Angola, João Manuel Gonçalves Lourenço, “Campeão da União Africana pela Paz e Reconciliação”, durante a Cimeira Extraordinária sobre “terrorismo e mudanças inconstitucionais de governos na África”, o que demonstra o compromisso de nosso país com a mediação e o consenso na resolução de crises políticas na África e no mundo.

Esses esforços foram galvanizados pelo apoio que recebemos do Secretário-Geral da ONU, S.E. Sr. António Guterres. Angola continuará a trabalhar em estreita colaboração com as Nações Unidas e a União Africana nos esforços de paz e de construção de consenso para resolver conflitos, com vistas a alcançar uma cultura de paz, segurança e estabilidade, aos níveis da Comunidade de desenvolvimento da África Austral (SADC), Comunidade Económica dos Estados da África Central (ECCAS), Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos (ICGLR), assim como no Golfo da Guiné e em outras organizações regionais.

Angola continua a defender os direitos inalienáveis de todos os Estados de reforçar as suas próprias capacidades de defesa contra ameaças externas, dotando as suas Forças Armadas com homens, armas e equipamentos que respondam às necessidades nacionais. A este respeito, reiteramos aqui o nosso apelo ao levantamento do embargo de armas imposto à República Centro-Africana.

A história nos ensinou que devemos desencorajar o uso da força para resolver conflitos que possam existir entre nações soberanas, pois as consequências para a humanidade são imensuráveis.

Com base no princípio do não alinhamento consagrado na Constituição da República de Angola, o nosso país defende a resolução de conflitos através do diálogo e do respeito pelo Direito Internacional.

Os conflitos político-militares e as disparidades existentes e persistentes nas esferas de desenvolvimento econômico e tecnológico entre regiões do mundo e blocos geográficos representam uma ameaça permanente e, ao mesmo tempo, uma oportunidade para toda a humanidade unir forças para sua resolução pacífica.

Mais uma vez, Angola pede o fim do embargo econômico contra Cuba e a retirada de medidas e sanções unilaterais contra o povo cubano, que impedem o desenvolvimento econômico, social e técnico-científico harmonioso de seu país.

Em geral, Angola defende o levantamento de todas as sanções unilaterais ou medidas coercitivas impostas contra os povos do Zimbabué e da Venezuela, entre outros, sem mandato do Conselho de Segurança.

Essas medidas politicamente motivadas provaram ser contraproducentes aos esforços para erradicar a pobreza e implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e violam os princípios da Carta das Nações Unidas e do direito internacional público e humanitário.

Angola está alinhada com o consenso internacional sobre o desenvolvimento sustentável, incluindo a Agenda 2063 da União Africana sobre o meio ambiente. Aprovou a Estratégia Nacional sobre mudanças climáticas e educação ambiental e planeja atingir a meta de 70% de energia de fontes não poluentes até 2025, favorecendo a energia hidrelétrica e solar limpa.

As negociações para a reforma do Conselho de Segurança da ONU ainda não produziram os resultados esperados pela esmagadora maioria dos Estados-Membros. A República de Angola junta-se a outras vozes que defendem tal reforma rumo a uma representação equitativa que reflita a atual configuração das Nações Unidas.

O Consenso de Ezulwini e a Declaração de Sirte representam uma opção viável para restaurar os direitos e aspirações legítimas do continente africano e corrigir as injustiças históricas que a região vive com sua ausência do centro decisório de um dos principais órgãos estatutários de questões de paz e segurança internacionais criadas pela Carta das Nações Unidas.

Aproveitou-se da oportunidade para anunciar a 10ª Cimeira da Organização dos Estados de África, Caribe e Pacífico, a realizar-se de 6 a 10 de dezembro de 2022 em Luanda, e também a República de Angola vai assumir a presidência desta Organização com o seu Secretário Geral, o Diplomata angolano Jorge Chocote, com o que o presidente congratulou-se.

GUINÉ-BISSAU

Resumo de intervenção do Presidente da República da Guiné-Bissau (PRGB), Sua Excelência, Senhor Úmaro Sissoco Embaló

Maram Mané, Milanca de Carvalho e Tomé Cá

A intervenção aconteceu na manhã do 3º dia dos debates gerais, em Nova York, em 22 de setembro de 2022.

O PRGB, iniciou o seu discurso defendendo uma “**solução global e duradoura**” para **resolver os problemas**, lançando um convite para uma reflexão conjunta baseada na solidariedade global e na condução de ações de forma concertada e coletiva. Essa ideia parece dar seguimento lógico à intervenção do Presidente do Senegal que, em nome da União Africana, havia reivindicado que mais de um bilhão e quatrocentos milhões de africanos não podem continuar fora dos grandes fóruns internacionais onde as decisões globais que lhes concernem são tomadas.

O Senhor Sissoco Embaló continuou dizendo que os conhecimentos científicos devem ser partilhados e garantir o acesso equitativo às vacinas. Segundo ele, a pandemia do Covid-19 nos lembrou de que vivemos em um mundo globalizado, que a vida de todos os seres humanos tem igual valor e que a humanidade é uma só e tem um destino comum.

O PRGB destacou o impacto negativo da Guerra na Ucrânia, notando que a África inteira está a sentir as consequências da guerra que infelizmente está a ter um grande impacto em particular no sector da energia e da agricultura. A inflação e aumento dos preços dos cereais e outros produtos alimentares básicos agravou ainda mais uma situação alimentar já bastante difícil, disse ele. Corroborando estas informações, o Programa Alimentar Mundial - PAM, na Guiné-Bissau divulgou, em maio passado o relatório de estudo sobre “Situação da Segurança Alimentar e Nutricional na Guiné-Bissau” no qual se verificou uma deterioração de quase 7 pontos percentuais (subindo de 14% em 2021 para 20,8% em 2022) a situação de insegurança alimentar. Apenas 4,1% das crianças com menos de 2 anos têm uma dieta aceitável. Um motivo de grande preocupação.

Na qualidade do Presidente em exercício da Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade ECONÔMICA DOS Estados da África Ocidental (CEDEAO), o presidente Embaló falou dos desafios enfrentados pelo bloco oeste-africano, em matéria de segurança. Segundo ele, a estabilidade de grande parte do continente africano em geral, e da África Ocidental em particular, está ameaçada pela insegurança causada pelo terrorismo, o extremismo violento e a criminalidade transnacional, a que se somaram as violações dos princípios do Estado de direito e da Democracia. “Mas precisamos de paz para garantir o desenvolvimento e o bem-estar das nossas populações, que constituem a nossa primeira riqueza”. Ele considera que o avanço do terrorismo na África Ocidental e em toda a zona do Sahel, trata-se de uma ameaça à paz e segurança internacional que, para ser eficazmente combatida, deve necessariamente envolver toda a comunidade internacional e a ONU em particular, conclui ele.

Sobre o Clima, o PRGB não deixou a oportunidade para lembrar ao mundo que a Guiné-Bissau é um país costeiro com uma grande parte insular para depois remarcar que muitos esforços já estão sendo feitos com vista a mitigação e a adaptação climática. É por isso que coloca a sua esperança de que a COP27 passa ser um espaço determinante na definição e adoção de estratégias concretas para minimizar os impactos negativos da alteração climática.

Ao abordar a situação política da Guiné-Bissau, o PRGB, fez um balanço positivo da ação do seu executivo, ressaltando que nos últimos dois anos, aumentou a estabilidade política e foi reafirmado o papel do país tanto no continente africano como no "concerto de nações". Mas observa que o contexto internacional, incluindo a guerra na Ucrânia, não está a favorecer o cabal desempenho do seu plano de desenvolvimento sobretudo no que concerne à realização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Ao atribuir cota de responsabilidade no falhanço com os ODS, o Senhor PRGB pode estar querendo subtrair-se de contas a prestar nas vésperas das eleições legislativas antecipadas provocadas por crises de instabilidades políticas internas. Faz anos em que muitos relatórios e organizações da sociedade civil assinalam a impossibilidade do país em realizar os ODS com base nas tendências dos indicadores da governação e económicos. Os movimentos sociais que se assiste no país atualmente, testemunham numa direção contrária a que o Presidente quis mostrar na tribuna da AGNU.

Como já havíamos indicado num dos nossos informes, o Presidente Embaló concluiu a sua intervenção na sede das ONU com menção à sua recente eleição à presidência do ALMA (African Leader Malaria Alliance) para pedir mais apoio internacional para reforçar a luta contra a malária que, segundo ele, é a Africa que sofre com o fardo da doença (com mais de 90% de casos e óbitos). Finalmente, lembrou ao mundo a necessidade de pôr fim imediato ao embargo imposto contra a Cuba considerado por ele como um país irmão.

MOÇAMBIQUE

Participação de Moçambique na AGNU_2022

*Acrícia Felizarda Faife, Felícia Emília Camões Chale,
Manuel Mahoche, Sãozinha Paula Agostinho*

Decorreu em Nova York, de 20 a 26 de setembro de 2022, a 77ª sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas (AGNU) que reúne mais de 193 países para discutir os principais desafios enfrentados pela comunidade internacional. A delegação moçambicana foi chefiada pelo Primeiro-ministro, Adriano Maleiane, em representação do Presidente da República, Filipe Nyusi.

Para além do Primeiro-Ministro, a delegação de Moçambique integra, os vice-ministros dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Manuel Gonçalves, e da Educação e Desenvolvimento Humano, Manuel Bazo, e ainda o embaixador de Moçambique junto das Nações Unidas, Pedro Comissário.

Moçambique partilhou as suas experiências sobre os esforços que tem feito na implementação da agenda 2030 das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento sustentável, com destaque para a expansão da rede sanitária, bancária, do sistema judicial e da rede eléctrica, assim como a consolidação de programas de produção de alimentos para erradicar a fome e a desnutrição crónica, promoção da paz e do desenvolvimento sustentável e inclusivo ([Discurso do primeiro-ministro de Moçambique na Assembleia Geral da ONU](#))

Para Adriano Maleiane, o surgimento de novos surtos de tensões internas e conflitos interestatais, terrorismo, crime organizado internacional, estão afetando negativamente o desenvolvimento econômico e social dos países. O que afeta negativamente o funcionamento da cadeia de produção e abastecimento dos mercados nacionais internacionais.

Por isso, Maleiane apresentou as diversas estratégias de abordagem que Moçambique está a fazer no combate ao terrorismo, um fenómeno global, que afeta a centro e norte de Moçambique, destacando o papel do multilateralismo para enfrentar os atuais desafios do mundo. No quadro diplomático nacional e internacional, considera-se importante esta sessão das Nações Unidas, na medida em que é a primeira desde que Moçambique foi eleito membro não-permanente desta organização no Conselho de Segurança para o mandato de 2023-2024.

Ainda no seu discurso, o Primeiro Ministro, disse que, as alterações climáticas globais colocam Moçambique sob vigilância permanente, pois, nos últimos anos, o país tem sido cíclico e intensamente afetado por depressões, ciclones tropicais, chuvas e ventos fortes, inundações e secas que causaram perda de vidas humanas, deslocamento de pessoas, grandes danos à infraestrutura e atividades socioeconômicas. Justamente, entre 2019 e 2022, Moçambique foi atingido pelos ciclones Idai, Kenneth, Guambe, Chalane, Ana e Gombe.

E para responder aos desafios relacionados com a redução e gestão do risco de catástrofes naturais, Moçambique, em coordenação com os países da região sul de África e parceiros de cooperação, estabelecido em 2021, na zona Nacala-Porto (norte do país) o Centro de Operações Humanitárias e de Emergência da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). Este Centro destina-se a fornecer aos países da SADC ferramentas e instituições capazes de responder e mitigar os impactos das alterações climáticas e outras emergências que requerem uma intervenção rápida, coordenada e atempada em qualquer Estado Membro.

Para além de intervenção na sede das nações Unidas, o Primeiro Ministro moçambicano efetuará encontros separados com o Director- geral da Organização Internacional das Migrações e com representantes de governos de vários países de África, Ásia, Médio Oriente e Europa para a troca de impressões sobre assuntos de cooperação bilateral e multilateral.

De recordar que a 77.^a sessão das Nações Unidas, é dominado pela temática de guerra Russo-Ucraniana, conflito que está a produzir graves consequências a nível global, com a subida dos preços dos combustíveis e das commodities. As condenações à invasão Russa na Ucrânia por parte dos países ocidentais subiram de tom na terça-feira, após o anúncio de Moscovo de mobilização de 300 mil reservistas para fazer face ao que o Presidente Russo, Vladimir Putin, considera crescente ameaça à integridade do seu país e povo

TIMOR LESTE

Resumo do discurso de Sua Excelência o Presidente de Timor-Leste, Sr. José Ramos Horta durante a sessão da AGNU 77

Adélia Maria Moniz Barreto Barreto e Frederico Bosco Alves dos Santos

JOSÉ RAMOS-HORTA, Presidente de Timor-Leste, disse que embora o seu país tenha enfrentado apenas um impacto direto mínimo da pandemia de Covid-19, em termos de hospitalizações e mortes, sofreu com as políticas adotadas para impedir a propagação do vírus. Ele expressou sua gratidão à COVAX pelo envio inicial de vacinas e elogiou a Nova Zelândia, a República da Coreia, o Japão, a China, a União Europeia, Portugal e os Estados Unidos por seu generoso apoio, em espécie e em dinheiro.

Durante o período de pandemia, o Governo de Timor-Leste teve de encerrar as escolas, apesar de essa decisão ter graves consequências prejudiciais para as centenas de milhares das nossas crianças e jovens que tiveram de faltar às aulas, e que perderam a "uma refeição por dia", que fornece uma refeição para todas as crianças nas escolas de todo o país.

O governo e os funcionários públicos, que às vezes se movem em um ritmo tropical, esboçaram rapidamente a estratégia de prevenção e recuperação econômica da Covid-19, que incluiu transferências de dinheiro e cestas de alimentos para todas as famílias de baixa renda.

Falando sobre Democracia e Desenvolvimento Sustentável, ele mencionou que eles devem progredir juntos, ambos devem ser inclusivos, abrangendo todas as faixas etárias, jovens, mulheres e homens. Todos os segmentos da sociedade devem desfrutar de oportunidades iguais e ver resultados tangíveis de sua participação no processo democrático.

Ele disse ainda que a Austrália provou ser um verdadeiro vizinho fraterno, prestando prontamente toda assistência necessária ao "nosso frágil sistema de saúde". Ele continuou dizendo que em um mundo atormentado por conflitos e catástrofes causadas pelo homem, de Mianmar ao Afeganistão, Iêmen e Ucrânia, Timor-Leste é um oásis de tranquilidade. "Não temos crime organizado", afirmou. Todas as religiões – católicos, protestantes e muçulmanos – vivem lado a lado em harmonia. "Timor-Leste não tem um único caso de tensão e conflito de base étnica ou religiosa", disse.

Trabalhando com o Secretariado do Comitê Superior da Fraternidade Humana estabelecido em fevereiro de 2019 para marcar o encontro histórico em Abu Dhabi entre o Papa Francisco e o Grande Imã de Al-Azhar, Professor Ahmed Al-Tayeb, onde os dois líderes mundiais assinaram o Documento sobre Fraternidade Humana. O Documento obteve aprovação do Parlamento Nacional imediatamente após a eleição presidencial. Este foi votado por unanimidade como um Documento Nacional que será adaptado como parte do nosso currículo escolar. Timor-Leste, o segundo país mais católico do mundo, tornou-se o primeiro país a adotar oficialmente a Declaração sobre a Fraternidade Humana. Acredita-se que esse tipo de iniciativa inter-religiosa tenha relevância para o evento de alto nível que marca a Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas realizada esta semana.

Tocando no que chamou de assuntos de profunda preocupação, ele citou uma série de questões, incluindo a grave crise alimentar que afeta milhões de pessoas na África e na Ásia, bem como as inundações no Paquistão que estavam causando destruição generalizada e infligindo sofrimento a mais de 30 milhões de pessoas, com mais de 7 milhões de deslocados. É

“crise em cima de crise”, disse ele, enfatizando que a ajuda aos países mais pobres do Sul não deve ser cancelada por ser realocada para enfrentar a crise de refugiados causada pela guerra na Ucrânia. “Devemos garantir que os ucranianos sejam apoiados, mas não às custas da unidade com as muitas pessoas que lutam em outras nações”, disse ele. Ele observou que é difícil receber o mesmo nível de compaixão e sabedoria em relação ao Sul mais pobre, já que “alguns parecem sentir que não somos realmente iguais”.

Ele também destacou que a adesão de Timor-Leste à Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) é um imperativo estratégico, tão importante para a estabilidade e prosperidade de TL quanto a paz e a prosperidade em TL devem ser importantes para a ASEAN. Por mais que a paz e a prosperidade em nossa vizinhança beneficiem a todos, conflitos ou ameaças e riscos originados em um país inevitavelmente impactam em outros.

Na independência há 20 anos, Timor Leste tinha 20 médicos, hoje são mais de 1.200 médicos para uma população de 1,5 milhões. Isso não teria sido realizado sem a solidariedade cubana. Na independência, há 20 anos, a esperança de vida era inferior a 60 anos, agora uma mulher timorense pode esperar viver para além dos 71 anos.

Por outro lado, a conectividade aumentará nos próximos 3-4 anos, pois a TL será conectada por vários cabos submarinos à Austrália, Indonésia e além. Do jeito que está, já temos uma alta porcentagem de usuários de telefones celulares e mídias sociais e estamos experimentando a excitante era digital e o governo eletrônico.

Falando sobre a guerra na Ucrânia, ele observou que os países ocidentais começaram “no alto terreno moral ao enfrentar a invasão da Ucrânia pela Rússia”, mas podem acabar perdendo o apoio do mundo em desenvolvimento, que representa 80% da população global. “Eles deveriam fazer uma pausa por um momento para refletir sobre o contraste gritante em sua resposta às guerras em outros lugares”, disse ele, referindo-se à duplicidade de critérios. “Nossa opinião pública não vê a guerra na Ucrânia da mesma forma que é vista no Norte”, afirmou. O aumento do custo de vida dos pobres resultou em tumultos no Sri Lanka, Peru, Quênia e, mais recentemente, no Haiti. Os países de baixa renda só podiam gastar uma fração dos valores gastos pelos países de alta renda em pacotes de estímulo à Covid-19, o que fez com que sua dívida aumentasse. “O número de países em desenvolvimento em sobreendividamento ou em alto risco dobrou desde 2015, para 60%”, disse ele.

Voltando-se para Mianmar, disse que as pessoas ali “se sentem abandonadas, traídas, pela chamada comunidade internacional”. Ele continuou dizendo que “apoio extremamente generoso à resistência da Ucrânia” é contrastado com uma “reação silenciosa à guerra travada contra o povo de Mianmar”, que ainda luta e morre todos os dias. Observando que a escalada do conflito em Mianmar afetaria a segurança e a estabilidade dos países vizinhos, ele pediu o diálogo de todas as partes envolvidas nos conflitos na Ucrânia e em Mianmar, bem como em outras crises ao redor do mundo. “No conflito da Ucrânia, a Rússia e a Ucrânia devem liberar seus portos e rotas marítimas e permitir a retomada normal das atividades marítimas internacionais permitidas”, disse ele.

Anexo 2

AMÉRICA LATINA

Resumo das intervenções de Presidentes, Primeiros Ministros ou seus representantes na plenária da 77ª Assembleia Geral das Nações Unidas

New York – setembro de 2022

Después de tres años de reuniones realizadas virtualmente, los países de América Latina participaron en la 77ª Asamblea General de las Naciones Unidas, algunos de ellos, en condiciones internas de turbulencia económica y desigualdad.

La AGNU realizada en el contexto de la actual guerra de Rusia con Ucrania abundó de discursos de paz y de autodeterminación de los pueblos y el Secretario General Antonio Guterres en su discurso de apertura dijo que *“el mundo está en peligro y está paralizado”*. Varios presidentes de Latinoamérica, como el caso de Xiomara Castro de Honduras pidieron respeto y en relación a Estados Unidos, dijo no sigan tratando de *“desestabilizarnos”* y tratándonos como *“países de tercera o cuarta categoría”* pronunciándose por la autodeterminación de los pueblos pidiendo respeto a Cuba y Venezuela. También el Presidente de Bolivia rechazó todo tipo de injerencia en su *“país con el afán de controlar el litio”* haciendo referencia al Comando Sur de los Estados Unidos. Instó a que Naciones Unidas tome medidas en los países que no respetan la libre determinación sobre sus recursos naturales. Argentina también se manifestó diciendo que había que lograr un *“marco de prosperidad con justicia social”*.

Veamos brevemente algunos de los mensajes de los países de América Latina en la 77ª Asamblea General de las Naciones Unidas.

Sebastián Tobar e Carlos Arosquipa

ARGENTINA

Más democracia, más paz y cooperación y el histórico reclamo por la soberanía de las Islas Malvinas: la intervención del presidente de Argentina, Alberto Fernández, en la 77ª AGNU

Sofía Farante, Agustín Ingratta y Flavia Consalvo

Habiéndose inaugurado la 77ª AGNU, las voces de los líderes del mundo resonaron mucho más allá del ámbito asambleario. En lo referente a la de los presidentes latinoamericanos, varios medios de comunicación han resaltado el lugar que tuvo la apelación a una más y mejor democracia en sus discursos. Particularmente, en el discurso del Presidente Fernández, su referencia tuvo como punto de partida un contexto nacional de profunda conmoción por el atentado que sufrió la vicepresidenta Cristina Fernández de Kirchner. Al respecto, señaló:

“Los argentinos construimos el acuerdo del “Nunca Más” al terrorismo de Estado y a la violencia política. (..) Quienes buscan debilitar y erosionar las democracias, tienen intereses específicos que los lleva a promover la polarización extrema. No aceptemos resignados esa situación. Generemos un enérgico rechazo global a quienes promueven la división en nuestras comunidades.”

El Presidente argentino dedicó gran parte de su discurso a los grandes desafíos globales que enfrenta la humanidad, “en riesgo” entre desigualdades, cambio climático, inseguridad alimentaria, entre otros. El Presidente instó a “ver a tiempo las señales de alerta que hay en el planeta” porque si no aprendemos de las lecciones de la experiencia dramática de la pandemia de COVID-19, el mundo enfrentará amenazas cada vez mayores.

“La pandemia transparentó las enormes desigualdades que soporta la población mundial”, declaró el Presidente cuestionando los dilemas éticos del contexto actual como sigue: *“¿Es justo que la fortuna de sólo 10 hombres representen más que los ingresos del 40 % de la población mundial? ¿Es ético que la pandemia se haya cobrado cuatro veces más vidas en los países más pobres que en los ricos?”.* A tal respecto, hizo hincapié en la responsabilidad compartida y global de *“denunciar este modelo de acumulación que concentra el ingreso en pocos mientras millones quedan sumergidos en la pobreza”* porque, de lo contrario, no denunciar *“puede volvernos cómplices en la consolidación de tanta desigualdad.”*

En la actual coyuntura internacional, donde se ha legitimado una escalada impredecible de la guerra en Ucrania y los principales líderes mundiales de occidente claman por el apoyo del resto de los países a semejante atrocidad, esta apelación también es retomada en su discurso al referirse a la necesidad apremiante de un consenso en torno a la paz, base de un multilateralismo verdadero y pacífico a nivel global. En este sentido, continuó diciendo: *“Estamos a tiempo de frenar varias de las amenazas que enfrenta la humanidad. Debemos robustecer un multilateralismo cooperativo que nos asegure el fortalecimiento del Estado de Derecho, el imperio de la no violencia y una mayor equidad para reducir las brechas sociales.”*

Retomando uno de los ejes centrales de su intervención en la sesión del año pasado de la AGNU¹⁴⁰, también alertó que *“las naciones endeudadas padecen mucho más los efectos del sistema establecido”* lo que hace que se generen desigualdades y manifestó que *“Argentina está*

¹⁴⁰ <https://www.casarosada.gob.ar/slider-principal/48090-alberto-fernandez-reclamo-ante-la-asamblea-general-onu-una-reconfiguracion-de-la-arquitectura-financiera-global>

entre ellas". Recalcó lo establecido "por la Asamblea General en la Resolución 69/319 de 2015, cuando dispuso que las reestructuraciones de las deudas soberanas deben hacerse promoviendo el crecimiento sostenido e inclusivo, minimizando los costos económicos y sociales, garantizando la estabilidad del sistema financiero internacional y respetando los derechos humanos".

Como se mencionó anteriormente, entre las grandes e "impostergables" crisis actuales, el Presidente Fernández visibilizó la crisis alimentaria declarando que "no podemos transitar este tiempo con hambrunas" y debemos garantizar la seguridad alimentaria "a todos los habitantes del planeta". Aseguró que la Argentina cumplirá su rol como productor y exportador confiable de alimentos nutritivos y de calidad, así como proveedor de tecnologías aplicadas a la producción de alimentos para mejorar su rendimiento. Y confirmó los esfuerzos del país para abordar también la crisis energética a través del incremento de la "producción para proveer al mundo de energías limpias y de aquellas que, como el gas natural, permitan reducir las emisiones de carbono durante la transición."

En ese marco afirmó, además, la importancia de abordar la crisis ambiental ya que "estamos obligados a buscar un desarrollo que llegue a todas y todos, la situación ambiental de nuestro planeta nos exige con urgencia una acción firme y decidida en favor de las generaciones futuras" y, teniendo en cuenta las responsabilidades diferenciadas de los países del Sur Global.

"América Latina y el Caribe forman una región de paz y trabajamos para que también sea más justa e igualitaria", destacó el Presidente reconociendo "la ventaja formidable que tiene MERCOSUR, en particular, y toda América Latina, en general, en la producción de alimentos y producción de energía".

La Región tiene una gran oportunidad de desarrollarse "si mejoramos la calidad de vida de nuestra gente mediante la creación de empleo genuino podremos erradicar los bolsos de pobreza que persisten en nuestras sociedades."

En el marco del ejercicio de la Presidencia Pro Témpore de la CELAC, la Argentina consolida los principios de colaboración, promueve el pluralismo democrático y fomenta la Cooperación Sur-Sur y Triangular. Asimismo, el Presidente Fernández visibilizó también la presencia activa de la República Argentina en las operaciones de mantenimiento de la paz, instrumento esencial de la Organización de las Naciones Unidas.

A continuación, el presidente Fernández agradeció "a todos los Estados miembros por haber confiado en la Argentina para ejercer la presidencia del Consejo de Derechos Humanos durante este año". Remarcó que "la defensa de los derechos humanos forma parte de nuestra identidad y de nuestra historia", en la cual "las Madres y Abuelas de Plaza de Mayo nos enseñaron a persistir y a luchar". La Argentina "ha ampliado los derechos ciudadanos generando leyes y políticas públicas promotoras de la igualdad de las mujeres y diversidades, desde un enfoque interseccional, intercultural y de derechos humanos."

Para avanzar en el objetivo que todos puedan acceder a las "ventajas que ofrece el presente", es prioritario en era digital en que vivimos universalizar "el acceso a las Tecnologías de la Información y la Comunicación" y recordó que "la ONU es el ámbito propicio para que la comunidad internacional encuentre los acuerdos necesarios que garanticen mantener un ciberespacio libre, abierto, estable, seguro y sobre todo pacífico, donde desde el anonimato no se siembre el odio y la violencia.

Además, volvió a poner en el foco el tema de los *“legítimos e imprescriptibles derechos de soberanía sobre las Islas Malvinas, Georgias del Sur, Sándwich del Sur y los espacios marítimos circundantes”* que *“forman parte del territorio nacional argentino y se encuentran ocupados ilegalmente por el Reino Unido desde hace ya casi 190 años”*.

Reconociendo que *“vivimos en un mundo donde las injusticias y desigualdades se incrementan. Al mismo tiempo, crecen los riesgos para las democracias, se resquebraja la paz y se potencia la incertidumbre”*, el presidente Fernández concluyó con un llamamiento a todos los países del mundo para *“construir un nuevo paradigma global que asegure la prosperidad con justicia social”*, porque *“la humanidad está en riesgo.”*

BOLIVIA

El Estado Plurinacional de Bolivia en la 77 UNGA: Discurso de Luis Arce Catacoral

David Ismael Mamani Calderon

El Señor Presidente Luis Arce Catacora resaltó que existe una crisis capitalista múltiple y sistemática que pone cada vez más en riesgo la vida de la humanidad y el planeta, no cabe duda que los desafíos a los que nos enfrentamos son cada vez más complejos si pretendemos un futuro mejor para las actuales y futuras generaciones, debemos no solo reflexionar sobre las crisis económica, social, alimentaria, climática, energética, hídrica y comercial sino identificar con claridad el origen para cambiar un sistema que reproduce la dominación, explotación y exclusión de las grandes mayorías que genera concentración de riqueza en pocas manos y prioriza la producción y reproducción del capital antes que la producción y reproducción de la vida.

Pero, a la par de la crisis múltiple y sistemática del capitalismo observamos la receta final del mundo unipolar, la construcción de un nuevo orden mundial del que esperamos sea para beneficio de todos los estados y pueblos del mundo. En tal sentido planteé 14 propuestas, que se detallan a continuación:

1. Declarar al mundo como zona de Paz:

En tal sentido expresamos nuestra preocupación por el considerable número de conflictos armados que azotan a la humanidad, muchos de ellos promovidos por las transnacionales de la guerra pero también por el afán de imponer un orden político y económico mundial funcional a los intereses del capitalismo, estos conflictos traen consigo un gran costo humano y en no pocos casos la destrucción de nuestro patrimonio cultural y medioambiental, indistintamente de la explicación geopolítica de las tensiones internacionales.

El Estado Plurinacional de Bolivia ha apostado y lo seguirá haciendo por la cultura del dialogo entre las naciones a través de la diplomacia de los pueblos, pero lastimosamente observamos el deterioro creciente del sistema multilateral por el capricho de las potencias capitalistas de no resignarse a la existencia de un mundo multipolar y con equilibrio del poder.

El multilateralismo es el único mecanismo que representa una garantía de respeto entre los estados, independientemente de su poderío económico o militar, por lo tanto consideramos que cualquier quebrantamiento de la paz y seguridad internacionales está vinculado a la insuficiente aplicación de los mecanismos previstos en la carta de las naciones unidas o en su defecto a su flagrante transgresión.

Los países que conformamos la comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños CELAC, declaramos el 2014 como región como zona de paz, comprometiéndonos a resolver de manera pacífica nuestras controversias y desterrando para siempre el uso de la fuerza en la región.

En esa línea propugnamos para que esta asamblea sea el espacio de un gran acuerdo histórico un acuerdo donde prime el dialogo y la diplomacia sobre cualquier controversia y el mundo sea declarado también como zona de paz. Para alcanzar este objetivo es de vital importancia entre varias iniciativas que las naciones Unidas trabajen sin descanso para lograr un alto al fuego entre Rusia y Ucrania para que los derechos históricos del estado y el pueblo palestino sean respetados y que la OTAN deje de pensar en sus planes expansionistas.

2. Sustituir la fabricación de armas y destrucción masiva por una justa compensación a los pobres del mundo:

La falta de dialogo y de medidas de diplomacia preventiva nos arrastró a una era de grandes tensiones a nivel mundial y decrecientes incertidumbres e inestabilidad en la seguridad global, vivimos tiempos en que la concentración de un numero de armas de destrucción masiva en un pequeño grupo de países mismos que al negarse a eliminarlas priorizando sus intereses geopolíticos hacen peligrar la paz y la seguridad de nuestro planeta, nueve países reúnen hoy 12.705 ojivas nucleares, 9440 de ellas se encuentran en reservas militares listas para ser usadas ante esta dramática realidad que enfrenta el mundo hay que levantar la bandera de sustituir los gastos militares para la fabricación de armas de destrucción masiva por una justa compensación económica que los países del capitalismo central le deben moral e históricamente a los países de la periferia y a los países pobres del mundo.

3. Sistemas universales de salud

En los últimos dos años nuestros pueblos tuvieron que enfrentar no solo incertidumbre producto de conflictos sino también enfrentamos una grave crisis sanitaria derivada del COVID 19 la cual expuso a las vulnerabilidades y desigualdades de los sistemas de salud en todo el mundo así como el sistema financiero y la economía mundial frente a los sistemas de salud que solo favorecen a quienes tienen la posibilidad de acceder a un seguro privado y frente quienes han hecho a la salud una mercancía es imperioso fortalecer los sistemas de salud en que los estados cumplan la obligación de proteger y garantizar los derechos colectivos en el marco de la preminencia de los derechos humanos, económicos sociales y culturales reduciendo así los efectos de la crisis económica mundial en los sectores más vulnerables de la población

4. Programa Global de Soberanía alimentaria en armonía con la madre tierra

Otra manifestación de la crisis estructural y múltiple del capitalismo es la crisis alimentaria agravada por los efectos de la pandemia exacerbada por los conflictos geopolíticos mundiales y las múltiples crisis ecológicas que enfrenta el planeta, situación que no solamente ha afectado el cumplimiento de los objetivos de desarrollo sostenible sino que también amenaza los derechos más elementales de millones de seres humanos, de acuerdo al informe sobre el estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2022 el número de personas que padece hambre en el mundo se ha incrementado dramáticamente en los últimos años solo el 2021 un total de 828 millones de personas fueron víctimas de este flagelo lo que representa el 9.8% de la población mundial, Asia con 425 millones de personas afectadas y África con 278 millones continúan siendo las regiones más golpeadas del planeta por esta crisis y en América Latina y el Caribe afecto a más de 56 millones de personas,

A la crisis alimentaria debemos anteponer urgentemente un programa global de soberanía alimentaria que garantice a los pequeños productores mejores condiciones para la producción ello implica el acceso a semillas fertilizantes tecnología infraestructura créditos y diversas formas privadas y comunitarias de acceso a los mercados pero también mejores condiciones de vida en sus comunidades y económicas

5. Reestructuración de la arquitectura financiera mundial

En un mundo estrechamente interconectado, es importante responder a las necesidades de nuestros pueblos en el contexto de post pandemia fortaleciendo la integración y cooperación bajo los principios de la solidaridad, la complementariedad y el respeto a la

autodeterminación de los pueblos de manera que podamos enfrentar el impacto multidimensional en la economía en nuestras industrias así como nuestras capacidades productivas y el auto sustento.

Por ello es vital la **reestructuración de la arquitectura financiera mundial** para el alivio de la deuda externa a nivel global de manera que los países en desarrollo tengamos el espacio para implementar soberanamente políticas sociales desde un enfoque de desarrollo económico y social integral y sustentable.

La experiencia boliviana luego de la recuperación de la democracia el 2020 gracias la unidad, lucha y conciencia del pueblo boliviano volvimos a la senda trazada por nuestra evolución democrática y cultural de dignidad y soberanía, retomamos la construcción de nuestro estado plurinacional y la consolidación de nuestro modelo económico social comunitario productivo, un modelo económico soberano en el que no aceptamos ni aceptaremos imposiciones del Fondo Monetario Internacional, nuestro modelo económico responde a nuestra realidad política, económica social y cultural y está basado en un rol activo del estado en la economía en la nacionalización de nuestros recursos económicos estratégicos, la articulación de todas las formas de organización económica el fortalecimiento de la inversión pública, la industrialización con sustitución de importaciones la dinamización del mercado interno, la diversificación productiva, la seguridad con soberanía alimentaria, la redistribución de los ingresos, la lucha contra la pobreza y las desigualdades.

Lamentamos que mientras en los países del capitalismo central apuestan con grandes sumas de dinero por la guerra se hacen ínfimos aportes para la erradicación de la pobreza, las desigualdades económicas y sociales.

La paz no se logra comprando y vendiendo armas sino trabajando unidos para construir y si es necesario reconstruir las capacidades económicas y productivas de todos los países.

6. La crisis climática requiere responsabilidad solidaridad armonía entre los seres humanos y la naturaleza y no usura.

De crisis climática está pasando a un colapso ecológico, los desalentadores niveles de reducción de emisión de gases, demuestran que los países que tienen los medios para cambiar sus patrones de producción y consumo no tienen la voluntad política para hacerlo. Más aun piden una des carbonización al 2050.

7. La industrialización del Litio para el beneficio de los pueblos y pilar fundamental para la transición energética.

Nuestro país posee uno de las reservas más grandes de litio en el mundo y asumimos esto con mucha responsabilidad especialmente en la industrialización y esta esté en beneficio de la humanidad siendo el pilar fundamental de la transición justa global a un futuro de bajo en emisiones y respetando a la madre tierra.

Las Naciones Unidas deben tomar cartas sobre el asunto contra todos aquellos países que no respetan la soberanía y la injerencia que enfrentan a los pueblos por el control de los recursos naturales estratégicos.

8. De la nacionalización a la regionalización de la lucha contra el narcotráfico.

Se debe cambiar el enfoque de abordaje de la lucha contra el narcotráfico, seguir haciendo énfasis en la oferta y no en la demanda ha servido solo para la militarización y para el

despliegue de la guerra internacional contra las drogas, criminaliza y genera sanciones contra países del sur pero blinda el lavado de dinero, facilita el tráfico de drogas y otros delitos con nexos en los países del norte,

9. Fortalecer los mecanismos Internacionales para trato un preferencial para los países sin Litoral.

El mar representa una potencialidad para el desarrollo de los países en especial de los países en desarrollo, tenemos ese derecho a utilizar el espacio oceánico y los recursos marítimos tal como señala la misma convención sobre el derecho al mar.

10. Ampliar nuestra visión restringida de derechos humanos y democracia.

La democracia y los derechos humanos son inseparables, Bolivia ha experimentado en carne propia que cuando se quebranta la democracia se desmorona las bases para el ejercicio de los derechos humanos por ello expresamos nuestro más firme compromiso a las decisiones y acciones que asumen la organización en defensa de los sectores más vulnerables de nuestra sociedad.

11. Solidaridad intergeneracional

Estamos convencidos que esta generación vibrante y productiva tiene que ser solidaria con quienes han construido los primeros cimientos de nuestras casas, no se puede asegurar la equidad con las futuras generaciones sino consolidamos la equidad entre generaciones presentes.

12. Declarar el decenio de la despatriarcalización para luchar contra toda forma de violencia hacia las mujeres y niñas.

Quiero llamar la atención hacia la persistencia de la violencia contra las mujeres y niñas y en particular las mujeres y niñas indígenas y en situación de pobreza, la pandemia y las crisis estructurales del capitalismo está deteriorando las condiciones de vida especialmente las mujeres del campo y de las ciudades, ellas siguen enfrentando formas complejas e interseccionales de violencia, como señala ONU mujeres y el departamento de asuntos económicos y sociales de las naciones unidad. En Bolivia se declaró el año 2022 como el año de la revolución cultural para la despatriarcalización por una vida sin violencia contra las mujeres y estamos impulsando políticas orientadas no solo a fortalecer marcos normativos sino atacar causas estructurales de la violencia desde la educación, fortalecimiento de la autonomía económica de las mujeres y también a través de procesos culturales para transformar esta lamentable realidad originada por el patriarcado como el sistema más antiguo de opresión y que se retroalimenta con el colonialismo y el capitalismo, proponemos que esta asamblea declare el decenio de la despatriarcalización y por qué urge un proceso profundo de transformación políticas, económicas, sociales y culturales desde una perspectiva comunitaria orientada hacia la construcción de relaciones recíprocas por una vida libre de toda forma de exclusión, dominación, explotación, discriminación y violencia para toda la humanidad y nuestra madre tierra.

13. Rechazar las sanciones unilaterales.

Es inconcebible que en un mundo goleado por la crisis y la pandemia que aún se aplica en medidas coercitivas unilaterales con el objeto de doblegar gobiernos a costa del hambre y sufrimiento de sus pueblos, en la actual coyuntura mundial ningún país debería ser perseguido

sancionado o acorralado por ejercer su derecho a determinar libremente sus propios sistemas políticos, económicos y sociales.

14. Garantizar la plena vigencia de la carta de las naciones unidas y el principio de último multilateralismo.

Si somos capaces de superar los grandes problemas que tenemos como comunidad internacional llevaremos a nuestros pueblos a una catástrofe de grandes dimensiones hoy más que nunca tenemos la responsabilidad de mostrar la efectividad de la carta de las naciones unidas y del derecho internacional y sus instituciones la crisis multidireccional por la que atraviesa el planeta como resultado de la ambición capitalista lejos de superarse se agudizara si no se toman medidas urgentes solo a través de un multilateralismo fortalecido podemos alcanzar un mayor diálogo y cooperación en la búsqueda de soluciones a esa crisis.

COLOMBIA

El Presidente Gustavo Petros en la 77ª AGNU

Juan David Moncaleano Prado

El discurso del Presidente de Colombia se escuchó con mucha fuerza en la Asamblea General de las Naciones Unidas. La intervención giró en torno al vínculo entre la lucha contra las drogas y las medidas para salvar la selva amazónica. Igualmente, fue un llamado al “poder mundial”, poniendo al mismo nivel la cocaína, el carbón y el petróleo. Se hizo referencia al fracaso de la lucha contra las drogas y la lucha contra la crisis climática, demandando a la región, acabar con este enfoque que llamó “irracional”. Finalmente, llamó a Rusia y Ucrania a iniciar diálogos que conduzcan a la paz.

A nivel internacional, diferentes medios destacaron cinco mensajes:

1. *"Nada más hipócrita que el discurso para salvar la selva"*
2. *"¿Qué es más venenoso para la humanidad, la cocaína, el carbón o el petróleo?"*
3. *"La guerra contra las drogas ha fracasado. La lucha contra la crisis climática ha fracasado"*
4. *"Invadieron en nombre del petróleo y del gas"*
5. *"No nos presionen para alinderarnos en los campos de la guerra"*

En esta intervención, quisiera resaltar algunos aspectos. En primer lugar, el nuevo llamado a acabar la “guerra contra las drogas”. Es importante mencionar que en el Gobierno del expresidente Juan Manuel Santos, Colombia lideró a nivel internacional un cambio de enfoque sobre el problema mundial de las drogas. En ese momento, se privilegió un enfoque basado en los derechos humanos, que pusiera a las personas en el centro de las políticas, y que permitiera abordar el consumo de drogas desde una perspectiva de salud pública. Sin embargo, el impulso de enfoque a nivel internacional se encuentra con la visión antagónica de países como Rusia, China y países árabes, entre otros, que privilegian un enfoque de seguridad de este desafío. Estos países tienen una influencia muy importante en los escenarios donde se discuten estos asuntos, como la Comisión de Estupefacientes de Naciones Unidas, con sede en Viena. Las palabras del Presidente Petro parece haber recogido de esta experiencia, y hace un llamado a un nuevo enfoque desde la región de América Latina y el Caribe.

En segundo lugar, quisiera destacar el llamado a la paz entre Rusia y Ucrania. Para Colombia el tema de la paz es una prioridad, especialmente frente a la llamada “Paz total” que busca alcanzar este Gobierno. En este contexto, el cambio de enfoque en la lucha contra las drogas tiene una relación con la aspiración de alcanzar la paz, toda vez que los recursos derivados del tráfico ilícito de las drogas financian organizaciones criminales con presencia en territorios específicos, y se constituye en un obstáculo para alcanzar un desarrollo integral.

En tercer lugar, quisiera igualmente resaltar algunos de los eventos en los que participó el Presidente de Colombia, en el marco de la UNGA. Previo al debate general, Colombia lideró la Mesa Redonda de la Cumbre sobre la Transformación de la Educación, destacando la educación como la “base de la transformación productiva de Colombia que permita dejar atrás la dependencia al carbón y el petróleo”. Igualmente, participó en el Foro Global de Seguridad Alimentaria, organizado con la presencia de Anthony Blinken, secretario de Estado de los EEUU,

Pedro Sanchez jefe de gobierno español y el presidente de la Unión Africana. En este escenario, el Jefe de Estado hizo una reflexión sobre el concepto de “seguridad alimentaria”, en el sentido que no tiene en cuenta la desigualdad de ingresos de la humanidad. Hizo un llamado a los países participantes y a las Naciones Unidas a hablar de “soberanía alimentaria”, habilitando a los países a nutrir su propia población, como un paso más eficaz en el objetivo de disminuir el hambre en el mundo. Finalmente, hizo un llamado

En mi opinión, el Presidente Petro alcanzó un reconocimiento como un líder regional, que permitirá avanzar en intereses comunes frente a desafíos que nos afectan a todos. Si bien de manera directa no mencionó los temas de salud, sí hizo referencia a asuntos que guardan relación, como el consumo de sustancias psicoactivas, el medio ambiente y su relación con el problema mundial de las drogas, el valor de la educación como base de la transformación de las sociedades y el concepto de soberanía alimentaria, como elemento fundamental en la lucha contra el hambre.

COSTA RICA

Intervención de Costa Rica en la 77ª UNGA

Montserrat Vargas Solorzano

En representación de Costa Rica, lo hizo su ministro de relaciones exteriores y culto, señor Arnoldo André realizó la intervención de Costa Rica subrayando el abordaje de los retos globales desde cuatro perspectivas:

En primer lugar, el enfoque de derechos humanos y obligaciones internacionales, donde hizo referencia a las personas migrantes que debido al gran flujo limitan la capacidad de acción y ponen en riesgo el adecuado tratamiento y cobertura de estas personas.

Recordó que el pasado 28 de julio la Asamblea General reconoció el derecho universal a un ambiente limpio, saludable y sostenible, lo que contribuye a atacar la situación planetaria ante la contaminación, el cambio climático y la pérdida de la biodiversidad.

El segundo elemento fue la seguridad humana como clave para la seguridad global. Esto desde una perspectiva de acceso a vacunas, medicinas o alimentos para salvar sus vidas. Como es posible que países continúen priorizando recursos en armamentos a costa del bienestar de las personas, la salud climática y una recuperación equitativa.

Costa Rica reiteró su llamado para una reducción gradual y sostenida del gasto militar, priorizando la vida y el bienestar de las personas.

En este sentido, Costa Rica sugiere una transformación en las nociones financieras, pues los países de renta media afrontan importantes desigualdades y desafíos. Porcentualmente, albergamos el mayor porcentaje de personas pobres y de migrantes en el mundo, pero la clasificación financiera que se nos impone nos permite acceder a la ayuda oficial al desarrollo u obtener financiación concesional en condiciones favorables y justas.

Debería abogarse por nuevos parámetros de asignación de la ayuda, la inversión y la cooperación internacionales, yendo más allá del "PIB per cápita", pero contemplando aspectos como las carencias estructurales, los riesgos climáticos, las fluctuaciones del mercado y la estabilidad fiscal.

Por último, se requiere mayor ambición y urgencia para atender la triple crisis planetaria de cambio climático, pérdida de biodiversidad y contaminación. Así, Costa Rica lidera junto con Francia y el Reino Unido la Coalición de Alta Ambición para la Naturaleza y las Personas, que busca la conservación global del 30% de la Tierra y el 30% del océano para el 2030. En ese sentido, trabajamos, junto a Francia, para como cofitrones de la Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Océano en el año 2025, avanzar de manera franca por los objetivos y compromisos trazados. En 2024, se organizará una sesión preparatoria que reunirá a la comunidad científica y a la sociedad civil en la formulación de soluciones innovadoras para mejorar la gobernanza del océano, como recurso crítico para la continuidad de la vida en la Tierra. Por ello, se hizo un llamado para adoptar una Declaratoria de Paz para el Océano.

CHILE

El Presidente Boric y su intervención en la AGNU

Francisca Sabugo Brandes

En su primer discurso ante la Asamblea General de la ONU, el Presidente de Chile, Gabriel Boric, se refirió a la grave crisis política y social vivida en octubre de 2019, denominada localmente como "*estallido social*". En este contexto, el mandatario chileno recordó al expresidente Salvador Allende, dado que este año se cumplen 50 años de su reconocido discurso, en aquella misma testera, donde dio cuenta de los importantes cambios sociales y políticos que vivía el país en 1972.

Boric destacó además el camino recorrido por Chile y el logro de una salida democrática para solucionar el estallido social, advirtiendo que ningún país está exento de vivir una crisis similar. Por su parte, valoró el proceso constituyente, a pesar del aplastante triunfo del Rechazo al texto constitucional propuesto por la asamblea. Confesó que su opción personal en el reciente plebiscito fue aprobar la propuesta constitucional, pero el resultado fue el contrario. "Algunos han querido ver el resultado del plebiscito como una derrota del Gobierno. Y con toda humildad quiero decirle a estas Naciones Unidas que nunca un gobierno puede sentirse derrotado cuando el pueblo se pronuncia", enfatizó Boric, asegurando además que los resultados del plebiscito son la expresión de una ciudadanía que demanda cambios sin poner en riesgo sus logros presentes. Que quiere un mejor futuro construido con seriedad y sin caer en nuevas inseguridades. Un futuro de cambio pero con estabilidad.

Adicionalmente, el mandatario Boric, el más joven de todos los líderes presentes en la asamblea, con tan solo 36 años de edad, comentó que durante los gobiernos democráticos de los últimos 30 años en Chile se redujo notablemente la pobreza y hubo importantes avances en materia social, sin embargo, el modelo de desarrollo adoptado en Chile, ha mantenido una alta concentración de la riqueza, lo que ha provocado bastante desigualdad en el país.

En materia internacional, acusó la "injusta guerra de agresión desatada" de Rusia en Ucrania, la crisis política y humanitaria en Venezuela y los presos políticos de Nicaragua. Al referirse a Venezuela y su prolongada crisis política, Boric aseguró que ésta "ha generado un flujo migratorio que es inédito, poniendo una presión tremenda sobre nuestras instituciones y nuestra sociedad".

En relación con la situación en Nicaragua, Gabriel Boric invitó a seguir trabajando para contribuir a la liberación de los presos políticos en Nicaragua, y a trabajar para que en ningún lugar del mundo el hecho de tener distintas ideas sobre el gobierno de turno, pueda terminar en persecución política o vulneración de derechos humanos.

Gabriel Boric también abordó la reciente controversia diplomática con Israel e hizo un llamado a no naturalizar las permanentes violaciones a los derechos humanos contra el pueblo palestino, haciendo valer el derecho internacional y las resoluciones de que año tras año esta misma asamblea establece, que conduzcan a su derecho inalienable a establecer su propio Estado libre y soberano, resaltó. Así también, garantizar el legítimo derecho de Israel a vivir dentro de fronteras seguras e internacionalmente reconocidas.

ECUADOR

El discurso del presidente Guillermo Lasso Mendoza en el marco del 77º período de sesiones de la Asamblea General de la Organización de las Naciones Unidas en representación del Gobierno de la República del Ecuador

Fernando R. Jácome G.

“El Ecuador está ahí para el mundo, el Ecuador no deja atrás a nadie, y por eso estoy seguro de que el mundo no dejará atrás al Ecuador en ninguno de sus particulares desafíos”

Presentada en el marco del 77º período de sesiones de la Asamblea General de la Organización de las Naciones Unidas, la frase que abre este breve análisis, mencionada por el presidente Guillermo Lasso durante su segunda intervención en el mayor foro multilateral del planeta engloba casi en su integralidad su mensaje; posicionamiento de su agenda estratégica, así como un constante pedido de apoyo a la comunidad internacional para la consecución de la misma.

El Ecuador pasa por una crisis de seguridad e institucionalidad política y jurídica sin precedentes, con altos niveles de fragmentación social y desempleo que han dado como resultado un nivel de aceptación popular del gobierno menor al 17%.

Esta situación se vio reflejada a través la intervención del mandatario ecuatoriano quien mantuvo un discurso coherente y de doble vía (para el país y la comunidad internacional) en el marco del posicionamiento de algunas de las acciones ideológicas y de política determinadas como prioritarias por su gobierno, así como del llamado a la comunidad internacional para reforzarlas y enfrentarlas en conjunto.

Bajo este contexto, el presidente elaboró una posición basada en 4 ejes principales a) la lucha contra el narcotráfico y crimen organizado b) procesos migratorios, c) cuestiones medioambientales y finalmente d) desnutrición crónica infantil. De igual forma, se podría mencionar que un fuerte hilo conductor de su intervención estuvo centrado en la crítica contra el populismo.

En principio, el mandatario ecuatoriano enfatizó en que los retos más importantes de su gobierno se vinculan con problemas estructurales basados en la inacción de sus predecesores, sobre todo en el área de respuesta al narcotráfico y crimen organizado, ya que de acuerdo con Lasso no fueron *“...confrontadas sino ocultas, no combatidas, sino silenciosamente ocultadas con la esperanza de que nadie los encontrara...”*.

En este marco, mencionó que su gobierno se ve en la extraña situación de *“inaugurar la lucha”* contra el crimen organizado. Cabe resaltar que la seguridad en el Ecuador es uno de los problemas más complejos que enfrenta el país y que ha generado un grave conflicto político y competencial entre el ejecutivo, legislativo, instancias judiciales y de control, gobiernos autónomos descentralizados, y la sociedad civil, quien mira con preocupación como las tasas de homicidios intencionales durante los primeros ocho meses del año 2022 ya han sobrepasado los valores totales del año 2021.

Al mismo tiempo, cabe mencionar que, de acuerdo con información de la Secretaría de Comunicación del Gobierno del Ecuador, Ecuador ha superado ya las 140 toneladas de drogas incautadas en lo que va del año, algo que lo convierte en el tercer país a nivel mundial que más cocaína ha detenido en sus puertos de salida durante el año 2022 según el último Informe

Mundial de las Drogas publicado por la Oficina de Naciones Unidas contra la Droga y el Delito (UNODC).

En este punto, el presidente Lasso Mendoza enfatizó en que si bien el país ha mostrado una mano dura con el tráfico ilícito de estupefacientes, el estado ecuatoriano y su institucionalidad se encuentran afectados por problemas complementarios del crimen organizado anexas a la existencia de bandas transnacionales como la trata de personas, lavada de activos, tráfico de armas e inclusive, la minería ilegal. De allí que expertos en seguridad del país denuncien que en el Ecuador ya se esta dando paso a la estructuración de un estado criminalizado. De allí el llamado de Lasso para que la comunidad internacional enfrente este fenómeno de forma conjunta ya que de acuerdo con sus palabras la seguridad internacional "*no es un derecho que simplemente se exige*".

Con relación al segundo eje de su discurso, Lasso señaló que su gobierno ha considerado a las personas en condiciones de movilidad como un eje central de la planificación de sus políticas sociales. Llamando a la búsqueda de un nuevo orden mundial basado en la participación, conexión y representación de todos como único camino para la creación de oportunidades y de niveles de interdependencia que limiten el surgimiento de nuevos "caudillos" populistas a fin de "alejar al feo rostro del autoritarismo", el primer mandatario ecuatoriano explicó que su país hace esfuerzos importantes por regularizar y otorgar acceso universal hacia los servicios y prestaciones sociales a todos los ciudadanos que se encuentren en territorio nacional sin ninguna tipo de discriminaciones.

El ejemplo venezolano, con cerca de medio millón de ciudadanos de dicho país que residen en Ecuador, fue señalado en varias ocasiones dado el proceso "*de regularización de alto alcance*" que se desarrolla en el país pese a las ingentes limitaciones presupuestarias. Cabe resaltar que históricamente, Ecuador ha sido uno de los mayores receptores de refugiados de todo el hemisferio occidental. Nuevamente, Lasso daría paso al cierre de esta idea con un nuevo llamado de apoyo a la comunidad internacional para su plan de regularización. De igual forma, el presidente enfatizó desde una perspectiva ideológica, sobre la importancia de trabajar en conjunto frente al proceso de movilidad regional, y particularmente desde el caso venezolano, al mencionar que es necesario trabajar de manera articulada en favor de aquellas familias cuyos "*...países de origen no ofrecen alternativas de vida más allá de simplemente huir de esas naciones...*".

Como tercero y cuarto eje, la intervención se baso en el eje medio ambiental y el trabajo en contra de la desnutrición crónica infantil, uno de los ejes de campaña y programáticos del gobierno *lassista*. Sobre el tercer punto, el presidente informó que el Ecuador, a pesar de su bajo impacto en materia de emisiones de carbono, el Ecuador ha dado paso como primer país de América Latina y cuarto del mundo en tener una política transversal hacia la transición ecológica elevada como una política del más alto nivel. De igual forma, anunció la creación de la nueva reserva marina "hermandad" dentro de las Islas Galápagos, que aumento en más de 60.000 kilómetros cuadrados el área de reserva del archipiélago, patrimonio natural de la humanidad. Nuevamente, el presidente enfatizo en que estas acciones reflejan el compromiso del país con la comunidad internacional, quien espera reciprocidad de esta.

Finalmente, Lasso se pronunció con respecto a la desnutrición crónica infantil, problemática que impacta a cerca del 30% de los niños menores de 2 años, y algunas de las provincias mas pobres del país superan el 35%. Con relación a esta problemática, el presidente expuso que el objetivo de su gobierno es el de reducir 6 puntos porcentuales de desnutrición en

niños, así como institucionalizar el proceso para próximos gobiernos. Nuevamente, se apelo a la importancia del trabajo conjunto de una “comunidad global”.

De manera complementaria a estos puntos, y dada la coyuntura nacional movilizadora ante el asesinato durante días pasados de una abogada quiteña por parte de su marido en las instalaciones de la Escuela Superior de Policía Nacional, así como por el escalamiento de las estadísticas de femicidios en el país, Lasso mencionó que quería aprovechar la Asamblea general para “trabajar juntos” con otros países contra la violencia de género.

Finalmente, el presidente cerró su intervención agradeciendo el apoyo hacia la elección de Ecuador como miembro del consejo de seguridad en calidad de miembro no permanente durante el período 2023-2024 dentro de un complejo escenario internacional y excepcional.

Desde el ámbito de la salud pública, cabe resaltar que el discurso del presidente Lasso no hizo mención alguna al tema, ni al importante proceso de discusión que se está dando con relación al modelo global de gobernanza tras lo evidenciado tras la pandemia de la COVID 19. La importante elección del nuevo Representante de la Organización Panamericana de la Salud también estuvo ausente en la intervención de forma directa o indirecta.

Pese a que aún nos mantenemos en pandemia, y a pesar de que la reforma del sistema de salud, incluyendo procesos sensibles como los mecanismos de compra y dotación de medicamentos, equipamientos sanitarios y el establecimiento de mejores condiciones laborales para el sector de la salud se encuentren dentro de la agenda más sensible y volátil del país, llama la atención que los diferentes llamados hacia la articulación internacional por parte del primer mandatario del Ecuador no hayan incluido una visión desde la salud pública.

Este hecho preocupa y se repite mayormente en las intervenciones de otros mandatarios de la región quienes han focalizado sus intervenciones en críticas a la Organización de las Naciones Unidas, el conflicto en Ucrania, la crisis alimentaria o la necesidad de relanzar la economía a pesar de que el fantasma de la pandemia y de las asimetrías evidenciadas durante la misma sigue latente en conjunto con la aparición de nuevas amenazas que pueden poner en riesgo a la comunidad internacional.

MEXICO

El Presidente de México Lopez Obrador en la UNGA

Zulema Guerra Carpio y Johnny Morales Urbina

Con motivo de la celebración del 212 Aniversario de la Independencia nacional, el Presidente Andrés Manuel López Obrador, ofreció un mensaje al pueblo mexicano en el que dio a conocer una propuesta formulada por el Gobierno de México para el cese al fuego y mantenimiento de la paz en Ucrania que, bajo el protocolo correspondiente, instruyó al Secretario de Relaciones Exteriores de México para presentarla en la 77ª Asamblea General de las Naciones Unidas (AGNU 77).

De esta forma, el pasado jueves 22 de septiembre en la Asamblea General, bajo los principios que rigen la Política Exterior de México de la no intervención, la solución pacífica de las controversias y la proscripción de la amenaza o el uso de la fuerza en las relaciones internacionales, el Canciller mexicano, Marcelo Ebrard Casaubón, refrendó la postura de México para prevenir el flagelo provocado por conflicto armado entre Ucrania y Rusia, con la firme intención que, desde el ámbito multilateral y del diálogo, se pueda realizar esfuerzos por las naciones para alcanzar la paz.

Al respecto, en las intervenciones del Canciller Ebrard, primero ante el Consejo de Seguridad y, posteriormente en el Debate General de la Asamblea, se destacan los siguientes elementos de la propuesta del Gobierno mexicano:

Constituir un Comité para el Diálogo y la Paz en Ucrania

Con la convicción de que, para alcanzar la paz, es necesario fortalecer los esfuerzos de mediación del Secretario General, António Guterres, se propone la formación de un Comité para el Diálogo y la Paz en Ucrania con la participación de otros Jefes de Estado y de Gobierno, incluidos, de ser posible, el Primer Ministro de India, Narendra Modi y Su Santidad papa Francisco.

El objetivo del Comité sería generar nuevos mecanismos para el diálogo y crear espacios complementarios para la mediación que fomenten la confianza, reduzcan las tensiones y abran el camino hacia una paz duradera. En este sentido se buscaría crear un acuerdo para detener la guerra en Ucrania y lograr una tregua mundial de al menos 5 años para atender los problemas económicos y sociales que aquejan a los pueblos del mundo.

Reforma del Consejo de Seguridad

Durante su intervención, el encargado de la Diplomacia mexicana hizo notar que, pese a los esfuerzos del Consejo de Seguridad, este no haya sido capaz de cumplir con su función esencial para “prevenir que las personas sufran de los flagelos de la guerra”, así como garantizar la seguridad y la integridad territorial de los países. Por ello, el Canciller Ebrard manifestó que, ante la parálisis del Consejo de Seguridad, los Estados Miembros deben ofrecer entre todos un canal diplomático complementario para garantizar la mediación entre las partes.

En ese sentido, destacó que México aboga por una reforma integral del Consejo de Seguridad con más asientos, con términos y logros de mandato en la categoría de miembros electos para que el Consejo de Seguridad sea más representativo, transparente y eficiente.

Asimismo, destacó la participación de México y Francia para realizar el planteamiento del marco adecuado para canalizar la ayuda humanitaria, a través de la resolución ES-11/2, misma que ha sido útil, pero resulta insuficiente ante los ataques armados en el conflicto entre Ucrania y Rusia.

Pese a la propuesta presentada por México con intenciones de mediar el conflicto armado entre Ucrania y Rusia, se percibe que la buena intención presentada por el gobierno mexicano ante la Asamblea careció de una mejor estrategia diplomática. En un sentido estricto, se debieron realizar consultas directamente con las naciones involucradas en la propuesta, no sólo con las naciones afectadas, sino también con algunos otros actores interesados en el conflicto.

En ese sentido, puede ser que la estrategia haya sido implementada en sentido contrario. En principio, porque fue presentada ante los medios de comunicación y a la sociedad, sin tener la certeza del respaldo de las naciones involucradas en la propuesta, lo que ocasiona que un acto de buena fe pueda denotar una cierta carencia diplomática en la iniciativa.

Además, un elemento a considerar es que posterior a la participación del Canciller Ebrard, el Ministro de Relaciones Exteriores de la India no realizó un respaldo o comentario a la propuesta presentada por México, quizás faltó una mejor estrategia diplomática para tener el respaldo de las partes incluidas en la propuesta, con la finalidad de garantizar el impacto a nivel multilateral del plan mexicano.

A manera de conclusión, así como ha planteado el gobierno mexicano que “la mejor política exterior es la interior”, se considera que México cuenta con una imagen internacional deteriorada para el mantenimiento de la paz al interior pues la violencia dentro de su territorio es una constante y, quizás la crítica presentada por el Canciller a la ONU de no poner fin al conflicto entre Ucrania y Rusia, dejar ver ante la sociedad internacional una falta de interés por la solución de la violencia quedando en solo un discurso político.

PARAGUAY

El Presidente de Paraguay Mario Abdo Benitez en la UNGA

Juan Carlos Coronel y Guadalupe Rolón

El Presidente de la República del Paraguay dio inicio a su intervención con los saludos de ocasión e inmediatamente hizo referencia a la enorme responsabilidad de la participación en la Asamblea para intercambiar ideas y generar compromisos para afianzar esta esfera pública intergubernamental tan necesaria para dar respuestas a las urgencias comunes de las naciones.

Señaló el compromiso que tiene la República del Paraguay como integrante de la comunidad internacional de seguir contribuyendo en la construcción de un mundo con pleno respeto a las libertades fundamentales, a la resolución pacífica de los conflictos, a las condiciones de vida digna para toda la humanidad y a la lucha inflexible contra el crimen organizado.

Resaltó que todos estos ámbitos están marcados por factores de orden mundial y que las consecuencias económicas y sociales de la pandemia, aún seguían desperdigadas en el aire cuando se comenzó a recibir el impacto del contexto bélico internacional y los pueblos se encontraron en la difícil situación de observar la insuficiencia de las instituciones nacionales e internacionales para enfrentar las emergencias.

En tales circunstancias, el primer gran desafío que se tiene consiste en contener los estallidos de proyectos que, manipulando la genuina irritación ciudadana, avanzan con acciones demagógicas y despóticas y remarcó que no se puede dar cabida a discursos que busquen con ofertas engañosas, sacrificar la sagrada libertad.

Enfatizó que el mundo requiere más que nunca templanza, diálogo y moderación, en estos tiempos que demandan compromisos políticos concretos y no actitudes genéricas, más aún en los años posteriores a la pandemia que se proyectan difíciles y que requerirán reformas complejas que deben blindarse de falsas promesas. En América Latina, una de las regiones más afectadas por la coyuntura, se debe estar predispuestos a adoptar posiciones de principios que se alineen con la preocupación por la plena vigencia de los Derechos Humanos y el autogobierno colectivo.

Sin embargo, estas posturas tienen que inscribirse en un plano amplio de cooperación, en el que los países mejor posicionados sean conscientes del desequilibrio que caracteriza al planeta en todos sus ámbitos y mediante una voz común, brindar estabilidad al mundo, sin correr la vista de lo que ocurre en otros territorios y dejando a su suerte a naciones hermanas.

Recalcó que Paraguay es un país solidario, que mantiene coherencia con sus principios y que ha apoyado siempre al pueblo venezolano y a su lucha por la democracia y es por ello, que estará liderando en el Consejo de Derechos Humanos junto con otros países, una resolución que permitirá seguir investigando a profundidad, la violación de los Derechos Humanos en Venezuela.

Destacó la necesidad de reconstruir una consciencia moral sobre la vigencia de los Derechos Humanos y la democracia y que si bien, los instrumentos jurídicos y las instituciones que se han creado para protegerlos, tienen un valor innegable, el elemento fundamental para custodiar a las personas, continúa siendo la consolidación de una concepción respecto al valor superior de su dignidad, inviolabilidad y autonomía.

Subrayó que la apuesta por el Paraguay sigue creciendo cada día más y que además de encontrarse entre los cinco países de la región que lograron incrementar la inversión extranjera directa durante la pandemia, el país pudo duplicar la inversión privada en los últimos cuatro años y hace unos meses, ha visto mejorada la perspectiva crediticia, hecho que se corresponde con la histórica, sensata y estable administración de la economía paraguaya.

Además, resaltó que Paraguay es parte del corredor logístico y económico más importante de América del Sur y que paralelamente, sigue desplegando un plan de infraestructura sin precedentes, que permite mayor conectividad y acceso a los mercados y que puede verse, pese a los desafíos vividos, que el país goza de condiciones que permiten mirar el futuro con esperanzas.

Finalizando, dejó sentada la visión con la que el país se aproxima al mundo y llamó a encontrar caminos comunes más allá de las diferencias legítimas que nos caracterizan, ya que los retos comunes, no pueden encontrarnos separados.

Terminó recalcando que Paraguay se encuentra comprometido con la Organización y espera que sus propósitos sean alcanzados.

Cerró su intervención citando las palabras del Papa Francisco, diciendo que *“todos estamos en la misma barca y estamos llamados a comprometernos para que no haya más muros que nos separen”*.

PERU

El señor presidente de la República, Pedro Castillo Terrones, dá su intervención en en el 77º periodo de sesiones de la Asamblea General de las Naciones Unidas

María del Carmen Calle Dávila y Marisela Mallqui Osorio

El presidente Pedro Castillo inicia su intervención en la 77ª sesión de la Asamblea General de la ONU. “Nuestros pueblos ven con inquietud y preocupación el deterioro de la paz, medio ambiente y situación económica internacional”, indica.

El Perú considera ilegítima la intervención de Rusia en Ucrania; de la misma manera que reprobaba la ocupación por parte de Israel de territorios palestinos y árabes. Reitera, una vez más, la necesidad de que se pacte un cese al fuego en Ucrania, que se incremente la protección de la sociedad civil afectada por el conflicto y se inicien negociaciones para encontrar una solución pacífica, es necesario dar continuidad al acuerdo que permite la exportación de cereales de Ucrania; y normalizar las exportaciones rusas de fertilizantes, evitar que las sanciones económicas afecten a la seguridad alimentaria. Es finalmente un problema que atañe al respeto del derecho humano a la alimentación.

Construir en la mente de los hombres los valores de la paz es respetar al otro, proteger los derechos humanos, no explotar a los más débiles, promover el diálogo y la solución pacífica de las controversias. Es necesario desterrar las ideologías de odio, racismo, intolerancia, xenofobia, racismo, antisemitismo.

La paz supone, la conciencia de un destino común de la humanidad. Actuar con responsabilidad para construir ese futuro común supone respetar los derechos humanos y las libertades fundamentales, los derechos civiles y políticos, los derechos económicos, sociales y culturales, los derechos colectivos de los pueblos, los derechos de las poblaciones indígenas. el estado tiene el deber de garantizar la libertad de los individuos.

También, garantizar la satisfacción de los derechos sociales esenciales para la dignidad humana, como el derecho humano a la educación, a la salud, a la vivienda, al agua, a la alimentación, a un salario digno y a un medio ambiente limpio, sano y sostenible.

La situación económica internacional se está tornando crítica. Los efectos negativos de la pandemia en los procesos productivos y sobre todo el deterioro en el nivel de vida de las mayorías pobres y extremadamente pobres, los problemas en la regularización de las cadenas de suministro, la inflación y el alza de los precios de la energía están generando una grave crisis mundial, que producirá más pobreza y exclusión.

Los indicadores del crecimiento global están a la baja. América Latina está sufriendo los impactos negativos de la inflación, de la reducción del crecimiento económico y de las dificultades para recuperar los niveles de lucha contra la pobreza y la pobreza extrema alcanzados previos a la pandemia. La región presenta tasas de endeudamiento cada vez más altas y de difícil sostenibilidad.

Para enfrentar estas tendencias mundiales y regionales que afectan las potencialidades del crecimiento, tenemos el “Plan de impulso al crecimiento económico: impulso Perú”. nuestra meta es crecer al 3.3%. Estamos convencidos que el objetivo central es la generación de mayor empleo con mejor calidad y para ello estamos impulsando y mejorando las condiciones para la inversión nacional y extranjera. En este plan tienen un lugar privilegiado, las micro, pequeñas y

medianas empresas. El Perú es un país con variables macroeconómicas estables y positivas. Una economía funcional a la inversión privada y pública en beneficio de los más necesitados.

Convoca reafirmar el compromiso de voluntad política y recursos financieros para el cumplimiento de las metas de la agenda 2030 en las áreas más críticas actuales.

Durante este año, el cambio climático ha hecho que el calor extremo y las inundaciones lleguen a sus peores niveles. Las concentraciones de gases de efecto invernadero continúan incrementándose. Hace un llamado, especialmente a las naciones industrializadas para dar un nuevo impulso para frenar el calentamiento global; como jefes de estado, debemos ser conscientes que nuestras metas para cumplir los compromisos de reducción de nuevas emisiones ya necesitan ser siete veces mayor para alcanzar el objetivo de un calentamiento global no mayor de 1,5 grados.

El Acuerdo de Escazú, suscrito por el Perú, contempla avanzar en la protección del medio ambiente Amazónico; y, proteger los derechos humanos de las poblaciones originarias y los defensores del medio ambiente.

América Latina tiene una tradición democrática, sin embargo al mismo tiempo presenta los índices de mayor desigualdad social; sigue transitando a la búsqueda de sociedades más justas, más igualitarias, con mayor cohesión social, donde el bien común sea la casa de todos, sin exclusiones.

En el Perú, estamos transitando por ese camino, la democracia supone la existencia de posiciones políticas opuestas, en eso consiste la libertad, pero la gobernabilidad democrática exige el respeto de la institucionalidad y sobre todo de la voluntad popular, los golpes de estado, sea cual sea su modalidad o el poder del estado que los impulse son ilegítimos, atentan contra la expresión soberana de la voluntad popular. Debe resolverse con el diálogo y la concertación y el pleno respeto de los resultados electorales.

En este mundo donde las tendencias al conflicto se acrecientan, como en las crisis políticas internas, necesitamos de cuatro pilares, para defender la gobernanza democrática: el respeto a los pueblos, la voluntad de solucionar los conflictos por la vía de la negociación, el respeto a los derechos humanos y a la institucionalidad del estado de derecho.

La agenda de la inclusión social en el Perú prioriza el principio de no dejar a nadie atrás y se materializa en beneficio de todos especialmente de los más pobres y vulnerables, un mundo para todos.

Consideramos un discurso que representa la política exterior del Perú y visibiliza los derechos en salud que deben fortalecerse en un estado de derecho. Para lograr lo anterior necesitamos fortalecer un grupo sudamericano que trabaje para seguir posicionando la salud como pilar indispensable para el desarrollo desde la experiencia del ORAS-CONHU.

URUGUAY

El Canciller Uruguayo, Francisco Bustilo, y su discurso en la UNGA del 26/09/2022

Adriana Alfonso

Al inicio de su discurso, el canciller, hizo referencia a la pandemia de COVID 19, y los efectos en la salud de las personas y el costo social y económico que vino con ella. Luego de esta breve introducción, pasa rápidamente a referirse a la guerra entre Rusia y Ucrania, describiendo la misma como una invasión injustificable por parte de Rusia, condenando el hecho con base en los principios de la ONU, y realiza un llamamiento a Rusia para que repliegue su ejército.

Se hace una descripción del golpe que esta guerra tiene en las economías de los Estados. Refiere que la falta de acceso a los mercados produce inseguridad alimentaria en varias regiones del planeta, desabastecimiento o encarecimiento de energía, y que esto trae aparejado una amenaza al medio ambiente.

En esa línea, habló del objetivo de movilizar los recursos financieros para combatir el cambio climático. Se destaca que el país tiene como objetivo lograr lo establecido en el Acuerdo de París.¹⁴¹

Renglón seguido se menciona el multilateralismo como herramienta fundamental para lograr objetivos comunes, y menciona tres retos de la comunidad internacional, que son la paz y la seguridad internacional, el medio ambiente y la salud mundial.

El discurso, también, hace mención a los ODS y la Agenda 2030, y que el país presentó un informe voluntario en 2022 en el High Level Political Forum- HPLF, y que el país no escatima esfuerzos, tanto financieros como legislativos para el cumplimiento de los mismos para mejorar los indicadores en estos temas. Critica los criterios que se utilizan muchas veces para brindar cooperación internacional, basado por ejemplo en el PBI *per cápita*, lo que perjudica a países como Uruguay, que según el Canciller, se encuentra en transición hacia el desarrollo, y que han mejorado sus números en cuanto al ingreso y su distribución.

Los Estados tienen como uno de sus fundamentos el velar por los DDHH de sus ciudadanos, dice, y que estos derechos están siendo violados en muchas partes del mundo, e incluso por parte de los propios gobernantes mediante mecanismos represivos, y hace referencia a que esto mismo está sucediendo hoy mismo en nuestra región de América Latina y el Caribe. Uruguay exige, dice, que todos los actores de la comunidad internacional respeten las obligaciones contraídas, y habla de su tratamiento en forma objetiva, sin politizar la discusión de la misma.

También, remarcó en su discurso, el aumento de olas migratorias en base a los conflictos armados internos y guerras, así como por crisis políticas y económicas, y menciona los acontecimientos en Myanmar, Libia, Siria y Venezuela. Destaca a la Corte Penal Internacional y su rol sancionatorio y por ende disuasorio para con los genocidas.

En el discurso de Uruguay, se menciona que el país ha sido desde finales de los años 40 del siglo pasado, y continuará siendo en el futuro, un colaborador con las misiones de paz de las Naciones Unidas, como mecanismo de mantenimiento de la paz a nivel internacional, y se

141 [El Acuerdo de París | CMNUCC \(unfccc.int\)](#)

destaca la trayectoria ininterrumpida desde sus comienzos. En tal sentido, se hace mención al esarme nuclear y el apoyo del país en esta línea, como medida para alcanzar la paz en el mundo.

Pasa luego al tema del delito organizado, el narcotráfico y el terrorismo internacional, donde se declara que el país ha puesto como una de sus prioridades el combate a los mismos, para aumentar los niveles de seguridad de la población a nivel nacional, y defiende la posición del país en el combate al delito organizado y el terrorismo, a nivel internacional. Hace referencia a la ciberdelincuencia, y que el país ha solicitado su adhesión al Convenio de Budapest sobre el tema¹⁴², con una modernización de las leyes en esta materia.

La democracia como régimen político sin ser perfecta, es notoriamente el mejor sistema de gobierno que resguarda la libertad de las personas, con el objetivo de la superación individual y colectiva, con libertad de elegir. Para el país constituye un rasgo de identidad propio, pero advierte que debe ser defendida todos los días, en vistas a los desafíos cotidianos. La construcción democrática ha sido clave para que la opinión de Uruguay como país haya sido escuchada y respetada nivel internacional, y el país renueva el compromiso con el sistema internacional de naciones.

142 [Full list \(coe.int\)](http://coe.int)

CRÉDITOS DOS AUTORES DESTA EDIÇÃO

Anna Carole D'Amelio - Médica residente da Escola de Saúde Pública da Università Vita-Salute San Raffaele de Milão e estagiária da WFPHA

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

Ananda Melo King - Mestre em Antropologia Social e Cultural da Universidade de Estrasburgo (França) e Doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

André Lobato - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

Bertha Luz Pineda Restrepo - Socióloga y Coordinadora de la Mesa Andina del ORAS-CONHU

Carlos Machado de Freitas - Coordenador Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz / Escola Nacional de Saúde Pública

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTs Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Claudia Hoirisch - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública

Danielle Keylla Alencar Cruz - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

Deisy de Freitas Lima Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Felix Júlio Rosenberg - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Forum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Francisca Sabugo Brandes - Jornalista e Mestre em Comunicação Estratégica. Profissional de Cooperação e Assuntos Internacionais da Oficina de Cooperação e Assuntos Internacionais do Ministério de Salud de Chile

Guilherme Franco-Netto – Pesquisador, Fundação Oswaldo Cruz

Isis Pillar Cazumbá da Cruz - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

Ivis Pavez Carrasco - Advogada, Mestre em Direito Internacional. Profissional de Cooperação e Assuntos Internacionais do Escritório de Cooperação e Assuntos Internacionais do Ministério da Saúde do Chile

Jameson Vinícius Martins da Silva - Mestre em Relações Internacionais da USP e Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

Jesus Enrique Patiño Escarcina - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

José Luis Fiori - Professor emérito de economia política internacional e de ética internacionais do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, PEPI da UFRJ; e do Núcleo de Bioética e Ética Aplicada, NUBEIA da UFRJ

Juan Carlos Coronel Zarate - Jefe del Departamento de MERCOSUR SLAUD de la Dirección General de Relaciones Internacionales del Ministerio de Salud y Bienestar Social del Paraguay

Julia A. M. Abbud Ribeiro - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Karinne Marieta Carvalho – IFF/Fiocruz

Laurenice de Jesus Alves Pires - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

Lara Daibert – Advogada, pós-graduada em Relações Internacionais, mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina. Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

Laura Guadalupe Rolón Gregorio – Médica y Directora Técnica de Integración Regional del Ministerio de Salud y Bienestar Social del Paraguay

Laurenice Pires - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

Lívia Almeida de Menezes - Pediatra, Mestre em Saúde da Criança e da Mulher, Coordenadora de Atenção do IFF/Fiocruz

Luana Bermudez - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

Lúcia Marques - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

Luiz Augusto Galvão - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e membro do Cris/Fiocruz

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

Manuel Mahoche - Professor da Universidade de Lúrio, Moçambique; Doutorando de epidemiologia, FSP/USP

Marciglei Brito Morais - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

María del Carmen Calle Dávila de Saavedra - Médica y Secretaria Ejecutiva del ORAS-CONHU

Maria Teresa Rossetti Massari - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

Marisela Mallqui Osorio - Médica y Secretaria Adjunta del ORAS-CONHU

Marcos Augusto Bastos Dias - Obstetra, Doutor em Ciências, Pesquisador e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança do IFF/FIOCRUZ

Miryam de Souza Minayo - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

Montserrat Vargas Solórzano – Advogada, Mestre em Bioética e Direito. Oficial da diplomacia científica, tecnológica e de inovação do Ministério das Relações Exteriores da Costa Rica

Nina Bouqvar - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

Patrícia Lewis - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

Paula Reges - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latinoamericana de Salud Global - ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

Regina Ungerer - Médica, doutora em ciências, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Santiago Alcazar - Diplomata, bacharel em filosofia, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Sebastian Tobar - Sociólogo, Doutor em saúde pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino Americana de Saúde Global – ALASAG

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitória Kavanami - graduado em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então já são **58** Informes quinzenais produzidos. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 já foram realizados **18** seminários avançados, e todos podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

ou

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

Próximos seminários – Série 2022

19 de outubro, 4^a. feira, 10-12:30h – Saúde única (One Health)

03 de novembro, 5^a feira, 10-12:30 – Saúde nos ‘clubes de países’: G7, G20, G77, MNA

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 19/2022

Período de 27/09 a 10/10 de 2022

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS e PEDRO BURGER

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 11 de outubro de 2022.

180 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde são de responsabilidades de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.